



socio  
logias  
plurais

VOLUME 6 | NÚMERO 2 | 2020

Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Universidade Federal do Paraná

ISSN 2316-9249

**Universidade Federal do Paraná**  
Reitor: Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca  
Vice-Reitoria: Profª. Drª. Graciela Bolzón de Muniz

**Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes**  
Diretora: Profª. Drª. Lígia Negri  
Vice-Diretor: Prof. Dr. Rodrigo Rodriguez Tavares

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**  
Coordenadora: Profª. Drª. Maria Aparecida Bridi  
Vice-Coordenadora: Profª. Drª. Marlene Tamanini

**Apoio**  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR  
e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior (CAPES)

SOCIOLOGIAS PLURAIS – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR.  
Campus Reitoria, Curitiba, v. 6, n. 2, jul. 2020. Semestral. ISSN: 2316-9249.

### **Comissão Editorial Executiva**

Ana Carolina de Andrade Ferreira, Ana Julia Guilherme, Eduardo Russo Ramos, Henrique da Costa Valério Quagliato, Patricia dos Santos Dotti do Prado e Sabrina Cesar Freitas.

### **Conselho Editorial**

Prof. Dr. André Augusto Michelato Ghizelini (UFES), Profª. Drª. Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar), Prof. Dr. Antônio Fernandes Nascimento Junior (UFLA), Profª. Drª. Carolina Cravero (UNR), Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (UFSCar), Profª. Drª. Gisele Rocha Cortes (UFPB), Prof. Dr. João Feres Júnior (UERJ), Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar), Prof. Dr. Josnei Di Carlo (UFPR/UFSC), Profª. Drª. Larissa Maves Pelucio Silva (UNESP), Prof. Dr. Milton Lahuerta (UNESP), Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza (UFPR), Prof. Dr. Richard Miskolci Escudeiro (UNIFESP), Profª. Drª. Rosane Rosa (UFMS), Prof. Dr. Ruy Braga (USP), Profª. Drª. Simone Meucci (UFPR), Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade (UFSCar), Profª. Drª. Vânia Penha Lopes (Bloomfield College), Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior (UFPR), Prof. Me. George Gomes Coutinho (UFF) e Profª. Ma. Paula Grechinski (UNICENTRO).

### **Diagramação**

Eduardo Russo Ramos e Ana Carolina de Andrade Ferreira

### **Capa**

Henrique da Costa Valério Quagliato

### **Crédito de Imagem**

Braian Boguszewski

### **Endereço Sociologias Plurais**

Coordenação Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rua General Carneiro, 460, 9º andar, Ed. D.

Pedro I, Curitiba - PR

[revistas.ufpr.br/sclplr](http://revistas.ufpr.br/sclplr) | [facebook.com/SociologiasPluraisUFPR](https://facebook.com/SociologiasPluraisUFPR) [sociologiasplurais@gmail.com](mailto:sociologiasplurais@gmail.com)

# SUMÁRIO

## Apresentação

Henrique da Costa Valério Quagliato

Sabrina Cesar Freitas

5

## Entrevista

**Sérgio Miceli e as condições do ofício sociológico e intelectual no Brasil**

Eduardo Russo Ramos

Henrique da Costa Valério Quagliato

9

## Artigos

**O Conservadorismo Essencial como característica da psiquê das elites brasileiras: uma análise conceitual em Manoel Bonfim (1868-1932)**

Patrick Silva dos Santos

19

**A racionalidade patrimonial: gênese e estrutura de uma ordem discursiva**

Artur André Lins

34

**Primeiro como negação: esperança, ética do cuidado e autonomia no #EleNão**

Thais Marques de Santo

Douglas M. R. Porto

63

**A democracia como valor de debate: a discussão entre Carlos Nelson Coutinho e Adelmo Genro Filho**

Dédallo Neves

**85**

**Universalização do princípio da simetria? Debates em torno da democratização epistêmica e da emergência de uma “era da pós-verdade”**

Carolina Faraoni Bertanha

**102**

**Tráfico de drogas e encarceramento feminino: intersecções de gênero e raça**

Liciane Barbosa de Mello

Osmar Belusso

**122**

**Consumo vegetariano na contemporaneidade: uma reflexão a partir do conceito d política-vida de Giddens**

Virgínia Therezinha Kestering

**138**

## **Espaço Graduação**

**A fenomenologia de Martin Heidegger e a especificidade metodológica das Ciências Humanas**

Rafael Ribeiro Almeida

Rafaela Magalhães de Paula

**159**

**Análise do conceito de ciência em Bruno Latour nas obras *A Esperança de Pandora* e *Jamais Fomos Modernos***

Pedro Miguel Feres Aua

**179**

**Circulação ou oligarquização? Uma radiografia das composições partidárias em Goiás**

José Carlos de Oliveira Junior

**191**

**Lista de pareceristas**

**219**

## APRESENTAÇÃO

Julho de 2020 marca a publicação do segundo número do sexto volume da Revista Sociologias Plurais. A atual edição conta com 11 trabalhos, entre entrevistas e artigos produzidos por pós-graduandos/as e graduando/as que pertencem a dez 10 diferentes Universidades brasileiras. Deve-se ressaltar que esta produção foi transpassada, em todas as esferas do processo editorial, pelas adaptações às medidas necessárias de distanciamento físico e isolamento adotadas demandadas pelo novo Coronavírus. Com isso, muitos de nossos processos acadêmicos essenciais foram afetados pelo quadro pandêmico: desde o tempo disponível para realização de reuniões internas, contato com pareceristas, reestruturação dos prazos, até a reatribuição de funções para cada um e cada uma das integrantes da Comissão Executiva Editorial. Contudo, especialmente neste momento, sabemos que a publicação de investigações dedicadas à compreensão da natureza das relações e dos laços sociais são, mais que nunca, necessárias. À semelhança da capa que ilustra a presente edição, ainda que fisicamente distantes e com os diversos intempéries dos últimos meses, continuamos comprometidos e envolvidos com a divulgação científica. As salas de aula convencionais estão vazias, mas a produção de conhecimento cessa. Apresentamos a seguir os doze trabalhos que integram este número.

A entrevista *Sérgio Miceli e as condições do ofício sociológico e intelectual no Brasil contemporâneo* abre a edição. Realizada por Henrique da Costa Valério Quagliato e Eduardo Russo Ramos, integrante da Comissão Executiva Editorial, em agosto de 2019, traz um importante diagnóstico a respeito de uma nova morfologia para o campo dos intelectuais no país. Ao mesmo tempo, o texto traz as ponderações de Miceli sobre as disputas pela autoridade cultural tendo em vista a ascensão de ideólogo de direita como figuras públicas no cenário nacional. Por fim, discute as potentes investidas do governo de Jair Bolsonaro contra o conhecimento promovido pelas Ciências Sociais.

Em seguida, inicia-se a seção de artigo produzidos por estudantes de pós-graduação. O primeiro trabalho que a compõe é *O Conservadorismo Essencial como característica da psiquê das elites brasileiras: uma análise conceitual em Manoel Bomfim (1868-1932)*. Escrito por Patrick Silva dos Santos, o texto pretende lançar um novo olhar

para o já estabelecido debate da transferência da estrutura estamental do Estado português para o Brasil colônia a partir do conceito de “conservadorismo essencial”, apresentado pelo médico Manoel Bomfim (1868 – 1932) em sua obra *América Latina: males de origem* (1905). Abstendo-se do uso da noção patrimonialismo, o texto analisado pelo autor pretende explicar traços da herança portuguesa que se cristalizaram no modelo de atuação estatal e nas demais dinâmicas sociais brasileiras.

Escrito por Artur André Lins, o segundo artigo da seção reflete sobre a noção de patrimônio cultural a partir da perspectiva foucaultiana. Dessa forma, o texto realiza uma análise de discurso tomando como objeto de investigação da gênese e estrutura da racionalidade patrimonial. Depois de discutidos os fundamentos teórico-metodológicos inspirados pela obra de Michel Foucault e os enunciados canônicos sobre o tema na discussão, o trabalho propõe uma discussão sobre a ordem simbólica estatal, pensando como a categoria de patrimônio cultural se ajusta ao projeto da modernidade, qualificando a integração do estado-nação. Os enunciados apresentados são, então, discutidos como parte da política do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Também compõe o sumário o artigo de Thais Marques Santos e Douglas M. Porto *Primeiro como negação: Esperança, ética do cuidado e autonomia no #EleNão*. O texto surge de uma análise qualitativa para a formação e desenvolvimento do movimento *Mulheres unidas contra Bolsonaro*, que, mais tarde, seria conhecido como #EleNão. A partir de uma discussão que parte da teoria feminista, o artigo pretende compreender por que foram as mulheres o principal grupo social a mobilizar-se contra a candidatura de Jair Bolsonaro durante a eleição presidencial de 2018. Ao longo da análise discute-se como esse debate agregou mulheres de forma expressiva, viabilizando que permitiu agregar setores políticos que têm sido incapazes de cooperar entre si, construindo, ainda que por um curto período de tempo, uma frente de luta ampla, unificada e, ao mesmo tempo, plural.

*A democracia como valor de debate: a discussão entre Carlos Nelson Coutinho e Adelmo Genro Filho*, escrito por Déddalo Neves, pretende acompanhar o debate entre duas perspectivas a respeito dos ideais democráticas apresentados em textos publicados por Carlos Nelson Coutinho e Adelmo Genro Filho na revista *Encontro com a Civilização Brasileira* (ECB). Tendo em vista o contexto da redemocratização nacional no fim da

década de 1970, o artigo acompanha suas posições e conceitos trazidos para teorizarem sobre o que seria a democracia no socialismo em contexto brasileiro.

Carolina Faraoni Bertanha, no texto *Universalização do princípio da simetria? Debates em torno da democratização epistêmica e da emergência de uma “era da pós-verdade”*, sistematiza o estado da arte sobre a *pós-verdade* e suas relações com os *Estudos de tecnologia e ciência*. Ao sistematizar e discutir estas tensões, a autora indaga as possíveis imbricações entre uma democratização epistêmica e uma nova era em que as bases factuais científicas são ignoradas a favor das volições políticas de determinados agentes políticos.

Em seguida, o texto *Tráfico de drogas e encarceramento feminino: intersecções de gênero e raça*, escrito em coautoria por Liciane Barbosa de Melloe e Osmar Belusso, apresenta uma reflexão acerca das relações entre processos de criminalização dos conflitos de gênero e sistema jurídico-prisional brasileiro. Através de balanços estatísticos e revisões bibliográficas sobre o tráfico de drogas e o encarceramento de mulheres, Melloe e Belusso realizam uma análise centrada em teorias que discutam a obsolescência punitiva e a interseccionalidade de gênero, raça e classe. Com isso os autores nos mostram como o andamento de processos e decisões judiciais reforçam a existência de estruturas e agências operando através de critérios raciais, isto é, atuando e potencializando os processos de racialização dos corpos de mulheres.

O último texto da seção de artigos é texto de Virginia Therezinha Kestering: o *Consumo vegetariano na contemporaneidade: uma reflexão a partir do conceito de política-vida de Giddens*. Tomando o vegetarianismo como parte de uma identidade alimentar reflexiva, a autora discute algumas das relações entre humanos e animais no sistema industrial de produção de carne. Com isso, Kestering argumenta que as múltiplas motivações para condução de uma vida vegetariana podem ser compreendidas a partir da ideia de *política-vida*, quer dizer, a partir uma forma de subjetivação baseada em um modo de fazer política distinta dos modos tradicionais.

O *Espaço Graduação*, desta edição é composta por três textos de graduandos e graduandas das Ciências Sociais. Abre a seção o trabalho de Rafael Ribeiro de Almeida e Rafaela Magalhães de Paula, *A fenomenologia de Martin Heidegger e a especificidade metodológica das Ciências Humanas*. Através de uma análise detida sobre os livros “*Ser e tempo*” e “*Os problemas fundamentais da fenomenologia*”, livros publicados em 1927,

Almeida nos mostra as contribuições de Heidegger para compreensão das particularidades das Ciências Humanas. Como defende o autor em sua conclusão, a ideia de *compreensão* definida e defendida por Heidegger constitui, com efeito, o ponto nodal para delinear a especificidade das ciências do espírito.

O texto *Análise do conceito de ciência em Bruno Latour nas obras A Esperança de Pandora e Jamais Fomos Modernos*, escrito por Pedro Miguel Feres Aua, retoma as obras de Latour que titulam o artigo para deslindar a separação moderna entre *humanos* e *não humanos* e entre *objetos* e *sujeitos*. Com efeito, conforme Aua mostra ao longo de sua análise, o posicionamento de Latour acerca da prática científica constitui uma alternativa aos ideais defendidos nas guerras da ciência, principalmente ao propor esta atividade como um híbrido de humanos e não humanos que se modificam mutuamente e nos entregam novos entes.

Por fim, o trabalho *Circulação ou oligarquização? Uma radiografia das composições partidárias em Goiás*, de José Carlos de Oliveira Junior, encerra o *Espaço Graduação* desta edição. Debruçado sobre a Sociologia da Organizações e a Teoria das Elites, Junior examinou a circulação das elites partidárias na Composição da Executiva Estadual em quatro partidos - PMDB, MDB, PFL/DEM e PT - no Estado de Goiás. Com efeito, conforme o autor demonstra, o resultado do exame confirmou que em todos os quatro partidos pesquisados, na Comissão Executiva, há mais circulação das lideranças que oligarquização. Contudo, em todos eles há um grau de oligarquização que pode ser mais horizontal, quando ocorre a concentração em mais de uma função, ou vertical, quando essa ocorre no acúmulo de funções na mesma instância, ou mista.

Estes são, em apertada síntese, os textos que compõem o presente número. Esperamos que nossas leitoras e leitores apreciem, se possível na segurança de suas casas, as análises e interpretações que seguem a seguir. Desejamos boa leitura a todas e todos.

**Henrique da Costa Valério Quagliato**

**Sabrina Cesar Freitas**

**Comissão Editorial Executiva**

# Sérgio Miceli e as condições do ofício sociológico e intelectual no Brasil contemporâneo

Henrique da Costa Valério Quagliato<sup>1</sup>  
Eduardo Russo Ramos<sup>2</sup>

Em agosto de 2019, o sociólogo Sérgio Miceli<sup>3</sup> ministrou a conferência de abertura do ano letivo do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná<sup>4</sup>. No ensejo de sua visita, organizamos um roteiro de entrevista sobre as condições do ofício sociológico e intelectual no Brasil contemporâneo marcado por novas morfologias do campo intelectual, disputas pelas autoridade cultural e severas investidas contra o conhecimento produzidos pelas Ciências Sociais.

**Henrique:** Professor, em primeiro lugar, muito obrigado. É uma honra. Formulamos cinco questões para uma breve conversa sobre as condições do ofício sociológico e intelectual no Brasil dos dias atuais. A primeira delas é a seguinte: gostaríamos de saber como você avalia o crescimento da atuação de intelectuais na esfera midiática e do debate público no Brasil contemporâneo. Falamos de figuras como Clóvis de Barros Filho e Leandro Karnal, mas também de Lilia Schwarcz, Debora Diniz e Vladmir Safatle que, de uma maneira ou outra, escrevem para jornais, participam de programas de rádio e televisão – televisão aberta, principalmente. Como você avalia esse fenômeno?

**Sérgio Miceli:** *Essa midiatização dos intelectuais, essa presença midiática... isso já tem um tempo. Acredito que, por causa da polarização existente no Brasil nesses últimos anos, a novidade é que surgiu um grupo de pensadores – nem sei é essa a palavra –, de ideólogos da direita que pertencem a um espectro que, na verdade, é bastante diversificado. Eu tenho*

---

<sup>1</sup> Aluno Bolsista CAPES do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR.  
Contato: henriquequagliato95@gmail.com

<sup>2</sup> Aluno Bolsista CAPES do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR.  
Contato: ramos.eduardorosso@gmail.com

<sup>3</sup> Professor titular do Departamento de Sociologia da USP.

<sup>4</sup> A recepção de Pierre Bourdieu no Brasil: circunstâncias e mediadores será publicada integralmente como abertura do primeiro número para o sétimo volume da Revista Sociologias Plurais em janeiro de 2021.

*duas alunas fazendo trabalho sobre essa gente. Percebe-se que alguns têm credenciais acadêmicas, outros têm só uma carreira no jornalismo, outros não tem carreira no jornalismo ou nem credencial acadêmica, construindo uma carreira na mídia eletrônica, alguns vieram, ainda da televisão. Muitos não têm formação intelectual nenhuma e são estações repetidoras de pensamento conservador estrangeiro. E você tem também muitos intelectuais acadêmicos – como a Lilia, Vladmir, André Singer etc. – que são a contraparte desse embate. Eu acho que faz todo sentido que, como intelectuais públicos, construam esse debate. Alguns debatem melhor. Outros, pior. Mas eu acredito que isso não é fazer sociologia, nem é uma atividade intelectual que tenha uma autonomia reflexiva. Acho que isso é uma atividade prática, um embate político – plenamente válido e justificado. Mas não acho que, do ponto de vista intelectual, seja tão instigante assim.*

**Eduardo:** Professor, voltando à questão da sociologia dos intelectuais no Brasil, você se destacou no cenário intelectual nacional por conta da contribuição tanto analítica quanto teórico-metodológica de *Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, publicado em 1979. Passados quarenta anos, a sociologia dos intelectuais no Brasil recebeu diversas contribuições a partir de enquadramentos distintos. Passamos de estudos voltados para as relações entre intelectuais, partidos, classes e Estado para estudos que colocam uma ênfase mais no produto gerado por intelectuais, na produção vinculada a grupos culturais etc. – um bom exemplo, na década 1950 e 1960, são as produções do Centro Popular de Cultura da União Nacional de Estudantes – e, também, esses projetos de intervenção pública que figuras intelectuais levam a campo. Qual é a sua avaliação desse itinerário da sociologia dos intelectuais no Brasil? Como você entende a relevância dos estudos sobre intelectuais para o tempo do Brasil de hoje?

**Sérgio Miceli:** *Eu vou tentar responder de uma forma quase caricatural para que fique mais claro. Acredito que a grande mudança – o efeito de grande rotação morfológica na dinâmica do campo intelectual – tem a ver com o embate crescente das pretensões de legitimidade entre academia e a indústria cultural. Esse é um embate muito esclarecedor e, inclusive, tem muito a ver com a primeira pergunta feita. Se você realizar uma análise criteriosa das posturas da imprensa brasileira – Globo, Folha de São Paulo, Estado de São*

*Paulo etc. – sobre questões tão controversas como a Universidade pública e coisas do tipo, você perceberá um embate que, aparentemente, gira em torno dessas questões, mas que, no fundo, é um reclamo de autoridade cultural por parte da mídia – enfrentando os representantes do pensamento acadêmico. Por exemplo, sobre a tentativa de depreciar a Universidade pública, eu acredito que, tão importante quanto a tentativa de discussão e crítica, é a pergunta: em nome do quê? Qual é o reclamo de autoridade cultural dessa voz que fala sobre a Universidade pública? Na maioria dos países europeus, a mídia já passou desse momento – e, na verdade, se alimenta muito das vozes dos intelectuais acadêmicos para dar opiniões sobre diversos assuntos sobre os quais jornalistas não entendem muito ou não cobrem da mesma forma. Então, nós estamos tendo no Brasil essa transformação que já tem anos e é muito importante. Agora, por que os alvos desse debate são a Universidade pública, o dinheiro público, financiamento, o ensino pago etc.? A leitura mais fácil é dizer “essa gente está defendendo os interesses do ensino particular”. Essa resposta tem seu fundo de verdade. Se montou, como vocês sabem, um sistema de agências, de organismos, de ONGs em defesa do ensino particular – isso é verdade. Mas eu acredito que existe, digamos assim, uma reformatação, uma nova morfologia do campo de produção cultural. Nesse mercado de bens simbólicos – utilizando o termo que o Bourdieu usou há quarenta anos – existe um protagonismo crescente dessa mídia. Não falo só da mídia impressa. Falo também da mídia eletrônica, da internet, das redes. Esse protagonismo crescente carrega sempre um embate em torno da autoridade cultural – porque é em torno da autoridade cultural que falam desde Olavo de Carvalho até Florestan Fernandes. Olavo de Carvalho não quer só falar as abobrinhas que fala. Ele está reivindicando uma autoridade, um poder de falar – “qual é a minha autoridade pra falar?”. Agora, por que essa polarização tem sido crescente? Peguemos as Universidades Federais e os ataques proferidos contra elas. A situação se torna um empasse monumental para o Governo Federal. Por que? Eu não acho que será tão simples desviar desse tipo de questão, porque as Universidades Federais, em muitos estados, são instâncias decisivas econômica e culturalmente. A elite desses estados, os governantes desses estados não irão abrir mão dessas Universidades. Então temos aí um grande problema. Digamos assim: a morfologia do campo de produção cultural se tornou muito mais complexa em relação ao momento em que eu fiz o trabalho. Ali, nós estávamos observando os germes, os primórdios de um*

*processo de institucionalização com o foco na criação de centros de pesquisa, de programas, de sítios de reflexão dentro do mundo intelectual. Hoje nós temos uma morfologia muito mais diversificada, com muito mais atores, muito mais protagonistas – todos tendendo a esse embate. Acredito que essa é uma transformação importante no âmbito da mídia e sua relação com intelectuais. Houve uma transformação grande do sistema intelectual, do sistema acadêmico. Construiu-se um redimensionamento, uma amplificação. Eu dei os exemplos das Federais porque, por coincidência, nos dois últimos anos, eu tenho ido há várias Federais e é impressionante o que aconteceu. Você tem grupos novos de professores jovens que fazem trabalhos muito interessantes, consistentes, e que não estão mais referidos só à dominância Rio-São Paulo. As coisas se complicaram em termos das relações internas do mundo intelectual e do mundo acadêmico. Se trata, como eu disse, de uma transformação morfológica que não existia na época de meu estudo. Quando eu fiz o trabalho sobre a história das Ciências Sociais, nosso dilema era: “Mas que estados nós vamos observar? O que é importante fora do eixo Rio-São Paulo? Qual é a produção? Gilberto Freyre em Recife; em Minas tinha o pessoal da Ciência Política”. Hoje, seria um outro tipo de desafio porque a peneira tem de peneirar muito mais agentes. Muito mais focos produtivos. Dessa forma, acredito que, para pensar bem o problema, teríamos de pensá-lo em termos da conjunção de circunstâncias através das quais o campo cultural foi se transformando – foi ganhando carne, ossatura e vertebração diferente. Nos anos 1950 e 1960 havia um embate: o Livro do Marcelo Ridenti<sup>5</sup> mostra que o Partido Comunista tinha uma rede de organismos – de imprensa etc. Assim as conjunturas vão mudando. Eu acredito que estamos vivendo isso. Por que a mídia tem tanta importância no Brasil? Porque ela sempre teve uma função, digamos assim, “paraescolar”, “parapedagógica”. Porque, como aqui o sistema de alfabetização demorou uma enormidade para alcançar pisos decentes, então a mídia pôde exercer essas funções pedagógicas complementares ao sistema de ensino. Isso é impensável na França. Na França, a televisão não tem nenhum protagonismo na vida cultural como tem no Brasil. Tem uma presença – a imprensa também –, mas não é como no Brasil. Não ocupa esse espaço. Então, é sempre bom tentarmos construir um panorama maior para tentar ver essas transformações, acredito*

---

<sup>5</sup> Trata-se de *O fantasma da revolução brasileira*, publicado por Ridenti em 1993.

*eu. Também é importante, claro, considerar que o trabalho intelectual está muito mais profissionalizado e, por isso, depende muito menos de origem de classe – um elemento que era muito importante no meu argumento.*

**Eduardo:** Aproveitando a menção ao Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) feita durante a aula inaugural, sua passagem por lá e o financiamento para pesquisa oferecido pela organização, podemos formular a próxima questão que muito nos interessa. Parte da sua carreira profissional se cruza com a existência de associações e institutos que promoveram pesquisa na área das Ciências Sociais com apoio de verbas alternativas àquelas oferecidas para as universidades públicas – sua passagem pelo Idesp é um exemplo disso. Em entrevista ao projeto *Memória das Ciências Sociais no Brasil*,<sup>6</sup> em 2012, você descreveu a participação de pesquisadores dentro dessas associações como uma tendência objetiva – uma saída para os entraves postos às universidades públicas naquele momento. A nossa pergunta é: frente aos recentes contingenciamentos e um cenário de precarização da Universidade pública no Brasil, quais são as condições sociais de possibilidade de pesquisa no país?

**Sérgio Miceli:** *Olha, eu acho que, se eles conseguirem levar à cabo o que estão intentando, vai ficar difícil. Eu estava até falando outro dia com os amigos e eu acho que vamos ter de voltar ao período de fazermos grupos de estudo. Vai ser uma coisa recessiva. Caso essas condições que se apresentam sejam concretizadas – me refiro ao corte de bolsas, dinheiro de financiamento de pesquisas, editais etc. – vamos viver um período sombrio. Mas eu acredito que não devemos nos desesperar a respeito do período sombrio, pois houve uma produção intelectual importante no período da ditadura – não apenas nas Ciências Sociais, mas no Cinema, Teatro, Música... Não é um jogo de soma-zero. Agora, a melhor resposta que se pode dar é trabalhar com o que é possível. O que é mais ameaçador no que nós fazemos é justamente o nosso trabalho, não é ficar berrando. Esse negócio de “vamos resistir”... Resistir é trabalhar.*

---

<sup>6</sup> A entrevista completa está publicada no canal da Faculdade Getúlio Vargas (FGV), no *Youtube*. *Entrevista com Sergio Miceli (10/02/2012)* <[https://www.youtube.com/watch?v=7OjFO7b-Gqo&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?v=7OjFO7b-Gqo&feature=emb_title)>. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

**Eduardo:** Mas você enxerga alguma forma de financiamento alternativo na atualidade?

**Sérgio Miceli:** *Mas quais financiamentos alternativos? As fundações privadas norte-americanas tem, hoje, agendas distantes das Ciências Sociais. São agendas ligadas a imposição de políticas públicas na área do direito, relações de gênero, direitos humanos. Essas são propostas muito sanitizadas, muito higienizadas e que não contemplam a diversidade temática que as Ciências Sociais têm hoje. Então, acho difícil que essas fundações voltem a se relacionar com a nossa área. Vocês se lembram: o Idesp, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e a própria Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) tiveram um papel importante na relação com esse tipo de financiamento. A Fundação Ford concedeu um milhão de dólares para a Anpocs a fim se despedir do financiamento da entidade há alguns anos. Desde a fundação da entidade até essa doação de um milhão de dólares, se financiava, praticamente, toda a associação. Isso não é mais possível. Tanto assim que as associações estão dependendo cada vez mais de contribuições dos próprios sócios, dos profissionais associados. Eu acredito que, se, os cortes forem levados à cabo e não houver financiamento das organizações privadas, visto que não temos tem mecenato privado no Brasil, nós estaremos mal.*

**Henrique:** Se pensarmos em fundações nacionais que estão, por exemplo, ligadas a promoção da cultura, as Ciências Sociais não conseguiram se voltar também para esses espaços?

**Sérgio Miceli:** *Me vêm à cabeça o Instituto Moreira Salles, Instituto Cultural Itaú, mas, em especial o Serviço Social do Comércio (SESC). O SESC, em São Paulo, oferece muito espaço para as Ciências Sociais em relação ao financiamento de eventos, conferências, vinda de professores visitantes – a entidade vem fazendo isso há muitos anos. Por quê? Porque uma porção de gerentes do SESC são cientistas sociais. São pessoas que fizeram doutorado dentro das Ciências Sociais, são agentes com agenda nas Humanidades. Agora, o Instituto Moreira Salles é muito voltado pra fotografia, para nichos que não têm muito espaço para nossa área. A família Moreira Salles criou um espaço de investigação*

*científica apenas para as ciências exatas – o Instituto Serrapilheira – que está funcionando no Rio de Janeiro e está dando dinheiro para as ciências exatas fazendo editais de concursos. Há, nesse sentido, um esboço de mecenato privado para atividade científica, mas, para as Humanidades, eu acredito que a coisa não está muito boa.*

**Henrique:** Aproveitando o gancho da relação das Ciências Sociais com a agenda pública e com o que está acontecendo no país, essa é uma pergunta mais para dentro da Sociologia. A discussão sobre objetividade na investigação sociológica está presente na disciplina desde seu início. Durkheim e Weber trataram dela de uma maneira privilegiada e, na segunda metade do século XX, ela também tem um papel importante – mesmo para o próprio Pierre Bourdieu. Contudo, o clima do país e a recente eleição do presidente Jair Bolsonaro trazem um clima anticientífico, anti-intelectual para debate público. Em meio a esse quadro, a Sociologia e as Humanidades têm de lidar com o estigma de serem vistas apenas como produções ideológicas e doutrinárias. A questão é a seguinte: como a Sociologia pode se afirmar como forma de construção de conhecimento para o Brasil, para o público, sem perder a nuance dos debates construídos recentemente sobre a questão da objetividade?

**Sérgio Miceli:** *O problema da objetividade, sejamos sinceros, sempre foi um problema que deve ser entendido cum grano salis. É preciso ter cautela com essa discussão. A Sociologia não pode ter uma pretensão de tornar-se uma ciência completamente objetiva, porque isso é impossível. Você, em qualquer trabalho que você esteja fazendo, está investindo a sua experiência. Ao investir a sua experiência, você está investindo a sua perspectiva, um ponto de vista – e isso não te dá uma possibilidade de voo de pássaro sobre todo o ambiente da tua investigação. O foco de seu estudo tem a ver com a tua experiência. Não há saída para isso. Então, a discussão sobre a objetividade se coloca, na verdade, na maneira pela qual você lida com a sua própria subjetividade – que você deve enquadrar através de uma atitude mais reflexiva. Eu entendo que a discussão que sobre objetividade em termos puros é ociosa. Agora, em termos de uma postura mais reflexiva, aí eu acredito que seja algo mais produtivo.*

**Henrique:** Entendo. Mas esse é o caso quando são sociólogos falando com sociólogos. Quando o sociólogo tem de falar para a esfera pública e, portanto, requisitar uma espécie de autoridade científica, como tratar a questão da objetividade científica?

**Sérgio Miceli:** *Como ela vem sendo tratada. Veja todos os artigos que tem saído... Renato Ortiz escreveu semana passada na Folha de São Paulo<sup>7</sup>. Todos estão reproduzindo o receituário clássico – afirmado que trabalhamos com dados empíricos e com métodos que são contraditados. Para as respostas, é um cardápio que não tem muita saída. Porém, o cardápio não é o que está em jogo. O que está em jogo é a tentativa de desautorização, de desqualificação. Não dá pra jogar o jogo nos termos que em que eles desejam. É necessário mudar. Só se pode jogar o jogo com o seu manancial, com os seus recursos. E os únicos recursos que você tem são os recursos intelectuais. Então, de uma certa maneira, nós estamos num mato, sem cachorros. Mas, pelo menos, o mato a gente conhece! (risos).*

**Henrique:** Caminhando para o final da entrevista, trouxemos uma pergunta que é mais aberta – ligada as nossas próprias dúvidas como estudantes de mestrado na área da Sociologia. Você faz parte de uma geração de sociólogos que se formou durante a Ditadura Militar – um tempo de fechamento político e tons autoritários. E, enquanto alguns desses tons autoritários começam a retornar no Brasil como um novo fechamento político e o ataque às instituições públicas de conhecimento que é enunciado descaradamente, também surge uma nova geração de sociólogos. A questão é: que conselhos você pode oferecer novas gerações de acadêmicos que desejam se tornar sociólogo e sociólogas em um tempo de fechamento político como esse?

**Sergio Miceli:** *A verdade é que se conselho rendesse, nós não pararíamos de oferecê-los (risos). Mas, posta a questão nesse termos, eu acredito que existe um movimento estrutural que não tem só a ver com a Sociologia. Vocês estão enfrentando uma situação no mercado de trabalho que se mostra muito tempestuosa, muito difícil. Eu vou simplificar pra ficar bem claro o que eu quero dizer. Hoje, a possibilidade de emprego fixo e uma*

---

<sup>7</sup> Miceli se refere ao texto *Verdade e Mentiras*, publicado por Ortiz no jornal *Folha de São Paulo* em agosto de 2019. <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/08/verdades-e-mentiras.shtml>>. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

*carreira existe para pouquíssimos em relação ao número total de candidatos. Quando se faz um concurso hoje, se fosse realizado um sorteio no lugar prova, o resultado não seria muito diferente. Se você tem 60 candidatos buscando uma única vaga, é claro que existem, pelo menos, 12 bem qualificados. Então, pode-se fazer um sorteio que não haverá muita diferença. Eu penso que há uma situação estrutural que não se relaciona apenas com cientistas sociais. Tem a ver com, vamos dizer, as novas balizas de operação de um mercado de trabalho com poucas possibilidades de emprego e remuneração fixos; e poucas probabilidades de seguro, de aposentadoria – benefícios e expectativas em relação aos quais minha geração se formou. Por que eu saí da FGV e fui pra Universidade de São Paulo (USP)? Porque eu iria ter aposentadoria integral. Se não, eu ficaria onde estava, onde eu tinha um melhor salário. Creio que esse seja um elemento que não depende dos cientistas sociais. Não tem a ver só com as Ciências Sociais e isso não está afetando só os cientistas sociais. Vemos um complexo problema estrutural do mercado de emprego. Na Itália, por exemplo, uma grande porcentagem das pessoas que se separam, voltam pra casa dos pais ou vivem das pensões dos avós – li sobre isso recentemente. Há uma questão estrutural aí e nós teremos de aprender como lidar com isso. Eu acredito que, para vocês, é uma situação de desafio e incerteza. É uma coisa que não é brasileira, somente. Quando abre-se uma vaga para um posto no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), na França, existe uma concorrência de cento e sessenta candidatos para uma vaga. O que essas pessoas irão fazer? Só tem um posto. E os outros? Está havendo uma situação semelhante ao que Fritz Ringer<sup>8</sup> descreveu na Alemanha dos anos 1920. Está havendo uma inflação de credenciamento, de diplomas, sem uma correspondente possibilidade de atendimento dessas expectativas. E esse fosso está se ampliando, então... Eu não acho que sejam conselhos, mas vocês vão lidar com uma situação concreta em que há de se fazer a pergunta: onde é que vocês poderão exercer essa competência que vocês adquirem? Farão conforme as possibilidades de emprego – na universidade, na mídia, na televisão, nas redes sociais, em empresas de pesquisas. Eu não sei. Dos doutores que nós formamos na USP ou em qualquer lugar, é um número ínfimo que consegue se reproduzir no sistema acadêmico. Nós temos um problema aqui que não tem só a ver com as Ciências Sociais. O buraco é*

---

<sup>8</sup> Miceli refere-se a *O declínio dos mandarins alemães – a Comunidade Acadêmica Alemã, 1890-1933*, publicado por Ringer em 1969.

*mais embaixo. Vocês sabem disso.*

**Henrique:** Além da condição financeira, nós pensamos também na condição temática. De que, talvez, seja, como você já disse, uma higienização das temáticas de pesquisa nas próprias Ciências Sociais por conta dessa necessidade de ocupar outros espaços...

**Sergio Miceli:** *Isso já começou e já tem muito tempo. O local para a resistência a essa tendência era o espaço acadêmico porque, se você tem uma carreira protegida, um salário garantido, você tem mais jogo, mais área de manobra e não está dependendo da sua produção sob encomenda para um mecenas ou para uma fundação. Agora, eu não sou tão pessimista a respeito de trabalho sob encomenda. Eu acho que se pode fazer coisas muito boas em trabalhos sob encomenda. É contraditório isso, mas isso sempre foi parte da produção cultural. Desde a produção de ópera até todo o restante. A encomenda não deve ser vivida como uma coisa apenas constrangedora. À despeito da sanitização e higienização, da departamentalização e da delimitação de agendas na história do financiamento de pesquisas na área das Ciências Sociais, houve trabalho de qualidade realizados com dinheiro das fundações privadas. Então as coisas são muito contraditórias. Há muita frincha. É fácil averiguar as condições da imposição. O que é mais difícil é oxigenar as condições de resposta, digamos assim. Ventilar a condição de resposta. É mais fácil identificar onde estão nos questionando e nos constrangendo do que fazer boa invenção ventilada e oxigenada para uma resposta mais contundente, mais criativa. A atividade intelectual, e em Sociologia, inclusive, tem muito a ver com invenção e a criatividade. Há um componente artístico na atividade intelectual. E é preciso prestar atenção nisso, porque uma medida do teu desempenho é a tua expressividade. Afinal, sem expressividade, o que você vai fazer? E a expressividade não tem figurino. É a tua experiência que vai produzir uma forma expressiva. Ainda bem, não?!*

# O Conservadorismo Essencial como característica da psiquê das elites brasileiras: uma análise conceitual em Manoel Bomfim (1868-1932)

Patrick Silva dos Santos<sup>1</sup>

Recebido em março de 2020  
Aceito em junho de 2020

## RESUMO

Uma das grandes narrativas que permearam o debate acadêmico no Brasil se dá em torno do processo civilizatório aqui construído junto ao colonizador português e a transplantação de suas instituições para o interior do Estado imperial brasileiro. As estruturas de poder patrimonialista estamental plasmada historicamente pelo Estado português para sua colônia americana, ainda hoje, são recuperadas como elemento explicativo das origens das mazelas brasileiras. Não me interessa aqui ratificar essa assertiva ou condená-la. O que me interessa é apresentar a explicação similar do médico Manoel Bomfim (1868 – 1932), que sem mobilizar o conceito de *patrimonialismo* de Max Weber –, em seu primeiro ensaio histórico-sociológico *A América Latina: males de origem* (1905), utiliza o conceito de *conservadorismo essencial* para explicar traços da herança portuguesa que se cristalizaram no modelo de atuação estatal e nas demais dinâmicas sociais brasileiras.

**Palavras-chave:** Manoel Bomfim; Conservadorismo Essencial; Herança portuguesa; Estado brasileiro; Patrimonialismo.

**The Essential Conservatism as a characteristic of the psyche of Brazilian elites: a conceptual analysis in Manoel Bomfim (1868-1932).**

## ABSTRACT

One of the great narratives that permeated the academic debate in Brazil is about the civilizing process built here with the Portuguese colonizer and the transplantation of its institutions to the interior of the Brazilian imperial state. The structures of state's patrimonialist power historically shaped by the Portuguese State for its American colony, even today, are recovered as an explanatory element of the origins of Brazilian ills. I am not interested in ratifying this assertion or condemning it. What interests me is to present the similar explanation to the doctor Manoel Bomfim (1868 - 1932) who, without mobilizing Max Weber's concept of *patrimonialism* -, in his first historical-sociological essay *A América Latina: males de origem* (1905) uses the concept of *conservatism essential* to explain traces of the Portuguese heritage that are crystallized in the model of state action and in other Brazilian social dynamics.

**Keywords:** Manoel Bomfim; Conservatism Essential; Portuguese heritage; Brazilian state; Patrimonialism.

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia. Pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), da Universidade Federal Fluminense (UFF); mestre em Sociologia pela mesma instituição; graduado em Ciências Sociais pelas Faculdades Integradas Campograndense (FIC). Desde 2015 – Professor de Sociologia da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) e Bolsista da CAPES. E-mail: patricksds@id.uff.br.

Manoel José do Bomfim nasceu no ano de 1868, na província de Aracaju, no estado de Sergipe e veio a falecer no ano de 1932, no estado do Rio de Janeiro. Filho de Maria Joaquina do Bomfim e de Paulino José do Bomfim, um respeitado comerciante e dono de engenho de Aracaju, que havia sido vaqueiro durante a infância. Em 1891, Manoel Bomfim casou-se com a jovem portuguesa Natividade Aurora de Oliveira e, com ela, Bomfim teve dois filhos: Maria, que veio a falecer em 1894, com um ano e dez meses de idade, vitimada por uma epidemia de tifo e, em agosto do mesmo ano, nasceu seu filho Aníbal.

Manoel Bomfim foi um importante intelectual brasileiro da Primeira República, médico de formação que, em 1886 ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia e, dois anos mais tarde, transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou no ano de 1890. Todavia, a guinada de Bomfim para um caminho um pouco mais distante da medicina se deu no ano de 1902, quando foi montada uma comissão pedagógica nomeada pela prefeitura do Rio de Janeiro e, fazendo parte dessa comissão, Manoel Bomfim foi para Paris estudar psicologia na Sorbonne, sob a orientação de Alfred Binet, atuando como assistente de Binet junto a Georges Dumas.

Bomfim se notabilizou por sua atuação no campo educacional da Primeira República, tendo ocupado diversos cargos de importância: em 1896, foi nomeado pelo prefeito Francisco Furquim Werneck de Almeida o novo subdiretor do *Pedagogium*<sup>2</sup>, tendo sido efetivado como diretor geral dessa instituição no ano seguinte; ainda em 1897, passa a lecionar na Escola Normal da República, tendo sido indicado para a cadeira de Moral e Cívica e, no ano seguinte, 1898, tornou-se diretor interino da Escola Normal; ainda em 1898 foi nomeado diretor de Instrução Pública do Distrito Federal (cargo ocupado por um ano), tendo exercido essa função em outras oportunidades;

---

<sup>2</sup> O *Pedagogium* – 1890-1919 – fundado no ano de 1890, por meio do decreto 667, de 16/08/1890, lavrado por Benjamin Constant, foi uma instituição educacional, onde desde 1911 funcionou o primeiro laboratório de psicologia experimental do Brasil, criado por Manoel Bomfim. Inicialmente funcionando na Rua Visconde do Rio Branco, 13, no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ. No ano de 1897 foi transferida para a Rua do Passeio, 66, também no centro da cidade, onde funcionou até seu fechamento, em 1919. Ver Gontijo (2010).

lecionou na cadeira de Pedagogia e Psicologia Aplicada (ambas as disciplinas ministradas por ele na Escola Normal); em 1904, participou da criação da Upel – Universidade Popular de Ensino Livre, juntamente com Elycio de Carvalho, Rocha Pombo, Fábio Luz, José Veríssimo entre outros, sendo essa Instituição de ensino superior de tendências anarquistas a única instituição de ensino superior em que Bomfim lecionou; em 1906, inaugura no *Pedagogium* o primeiro laboratório de psicologia experimental do Brasil e, em 1907 ele assume a vaga aberta na Câmara dos Deputados e, na condição de deputado federal pelo estado de Sergipe, buscou implementar alguns projetos por vias institucionais que acreditava serem indispensáveis para sanar os problemas relacionados à educação no país. No ano seguinte, buscou a reeleição e não conseguiu reeleger-se.

Contudo, após a apresentação do autor, o escopo deste artigo concentra-se em torno das discussões que permearam e, em alguma medida, ainda permeiam o debate acadêmico no Brasil: o processo civilizatório aqui construído durante séculos de exploração colonial portuguesa. Desta forma, uma das chaves investigativas é: a transplantação de suas instituições para o interior do Estado imperial brasileiro, e, por conseguinte, o Estado republicano, ou seja, a estrutura de poder *patrimonialista estamental* plasmada historicamente pelo Estado português para sua colônia americana, ainda hoje, é recuperado como elemento explicativo das origens das mazelas brasileiras. No entanto, o interesse central aqui é o conceito de *conservadorismo essencial*, de Manoel Bomfim (1868 – 1932) construído anteriormente ao conceito de *patrimonialismo* de Max Weber, aqui popularizado por Faoro (1977). Em suma, por meio deste conceito, Bomfim buscou explicar traços da herança portuguesa que se cristalizaram no modelo de atuação estatal e nas demais dinâmicas sociais brasileiras.

### Breve introdução – a América Latina: males de origem (1905)

No ano de 1905 foi publicado pela editora francesa H. Garnier o primeiro ensaio histórico-sociológico de Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem*, cujas motivações do autor se potencializaram em razão da visão estereotipada dos

europeus em relação às populações latino-americanas – e, também, pela aceitação desses “estigmas” por parte da intelectualidade brasileira e sul-americana formulados por meio da aceitação parcial e/ou adaptação das teorias deterministas raciais e geográficas, por parte significativa de seus contemporâneos, foi um dos elementos explicativos importantes em sua obra primeira, ao esclarecer os interesses de parte da intelectualidade ao tomar os determinismos como mecanismos primordiais para a explicação do atraso brasileiro. Portanto, Bomfim enxergou a tentativa de uma dupla dominação: a) no plano interno – das elites econômicas e intelectuais para com grande fração da população nacional e b) no plano externo – das nações centrais para com as nações periféricas. Assim, Bomfim entendeu as concepções científicas, tomadas por parte considerável dos seus contemporâneos, como uma falsa ciência, pois, para além de servir como instrumentos de dominação entre as classes, não se atestava a veracidade de determinados pressupostos, a partir de metodologias sérias e/ou passíveis de verificação de resultados concretos.

Nesse sentido, podemos compreender uma dimensão central motivacional e reflexiva de seu ensaio: desnudar a voga do período, mascarada de ciência, cuja intelectualidade do seu tempo tomava como o dogma explicativo do atraso nacional. As reflexões centrais e as anotações avulsas começam a ser feitas por Manoel Bomfim dez anos antes de sua publicação, já em 1897, quando ele era membro do Conselho Superior de InSTRUÇÃO PÚBLICA e, nesta condição, fez um parecer do livro didático *História da América* (1897), de Rocha Pombo –, nesse momento já existia um “embrião” do livro de Bomfim, e sua estadia na Europa, mais precisamente na França, só veio impulsionar a materialização em forma de livro de suas reflexões e anotações que já vinham sendo feitas anteriormente, no fim do século XIX (BOMFIM, 1905).

O livro *A América Latina* foi uma reação aos preconceitos dos europeus frente ao nosso continente e, em alguma medida, uma tentativa de dar-lhes a resposta e situar os verdadeiros culpados destes males. Em seu livro de 1931, *Cultura e Educação do Povo Brasileiro – Pela diffusão da Instrucção Primaria*, novamente Bomfim remonta essa dimensão motivacional para a execução do texto final de *A América Latina*, assim retornando à questão:

Passaram-se dois ou tres annos. Ingressei no magisterio. Tratei de preparar-me para o exercicio das minhas funções, partindo para a Europa, afim de estudar psychologia experimental. No velho continente fui empolgado pela actividade da vida politica e social, ao ponto de reflectir-se em meus sentimentos toda aquella agitação. Todavia, doia-me muito a má reputação feita para a America do Sul e o Brasil, inclusive. Veio a reacção forte e impetuosa e assim escrevi *A America Latina*. Quem o lêr compreenderá e perceberá como entra alli o coração. Esse livro foi escripto sobretudo, para chegar a conclusão que lá está: os povos sul-americanos são victimas da formação colonial que tiveram. Sob esta causa desenvolveram-se os vicios que turbaram e vêm turbando a vida politica. Não ha nesses povos inferioridade essencial (BOMFIM, 1931, p. 71 *et seq.*).

Assim, *A América Latina: males de origem* foi produto cuja finalidade era a recuperação da autoimagem do continente, por muito difamada por meio de pressupostos que não condiziam com a realidade de nossa formação histórica e social – e, não menos importante, a tentativa de apresentar o “remédio” para sanar os problemas que adquirimos, por meio de séculos de exploração colonial, que para ele, era o verdadeiro culpado do nosso “atraso”, e não a constituição étnico-racial de grande parte das populações marginalizadas do continente sul-americano.

### **A formulação de Manoel Bomfim – o conservadorismo essencial**

Em termos descritivos, o conceito de *Conservadorismo Essencial*, formulado por Manoel Bomfim em *A América Latina: males de origem* em 1905, mais se assemelha, do que propriamente se distancia das formulações conceituais de Max Weber em torno do *Patrimonialismo*, em sua maneira utilizada no Brasil, popularizado por meio do trabalho do jurista Raymundo Faoro, no livro *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*, publicado em 1958<sup>3</sup>. Faoro utilizou-se da concepção weberiana de *patrimonialismo* para explicar os problemas do Estado e da nação brasileira. Segundo ele, a estrutura de poder aqui transplantada

---

<sup>3</sup> É importante deixar claro ao leitor que a comparação aqui estabelecida se concentra na utilização do *patrimonialismo* executada por Raymundo Faoro (1977). Isto é, ainda que o conceito de *conservadorismo essencial* de Manoel Bomfim anteceda o conceito de *patrimonialismo* de Max Weber – Faoro utiliza o conceito de *patrimonialismo* como um conceito normativo, ao passo que o conceito em Weber possuí um caráter distintivo. Neste sentido, o *conservadorismo essencial* de Manoel Bomfim torna-se passível de aproximação ao uso do conceito de *patrimonialismo* “à brasileira” empregado por Raymundo Faoro. Pois o conceito de Bomfim, assim como o uso dado por Faoro ao conceito weberiano, são normativos.

tinha o caráter *patrimonialista estamental*, que foi plasmada historicamente pelo Estado português para o Brasil por meio da transmigração da Corte portuguesa no início do século XIX. A organização do poder segundo essa abordagem tornou-se o padrão encrustado na estrutura do Estado brasileiro desde então.

Clássico da sociologia, o intelectual alemão Max Weber (1864-1920), ao formular o conceito de *Patrimonialismo*, que se subdivide em *patrimonialismo estamental* e *patrimonialismo patriarcal*, Weber o utilizou para contrastar uma forma distinta de atuação em contraposição à burocracia moderna. Assim, o complexo político patrimonial deve ser compreendido em oposição ao “sistema de ‘autoridades’ regulamentadas de forma geral por ordens objetivas e com deveres administrativos circunscritos e igualmente regulamentados” (Weber, 1999, p. 302). Deste modo, afirmava o autor, que a

[...] posição global do funcionário patrimonial é, portanto, em oposição à burocracia, produto de sua relação puramente pessoal de submissão ao senhor, e sua posição diante dos súditos nada mais é que o lado exterior desta relação. Mesmo ali onde o funcionário político não é pessoalmente um dependente da corte, o senhor exige sua obediência ilimitada no cargo. Pois a fidelidade ao cargo patrimonial não é uma fidelidade objetiva do servidor perante tarefas objetivas, cuja extensão e conteúdo estão delimitados por determinadas regras, mas, sim, uma fidelidade de criado que se refere de forma rigorosamente pessoal ao senhor e constitui uma parte integrante de seu dever de princípio universal de piedade e fidelidade (WEBER, 1999, p. 255).

Por isso, em Max Weber (1999) o funcionalismo patrimonial, ainda que, devido a sua progressiva divisão das funções rationalizadas e à formação de instâncias hierárquicas ordenadas, em alguma medida, pode assumir traços burocráticos. Ora, em “seu caráter sociológico, o cargo genuinamente patrimonial distingue-se tanto mais burocrático quanto mais puro se apresenta em cada um deles o respectivo tipo” (WEBER, 1999, p. 253). Então, na maneira de atuação patrimonial “falta sobretudo a distinção burocrática entre a esfera ‘privada’ e ‘oficial’” (WEBER, 1999, p. 253). Isto é, nestes casos, “a administração política é tratada como assunto puramente pessoal do senhor, e a propriedade e o exercício de seu poder político, como parte integrante de seu patrimônio pessoal” (WEBER, 1999, p. 253).

Já o *conservadorismo essencial* é uma questão central em *A América Latina*:

*males de origem*, pois é um elemento do caráter latino-americano, adquirido por meio da herança e educação transmitidas a nós por meio da relação mantida por séculos com os povos colonizadores do continente. O conservadorismo materializa-se como entrave para um projeto de modernização que não esteja alinhado ao passado. Todavia, a explicação para a força do conservadorismo descrito no ensaio histórico-sociológico do médico sergipano concentra-se na tentativa de atualização de privilégios ancorados nas tradições do passado, por isso, Manoel Bomfim salienta que, onde quer que surja uma forma de oposição conservadora, há um privilegio que quer-se manter, é por isso que este conservadorismo resiste pura e simplesmente ao progresso, que, no limite, destruiria as vantagens dos grupos dominantes, e, também, afrontaria certos preconceitos e superstições (BOMFIM, 1905).

Segundo Manoel Bomfim, a fundação das instituições coloniais, estas sendo cópias “perfeitas” das instituições das metrópoles ibéricas, perduram para além dos tempos coloniais, tendo seus efeitos reproduzidos nas sociedades latino-americanas após o fim do regime de exploração direta das metrópoles. Assim, o médico sergipano caracteriza essa comparação entre as instituições coloniais e metropolitanas:

As instituições sociaes eram a reprodução grosseira e viciada das instituições da peninsula: os feudos, representados nas fazendas e dominios mineiros; a servidão, na escravaria ignara, aviltada pelo tronco e o calabróte. A religião é o fetichismo, a superstição bronca; a familia é um pedaço de tribu, semi-feudal, semi-patriarchal, degradada pela ociosidade sobre o trabalho do negro, pervertida pelo espectaculo permanente dos barbaros tratamentos e castigos, infligidos ao escravo (BOMFIM, 1905, p. 152).

Já por meio do conservadorismo das elites encasteladas, na estrutura do Estado, Bomfim prosseguiu afirmando que:

[...] a politica vem a ser, não só ridiculamente absurda, como essencialmente criminosa, tratando-se de nações onde não ha, em verdade, o que conservar. A historia nos mostrará que, nas nacionalidades sul-americanas, antes mesmo de completa a independencia, já apparece um partido <conservador>, pesando decisivamente sobre a marcha das cousas publicas. Pergunta-se agora: que é que havia então para conservar?... A vida das populações, a linguagem, os territorios?.. E' ainda hoje: em nome do que se justifica esse programma de *politica conservadora*?... São nações, estas, em que tudo está por fazer, a começar pela educação politica e social das populações. Que pretendem então defender, deste passado?... Elle é uma serie de crimes, iniquidades, violações de direitos, resistencias systematicas

ao progresso (BOMFIM, 1905, p. 168).

Para Manoel Bomfim, o *conservadorismo essencial* tem sua efetividade no imaginário social de forma muitas vezes inconsciente, por isso, ao pensar a classe política latino-americana de um dado período histórico, ele observou que esse tipo específico de conservadorismo – traço psicológico e cultural – permitia compreender que aqui, até os grupos vinculados a tendências políticas revolucionárias seriam, por assim dizer, revolucionários “até a hora exata de fazer a revolução, em quanto a reforma se limita às palavras; no momento da execução, o sentimento conservador os domina e o proceder de amanhã é a contradição formal, às ideias” (BOMFIM, 1905, p. 174).

E, por que isso ocorria? Segundo Bomfim, isso ocorria porque, na “America do Sul, essa politica conservadora mais se agrava porque é generalizada – para todos os partidos” (BOMFIM, 1905, p. 173), ou seja, a reprodução desta relação não ocorria “só por interesse, é por herança, por educação” (BOMFIM, 1905, p. 173). Portanto, por ser traço transmitido por vias de uma herança e educação colonial que sua manifestação é nítida nas mais variadas relações sociais destas sociedades. Por isso que Bomfim afirma que na América Latina “não é só no mundo político que isto se nota. Estas sociedades são em geral archivos de instituições e costumes archaicos com etiquetas modernas” (BOMFIM, 1905, p. 176), para ele, “um glossario moderno designando um mundo obsoleto” (BOMFIM, 1905, p. 176).

### A psique das elites brasileiras segundo Manoel Bomfim

O peso dessa herança portuguesa teve influência expressiva na formação brasileira. Se, por um lado, parte dessas populações tinham aversão ao Estado e às instituições burocráticas que exerciam funções sociais análogas aos tempos coloniais e imperial, as classes sociais que não detinham poder político e econômico viam na figura do Estado a de um inimigo –, por outro lado, o *Conservantismo Essencial* forjou uma sociabilidade que, no limite, atualizava elementos da ordem social passada. A república brasileira representada pela figura de seus partidários

republicanos, blindou-se tendo como modelo “democrático” a limitação da participação popular nas decisões, e as classes dominantes disputavam o poder político entre elas mesmas, tendo como *modus operandi* práticas comuns às *hegemonias fechadas*<sup>4</sup> (DAHL, 2001).

Segundo Manoel Bomfim, as elites brasileiras se importavam em conservar seus privilégios, conquistar cada vez mais o poder político e apossar-se do aparelho governamental. Para esses grupos, o passado tinha um peso ainda mais arrebatador, pois

As classes dirigentes, herdeiras directas, continuadoras indefectiveis das tradições governamentaes, politicas e sociaes do Estado-metropole, parecem incapazes de vencer o peso dessa herança; e tudo que o parasitismo peninsular incrustou no caracter e na intelligencia dos governantes de então, aqui se encontra nas novas classes dirigentes; qualquer que seja o individuo, qualquer que seja o seu ponto de partida e o seu programma, o traço iberico lá está – o conservantismo, o formalismo, a ausencia de vida, o tradicionalismo, a sensatez conselheiral, um horror instinctivo ao progresso, ao novo, ao desconhecido, horror bem instinctivo e inconsciente, pois que é herdado (BOMFIM, 1905, p. 396).

O médico e professor sergipano enxergava o ideal republicano e a república brasileira de sua época como uma construção social falsa e excludente, além de uma abstração, da qual os “desastres e os males procedem unicamente de que elles” (BOMFIM, 1905, p. 410), isto é, as elites republicanas “pregam a liberdade, e não promovem os meios de tornal-a effectiva” (BOMFIM, 1905, p. 410). Por exemplo, Manoel Bomfim expõe a adoção do voto dos alfabetizados inserida pela *Constituição dos Estados Unidos do Brasil* de 1891 para criticar a não promoção dos meios para tornar a liberdade efetiva para todos os segmentos sociais. No limite, a Constituição brasileira do período restringiu os direitos políticos de 90% da população brasileira.

Comprehende-se, por ventura, uma democracia donde 90 por 100 dos individuos são excluidos por analphabetos? Tanto vale dizer: uma democracia sem povo, sem cidadãos. Um tal regimen, ainda que o levassem a uma pratica de pureza ideal, não passaria da oppressão e despotismo de

---

<sup>4</sup> Na Ciência Política norte-americana, as *Hegemonias Fechadas* foram descritas como regimes em que os participantes pelo poder político são baixos e/ou restritos, do ponto de vista, dos que podiam/podem tornar-se atores políticos elegíveis. E, por outro lado, a participação política da população nesse processo era/é limitada.

uma aristocracia, sem nobreza, sobre a plebe servil. Não se trata de fazer o libello dos politicos; basta, para aquelles que são de boa fé, a tristeza de contemplar a propria obra, e vêr como esses oitenta annos de democracia na America latina têm desmoralizado o regimen e os ideaes que elles sinceramente apregoavam (BOMFIM, 1905, p. 409).

A tradição, a herança societária colonial, segundo a argumentação de Manoel Bomfim, teve um peso inigualável no caráter psicológico das elites brasileiras e, por conseguinte, nas relações sociais aqui estabelecidas entre as diferentes classes sociais e/ou os diferentes grupos étnico-raciais. Foi neste momento, sustenta o autor, que as *Teorias Racialistas*<sup>5</sup> se tornaram o novo dogma que mediava as relações sociais em solo brasileiro (BOMFIM, 1905; SCHWARCZ, 1993). Portanto, setores significativos, por meio deste instrumento teórico, estigmatizavam grande parte da população e mantinham-se no topo da hierarquia social.

A apologia da imigração europeia e, acessoriamente, a exclusão de setores populacionais cujas constituições étnico-raciais escapavam o modelo societário no qual o Brasil buscava inserir-se, foi objeto de análise crítica de Manoel Bomfim em seu ensaio *A América Latina: males de origem*. O afastamento das populações negras e mestiças das regiões centrais da capital brasileira foi planejado e executado por setores das elites políticas que buscavam afastar-se do seu passado colonial e, sobretudo, operacionalizar tal projeto implicava em excluir quem outrora foi responsável pelo trabalho que enriqueceu cada vez mais tantos senhores de engenho, barões do café, traficantes de escravos, donos de minas de pedras preciosas, ouro e prata, e assim sucessivamente.

Neste sentido, o traço psicológico das classes dirigentes brasileiras analisadas pelo médico sergipano foi o desprezo sistemático pelos indivíduos cujas marcas da pele indicavam as lembranças de um passado marcado pelo trabalho compulsório. Revitalizar o passado fazia-se necessário na psique desses grupos que dominavam

<sup>5</sup> Lilia Schwarcz (1993) afirma que muitos dos intelectuais que tiveram atuação nas faculdades brasileiras nos séculos XIX e no início do século XX tinham no seu fazer ciência uma espécie de espelho das teorias racialistas do continente europeu, assim, reproduzindo em seus estudos sobre a gênese do povo brasileiro os estigmas e preconceitos em relação à miscigenação dessa população. Muitos “homens de ciência” brasileiros, dos fins do século XIX e início do século XX, atuaram como publicistas das teorias deterministas europeias que justificavam as ações perpetradas pelos imperialismos europeus e norte-americanos, além de auxiliar, em última análise, a difundir uma concepção pessimista sobre o presente e o futuro brasileiro e dos demais países da América do Sul.

nacionalmente as mais variadas dimensões de poder e reprodução da vida social daquela sociedade. Deste modo, a operação resumia-se em revitalizar os bônus e privilégios do passado e mascarar e/ou negligenciar os elementos do passado que deveriam ser esquecidos. Estes foram, segundo Manoel Bomfim, os traços marcantes das classes dominantes política e econômicas brasileiras dos primeiros anos republicanos.

## Conclusão

A ideia deste artigo foi a de apresentar o conceito de *Conservadorismo Essencial*, sendo este fundamento, segundo Manoel Bomfim, explicativo de uma espécie de atitude mental compartilhada pelas populações egressas de sociedades que durante séculos conviveram sob a égide de um sistema de exploração colonial. Além disso, outro ponto desta dinâmica expositiva foi salientar as similaridades com o conceito de *patrimonialismo*, do sociólogo alemão Max Weber, operacionalizado por Raymundo Faoro (1977). Entretanto, assim como o conceito de *Instituições Totais*, do sociólogo canadense Erving Goffman, e o conceito de *Ambiente Tuberculoso*, do sociólogo brasileiro Oracy Nogueira (que foi orientado pelo sociólogo da segunda geração da *Escola de Chicago*, Donald Pierson), ambos os conceitos concorrentes sem necessariamente terem sido formulados por meio de análises de um ou outro e vice-versa. O mesmo ocorreu com os conceitos de Manoel Bomfim e Max Weber.<sup>6</sup>

Digamos que o conceito de *conservadorismo essencial* possuí vitalidade explicativa para demonstrar a operacionalização de *Teorias* por parte das elites políticas e econômicas visando negar uma igualdade de cidadania comum a todos (na teoria) nas sociedades cujo ordenamento social é competitivo. Isto porque, numa sociedade estratificada em *Classes Sociais*, a utilização de hierarquias raciais para

---

<sup>6</sup> Ressaltando que o *conservadorismo essencial* se aproxima analiticamente do *patrimonialismo* ressignificado por Raymundo Faoro.

estratificar indivíduos ou grupos sociais é uma “doença”<sup>7</sup> (DUMONT, 1974) – incompatível com a nova ordem estabelecida após a desintegração do Estado imperial.

Então, a manutenção de privilégios comuns à ordem estamental numa sociedade de classes pode ser lida e interpretada por meio do *Conservadorismo Essencial*, traço pujante desse *mindset* compartilhado pelas classes dominantes brasileiras. Entretanto, o Estado brasileiro dos primeiros anos republicanos tem nas suas instituições a imagem e semelhança das instituições portuguesas? Aqui reside uma questão espinhosa que ainda hoje permeia o imaginário acadêmico brasileiro. Não podemos perder de vista que, assim que foi proclamada a República no Brasil, em 1889, houve uma tentativa ligeira de apagar os símbolos que remetesse ao nosso passado luso-brasileiro. Da mesma forma que, um ano após a Proclamação da República, houve uma tentativa de apagar séculos de escravidão negra da história oficial brasileira. A sociabilidade compartilhada pelas elites intelectuais, políticas e econômicas da Primeira República buscava agir de maneira similar com os traços portugueses. Símbolo de uma pretensa sociedade moderna, deveria estar alinhada às vogas francesas e estadunidenses (PRADO, 1895). Portanto, vincular-se às tradições e à cultura de Portugal era tomado como algo degradante para aquela sociedade brasileira recém-republicana.

Manoel Bomfim foi um ator social e teve suas ambiguidades. Homem de um tempo, enxergou os problemas de sua época com os instrumentos analíticos acessíveis ao período, ainda que tenha produzido interpretações sobre o Brasil distintas de parte significativa de seus contemporâneos. Deixou de participar de instituições de consagração, como por exemplo, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) e da *Academia Brasileira de Letras* (ABL), para esta última, ele foi convidado para ser um dos fundadores por alguns amigos ilustres, onde se destacava o bruxo do Cosme Velho, Machado de Assis. Inclusive, a pedido de Machado, Manoel Bomfim emprestou o espaço do *Pedagogium* para funcionar a ABL até a construção do prédio atual; já no caso do IHGB, Bomfim recusou porque era contrário à História oficial que era produzida pela instituição. Contradicoriatamente ou não, foi diretor de

---

<sup>7</sup> Em sociedades que se intitulam democráticas ou, no limite, próximas disto, a manutenção de hierarquias sociais pensadas, a partir de critérios raciais, constitui-se algo irracional, nos termos de Louis Dumont, “uma doença”.

Instituição Pública da administração do prefeito Pereira Passos, responsável pela remodelação, modernização e reorganização da cidade do Rio de Janeiro, que afastou os agentes sociais cujos caracteres econômicos e raciais não condiziam com uma sociabilidade em que o Brasil queria se inserir. Bomfim foi um ator social que esteve atento às transformações de seu tempo e buscou interpretar o Brasil que ele via transformando-se aceleradamente diante de seus olhos. Como sugeriu o sociólogo brasileiro Antonio Cândido, (1990), Manoel Bomfim foi um dos intelectuais

[...] mais originais e clarividentes que o Brasil teve em relação a problemas que no seu tempo eram propostos e estudados de maneira insatisfatória – como a nossa formação histórica, teor do nosso povo, a questão racial, a tendência conservadora das elites, o imperialismo norte-americano, etc. (CANDIDO, 1990, p. 10).

Em *A América Latina: males de origem*, o médico Manoel Bomfim abordou todos estes temas expostos na citação acima de Antonio Cândido. E Bomfim foi além, como sugeriu o antropólogo, Darcy Ribeiro (1993):

Só muitas gerações depois as interpretações magistrais de Manoel Bomfim entraram em curso, lidas todas em outros autores. Muito antes de Gilberto Freyre aprender isto em Nova Iorque – como a sabedoria mais sábia da Universidade de Colúmbia – Manoel Bomfim dizia com toda clareza que as taras do crioléu não vinham da raça, mas da escravidão [...] Caio Prado ainda estava nascendo quando Manoel Bomfim nos falava com exatidão do caráter classista, intrinsecamente tirânico e espoliativo, do Estado brasileiro, por isso mesmo, justamente odiado ontem e hoje pelo povo. Também antes do que qualquer outro, Manoel Bomfim nos deu o diagnóstico do racismo como a técnica ideológica européia de dominação e escravização. O próprio Gilberto, quando retoma essas teses, trinta anos depois, o faz torpemente, encantado que estava com a bondade do senhor de engenho. Até o reconhecimento dos méritos do português como povo com grande capacidade de assimilação e de adaptação é assinalado por Manoel Bomfim, que o faz sem cair nos tropicalismos coloniais de Gilberto. [...] Multiplicaram-se, depois de Gilberto, os autores que se acercavam da visão de Manoel Bomfim, tais como Arthur Ramos, Josué de Castro, Sérgio Buarque, Caio Prado. Nenhum deles, porém, o leu (RIBEIRO, 1993, p. 15).

Com os devidos cuidados tomados no que concerne às limitações temporais do autor. Manoel Bomfim apresentou em 1905, para o Brasil, pressupostos que representavam a fundação de uma barreira imaginária entre o pensamento hegemônico da intelectualidade brasileira e as suas teses originais para a época, muito

utilizadas posteriormente por outros intelectuais brasileiros, ainda que estes não o tenham lido e/ou citado diretamente.

## Referências

- AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido:** tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: ANPOCS/Topbooks, 2000.
- ALVES FILHO, Aluizio. **Pensamento político no Brasil – Manoel Bomfim:** um ensaísta esquecido. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- BOMFIM, Manoel. **A America Latina:** males de origem. Paris: H. Garnier, 1905.
- \_\_\_\_\_. **Cultura e educação do povo brasileiro.** Rio de Janeiro: Pongetti, 1931.
- \_\_\_\_\_. As fórmulas livrescas. In: PEREIRA, Gabriel Victor do Monte; SILVA, Menoel Cicero Peregrino da; et al (orgs). **Biblioteca Internacional de Obras célebres – v. XXIV.** 3. ed. Lisboa: Sociedade Internacional, sd, p. 11831-11841.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **Um enigma chamado Brasil – 29 intérpretes e um país.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Estudos Avançados**, São Paulo, 4(8), 1990, p. 5-18.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados:** o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia.** Brasília: UnB, 2001.
- DUMONT, Louis. Casta, racismo e estratificação. In: AGUIAR, Neuma (org). **Hierarquias em Classes.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. v. I. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro.** 4. ed. Porto Alegre/RS: Globo, 1977.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010.

- NOGUEIRA, Oracy. **Vozes de Campos do Jordão**. São Paulo: Revista Sociologia, 1950.
- PRADO, Eduardo. **A Illusão Americana**. 2. ed. Paris: Armand Colin et cie, Editeurs, 1895.
- RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. **América Latina: males de origem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva – volume 2**. Brasília: UnB, 1999.

# A racionalidade patrimonial: gênese e estrutura de uma ordem discursiva

Artur André Lins<sup>1</sup>

*Recebido em março de 2020  
Aceito em junho de 2020*

## RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão teórica sobre o tema do patrimônio cultural. Inspirado por Michel Foucault, o texto almeja proceder uma análise de discurso tomando como objeto de investigação a gênese e estrutura da racionalidade patrimonial. Nesse sentido, o argumento se ergue em 4 partes: 1) primeiro, mostro os fundamentos teóricos de uma ordem discursiva; 2) depois, reproduzo os enunciados de autores canônicos, mostrando como se constrói a disposição epistemológica da categoria “patrimônio”; 3) ainda, conduzo uma discussão sobre a ordem simbólica estatal, sobretudo o modo pelo qual a categoria de patrimônio cultural se ajusta ao projeto da modernidade, qualificando a integração do estado-nação; 4) por fim, discuto a dispersão dos enunciados do patrimônio cultural brasileiro na política do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural; Poder Simbólico; Estado-Nação; IPHAN.

**Heritage rationality: genesis and structure of a discursive order**

## ABSTRACT

This paper presents a theoretical debate on cultural heritage. Inspired by Michel Foucault, this paper intends to do discourse analysis taking as its object the genesis and structure of heritage rationality. In this sense, the argument is divided into 4 parts: 1) first, I show the theoretical foundations of a discursive order; 2) then, I reproduce the statements of canonical authors, showing how the epistemological disposition of the “heritage” category is constructed; 3) still, I conduct a discussion on the state symbolic order, especially the way in which the category of cultural heritage fits the project of modernity, qualifying the integration of the nation-state; 4) finally, I discuss the statements of Brazilian cultural heritage in the policy of the Institute of National Historical and Artistic Heritage - IPHAN.

**Keywords:** Cultural Heritage; Symbolic Power; Nation-State; IPHAN.

## Introdução

A palavra “patrimônio” se tornou difundida na sociedade brasileira desde o implemento da lei do tombamento, em 1937. Junto com a lei, a criação da instituição, uma autarquia federal, à época chamada de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

---

<sup>1</sup> Bacharel em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: aalins@hotmail.com.

Nacional (SPHAN), o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). São 83 anos de política patrimonial no Brasil. Reconhecido por ser um órgão de competência técnica, o IPHAN se constitui também enquanto uma instituição de pesquisa acadêmica. A área do patrimônio cultural é uma zona de descobertas que demanda aprendizados contínuos, descobertas e revisões periódicas.

O patrimônio cultural, este elemento partícipe da vida social, está permeado por conflitos de diversas estirpes, controvérsias de natureza conceitual e também disputas que afetam interesses econômicos, fundiários e políticos. O Instituto exerce poder de polícia com o objetivo de preservar o patrimônio edificado, deter a destruição de antiguidades, impedir os traficantes de obras de arte e os saques aos bens arqueológicos. Paralelamente, o Instituto atua na salvaguarda e inventário de formas culturais de vida, conhecimentos, saberes e fazeres imateriais. Até então são 1265 bens materiais tombados, 47 bens imateriais registrados, 26 mil sítios arqueológicos cadastrados, 590 bens ferroviários monitorados, 15 bens culturais inclusos na Lista do Patrimônio Mundial e dezenas de línguas indígenas inventariadas. A amplitude de ação do Instituto requer, além de qualificação técnica dos seus servidores, uma ação multidisciplinar. Infelizmente, no momento em que escrevo, o IPHAN voltou para a cena pública com o sinal negativo. A escolha da atual presidente do órgão, sem nenhuma consideração ao perfil técnico adequado, espelha o desprestígio generalizado pelo qual o setor cultural enfrenta. Vivemos um momento de desmonte da política cultural brasileira, estrutura rebaixada à secretaria de um Ministério do Turismo, onde o patrimônio cultural, particularmente, torna-se alvo privilegiado desse processo de arruinamento da memória e da identidade nacional. Doravante, busco lembrar, em caráter de reflexão sociológica, o significado e a função do patrimônio cultural nas ditas sociedades modernas. Investigo as formações discursivas, as funções simbólicas de poder e os enunciados da política patrimonial, notadamente do patrimônio cultural no contexto brasileiro.

## Fundamentos de uma ordem discursiva

O problema sociológico reivindicado por este ensaio de natureza interpretativa parte do entendimento de que toda e qualquer organização social está fundada em

práticas de administração simbólica da diferença, a regulação do *status* de pessoas e coisas, indivíduos e categorias. É por este motivo que o poder simbólico<sup>2</sup>, enquanto poder constituinte da realidade socialmente percebida, é o tema a ser desdoblado por determinações históricas particulares aos objetivos deste texto. Queremos investigar o exercício do poder simbólico desde o ponto de vista da regulação estatal do “patrimônio cultural”. Por isso, a problemática se traduz no objetivo geral: compreender as condições de possibilidade da enunciação patrimonial responsável pela administração do *status* de sujeitos e objetos partícipes de uma ordem simbólica estatal. Para tanto, propomos dois fundamentos.

Primeiramente, o fundamento da ordem simbólica. Sabemos, por via da tradição sociológica francesa (DURKHEIM & MAUSS, 2000; LEVI-STRAUSS, 2013; BOURDIEU, 2012), que dentre os temas privilegiados do pensamento social está a gênese das operações lógicas do entendimento humano enquanto função classificatória em geral. Este fundamento evoca uma dupla implicação: por um lado, a função social, integrativa e comunicativa das formas simbólicas; por outro, a função política, conflituosa e separativa das formas simbólicas. A estas funções conjugadas corresponde a hipótese de uma homologia estrutural entre o campo da produção simbólica e o campo da luta de classes entendida como luta por classificações. De acordo com este ponto de vista, a luta pelo poder simbólico consiste no emprego das estratégias de imposição dos esquemas de percepção e apreciação da realidade compartilhada, uma luta entre agentes e instituições diferencialmente capitalizados, os quais disputam pelo reconhecimento legítimo dos seus valores. Assim, importa não somente a operação de enunciar algo, mas, sobretudo, em que condições de autoridade é possível enunciar e reconhecer determinada enunciação. Ao considerar este trabalho de representação – fazer-ver e fazer-criar –, por um lado, a visão e a definição do mundo social são estruturadas objetivamente por vias de instituições investidas da autoridade necessária para produzirem e circularem as categorias de pensamento com as quais, por outro lado, os agentes, incorporando-as subjetivamente, acionam esquemas de percepção e apreciação da realidade compartilhada (BOURDIEU, 2012).

---

<sup>2</sup> Ver Pierre Bourdieu (2012, p. 14-15).

Em segundo, o fundamento da autoridade pública. Na construção desse problema, o fundamento da ordem simbólica soma-se ao fundamento da autoridade pública quanto à questão da fonte de legitimidade da enunciação oficial. Caberia ressaltar que, no lugar da base religiosa e da graça divina concedida ao Rei, a soberania, no caso dos modernos Estados-nacionais, encontrará sua fonte de legitimação secularizada em dois polos: 1) a forma simbólica do universalismo republicano – comunidade jurídica igualitária e racionalidade formal; 2) a forma simbólica do particularismo nacional – comunidade histórica que partilha de um mesmo destino e autoestilização do povo-nação. Estamos, assim, diante de uma tensão: um universal que se volta para dentro (soberania interna), e um particular que se volta para fora (soberania externa)<sup>3</sup>. O fundamento da autoridade pública conduz ao problema da ordem simbólica estatal, a qual pressupõe uma autonomia relativa. Essa autonomia relativa da autoridade pública reflete um aspecto central da estrutura política moderna: o processo de separação-diferenciação entre Estado e Sociedade Civil, o qual ganha contornos específicos de acordo com o padrão variável dado ao equilíbrio de contingências históricas<sup>4</sup>. Nesse sentido, do ponto de vista da autoridade pública moderna, a política torna-se a luta pela distribuição do produto nacional conforme a definição dos princípios e imperativos norteadores da administração governamental. A luta pela distribuição dos recursos no exercício do controle de populações evoca o problema da relação entre grupos de interesses organizados e o corpo técnico administrativo da burocracia. À proliferação de interesses organizados corresponde a proliferação de funções governamentais (BENDIX, 1996).

No enlace desses fundamentos, proponho a análise do patrimônio cultural enquanto objeto de uma ordem discursiva. Conforme Michel Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos e transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva [...] (FOUCAULT, 2014, p. 47).

---

<sup>3</sup> Ver: Habermas (2002).

<sup>4</sup> Ver: Sérgio Tavolaro (2005).

Esse tipo de análise se baseia na relação entre saber e poder. Para compreender o patrimônio cultural como objeto de uma ordem discursiva, segundo a orientação foucaultiana, precisamos delimitar a estrutura do discurso e a sua disposição epistemológica. O enunciado em dispersão, diluído em camadas subterrâneas da sociedade, é visível em fragmentos documentais a partir dos quais o discurso, como prática e como ordem, opera. O enunciado constitui um objeto ao passo que lhe dá visibilidade e dizibilidade, ou seja, uma existência social. A ordem discursiva, por outro lado, reproduz uma posição de sujeito para esse determinado objeto. A formação do objeto “patrimônio cultural” será analisada como um processo no interior de um ordem discursiva mais ampla, dentro de uma racionalidade ocidental. Essa racionalidade está ancorada em regularidades discursivas que buscarei destrinchar. Na composição do recorte, parto da condição de possibilidade da enunciação patrimonial e das mediações fundamentais. Observo, então, o emaranhado de predicações, os códigos e as circunstâncias históricas que geram e estruturam o domínio prático-discursivo ordenado pela categoria “patrimônio cultural”. Adiante, vejamos o sistema de crenças que configura a racionalidade patrimonial.

### **A estrutura da razão patrimonial**

A preferência pelo termo “patrimônio” já foi interpretada como um traço obsessivo<sup>5</sup> e fetichista<sup>6</sup> das nossas sociedades contemporâneas, uma categoria de pensamento<sup>7</sup> nitidamente em processo inflacionário. A evidência da profusão semântica do “patrimônio” conduz-nos a perguntar: qual seria a racionalidade atuante na determinação dessa categoria? Haveria uma razão patrimonial<sup>8</sup>? Etimologicamente, a categoria “patrimônio”, derivada do latim *patrimonium*, significa sorte de herança paterna, uma transmissão familiar da propriedade privada, salientando-se o fator da hereditariedade e do governo doméstico. Patrimônio, portanto, recebe uma conotação

---

<sup>5</sup> Ver Reginaldo Gonçalves (2007).

<sup>6</sup> Ver Mariza Veloso (2006).

<sup>7</sup> Ver Reginaldo Gonçalves (2009).

<sup>8</sup> Ver Dominique Poulot (2011).

principalmente jurídica, uma vez que, em sentido clássico, caracteriza o conjunto de direitos e obrigações incidentes sobre os bens pessoais portadores de valor econômico e pecuniário. Além de direitos e obrigações, o patrimônio qualifica também a identidade entre pessoas e coisas por meio da possessão em ato.

A categoria de pensamento “patrimônio”, aparecendo-nos como umbilicalmente associada à categoria “propriedade”, no léxico correspondente ao cânone cognitivo ocidental, está imbricada numa rede de outras categorias, noções e conceitos. No lado subjetivo, abstratamente, a possessão denota um ato expresso pelo verbo “apropriar”, transformar algo dado em alguma coisa outra por efeito da ação empreendida, um *fabrico* marcado pela *assinatura*. Do ponto de vista objetivo, a posse de uma família, espécie de ser coletivo, qualifica a fortuna como herança a ser transmitida. Vejamos os seguintes enunciados:

A **possessão** é, por um lado, o ato corporal e imediato de **apropriar-se**, e, por outro, o **fabrico** ou, enfim, a simples **assinatura** (HEGEL, 1997. p. 53). [grifo meu].

De tudo isso, é evidente que, embora a natureza tudo nos ofereça em comum, o homem, sendo **senhor de si próprio** e **proprietário de sua pessoa** e das **ações** ou do **trabalho** que executa, teria ainda **em si mesmo a base da propriedade** (LOCKE, 1973, p. 57). [grifo meu].

A **propriedade privada** é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do **trabalho exteriorizado**, da relação externa (*äusserlichen*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo (MARX, 2010, p. 87). [grifo meu].

A **família** não só é capaz de propriedade como, para ela, enquanto pessoa universal e perdurable, a posse permanente e segura de uma **fortuna** constitui uma **exigência** e uma **condição**. O elemento arbitrário das **exigências particulares do indivíduo** e da **ambição do desejo na propriedade abstrata** transforma-se aqui em **previdência** e **aquisição** para um **ser coletivo**, em algo, portanto, **objetivamente moral** (HEGEL, 1997. p.157-158). [grifo meu].

A **previdência administrativa** começa por realizar e **salvaguardar** o que há de **universal na particularidade** da sociedade civil, sob a forma de ordem exterior e de **instituições** destinadas a **proteger** e **assegurar** aquela imensidão de **fins e interesses particulares** que, efetivamente, no universal se alicerçam (HEGEL, 1997, p.211). [grifo meu].

O primeiro conjunto de enunciados revela um fundamento basilar: associada à propriedade na sua forma abstrata está a figura moderna do indivíduo, representação de

uma unidade indivisível, uma consciência de si que para si impõe volições particulares e ambições do desejo. Indivíduo e propriedade, pessoa e coisa, transsubstanciando-se, acham-se tramados pela fina agulha do trabalho de apropriação, dispêndio de energia subjetiva canalizada no ato de possessão e consequente transformação da matéria sensível exterior. Indivíduo e propriedade, portanto, ungidos pelo trabalho humano vital, dão luz à *persona*, “senhor de si próprio”, “proprietário de sua pessoa”, “estrita medida das suas posses”. A propriedade, sendo representação do “trabalho exteriorizado”, matéria bruta lapidada pela forma-pensamento, é a um só tempo o “fabrico” e a “assinatura” da personalidade em ação. No plano objetivo da estrutura social familiar, o enunciado da propriedade manifesta-se como “fortuna do ser coletivo”, verte-se, assim, em “previdência e aquisição”, o que equivale a planejamento e poupança com vistas às gerações futuras. A noção de previdência, dessa forma associada ao patrimônio, evoca a necessidade de precaução em face do risco iminente da perda<sup>9</sup> e a correspondente estratégia de sobrevivência, um risco para o qual é preciso construir determinado mecanismo de acautelamento e preservação, um seguro previdente capaz de salvaguardar a riqueza desse ou daquele domínio social. O referido processo de aquisição, por sua vez intimamente vinculado ao processo de acumulação dos valores apropriados, nos remete, em primeiro plano, ao patrimônio visto enquanto objeto de desejo, o que, em segundo plano, nos conduz às práticas de colecionamento implicadas neste gesto.

Mas em que sentido o gesto patrimonial, enquanto fabrico e assinatura de uma *persona*, sinaliza algo “objetivamente moral”? Para responder a esta pergunta, vamos nos reportar aos enunciados hegelianos. A moralidade objetiva é o segundo passo da liberdade abstrata, portanto, um passo além da propriedade individual, que, ao superar o limite da forma-subjetiva, atinge o conceito de “*substância concreta*”, ou seja, a representação da realidade objetiva que vislumbra a firmeza das leis e instituições em face do “círculo de necessidade” da vida social: “[...] os poderes morais que regem a vida dos indivíduos e que nestes indivíduos e nos seus acidentes têm sua manifestação, sua forma e sua realidade fenomênicas” (HEGEL, 1997, p.142). O domínio discursivo da

<sup>9</sup> Ver Reginaldo Gonçalves (2004).

necessidade moral objetiva reside, fundamentalmente, na teoria dos deveres, o pacto selado na permuta entre direitos e obrigações, a probidade estabelecida pelo contrato social. Concretamente, a necessidade da moralidade objetiva se traduz no comportamento geral, no costume, no hábito, quer dizer, precisamente no conceito de “segunda natureza”. As considerações a seguir resultam do esforço interpretativo de derivar os fundamentos da razão patrimonial a partir dos três momentos da moralidade objetiva segundo Hegel (1997), quer dizer, moralidade objetiva compreendida como unidade discursiva que se manifesta em distintos momentos conceituais, seja na Família, na Sociedade Civil ou na Constituição do Estado.

A Família é a consequência do casamento instituído, sendo o vínculo de uma obrigação jurídica que se expressa na propriedade e, sobretudo, perpetua-se pela instrução dos filhos e pela herança dos frutos conjugais, a primeira unidade de sobrevivência da reprodução social. A Sociedade Civil, o segundo momento do sistema da moralidade objetiva, está primeiramente assentada sobre o sistema das carências<sup>10</sup>, cuja mediação e satisfação se realiza pela divisão do trabalho social e as suas mútuas dependências, portanto, refere-se aos grupos secundários, às corporações e ao sentimento da honra profissional. O trabalho compreendido como mediação e satisfação, por um lado, é também elaboração, por outro, valor e utilidade costurados em produtos de esforços humanos compartidos. A riqueza objetiva, o valor socialmente reconhecido, é consequência da organização social do trabalho, a síntese das contribuições particulares encadeadas, dependentes e reciprocamente referidas, a diversidade dos dons e aptidões assimétricos e desiguais. A proteção legal do trabalho exteriorizado na forma-propriedade é, após o sistema das carências, o segundo princípio da Sociedade Civil, o qual corresponde à jurisdição, que é a ideia do direito na aplicação da lei, o conjunto de regras jurídicas que confirmam o código. O manejo do código é dado a uma espécie de jogo do conceito – o processo de codificação – realizado por instâncias socialmente autorizadas pela emulação do poder público, uma vez expresso na figura simbólica do tribunal.

---

<sup>10</sup> G. W. F. Hegel (1997, p. 173) diz: “A mediação da carência e a satisfação dos indivíduos pelo seu trabalho e pelo trabalho e satisfação de todos os outros: é o sistema das carências”.

O último princípio da Sociedade Civil, o fundamento da coação administrativa pela corporação, nos expõe à tensão do poder universal – qualidade daquilo que é publicamente reconhecido – com os círculos da contingência – qualidade daquilo que é particularmente desejado<sup>11</sup>. O equilíbrio entre a necessidade coletiva afirmada pelo sistema das carências e a liberdade das contingências particulares protegida pela jurisdição da propriedade dá-se por meio da administração de instituições públicas de finalidade coletiva, tais como instituições de interesse geral para os negócios do uso comum, os quais requerem a vigilância do poder publicamente estatuído e legítimo<sup>12</sup>. As atribuições do poder público estão garantidas pela Constituição do Estado, o terceiro momento da moralidade objetiva, a fundamentação moral da vontade substancial geral expressa pelo caráter político do corpo social. A representação do Estado enquanto fundamento da ordem pública sustenta-se pelo princípio da moral cívica<sup>13</sup>, o sentimento político patriótico, afirmando-se interna e externamente, o pertencimento a uma unidade de sobrevivência mais ampla. Na súmula dos poderes públicos delegados à representação da vontade geral por meio da Constituição do Estado político estão: o *poder legislativo*, referente à capacidade de definir e estabelecer o *universal*; o *poder de governo*, voltado para o contexto interno, é o exercício da integração dos particulares à unidade comum; o *poder do princípio*, voltado para o contexto externo, é a expressão da subjetividade do corpo social que se impõe soberano mediante outras unidades de sobrevivência.<sup>14</sup>

Nesse sentido, erguemos breves considerações que nos iluminam a gramática dessa razão patrimonial. Primeiramente, quanto ao sujeito, o patrimônio, sendo o fabrico e a assinatura de uma *persona*, é a identidade do indivíduo, da família, da corporação ou da pátria, portanto, uma categoria de pensamento que suporta diversas escalas de apropriação, individuais ou comunitárias, mensuradas por gradientes valorativos históricos e contextuais. Posteriormente, quanto ao objeto, o patrimônio – o trabalho, a propriedade, a fortuna, a riqueza – é o valor socialmente atribuído na transmissão da herança, a continuidade histórica e a salvaguarda da tradição, a

<sup>11</sup> Ver Hegel (1997, p. 202).

<sup>12</sup> Ver Hegel (1997, p. 204).

<sup>13</sup> Ver Durkheim (2002).

<sup>14</sup> Ver Hegel (1997, p. 246-247).

temporalização do passado-feito-presente, assim como sugere a ambiguidade da fórmula jurídica “*Le Mort Saisit Le Vif*”, ao herdeiro legítimo a posse sobre a herança do defunto, o instante mesmo em que o morto se apodera do vivo<sup>15</sup>. Sendo valor socialmente atribuído, o patrimônio demanda uma predicação coletiva, o reconhecimento público da sua qualidade e pertencimento, quer seja como posse individual ou fortuna coletiva, em virtude do pacto selado na permuta de prestações e contraprestações do sistema compensatório, o código civil. Tudo se passa como se a razão patrimonial fosse guiada por uma sequência de pares conceituais substantivos: identidade-aquisição; transmissão-previdência; reconhecimento-moralidade. O primeiro momento é a aquisição, o trabalho de apropriação, as práticas de colecionamento, a seleção dos conteúdos, a acumulação dos valores – a construção da identidade. O segundo momento é a previdência, a visão prospectiva da continuidade histórica, o planejamento e a poupança estratégica das condições futuras, o paradigma da preservação, da salvaguarda e da sustentabilidade – a transmissão da tradição. O terceiro momento é o último estágio da moralidade objetiva, a particularidade que ascende à universalidade da ordem pública no processo de codificação das relações sociais – o reconhecimento dos valores.

### A gênese da ordem simbólica estatal

Michel Foucault diz:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012, p. 8-9).

A produção do discurso sobre a origem – a herança e o passado – não é um privilégio exclusivo das modernas sociedades ocidentais. O processo de controle e transmissão da memória faz parte da organização de qualquer sociedade. No entanto, a elaboração dessa memória social é feita de acordo com o contexto, como o culto moderno-ocidental do patrimônio. Françoise Choay (2006) localiza o germe desse

---

<sup>15</sup> Ver Pierre Bourdieu (2012, p. 75).

respectivo culto nos humanistas italianos do *Quattrocento*, com a recuperação da antiguidade pagã greco-romana e das suas ruínas. A propósito dos séculos XVII e XVIII, a historiadora francesa argumenta sobre a generalização da noção de “antiguidades”, tornando-se disseminada entre indivíduos da alta classe europeia – eruditos e colecionadores –, designados como “antiquários”. Dessa forma, o modelo de conservação da antiguidade clássica foi aplicado ao domínio das chamadas “antiguidades nacionais”. A ideia de “patrimônio” só é encampada, de maneira institucional, no momento posterior à Revolução Francesa, com o espírito nacionalista e a preservação dos monumentos do Antigo Regime contra ações de vandalismo. No século XIX, a Europa viu proliferar museus, instituições e leis dedicadas à proteção do patrimônio.

Os atos de “colecionar” e “expor” são inerentes ao processo de formação da identidade ocidental<sup>16</sup>. O colecionismo, de certa maneira, está na base do culto do patrimônio e os gestos de acumulação, apropriação e entesouramento são guias da concepção patrimonial que se afiança em critérios de totalidade, continuidade (linearidade) e essência. Roy Wagner (2012, p. 52) escreveu sobre a tendência de conceber a “cultura” *como se fosse coisa*, sendo possível possuí-la. Conforme este autor, o termo *cultura* recebe um sentido restrito ou ampliado, enquanto conjunto de atividades e bens específicos ou todo um modo de vida, em sentido “marcado” e outro “não-marcado”, em conotação de culto/cultivado – no conceito erudito de belas-artes – ou em conotação antropológica. Para Wagner (2012, p. 81), a palavra “cultura” “[...] encarna um ideal de refinamento humano”. O dito “patrimônio cultural” traduz esse ideal de refinamento humano ao nível de uma coletividade. A ideia de patrimônio, como um fato cultural por si, constitui ela própria um tipo de invenção da cultura. Barbara Kirshenblatt-Gimblett (2004) qualifica esta particular invenção como um fenômeno criativo de produção metacultural. No entanto, não bastaria simplesmente dizer que algo é ou não é patrimônio cultural quando há um “discurso autorizado”<sup>17</sup>, um processo de legitimação mediado por práticas institucionais de poder.

A categoria de pensamento “patrimônio” será compreendida não só como parte de um sistema de crenças, mas também como uma tecnologia estatal de governo

<sup>16</sup> Ver James Clifford (1994, p. 73).

<sup>17</sup> Ver Laurajane Smith (2006).

responsável pela aplicação dos instrumentos de atribuição seletiva de valores e titularidades públicas. A questão de fundo permanece sendo a gênese social do valor. Seria o valor uma propriedade imanente às coisas? Seria o valor um sentido imputado? O conceito de valor, como se sabe, não é passível de definição *a priori*, sendo dependente da determinação histórica das relações sociais. Para Max Weber, o valor representa tudo aquilo que pertence à investigação sociológica, ou seja, o sentido imputado:

O conceito de cultura é um **conceito de valor**. A realidade empírica é “cultura” para nós porque e na medida em que a relacionamos a **ideias de valor**. Ela abrange aqueles e somente aqueles componentes da realidade que através desta relação tornam-se **significativos** para nós (WEBER, 2008, p. 92). [grifo meu].

Émile Durkheim, por sua vez, entende que o valor, enquanto fenômeno social, desempenha funções religiosas a partir do reconhecimento de uma propriedade mágica – tal como o *mana* – e, por eficácia simbólica, qualifica as relações de poder:

Além do mais, o valor econômico é uma espécie de poder e nós conhecemos as origens religiosas da ideia de poder. A **riqueza pode ser conferida pelo mana**; ela portanto o tem. Por isso se percebe que as ideias do valor econômico e do religioso não deixam de ter alguma relação. Mas a questão de saber qual é a natureza dessa relação não foi ainda estudada (DURKHEIM, 2008, p.496). [grifo meu].

Por isso, adotamos a concepção do valor como atribuição de sentido socialmente reconhecido, portanto, como propriedade medida por uma eficácia simbólica no curso das relações sociais que lhe dão causa. Para entender a enunciação patrimonial como uma tecnologia de governo, cabe perceber os instrumentos que negociam os valores socialmente reconhecidos. Tal como a linguagem, a atribuição seletiva dos valores demanda certos predicados que lhes acompanham – artístico, histórico, paisagístico, etnográfico e geográfico – para qualificar a raridade dos edifícios, práticas, artefatos e lugares consagrados (ARANTES, 2010). Se os bens patrimoniais não possuem significados intrínsecos, tampouco são dependentes das próprias enunciations para serem socialmente reconhecidos, eles por vezes contam com os instrumentos disponíveis para negociar a visibilidade e a divulgação dos seus valores, dentre os quais

se incluem: valores cognitivos, valores formais, valores afetivos e valores éticos (MENESES, 2009).

A enunciação patrimonial refere-se a tecnologias de governo que exercem a divulgação dos valores socialmente reconhecidos por meio de um tipo de certificação oficial. A legitimidade dessas respectivas tecnologias de certificação está ancorada em uma ordem simbólica estatal. Se se objetiva compreender as condições de possibilidade da enunciação patrimonial, será necessário precisar as formações discursivas que amparam, por um lado, a autoridade pública – a forma simbólica do universalismo republicano –, e, por outro lado, a comunidade política nacional – a forma simbólica do particularismo nacional. Para tanto, é importante mencionar duas formações discursivas que estruturam a ordem simbólica da razão patrimonial: o Romantismo e o Iluminismo. A primeira formação discursiva, implicada ao contexto intelectual alemão, se estrutura por três principais conceitos: *Kultur*, *Volk* e *Bildung*. O romantismo visto como um movimento cultural oferece um tipo de imagem idílica do povo enquanto “comunidade”. Ainda, esse ideário assume o conceito de “cultura” enquanto cultivo do espírito autêntico, excepcional, genuíno e original. A segunda formação discursiva, implicada ao contexto intelectual francês, se estrutura por outros três conceitos: *Peuple*, *Citoyen* e *Civilisé*. Temos, aqui, a razão abstrata universal como parâmetro, a noção de povo e cidadania como substrato simbólico da república e a civilização enquanto o domínio sobre a natureza (ELIAS, 1993; WILLIAMS, 2011; MARTÍN-BARBERO, 2015).

Essa tensão entre a sensibilidade romântica e a racionalidade iluminista nos conduz aos atributos da *modernização política ocidental*, um processo histórico marcado pela emergência da forma de governo representada pelo tipo ideal do Estado-nacional moderno em face do declínio da estrutura política medieval. É comum vincular tal processo de *modernização* ao contexto histórico das Revoluções Políticas do final do século XVIII – francesa e americana, especialmente –, o que não deve nublar-nos a visão sobre outras formações históricas posteriores e paralelas a partir de um esforço sociológico comparativo. A partir de determinado referencial teórico (WEBER, 2012; BENDIX, 1996; HABERMAS, 2002), poderíamos dizer que o fundamento da modernização política é a separação-diferenciação entre a estrutura social e o exercício de funções judiciárias e administrativas, portanto, a especialização funcional do aparato

estatal com base na separação entre Estado e Sociedade Civil – especialização expressa na adjudicação das disputas legais, na arrecadação tributária de rendas, no controle da moeda corrente, no recrutamento militar, na organização do sistema postal, na construção de obras públicas e, principalmente, na manutenção do quadro administrativo formado por um corpo burocrático de funcionários públicos. Essa pretensa separação-diferenciação sinaliza uma revolução no tipo de governo doméstico e, consequentemente, uma transformação nas fontes de legitimação da ordem vigente. O exercício legítimo da autoridade não está mais condicionado à graça divina do Rei ou ao privilégio hereditário definido por consanguinidade, mas à fonte secularizada do sistema de representação político legado da Revolução Francesa, ou seja, a assembleia unificada de legisladores cujo suporte é a autoridade pública da comunidade política nacional.

A discussão sobre a especialização administrativa do aparato estatal acompanha as implicações teóricas do modelo histórico-genético (ELIAS, 1993; BOURDIEU, 2013), o qual apresenta a longa-duração na formação dos modernos Estados-nacionais a partir da monopolização de funções e da concentração de capitais – capital militar, capital fiscal e capital de informação. Se nos interessamos pela legitimação da ordem simbólica estatal, convém destacar a concentração do capital de informação como um processo por meio do qual os poderes públicos mobilizam instrumentos de acumulação de conhecimento sobre o estado dos recursos disponíveis e como gerenciá-los. Por este motivo, considera-se o recenseamento, a estatística, a contabilidade nacional e os inventários informativos, por exemplo, instrumentos de acumulação de informações estratégicas para o controle governamental amparados por métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e aparelhos de verificação. Seriam esses instrumentos tecnologias de governo, por vezes difusas e dispostas em rede, amparadas pelo cálculo tático e pela técnica informativa, que constituem o poder administrativo da instituição estatal e corroboram uma nova “arte de governar” – *a governamentalidade*<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Michel Foucault (1995, p. 291-292) diz: “E com esta palavra quero dizer três coisas: 1 – o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança; 2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania,

– por meio da qual o alvo privilegiado é a “população”, um conjunto heterogêneo de recursos disponíveis a serem gerenciados (FOUCAULT, 1995).

Atribui-se ao processo de concentração do capital de informação o efeito de unificação teórica<sup>19</sup>. É exatamente o capital de informação que organiza a gramática da burocracia moderna – os dispositivos legais – e, por seu turno, impõe a codificação através da qual a Constituição do Estado se consagra enquanto instância autorizada de nomeação<sup>20</sup>. Uma das exigências para a concentração e circulação do capital de informação é a codificação jurídica, a linguagem oficial do direito, o qual é uma instituição social que expressa a normatividade de relações sociais historicamente determinadas. A codificação jurídica, ainda que historicamente relativa, reivindica o ponto de vista da ficção universalista. Verifica-se, portanto, uma “nostalgia metafísica do fundamento absoluto”<sup>21</sup> no seio da construção doutrinária do direito positivo, o reconhecimento da autoridade legítima do código. A respeito das repercussões práticas dessa codificação, Pierre Bourdieu (2012, p. 215) salienta para ao menos três efeitos do enunciado normativo. O primeiro deles, o “efeito de apriorização”, corresponde à própria lógica de funcionamento do campo jurídico, fazendo justiça a sua vocação transcendental e impondo uma retórica da impessoalidade e da neutralidade. O “efeito de neutralização” se expressa no predomínio das construções passivas que dão objetividade às frases imparciais, por exemplo. O terceiro, o “efeito de universalização”, é caracterizado pelo recurso ao indicativo na terceira pessoa do singular no uso da retórica de atestação oficial. A universalização da forma do saber jurídico, elevada por

disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes; 3 – o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado”.

<sup>19</sup> Pierre Bourdieu (2013, p.105) diz: “A Cultura é unificadora: o Estado contribui para a unificação do mercado cultural ao unificar todos os códigos – jurídico, linguístico, métrico – e ao realizar a homogeneização das formas de comunicação, especialmente a burocrática. Por meio dos sistemas de classificação inscritos no direito, dos procedimentos burocráticos, das estruturas escolares e dos rituais sociais, especialmente notáveis no caso da Inglaterra e do Japão, o Estado molda as *estruturas mentais* e impõe princípios de visão e divisão comuns, formas de pensar que estão para o pensamento culto assim como as formas primitivas de classificação descritas por Durkheim e Mauss estão para o ‘pensamento selvagem’, contribuindo para a construção do que designamos comumente como identidade nacional – ou, em linguagem mais tradicional, o caráter nacional”.

<sup>20</sup> Pierre Bourdieu (2013, p. 107-108) diz: “Segue-se que o Estado, que dispõe de meios de impor e de inculcar princípios duráveis de visão e divisão de acordo com suas próprias estruturas, é o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico”.

<sup>21</sup> Ver: Pierre Bourdieu (2012, p. 215).

uma generalidade e omnitemporalidade doutrinárias que, além de supor valores intersubjetivos e um consenso ético, opera pela enunciação de formas fixas e fórmulas lapidares, a saber, os tipos de veredicto, decreto, lei, convenção, declaração, certificado e título.

A legitimação da ordem simbólica estatal que encontra na codificação jurídica a sua forma de expressão mais lapidar acompanha a racionalização administrativa da burocracia moderna, a formação de quadros administrativos de funcionários públicos que se sujeitam a uma sistematização impessoal e hierárquica, uma ordem monocrática para a qual a disposição dos comandos obedece à autoridade pública dirigente. Nesse sentido, a complexidade da estrutura organizacional do moderno Estado-nacional revela uma tensão característica que expõe a relação entre os órgãos – os quadros administrativos autorizados – e os membros – os fiadores de uma comunidade política. Ao reivindicar a independência e autonomia do quadro administrativo – separação-diferenciação – como meio para garantir a neutralidade em face do bem público, os funcionários são requisitados a assumirem uma posição legal de autoridade ancorada em princípios técnicos de observação e conduta. Ao mesmo tempo, considerando que a administração governamental está à serviço de uma comunidade política no provisionamento das suas respectivas demandas, a relação entre o quadro administrativo e o público-alvo é constantemente atravessada pela ação de grupos de interesses e pressão orientados por objetivos políticos. Há, portanto, uma incerteza quanto ao limite da ação empreendida, se e quando é estritamente política ou técnica, se e quando há autonomia ou influência externa nas decisões oficiais.

O problema evocado pela relação entre o corpo administrativo autorizado e os grupos de interesses difusos ou organizados refere-se a uma dimensão propriamente política, muito embora decisões políticas possam tomar o disfarce de justificativas técnicas. A política, portanto, será vista não como delegação de poderes soberanos – tal como no sistema de vassalagem – mas como distribuição do produto nacional a partir da canalização dos recursos arrecadados. O cálculo a partir do qual são distribuídos esses recursos obedece a princípios norteadores da administração governamental, imperativos que orientam as tomadas de decisão entre cursos de ação administrativa alternativos. A negociação conflituosa desses princípios e imperativos da administração governamental

depende, entre outros fatores, do modo como os interesses envolvidos são historicamente consultados e acatados enquanto demandas públicas por reconhecimento. Por esse motivo, a participação e a mobilização social, as trocas de influência entre Estado e Sociedade Civil, são constitutivas da complexidade organizacional administrativa, sendo o alongamento nas cadeias de comando dessa mesma estrutura burocrática uma consequência da proliferação dos interesses organizados a que correspondem novas funções governamentais (BENDIX, 1996).

Vimos, portanto, que a legitimação da ordem simbólica estatal está vinculada ao poder simbólico da codificação jurídica e a sua respectiva racionalidade formal. Mas também apontamos para o modo como a estrutura política moderna, marcada por um processo de burocratização, expõe o conflito entre grupos de interesses difusos ou organizados e o quadro administrativo da autoridade pública. Qual seria a fonte de legitimidade da autoridade pública para arbitrar uma constelação de interesses tão difusa quanto extensa e, ainda, oferecer suporte simbólico a uma forma de integração social calcada na unidade territorial?

Por um lado, intuímos a existência de uma ficção racial-jurídica que supõe o voluntarismo da associação de jurisconsortes livre e iguais, a religião cívica e a atitude moral republicana, fixando um proceduralismo legal a partir do princípio plebiscitário, a base da igualdade abstrata que afirma o indivíduo como categoria política central: o universalismo enquanto forma simbólica de uma comunidade jurídica igualitária<sup>22</sup>. Por outro lado, há uma lacuna<sup>23</sup> nessa ficção jurídica republicana, o voluntarismo altruísta é uma justificativa precária para definir os limites da comunidade política e o correspondente sentimento de pertencimento e coesão solidária. Por isso, o mito do povo-nação preenche essa lacuna ao referir-se a uma comunidade de ascendência originária por delimitação negativa entre o próprio e o estrangeiro, qualificando as fronteiras físicas e simbólicas por movimentos da inclusão abstrata e exclusão concreta<sup>24</sup>. A força integrativa do nacionalismo moderno provém da sua capacidade de autoestilização, autocompreensão e autocertificação da comunidade

---

<sup>22</sup> Ver Norberto Bobbio (2004).

<sup>23</sup> Ver Habermas (2002).

<sup>24</sup> Ver Jesús Martín-Barbero (2015).

política: o particularismo enquanto forma simbólica fundada na origem comum do “povo”. Estamos diante de uma tensão característica, um universal que se volta para dentro e afirma a soberania interna, e um particular que se volta para fora e posiciona a soberania externa. Em síntese, como diz Habermas (2002, p. 132): “Permitiu-se que a tensão entre o universalismo de uma comunidade jurídica igualitária e o particularismo de uma comunidade histórica que partilha de um mesmo destino integrasse a conceitualidade do Estado nacional”.

A razão patrimonial pensada à luz da estrutura política moderna qualifica o padrão de integração social ao nível da abstração simbólica. Na sua representação clássica, a imagem do povo-nação espelha a fortuna, a grandeza e a soberania de uma identidade política coletiva. Visto por nós como efeito de práticas discursivas, o patrimônio, na esteira da invenção das tradições nacionais<sup>25</sup> – “criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político” (HOBSBAWN, 1997, p. 22) – revela o processo de construção do “transcendental histórico comum”<sup>26</sup>, seja por via da teatralização e ritualização dos elementos simbólicos da tradição<sup>27</sup>, seja por via da sedimentação da comunidade nacional imaginada<sup>28</sup>.

### **Enunciados do patrimônio cultural brasileiro**

No Brasil, desde 1937, a instituição responsável pelo patrimônio cultural é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Criado durante o Estado-Novo, no período autoritário do governo de Getúlio Vargas, a política do patrimônio cultural recebeu atenção dos intelectuais modernistas. Mário de Andrade e

<sup>25</sup> Sobre a noção de tradição inventada, Eric Hobsbawm (1997, p. 9) diz: “[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tática ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma comunidade em relação ao passado”.

<sup>26</sup> Pierre Bourdieu (2013, p. 116) diz: “A construção do Estado é acompanhada pela construção de uma espécie de transcendental histórico comum, imanente a todos os seus sujeitos. Através do enquadramento que impõe às práticas, o Estado instaura e inculca formas e categorias de percepção e de pensamento comuns, quadros sociais da percepção, da compreensão ou da memória, estruturas mentais, formas estatais de classificação”.

<sup>27</sup> Ver Eric Hobsbawm (1997).

<sup>28</sup> Ver Benedict Anderson (1983).

Rodrigo Melo Franco de Andrade, no antigo Ministério da Educação e Saúde, à época comandado por Gustavo Capanema, são os dois grandes precursores dessa política no país. Ao lado deles, outros intelectuais como Lúcio Costa, Carlos Drummond e Aloísio Magalhães também marcaram presença. Ao longo dos mais de 80 anos de existência, a política do patrimônio cultural se transformou, abrangendo novos conceitos, abordagens, metodologias e instrumentos jurídicos.

Regulamentado pelo Decreto-Lei nº. 25 de 1937, inspirado pela lei francesa do *classement*<sup>29</sup>, o instrumento jurídico de patrimonialização chamado *Tombamento* concebe a proteção dos bens móveis e bens imóveis de interesse público, os quais são justificados pelo pertencimento aos “fatos memoráveis da história do Brasil”, bens culturais considerados de “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”<sup>30</sup>. Esse primeiro período, conforme um documento que periodiza a história institucional<sup>31</sup>, é classificado como fase heroica. Em segundo momento, na chamada fase moderna do IPHAN, que se inicia no final da década de 1970, o conceito de patrimônio cultural passa a abranger, além das expressões materiais de edificações e belas artes, os saberes e fazeres da cultura popular cotidiana, culminando com o surgimento da ideia de “patrimônio cultural imaterial”, regulamentado pelo Decreto nº. 3551 de 2000, o qual cria o instrumento chamado *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial*. Essas são as duas principais vertentes institucionais do patrimônio cultural como compreendido pelo Estado brasileiro. Em comum, penso que essas duas modalidades de reconhecimento se justificam por uma racionalidade patrimonial comum, ainda que importantes diferenças conceituais separem ambas as linhas de ação institucionais. Adiante, destaco enunciados do discurso patrimonial brasileiro, ressaltando as suas duas principais vertentes.

Em artigo publicado em *O Jornal*, 30 de outubro de 1936, Rodrigo Melo Franco de Andrade, comentando o projeto de criação do IPHAN enviado à Câmara dos Deputados, escreve:

---

<sup>29</sup> Ver Maria Cecília Londres Fonseca (1997).

<sup>30</sup> Ver BRASIL (2013, p. 25-33).

<sup>31</sup> Ver IPHAN (1980).

O que o projeto governamental tem em vista é **poupar à Nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão** do que há de mais precioso no seu patrimônio. Grande parte das obras de arte mais valiosas e dos bens de maior interesse histórico, de que a coletividade brasileira era depositária, tem desaparecido ou se arruinado irremediavelmente, em consequência da inércia dos poderes públicos e da ignorância, da negligência e da **cobiça dos particulares**. [...] E, assim, se faltarem, acaso, por mais tempo, as medidas enérgicas requeridas para a preservação desses valores, não serão apenas as **gerações futuras** de brasileiros que nos chamarão a contas pelo dano que lhes teremos causado, mas é desde logo a opinião do mundo civilizado que condenará a nossa desídia criminosa, pois as obas de arte típicas e as relíquias da história de cada país não constituem o seu patrimônio privado, e sim um patrimônio comum de todos os povos. [...] A poesia de uma igreja brasileira do período colonial é, para nós, mais comovente do que a do Partenon. E qualquer das estátuas que o Aleijadinho recortou na pedra-sabão para o adro do santuário de Congonhas nos fala mais à imaginação que o Moisés de Miguel Ângelo. [...] Entre nós, os poderes públicos não devem permanecer inertes, em face do **risco** que corre o que ainda resta dos **valores artísticos e históricos nacionais** (ANDRADE, 1987, p. 48). [grifo meu].

No trecho acima, salta aos olhos o testemunho dessa racionalidade que procuramos descrever. O compromisso previdente com as gerações futuras, a responsabilidade histórica da preservação contra o perecimento, contra a evasão e, sobretudo, contra a cobiça dos particulares. A afirmação da identidade, a transmissão da tradição e o reconhecimento dos valores excepcionais. O caráter documental dessas palavras escritas por Rodrigo Melo, marcando o clima intelectual de época que originou a política institucional, ressoa as regularidades de um discurso que transcende as fronteiras de uma unidade político-nacional, efeito da dispersão dos enunciados de uma ordem discursiva modernizadora – a razão patrimonial. No mundo sob impacto da Primeira Guerra Mundial, a preocupação com os monumentos cresceu entre os partícipes da Sociedade das Nações, que em 1931 lançou o documento de referência chamado *Carta de Atenas*, que dispunha de específicas recomendações técnico-conceituais de preservação e restauro centradas no patrimônio edificado.

Em 1964, ano em que o Brasil ingressava em um longevo período ditatorial, foi publicada, por iniciativa da Organização das Nações Unidas, a *Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos*, conhecida como *Carta de Veneza*. Nesse

momento, uma perspectiva mais ampla e dinâmica da ideia de patrimônio se coloca. Conforme diz o documento<sup>32</sup>:

Art. 1.º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (UNESCO, 1964).

Paralelamente, em 1972, outro movimento de ampliação do conceito de patrimônio cultural se efetiva com a adoção da *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Nesse documento referência, o patrimônio cultural é visto para além dos monumentos, incluindo conjuntos e lugares notáveis “[...] que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico” (BRASIL, 2014, p. 23). Então tornava-se visível uma paulatina antropologização da política patrimonial. No Brasil, o primeiro impacto dessa transformação conceitual mostrou-se pela aplicação do tombamento para a proteção de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, e não somente edificações individualizadas. O implemento do Programa de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH), em 1973, reforçou essa tendência adicionando a justificativa do impacto turístico<sup>33</sup>. Outra reverberação dessa ampliação conceitual deve-se à influência do artista plástico, Aloísio Magalhães, que presidiu a instituição de 1979 até 1982, ano de seu prematuro falecimento. Aloísio trouxe consigo a experiência do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) para dentro do IPHAN, provocando, desse modo, uma inovação no teor doutrinário da política do patrimônio. Em entrevista publicada no *Jornal do Brasil*, 11 de maio de 1979, Aloísio Magalhães, perguntado sobre os planos para o IPHAN, responde:

O ponto de partida é a relação entre o **conceito clássico do Iphan** e o trabalho que começamos no **Centro Nacional de Referência Cultural**. O que acontece é o seguinte: a aproximação que o CNRC deu ao conceito de **bem cultural** atinge uma área de que o Patrimônio não estava cuidando. Ou seja: o **bem cultural móvel**, as atividades do povo, as atividades artesanais, os hábitos

<sup>32</sup> Acesso ao documento no site do IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em 01/06/2020.

<sup>33</sup> Ver Sandra Corrêa (2012).

culturais da comunidade. O Patrimônio atuava **de cima para baixo** e, de certo modo, com uma concepção principalmente elitista. A igreja e o prédio monumental são bens culturais, mas de um nível muito alto. São o resultado mais apurado da cultura. O CNRC procura trabalhar **de baixo para cima**. Pela própria razão de ser, uma atividades popular não tem consciência de seu valor. Quem faz uma igreja sabe o valor do que faz. Mas quem trabalha o couro, por exemplo, nem sempre. Desse contraponto pode surgir uma hipótese – de que o CNRC começava a tocar nas **coisas vivas**, enquanto o Iphan se preocupava, principalmente, com as **coisas mortas**. Pelo contrário, é através das **coisas vivas** que se deve verificar que as do passado não devem ser tomadas como mortas. O Iphan estava convencido dessa necessidade de revitalizar o passado, para ele não morrer (MAGALHÃES, 2017, p. 246-247). [grifo meu]

A oposição entre as “coisas mortas” e as “coisas vivas”, como diz o próprio Aloísio Magalhães, constitui uma falsa dicotomia, uma divisão que deve ser superada, de modo que são as coisas vivas, a dinâmica do mundo cotidiano, que reacende o valor das ditas coisas mortas. Nesse momento, há um certo deslocamento na concepção de patrimônio a partir da noção de “referência cultural”<sup>34</sup>. Essa respectiva noção se caracteriza por incluir os bens do fazer popular cotidiano, conferindo importância ao papel desempenhado pela sociedade civil, pelos grupos sociais detentores e partícipes do bem patrimonial. Por longo período, a preservação do patrimônio brasileiro esteve em sintonia com o projeto de poder da etnia branca, da religião católica e das elites políticas, econômicas e militares<sup>35</sup>. O elitismo da política patrimonial constituía alvo de críticas legítimas.

Um momento emblemático para a trajetória da política de preservação no Brasil é o tombamento, em 1984, de um icônico templo de candomblé, o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, localizado em Salvador-BA. Seria a primeira vez que a tradição afro-brasileira obtinha reconhecimento oficial enquanto patrimônio cultural. Na reunião do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme o membro-conselheiro e relator do caso em tela, o antropólogo Gilberto Velho (2006), este acontecimento provocou reações no conjunto do corpo técnico do Instituto e nos demais setores da sociedade civil. Segundo a memória do relator, questionava-se o uso pretensamente “demagógico” do tombamento pelos critérios de monumentalidade e valor estético. Na outra linha, o argumento favorável considerava o critério de

<sup>34</sup> Ver Pedro Clerot (2019).

<sup>35</sup> Ver: Joaquim Falcão (1984).

“sacralidade” e o valor histórico do primeiro terreiro de culto afro-brasileiro registrado. Gilberto Velho conta que houve uma mobilização social de artistas, intelectuais, jornalistas, políticos e lideranças religiosas que faziam pressão positiva pelo reconhecimento. A presença do Cardeal Primaz do Brasil na reunião do Conselho, exercendo pressão negativa, sinalizava o incômodo de setores conservadores da igreja católica. Segundo consta, 7 conselheiros ausentaram-se, 1 votou pelo adiamento, 2 se abstiveram e 3 votaram favoravelmente ao reconhecimento (VELHO, 2006, p. 239). Em jogo: a simbologia do Estado e suas relações com a sociedade civil.

Posteriormente a este fato, diversos bens referentes à cultura afro-brasileira foram reconhecidos, entre eles outros terreiros e também a Serra da Barriga, em União dos Palmares/AL, elevando a memória de luta e resistência do quilombo. A Constituição Federal de 1988 consolida, normativamente, as diretrizes de ampliação da política patrimonial brasileira, em que aparecem os enunciados a seguir:

**Art. 215, § 1º.** O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os **bens de natureza material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de **referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira** (BRASIL, 2013, p. 19-21). [grifo meu]

As fórmulas lapidares da Constituição remetem ao momento em que o patrimônio passa a ser visto pela ótica da diversidade cultural. O objetivo, desse modo, não é mais fixar uma tradição civilizatória única e totalizante, mas abranger o aspecto acentuadamente multicultural e multiétnico da formação nacional. Esse desdobramento conduziu decisivas alterações no implemento do tombamento, por um lado, e também provocou o surgimento de um novo instrumento de reconhecimento patrimonial, o chamado *Registro*. Este último, por sua vez, concebe como alvo, considerando os critérios de relevância nacional e continuidade histórica, os saberes – conhecimentos e modos de fazer –, as celebrações – festas que marcam a religiosidade e o entretenimento

–, as formas de expressão – manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas –, os lugares – mercados, feiras, santuários, praças e outros espaços<sup>36</sup>.

## **Considerações finais**

Ao começar esse texto, apontei para dois fundamentos: a constituição da ordem simbólica e suas funções integrativas e separativas, bem como o exercício de legitimidade da autoridade pública, ancorada no universalismo republicano e no particularismo nacional. Procurei demonstrar que a racionalidade patrimonial é estruturada por três pares conceituais substantivos: identidade-aquisição; transmissão-previdência; reconhecimento-moralidade. Em seguida, discorri a respeito da gênese da ordem simbólica estatal como um processo histórico de acumulação e concentração de capitais: militar, fiscal e informacional. A racialização do patrimônio cultural corresponde a este esquema: construção de uma ordem simbólica estatal, investida de autoridade legítima, que visa afirmar uma identidade coletiva, transmitir uma herança e reconhecer valores. Nisso, se processa a seleção e o esquecimento.

No entanto, a política está sempre condicionada historicamente por decisões institucionais que lhe dão forma, seja na escolha dos objetos prioritários, dos instrumentos jurídicos aplicados e dos agentes públicos – funcionários de governo – que atuam. O teor doutrinário das políticas patrimoniais altera-se com o passar do tempo, alterando-se também a percepção que se tem do passado e do presente de uma sociedade, bem como transformando a percepção daquilo que merece ser reconhecido e preservado como herança. Ressaltei para as duas principais vertentes da política. Aquela que corresponde a uma fase inicial e uma outra que se sucede com o passar dos anos. Essas vertentes, embora distintas e separadas institucionalmente até hoje, combinam-se, influenciando-se mutuamente, ainda que haja conflitos e divergências. O IPHAN é uma das mais antigas estruturas do Estado brasileiro. A resiliência desse determinado corpo administrativo deve-se à importância, muitas vezes ignorada e despercebida, da política patrimonial. Nas palavras de Rodrigo Melo (1987), o

---

<sup>36</sup> Ver BRASIL (2014, p. 138).

patrimônio cultural “[...] é o documento de identidade da nação brasileira” e também o “[...] nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos”. Nas palavras de Aloísio Magalhães (2017, p. 255), o patrimônio cultural abrange a necessidade de “[...] preservar a memória nacional – até aquela feita em barro pelas mãos dos mais humildes e anônimos artesãos”.

A política do patrimônio cultural tem que lidar com uma plethora de interesses conflitantes. O reconhecimento de formas culturais de vida, bem como a preservação de edificações e conjuntos urbanos deve resultar na canalização de recursos para esses bens patrimoniais. Isso, em parte, ocorreu ao longo dessa trajetória institucional. Mas, como sabemos, ainda é insuficiente perante a demanda existente. A instituição responsável pelo patrimônio cultural brasileiro, vez por outra, como atualmente, se encontra enfraquecida por decisões políticas secundárias e injustificadas, que atendem a obscuros interesses alheios aos objetivos primordiais da política pública. A interferência visando fins de especulação imobiliária, o enfraquecimento de dispositivos de regulação ambiental, a perda de qualidade técnica dos cargos de comando, além de ameaças à valorização da diversidade cultural e o estrangulamento fiscal da instituição são alguns dos sintomas mórbidos cada vez mais flagrantes. Quando presenciamos prédios históricos tombados se despedaçarem ou museus arderem em chamas, além do massacre diário das populações tradicionais, somos instados a pensar que este reconhecimento oficial seja letra morta em face da realidade. Com isso não podemos habituar-nos ou resignar-nos. O padecimento do patrimônio cultural brasileiro, minguado pelo descaso público, se mostra como índice da ruína nacional. Não obstante o esforço para democratizar o conceito de patrimônio, abrangendo formas de expressão antes invisibilizadas, a política pública enfrenta severos obstáculos para se manter de pé. Quando decai, com ela se esvai parte da memória e da identidade.

## Referências

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism.** Biddles Ltd, London, 1983.

ARANTES, Antônio Augusto. "A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil". In. Barrio, Ángel Espina; Motta, Antônio; Gómes, Mário Hélio (Org.). **Inovação Cultural, Patrimônio e Educação.** Recife: Massangana, v. 1, p. 52-64, 2010.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania:** estudos de nossa ordem social em mudança. Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 16<sup>a</sup> ed., 2012.

\_\_\_\_\_. "Espírito de Estado: Gênese e Estrutura do Campo Burocrático" In: \_\_\_\_\_. **Razões Práticas – Sobre a teoria da ação.** Papirus Editora, Campinas SP, 11<sup>a</sup> edição, 2013.

BRASIL. **Legislação sobre patrimônio cultural** – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 349 p. – (Série legislação ; n. 92), 2013.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio Cultural** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CLIFFORD, James. "Colecionando arte e cultura" In. **Revista do Patrimônio nº. 23.** Brasília: pp. 69-89, 1994.

CLEROT, Pedro. **Referência Cultural:** uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural. 244f. Mestrado (Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Brasília, 2019.

CORRÊA, Sandra. **O Programa de Cidades Históricas (PCH):** por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973-1979. 343f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** São Paulo, Editora Paulus, 3<sup>a</sup> Ed., 2008.

\_\_\_\_\_. **Lições de Sociologia.** São Paulo, Martins Fontes, 2002.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. "Algumas Formas Primitivas de Classificação" In: RODRIGUES, José Albertino (org). **Durkheim:** coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 2000.

- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização** (Vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FALCÃO, Joaquim. “Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional” In: MICELI, Sérgio (org.). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difusão Editoria, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 8<sup>a</sup> ed., 2014.
- \_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22<sup>a</sup> ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- \_\_\_\_\_. “Soberania e Disciplina” In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Edições GRAAL LTDA, Rio de Janeiro, 1995.
- \_\_\_\_\_. “Governamentalidade” In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Edições GRAAL LTDA, Rio de Janeiro, 1995.
- GONÇALVES, José Reginaldo S. **A retórica da perda**: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Os limites do patrimônio” In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira, ECKERT, Cornelia & BELTRÃO, Jane (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau. ABA, Nova Letra, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: Estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.
- HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HOBSBAWN, Eric. **A Invenção das Tradições**. Paz e Terra, São Paulo, 1997.
- IPHAN. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil**: uma trajetória. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N. 31. Brasília: MEC; SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.
- \_\_\_\_\_. **O registro do patrimônio imaterial**: dossier final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. 5 ed. Brasília: Iphan/MinC, 2012.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. “Intangible Heritage as Metacultural Production.” **Museum international**, 56 (1-2), 2004.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

- LOCKE, John. "Segundo Tratado sobre o Governo" In. **Coleção Os Pensadores XVIII**. São Paulo: Abril S.A Cultural e Industrial, 1973.
- MAGALHÃES, Aloísio. **Bens culturais do Brasil**: um desenho projetivo para a nação. Org. João de Souza Leite. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- \_\_\_\_\_. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús (1987). **Dos meios às Mediações**: Comunicação, Cultura e Hegemonia. 7<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2015.
- MARX, Karl. "Propriedade Privada e Trabalho" In: \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. "O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas". In: IPHAN. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília: IPHAN, 2012, p. 25- 39. (Anais v.2, t.1).
- POULOT, Dominique. "A Razão Patrimonial na Europa do Século XVIII ao XXI". In **Revista do Patrimônio**, n° 33, Brasília: Iphan, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Uma História do Patrimônio no Ocidente**. São Paulo, Estação Liberdade, 2009.
- SMITH, Laurajane. "The discourse of heritage." In: **Uses of heritage**. Londres: Routledge, 2006.
- TAVOLARO, Sergio B. F. "Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro". **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 5-22, Outubro de 2005.
- VELHO, Gilberto. "Patrimônio, negociação e conflito" In. **Revista Mana**, nº. 12, v. 1, pp. 237-248, 2006.
- VELOSO, Mariza. "O Fetiche do Patrimônio". **Revista Habitus**, Goiânia, v.4, n.1, p. 437-454, jan/jun, 2006.
- WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify Portátil, 2<sup>a</sup> reimpressão, 2015.
- WEBER, Max. "A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais" In. **Coleção Grandes Cientistas Sociais** (Gabriel Cohn e Florestan Fernandes org.). São Paulo: Ática: 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. Editora Vozes, 2011.

# Primeiro como negação: esperança, ética do cuidado e autonomia no #EleNão

Thais Marques de Santo<sup>1</sup>  
Douglas M. R. Porto<sup>2</sup>

Recebido em março de 2020  
Aceito em junho de 2020

## RESUMO

A principal novidade das eleições presidenciais de 2018 no Brasil foi o movimento *Mulheres unidas contra Bolsonaro*, tendo aglutinado em torno da consigna #EleNão diversos setores organizados da luta feminista e milhões de mulheres sem filiação alguma, inclusive sem experiência de prática política. O Movimento que nasceu nas redes sociais acumulou força e agregou mulheres de forma tão expressiva que viabilizou sua presença nas ruas e demonstrou-se capaz de realizar a difícil tarefa de agregar setores políticos que têm sido incapazes de cooperar entre si e de construir uma frente de luta ampla, unificada e, ao mesmo tempo, plural. Através de análise qualitativa, pretendemos identificar a natureza do movimento *Mulheres unidas contra Bolsonaro* e compreender por que foram as mulheres o principal grupo social a mobilizar-se contra o candidato do PSL.

**Palavras-chave:** #EleNão; *Mulheres unidas contra Bolsonaro*; Ética do cuidado.

**First as negation: hope, ethics of care and autonomy in the #NotHim**

## ABSTRACT

The main novelty of the 2018 presidential elections in Brazil was the movement *Women united against Bolsonaro*, having grouped around the slogan #NotHim several organized sectors of the feminist struggle and millions of women without any affiliation, even without experience of political practice. The Movement that was born on social networks accumulated strength and gathered women so expressively that it made their presence on the streets viable and proved capable of accomplishing the difficult task of aggregating political sectors that have been unable to cooperate with each other and build a broad, unified and, at the same time, plural forefront of struggle. Through qualitative analysis we intend to identify the nature of the movement *Women united against Bolsonaro* and comprehend why the main social group that mobilized against the PSL candidate was constituted by women.

**Keywords:** #NotHim; *Women united against Bolsonaro*; Ethics of care.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUCRS, Porto Alegre, Brasil, thaismsanto@gmail.com, bolsista CAPES/PROSUC.

<sup>2</sup> Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUCRS, Porto Alegre, Brasil, douglasrporto@gmail.com, bolsista CAPES/PROSUC.

## Introdução

Os eixos centrais da campanha presidencial de Jair Bolsonaro (PSL)<sup>3</sup> eram a liberação do porte irrestrito de armas de fogo, a defesa do moralismo de costumes e propostas ultraliberais para a economia. A primeira das pautas foi atrelada a um discurso que criou um “nós”, que compreende: cidadãos que trabalham, adquirem seus bens materiais e, com isso, têm o direito de zelar por eles, mesmo que custe a vida de outro ser humano; e também criou a imagem antagônica, o inimigo a ser combatido, o “eles”: “vagabundos” que não trabalham, que ameaçam o patrimônio alheio e que, portanto, podem ser extermínados por um de “nós” à revelia dos valores ancorados nos direitos humanos, socialmente aceitos como válidos e positivados constitucionalmente. Inclusive, o combate aos direitos humanos tornou-se uma espécie de bandeira de luta deste candidato.

Ao maniqueísmo que dá o tom de toda a campanha de Bolsonaro está subjacente a definição da liberdade negativa como valor fundamental, que está sendo violado em função da regulação estatal do porte de armas. A liberdade negativa, noção marcadamente desenvolvida por Thomas Hobbes, em “O Leviatã”, compreende que a liberdade é “não ser obstruído por resistências externas na busca de realizar seus objetivos” (Honneth, 2015, p. 43). O direito à defesa da própria vida se converte em direito à preservação da propriedade privada em detrimento da vida do outro. Fenômeno original das sociedades modernas capitalistas, em que a alteridade é negada em nome do culto à propriedade privada e objetos em geral.

Dentre as diversas organizações e grupos sociais que se opuseram ao citado candidato, o que ganhou maior expressividade durante o período eleitoral foi o movimento *Mulheres unidas contra Bolsonaro*, protagonizado por mulheres de todo o Brasil que, através de um grupo fechado no Facebook, organizaram mobilizações de rua manifestando sua rejeição ao candidato do PSL, motivada por suas declarações machistas, homofóbicas, racistas e violentas contra minorias. Citamos algumas das declarações discriminatórias e violentas proferidas por Bolsonaro ao longo de sua

---

<sup>3</sup> Partido Social Liberal.

carreira política: “Eu jamais ia estuprar você porque você não merece”; “Foram quatro [filhos] homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher”; “Por isso o cara paga menos para a mulher [porque ela engravidou]”; “O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele. Tá certo?”; “Ele [o indígena] devia ir comer um capim ali fora para manter as suas origens”; “Fui num quilombola em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais”; “A escória do mundo [imigrantes] está chegando ao Brasil como se nós não tivéssemos problema demais para resolver” (CARTA CAPITAL, 2018).

O movimento *Mulheres unidas contra Bolsonaro* aglutinou em torno da consigna #EleNão diversos setores organizados da luta feminista e milhões de mulheres sem filiação alguma, inclusive sem experiência de prática política. O Movimento que nasceu nas redes sociais acumulou força e agregou mulheres de forma tão expressiva que viabilizou sua presença também nas ruas.

O Movimento transbordou a esfera virtual e foi capaz de mobilizar em seus atos de rua diversos setores da sociedade civil solidários à pauta do #EleNão. Isso fez do Movimento uma das principais novidades desse pleito eleitoral. Jair Bolsonaro ter sido eleito não anula a importância do Movimento. As mulheres realizaram o que nenhuma organização política tradicional tem sido capaz de fazer: aglutinaram em torno do #EleNão praticamente todos os setores da luta das mulheres, mulheres negras, brancas, indígenas, lésbicas, transexuais, evangélicas, católicas, de religiões de matriz africana, abastadas, trabalhadoras; feministas anarquistas, liberais, socialistas, radicais; partidos políticos que disputaram as eleições com candidaturas próprias, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Democrático Trabalhista (PDT); Movimentos Sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o Movimento LGBT+; sindicatos; entidades de representação estudantil.

Evidencia-se na breve catalogação dos agentes que aderiram ao #EleNão que o Movimento foi uma espécie de instância suprapartidária capaz de fazer congregar organizações políticas que, embora situadas em um mesmo campo político-ideológico,

em função de diferenças, não cooperam entre si e nem agem de modo articulado, não raras vezes a interação entre elas é através da competição. Portanto, é sobretudo em função dessa capacidade de agregação do movimento *Mulheres unidas contra Bolsonaro* que o consideramos a principal novidade política dos últimos tempos no Brasil. Desde 2013 não havia surgido no cenário nacional algo relevante e fecundo para um projeto emancipatório. Também é importante frisar que se trata de um movimento distinto das organizações políticas tradicionais que, até há pouco, protagonizavam as ações na esfera política do país. Depois das eleições de 2018, não é mais possível ignorar a relevância das mulheres na esfera política<sup>4</sup> (no sentido amplo do termo “política”, isto é, a institucionalidade e, para além dela, a sociedade civil), elas autotransformaram-se em um agente político influente. Este novo agente trouxe consigo e inseriu na esfera pública elementos éticos ligados ao cuidado, como teorizado por Carol Gilligan, frutos do modo particular como são socializadas as mulheres em nossa sociedade, que podem produzir uma nova eticidade social, bem como, em função dessa outra eticidade portada pelo Movimento, novas formas de ação política.

Tendo em vista que o nascimento de um movimento social está atrelado às experiências de desrespeito vividas individualmente e superadas coletivamente (HONNETH, 2006), a partir do movimento *Mulheres unidas contra Bolsonaro* e de sua sustentação em uma eticidade “feminina” assentada em empatia, defendemos no presente artigo que além das experiências individuais de desrespeito, as mulheres também são mobilizadas por experiências de desrespeito que afetam outras minorias, produzindo nelas o sentimento de que estão sendo pessoalmente injustiçadas, servindo de combustível para a ação coletiva.

Neste sentido, os objetivos do presente estudo são: identificar a natureza do movimento *Mulheres unidas contra Bolsonaro* e compreender por que foram as mulheres o principal grupo social a mobilizar-se contra o candidato do PSL. Estes objetivos pretendem responder ao problema: quais motivações fizeram emergir o

---

<sup>4</sup> Argumento semelhante foi defendido por Céli Pinto em entrevista ao Jornal Sul21 após a primeira manifestação pelo #EleNão.

movimento *Mulheres unidas contra Bolsonaro* e o #EleNão durante as eleições presidenciais de 2018 no Brasil?

Nosso estudo é qualitativo e vale-se da análise do manifesto das *Mulheres unidas contra Bolsonaro*<sup>5</sup>, de depoimentos de integrantes dos atos e da observação participante durante os atos em Porto Alegre.

### **Desrespeito e o surgimento de um movimento de multidão**

Em sociedade, o sujeito aprende quais as expectativas morais que pode desenvolver em cada esfera da vida. E quando as expectativas normativas de amor, respeito e estima social são frustradas ou violadas, o sujeito é acometido por um sofrimento de caráter social, embora seja experienciado individualmente. Estas experiências são qualificadas como “sociais”, pois “coinciden con la experiencia de que la sociedad está haciendo algo injusto, algo injustificable” (HONNETH, 2006, p. 103).

Um movimento social, portanto, surge a partir do momento em que atores sociais que compartilham o mesmo sentimento de injustiça se conectam intersubjetivamente, buscando elaborar de maneira positiva – o que seria justo – o sentimento que surge como negação de um contexto ou experiência social de injustiça. É a elaboração coletiva de experiências individuais, “de forma que não se trate mais aqui de uma experiência isolada de um indivíduo, mas sim de um círculo intersubjetivo de sujeitos que sofrem da mesma patologia social” (SOBOTTKA, 2015, p. 30).

Outro elemento importante para compreendermos o surgimento de um movimento social é a esperança. Em um primeiro momento, quando o sujeito tem suas expectativas de reconhecimento frustradas, isso desencadeia nele um processo de angústia. A angústia é um afeto expectante paralisante, conforme categoriza Ernst Bloch (2005), é incapaz de colocar o indivíduo em movimento e conectá-lo a outrem, em geral, produz isolamento.

De todo modo, o fato empiricamente verificado é que os sujeitos, a despeito da angústia, agem no mundo. Isso deve-se ao fato de que, junto com a angústia, coexiste

<sup>5</sup> O grupo de Facebook chamado *Mulheres unidas contra Bolsonaro* teve mais de 3,5 milhões de membros. E do grupo nasceu o movimento #EleNão (Sul21, 2018).

sempre a esperança; este afeto é o responsável por colocar os sujeitos vítimas de desrespeito ou de frustração de expectativas normativas em movimento. Conforme Bloch (2005), a esperança é o único afeto expectante capaz de fazer o ser agir no mundo na busca por fazer ser o que ainda-não-é e o que ainda-não-se-tem. Em síntese, ela é determinante para a efetivação de ações interessadas em transformar. A esperança é responsável por conectar intersubjetivamente diferentes sujeitos que expectam um mesmo objeto, nesse momento ocorre a superação do isolamento. No caso específico do #EleNão, as redes sociais foram uma mediação decisiva para a produção da conexão intersubjetiva entre as mulheres que, sentindo-se desrespeitadas, possuíam o desejo comum de derrotar Jair Bolsonaro nas urnas e de denunciar publicamente as inúmeras formas de desrespeito presentes no discurso do candidato.

No primeiro momento da luta em busca da realização do objeto de desejo, a esperança expressa-se de modo negativo, os enunciados a respeito dos seus objetos de desejo são elaborados como negação. Isso deve-se ao fato de que, no princípio do processo de luta social, a motivação primária é a negação das circunstâncias geradoras do desrespeito, da insatisfação. Os sujeitos envolvidos na situação sabem o que não desejam, mas ainda é inexistente, ou muito precária, a consciência a respeito do que se deseja instituir no mundo, isso é produzido ao longo do processo experiencial de luta social. É nesse momento que passam a fermentar e brotar sonhos diurnos que podem dar vida (ou não) a utopias concretas, ou seja, projetos elaborados em uma gramática positiva.

Partindo desses pressupostos, pensamos que a eclosão do #EleNão é justamente uma reação ao desrespeito e à violação de princípios éticos de um grupo social específico (o das mulheres), e isso foi decisivo para colocar os sujeitos-alvo da violação em movimento. O nome do Movimento – *Mulheres unidas contra Bolsonaro* ou #EleNão – é a expressão bem-acabada de que ele nasce como negação ao candidato e ao conjunto de valores e ideias representadas e defendidas por ele. O desrespeito desperta nas mulheres o sentimento de injustiça e também – o que é decisivo para que ajam – a esperança, sentida por cada uma e compartilhada por todas, de que através da ação política coletiva é possível superar as circunstâncias geradoras do desrespeito do qual estão sendo vítimas.

A experiência de desrespeito e a esperança de superar essa situação intersubjetivamente partilhada pode dar vida a diferentes formas de organização para a luta social. O movimento analisado, por exemplo, não apresenta as feições de um movimento social tradicional ou de um movimento de massa, marcados especialmente pela disciplina, organização vertical do poder e estabilização ao longo do tempo; as características do #EleNão permitem que o categorizemos como um movimento de multidão.

Nesse sentido, é pertinente analisar algumas especificidades deste movimento, para isso traçaremos um paralelo entre o #EleNão e o movimento de multidão de 2013 no Brasil,<sup>6</sup> pois entendemos que os fenômenos apresentam similitudes, notadamente, três importantes características: intempestividade, heterogeneidade e autonomia.

O movimento #EleNão de 2018, assim como o de 2013, é um acontecimento intempestivo no mundo, não emerge do tempo cronológico da representação e da reprodução social. Representa um rompimento com a mera reprodução da realidade social isto é, trata-se de um momento de ruptura com a mecânica confirmação do obviamente esperado, o que Bloch chama de *objetivamente possível*: “tudo aquilo cuja ocorrência pode ser cientificamente esperada” (BLOCH, 2005, p. 195). O Movimento é antes uma novidade que irrompe furtivamente do tempo-espacó da criação humana, composto por duas dimensões: por um lado, o tempo da criação social (*Kairos*)<sup>7</sup>, tempo imprevisível, instável e inconstante; por outro lado, o fecundo solo que Castoriadis

<sup>6</sup> Sobre o movimento de multidão de 2013, ver mais em Porto, 2017.

<sup>7</sup> “Ainda vemos aqui a irreduzibilidade do tempo a um tempo simplesmente calendário, porquanto, ainda que apoiado naturalmente, o tempo do fazer apresenta-se e é como interiormente diferenciado, organizado, não homogêneo, inseparável do que nele se faz. ‘Há um tempo para conceber e um tempo para morrer, há um tempo para matar e um tempo para sarar’ (Eclesiastes 3, 1 a 8). [...] O tempo do fazer não seria o tempo do fazer e mesmo não seria tempo, se não contivesse o instante crítico, a singularidade que só é tal ‘objetivamente’ e só o será por e para o fazer apropriado, do qual nem a ocorrência como tal e nem o momento calendário de realização ou de aparecimento são certos ou previsíveis [...] em suma, o que os escritos hipocráticos chamam de *Kairos*, e a partir do que eles definem o tempo: *chronos* estin en ô *kairos*, *kairos* d'en ô *chronos* ou *polus*, ‘o tempo é aquilo em que existe *kairos* (instante propício e lapso de crise, ocasião para decisão), e o *kairos* é aquilo que não há muito tempo’. Definição certamente muito mais essencial do que aquela que só vê no tempo a adição interminável de ‘presentes’ pontuais, todos idênticos: só existe tempo, dizem os escritos hipocráticos, como aquilo em que há ocasião e oportunidade para agir. O tempo do fazer deve, por conseguinte, ser instituído como contendo também singularidades não determináveis de antemão, como possibilidade do aparecimento do irregular, do acidente, do acontecimento, da ruptura da recorrência. Ele deve, em sua instituição, preservar ou controlar a emergência da alteridade como possível, e isso intrinsecamente (não como possibilidade do milagre ou do ato mágico)” (CASTORIADIS, 2010, p. 249).

(2010) chama de *sociedade instituinte* e *imaginário radical*; sendo a “sociedade instituinte, o que no social-histórico é posição, criação, fazer ser” e imaginação radical “é posição, criação, fazer ser para a psiquê” (CASTORIADIS, 2010, p. 414). O nascimento intempestivo do #EleNão, em função de suas dimensões demográficas – mais de quatro milhões de membras no grupo de Facebook e dezenas de milhares de participantes nos atos de rua – impressionou a esfera pública, o que se converteu em capital simbólico para o Movimento<sup>8</sup>.

A característica da intempestividade guarda ainda outra faceta, esse tipo de movimento desaparece de modo tão imprevisto quanto surge, e o seu ressurgimento também não pode ser descartado e tão pouco projetado. Diferentemente dos movimentos sociais tradicionais, os movimentos de multidão não se estabilizam no tempo e espaço. Por isso, ele caracteriza-se principalmente por sua instabilidade e descontinuidade espaço-temporal. Diferenciando-se, por exemplo, de outras mobilizações feministas: a Marcha das Vadias marcada por sua organização centralizada em coletivos feministas situados nas cidades onde ocorre (BOENAVIDES, 2019) e o 8M caracterizado por sua ocorrência anual e por sua organização descentralizada, cujas diferentes ações são realizadas de modo independente pelo movimento ou coletivo que a propõe, e, ao final, produz-se um dia de luta pelas pautas das mulheres. Portanto, 8M e Marcha das Vadias são organizados e protagonizados, em geral, por mulheres militantes de movimentos sociais e são mobilizações, de certo modo, já inseridas no calendário, são um *objetivamente possível*.

A segunda característica típica de um movimento de multidão é a heterogeneidade. Como já pontuamos, o #EleNão foi bastante plural. O grupo do Facebook era composto por mulheres com distintos perfis socioeconômicos e político-ideológicos; diferenças étnico-raciais, de classe social, de grau de instrução, de religião, de filiação partidária, de identificação política e de correntes do feminismo. Esta diversidade aproximou-se no sentido de formar uma coalizão em oposição ao candidato do PSL. Nos atos de rua participaram também homens e crianças.

É possível afirmar que predominou neste Movimento a “singularidade somada à cooperação, ao reconhecimento da diferença e do benefício de uma relação comum”

---

<sup>8</sup> Inclusive como forma de retaliação ocorreu o episódio em que o mesmo foi hackeado (O DIA, 2018).

(HARDY; NEGRI apud SCHERER-WARREN, 2014, p. 419). Essa cooperação das e dos diferentes, conectados por experiências comuns de desrespeito e esperança, está assentada em uma eticidade própria que deu vida ao movimento, a saber, a ética do cuidado sobre a qual dissertaremos na seção seguinte do presente artigo.

A terceira e última característica do movimento das mulheres que queremos ressaltar é a autonomia. O #EleNão é uma novidade porque, desde a redemocratização, os pleitos eleitorais não haviam sido tão fortemente influenciados por nenhuma organização política não tradicional. Em geral, as organizações políticas tradicionais é que operavam e protagonizavam solitariamente, pelo menos no cenário público visível, os processos eleitorais. Quando alguma outra organização político-social participava no pleito, era sempre de modo subordinado aos partidos (por exemplo, sindicatos e movimentos sociais tradicionais). O movimento das mulheres de 2018 surgiu como um novíssimo agente no terreno da sociedade civil e, a partir dali, influenciou tanto a própria sociedade civil, ao trazer o debate sobre os diversos preconceitos propagados pelo candidato Jair Bolsonaro, quanto também influenciou o xadrez da disputa eleitoral, provocando todos os agentes envolvidos no pleito a posicionarem-se de alguma forma a respeito do Movimento e de suas demandas.

Embora tenha nascido para derrotar um dos candidatos à presidência da República e as ideias defendidas por ele, o Movimento se desenvolveu e se manteve de modo independente com relação às instituições já acomodadas e instituídas na sociedade: sindicatos, partidos políticos, coletivos etc. No entanto, de modo algum negou estas instituições já cristalizadas, pelo contrário, estabeleceu relações horizontais de parceria e cooperação com várias delas (diferentemente de 2013, quando, em certo momento, predominou a negação da institucionalidade e, sobretudo, dos partidos políticos).

A não vinculação das *Mulheres unidas contra Bolsonaro* com algum candidato, partido ou matriz ideológica específica está ligada ao consenso estabelecido dentro do grupo de que o apoio e o voto em qualquer outro candidato(a) à presidência da República era válido, exceto no candidato do PSL. Podemos relacionar este pacto com um projeto de autonomia subjacente, em que cada mulher pode definir para si qual candidato apresenta propostas convergentes com seu projeto de vida; a coalizão,

portanto, é formada em torno do enfrentamento ao candidato que notadamente visa instituir impeditivos à realização dos projetos de vida das mulheres e de outros grupos tidos como minoritários.

Além destas três características fundamentais, o #EleNão tem como especificidade seu nascimento nas redes sociais a partir do grupo *Mulheres unidas contra Bolsonaro* e sua materialização posterior nas ruas através de atos. Assim como 2013 e a Marcha das Vadias, este Movimento utilizou o Facebook como potencializador e ferramenta para a organização das mobilizações.

No entanto, apesar de compartilhar com a Marcha das Vadias a forma de organização pela rede, o modo descentralizado e independente, o Movimento de 2018 não está apartado dos grupos tradicionais, pelo contrário. Por este motivo e pelos argumentos já apresentados, nos distanciamos do entendimento de Zanini e Mussi (2019) que apresentam o #EleNão como uma continuidade da Marcha das Vadias. Entendemos que este Movimento não é um mero desdobramento ou derivação de algo socialmente pré-existente. Com isso, reafirmamos o argumento de que este é um Movimento intempestivo e de caráter inédito. Sendo um movimento de multidão, materializa-se de modo massivo em muitos lugares ao mesmo tempo. As dimensões longitudinais muito mais robustas e sua materialização nas mais diversas regiões do território brasileiro são outra importante diferença do #EleNão com relação ao 8M e à Marcha das Vadias.

Há, por outro lado, uma importante similaridade entre o #EleNão, a Marcha das Vadias e o 8M que precisa ser salientada. Essas três mobilizações ocupam o espaço público, a rua, para denunciar e resistir à precarização de suas vidas, utilizando-se, para isso, de diferentes estratégias de ação. Essas mobilizações conjugam vulnerabilidade e resistência de um modo considerado desejável por Judith Butler quando diz que “as mulheres são ao mesmo tempo vulneráveis e capazes de resistência”, afirma ainda que “a vulnerabilidade e a resistência podem acontecer, acontecem, e até mesmo devem acontecer ao mesmo tempo, como vemos em certas formas de autodefesa e de instituições feministas [...] que buscam proporcionar proteção sem aumentar os poderes paternalistas” (BUTLER, 2018, p. 95).

Nesse sentido, embora assentadas em princípios éticos distintos, de lançarem luz sobre diferentes aspectos das assimetrias de gênero, raça e classe social; e de valerem-se de distintos aliados e modos de ação, é notável que as três formas de mobilização mencionadas contribuem para a construção de um projeto emancipatório feminista. Neste artigo, porém, voltamos nossa atenção para a mobilização que, conforme compreendemos, surgiu motivada por princípios éticos ligados ao cuidado.

### **A ética do cuidado e o levante das mulheres**

Sendo a eticidade “o conjunto de práticas e valores, vínculos éticos e instituições, que formam uma estrutura intersubjetiva de reconhecimento recíproco” (SALVADORI, 2011, p. 192), propomo-nos a pensar, no escopo do presente trabalho, que o elemento central para elucidar a eclosão do movimento #EleNão foi a violação de princípios éticos socialmente definidos como uma ética feminina – mas não exclusiva de mulheres. Essa eticidade baseada no cuidado, afeto e preocupação para com o “outro”, emerge do processo de socialização da mulher, não sendo, portanto, inata. Assim sendo, apropriamo-nos de um entendimento moral do cuidado, uma noção que entende cuidado como um conjunto de significações estruturantes de uma visão específica de mundo. Essa visão de mundo, como qualquer outra, não é natural, mas sim construída a partir e através de processos de socialização e de uma sociabilidade específica. Desta maneira, nos distanciamos de perspectivas, como as mapeadas por Tamanini (2018), que tendem a enquadrar restritivamente o cuidado como um conjunto de atividades ou então como um sentimento.

Nossa apropriação da categoria do cuidado explora o seu potencial ético-moral para estruturar um projeto de emancipação social para as mulheres em específico e para a sociedade de modo mais amplo. Nesse sentido, também nos distanciamos da interpretação elaborada por Tronto, apresentada por Tamanini (2018), para quem as atividades de cuidado, desempenhadas predominantemente por mulheres, estão ancoradas em uma ética que justifica relações de subjugação delas. Conforme apresenta Tamanini (2018),

[...] a interpretação das mulheres como atadas à atividade mais particular de cuidar dos outros está em oposição às preocupações mais públicas e sociais dos homens. Tronto (1997) torna este argumento ainda mais contundente, ao afirmar que, na medida em que cuidar é uma maneira de “estar atento a”, pode refletir um mecanismo de sobrevivência para as mulheres ou outros que estão lidando com cuidado em condições opressivas, ao invés de ser uma qualidade de valor intrínseco em si mesmo. Este aspecto costuma estar associado à outra maneira de compreender o cuidado, segundo Tronto, que é vê-lo como a ética mais apropriada para os que estão em uma posição social subordinada, como as mulheres – e outras pessoas que não estão nos corredores do poder nessa sociedade. Essas pessoas adotam uma variedade de “maneirismos diferentes” (diferença na fala, no sorrir, nas formas de linguagem corporal etc.), para servirem a seus propósitos de sobrevivência; também pode ter adotado uma atitude de “estar atento a”, mas que, sob outros aspectos, pode ser compreendido como necessidade de prever os desejos de seu superior. Esta posição estrutura relações desiguais (TAMANINI, 2018, p. 46).

O quadro descrito por Tronto, revela o cuidado como uma ética desprovida de qualquer potencial emancipador. De modo diverso, com Gilligan, nossa investigação parte da compreensão de que a forma específica pela qual as mulheres são socializadas, produz relações de subordinação, mas não apenas. Também produz uma eticidade feminina, uma ética do cuidado, que contém imanentemente potencial emancipatório para as mulheres e também para a sociedade em geral.

Gilligan (2003) indica que, universal e largamente, as mulheres são responsáveis pelo primeiro cuidado das crianças, resultando com isso que “em qualquer sociedade, a personalidade feminina define-se em relação e conexão com outras pessoas, mais do que a personalidade masculina faz” (CHODOROW, 1974 apud GILLIGAN, 2003, p. 7). Assim, a primeira definição do *self* das meninas é assentada em empatia.

A autora esclarece que essas diferenças estão ligadas a um contexto social, onde *status* e poder combinados com a biologia reprodutiva delineiam a experiência de homens e mulheres e a experiência entre os sexos (GILLIGAN, 2003, p. 2). Assim, Gilligan alinha-se às perspectivas que percebem a socialização como o processo de produção e diferenciação de homens e mulheres. E argumenta:

Uma vez que é difícil dizer “diferente” sem dizer “melhor” ou “pior”, uma vez que existe uma tendência para a construção de uma única escala de medição, e desde que esta escala tem sido geralmente derivada de e padronizada com base em interpretações de homens sobre dados derivados

predominantemente ou exclusivamente de estudos de homens, psicólogos têm tendido a considerar o comportamento masculino como a "norma" e o comportamento feminino como uma espécie de desvio dessa norma. Assim, quando as mulheres não estão em conformidade com os padrões de expectativa psicológica, a conclusão tem sido geralmente que algo está errado com as mulheres (GILLIGAN, 2003, p. 14).

O que distingue a abordagem de Gilligan de outras que partem dessa mesma constatação é que a autora não entende o processo diferenciado de socialização como um problema a ser enfrentado ou o causador da desigualdade material e simbólica entre os sexos. Na avaliação dela, esses processos diferenciados de socialização produzem concepções morais distintas, e o problema está no fato de as sociedades modernas apenas atribuírem valor a uma forma de julgamento moral, a masculina.

Diferentemente das alegações de alguns críticos, Gilligan (2003) não concebe uma essência feminina assentada no cuidado, ela apenas tem por objetivo investigar "como na sociedade patriarcal vozes diferentes são formadas, valoradas, hierarquizadas e naturalizadas" (KUHNEN, 2014, p. 3). Suas considerações partem de observações empíricas que indicam a existência de perspectivas morais distintas que são produzidas socialmente a partir do sistema gênero-sexo:

Uma delas é a perspectiva "masculina", que também se pode denominar de voz padrão da moralidade, segundo a qual as decisões morais são baseadas em noções de justiça, no respeito a direitos individuais e a normas universais; a outra é a perspectiva "feminina", geralmente associada às mulheres, que Gilligan também denomina de "voz diferente" da moralidade e que aponta para um modo diverso de falar sobre problemas morais, baseado na experiência da conexão com o outro da qual resulta a atribuição de prioridade à manutenção de relacionamentos de cuidado na tomada de decisões morais (KUHNEN, 2014, p. 1).

A partir dessa constatação, Gilligan (2003) defende que esses padrões coexistam, que homens e mulheres possam valer-se tanto da ética do cuidado quanto de uma ética da justiça e do direito como padrões válidos de julgamento moral, sem hierarquias.

E, conforme Kuhnen (2014, p. 6),

[...] a perspectiva do cuidado, por meio da valorização de sentimentos morais, como empatia, altruísmo e reconhecimento da conexão com o outro,

contribui, assim, para superar a indiferença que pode estar presente na perspectiva da justiça, baseada essencialmente na autonomia, individualização e separação.

E, de acordo com Gilligan (2003), em termos de uma estrutura democrática, o cuidado deixa de ser entendido como uma ética feminina para ser percebido como uma ética humana possível.

Há, nesse conjunto de princípios éticos do cuidado, um elemento fundamental, que é uma espécie de peça faltante no quebra-cabeça da teorização honnethiana sobre liberdade social. Segundo Honneth (2015, p. 85), “a aspiração à liberdade deixa de ser um elemento da experiência puramente subjetiva no momento em que o sujeito se encontra com outros sujeitos cujos objetivos se comportam de maneira complementar aos próprios”.

Evidencia-se que um dos requisitos para a realização da liberdade social é a existência de sujeitos socializados eticamente para abrirem-se ao “outro”, no sentido de perceber esse “outro” como um parceiro digno de reconhecimento; e não como um competidor, meio ou empecilho para a realização própria, pelo contrário, a realização pessoal de cada um depende irremediavelmente de reconhecimento do “outro”. Por outro lado, o diagnóstico mais comum das sociedades modernas contemporâneas é a predominância de uma sociabilidade produtora de sujeitos cada vez mais atomizados, desconectados uns dos outros; talvez a célebre frase de Sartre, “o inferno são os outros”, ilustre resumidamente a situação atual.

Pensamos existir parcialidade, ou mesmo cegueira, nos diagnósticos que apenas observam “individualismo” e “competição” nas sociabilidades contemporâneas. Existem outras formas de sociabilidade nestas sociedades, porém ocorrem fora do *kósmos* masculino. Talvez aí encontremos a explicação para a cegueira. Ao adotarmos lentes teóricas feministas, uma nova – e ao mesmo tempo antiga – dimensão do mundo social é descortinada.

Como já indicado, a ética do cuidado fruto da socialização das mulheres tem como princípio central justamente a abertura para o “outro”, mais do que isso, a preocupação e inclusão do “outro” – muito embora o sujeito do cuidado por vezes não corresponda simetricamente ao reconhecimento, incorrendo em desrespeito. Essa

forma diferente de ver, narrar, estar e se relacionar com e no mundo, antes restrita à esfera privada da vida, agora com mais força parece estar estruturando a ação das mulheres também na esfera pública.

Zanini e Mussi (2019, p. 8) afirmam que o protagonismo das mulheres organizadas em torno do #EleNão deve ser compreendido de dois modos: primeiro, “as organizações e movimentos feministas atuam para defesa de seus interesses históricos específicos (pelos direitos reprodutivos, no combate à violência, pela ampliação da participação política, para citar alguns)”; segundo, sentem, por isso, a “necessidade de assumir a dianteira nas mobilizações mais gerais contra o ascenso eleitoral de políticos de extrema-direita, antifeministas, mas não apenas”. Concordamos com a primeira afirmação das autoras sobre a necessidade das mulheres em defender seus “interesses históricos”; observamos, no entanto, que, para além de seus interesses de grupo, as mulheres também incluíram pautas e demandas de grupos aliados e ou interseccionados, como negros, indígenas, LGBTs etc.

Entretanto, divergimos de Zanini e Mussi (2019) em relação à justificativa pela qual as mulheres protagonizaram a mobilização contra Bolsonaro. Entendemos que a compreensão desse fenômeno não se esgota em uma relação de causa e efeito – resistência como resultado do ataque direto às reivindicações feministas. Por isso, buscamos compreender o #EleNão enquanto um levante de mulheres cujos princípios éticos de vida foram violados pelo projeto social de desrespeito apresentado pelo candidato do PSL através de suas diversas declarações já exemplificadas neste artigo.

Igualmente, é possível verificar o sentimento de desrespeito causado nas mulheres pelas declarações dele em alguns excertos do Manifesto publicado no Facebook pelas *Mulheres unidas contra Bolsonaro*: “Estamos, hoje, juntas e de cabeça erguida nas ruas de todo o Brasil porque um candidato à presidência do país, com um discurso fundado no ódio, na intolerância, no autoritarismo e no atraso, ameaça nossas conquistas e nossa já difícil existência”; e também na declaração de Heloisa Costa, integrante do Movimento: “Ele não por conta da misoginia, porque ele é preconceituoso. [...] O cara quer matar as pessoas. Se você é do bem, se você é a favor da humanidade, é ele não!” (BIBLIOO, 2018).

Benhabib (1987) destaca que, ao identificar o julgamento moral das mulheres como sendo “mais contextual, mais imerso nos pormenores dos relacionamentos e narrativas”, Gilligan chama a atenção para o fato de que “a contextualidade, narratividade e especificidade do julgamento moral das mulheres não é sinal de fraqueza ou deficiência, mas manifestação de uma visão de maturidade moral que encara o eu como imerso numa rede de relacionamentos com os outros” (BENHABIB, 1987, p. 88). Cremos que a capacidade das mulheres de perceberem-se irremediavelmente enredadas em uma “rede de relacionamentos com os outros”, fruto da eticidade assentada no cuidado, possibilitou às mulheres mobilizarem-se no pleito eleitoral tendo como pano de fundo a reivindicação por liberdade de natureza social e, por conseguinte, em aliança com outros grupos alvo de opressões sociais e de discursos de ódio. Isso aparece no manifesto das *Mulheres Unidas contra Bolsonaro* ao também vincularem a defesa desses grupos:

Jair Bolsonaro despreza negros, indígenas, homossexuais e todas as que lutam em defesa dos direitos das mulheres. Considera quilombolas “vagabundos”. Faz apologia à cultura do estupro. Diz que o nascimento de sua única filha mulher foi uma “fraquejada”. Insiste que não há nada a fazer quanto à diferença salarial entre homens e mulheres. Para ele, dar “porrada” em meninos impede que eles “se tornem” gays. Seu vice na chapa, o General Mourão, declarou que famílias criadas por mães e avós são fábricas de desajustados (MULHERES, 2018).

Pensamos que a busca por autonomia é outro elemento motivador das mulheres engajadas no #EleNão para o estabelecimento de parcerias simétricas com outros grupos sociais oprimidos. Estreitamente ligada à liberdade social, a autonomia individual, entendida como possibilidade do sujeito poder elaborar e realizar o seu projeto de vida (SOBOTTKA, 2015), está decisivamente vinculada à realização também da autonomia dos parceiros de interação: “*el desarrollo y la realización de la autonomía individual sólo es posible, en cierto sentido, cuando todos los sujetos reunen las precondiciones sociales para realizar sus objetivos vitales sin desventajas injustificables y con la mayor libertad posible*” (HONNETH, 2006, p. 192). Ou seja, enquanto persistir a opressão a algum grupo social, não existirão condições para a realização plena da autonomia. E, ao que tudo indica, há por parte do Movimento #EleNão, pelo menos em

nível intuitivo, a consciência disso; onde a inclusão de parceiros é um ato ético, e não utilitário.

Tal alinhamento pode ser verificado, por exemplo, na fala de Kelli Mafort, integrante do Movimento #EleNão: “Vamos às ruas para lutar, lutar contra ele, pela terra, por trabalho, por moradia e igualdade” (MST, 2018). Em sua fala, evidencia-se, primeiramente, a negação ao candidato que representa o bloqueio à autonomia e, em segundo lugar, o esboço de um discurso positivo, em que são incluídas pautas que transbordam a agenda pontual de lutas feministas e, subjacente a elas, o reconhecimento de outros grupos sociais como parceiros.

Nessa direção, a vitória de Bolsonaro nas urnas apresenta às mulheres que se mobilizaram contra sua candidatura a necessidade de converter a negação em um projeto positivo, em princípios normativos que sejam capazes de mantê-las agregadas no sentido de fazer frente aos possíveis retrocessos já antecipados, por exemplo, pelas declarações da pastora Damares Alves<sup>9</sup>, Ministra da pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos. Quando questionada sobre abuso sexual, afirmou: “Vamos tratar meninas como princesas e meninos como príncipes” (DIÁRIO, 2018). E, após reunião da equipe de transição do governo, defendeu que há projetos interessantes tramitando no Congresso: “O mais importante que vamos estar trabalhando é a questão do estatuto do nascituro. Vamos estabelecer políticas públicas para o bebê na barriga da mãe” (DIÁRIO, 2018). Estas declarações são apenas dois exemplos de uma série de manifestações públicas da ministra que contrariam os anseios e demandas dos movimentos feministas.

Ao tratar da importância do poder para a teoria feminista, Amy Allen (1999) destaca que ele se expressa enquanto o poder que os homens exercem sobre as mulheres (*power-over*), enquanto a capacidade individual que as mulheres têm para resistir (*power-to*) e na condição de solidariedade, uma capacidade de ação coletiva que é construída pelas mulheres a partir da formação de uma coalização política com outras mulheres e com homens também (*power-with*). Nesse sentido, o movimento *Mulheres unidas contra Bolsonaro* e o #EleNão foram espaços em que, a partir de laços de solidariedade, criou-se uma coalisão política socialmente ampla. Estes laços são

---

<sup>9</sup> Declarações datadas de 11 de dezembro de 2018 (DIÁRIO DO NORDESTE, 2018).

fundamentais para a construção de um projeto ético-democrático feminista, cujas reivindicações normativas têm como base ética o cuidado e a inclusão do “outro” na possibilidade de realização do projeto de vida de cada um e uma.

Como ilustra um dos símbolos que viralizou nas redes sociais, após a divulgação do resultado do pleito: “Ninguém solta a mão de ninguém” foi a frase dita por uma mulher paulista a sua filha, que a converteu em arte e compartilhou nas redes sociais. Esta expressão de afeto, acolhimento e coalizão política, tornou-se símbolo das mulheres que se comprometeram em enfrentar as políticas discriminatórias e restritivas à liberdade social anunciadas pelo então presidente eleito Jair Bolsonaro e pelos parlamentares eleitos integrantes de sua base aliada.

### **Considerações finais**

Ao longo do presente artigo, buscamos analisar de modo introdutório o movimento *Mulheres Unidas contra Bolsonaro* ou #EleNão a partir de, basicamente, duas chaves interpretativas. Primeiro, procuramos investigar a natureza desse Movimento focalizando suas especificidades e seu caráter de novidade na esfera pública. Para isso, mobilizamos a categoria de *movimento de multidão*, traçamos paralelos com o movimento eclodido em 2013 no Brasil e o distinguimos da Marcha das Vadias e do 8M. Em Honneth (2006; 2015) e Bloch (2005), buscamos o suporte interpretativo para compreender as motivações para a eclosão do levante feminino e feminista contra o então candidato a presidente da República Jair Bolsonaro: as agressões proferidas por ele contra as mulheres e outras minorias violou a eticidade delas – assentada em princípios normativos ligados ao cuidado –, produzindo o sentimento de violação e injustiça, que, conectado à esperança em superar e transformar o contexto gerador da violação, foi o principal motivador para a mobilização.

Na segunda parte do texto, o esforço concentrou-se em analisar de modo focalizado a importância da ética do cuidado para a mobilização das mulheres, para compreender o protagonismo delas no contexto eleitoral encabeçando a costura de uma coalizão ampla de luta. Pois, na busca por combater a regressão político-social

emergente no Brasil no tempo presente, o #EleNão demonstrou-se capaz – desde uma perspectiva feminista heterogênea – de realizar a difícil tarefa de agregar setores políticos que, embora pertençam ao mesmo campo ideológico, têm sido incapazes de cooperar entre si no sentido de construir uma frente de luta ampla, unificada e, ao mesmo tempo, plural. As ações e a leitura conjuntural das *Mulheres unidas contra Bolsonaro* foram balizadas por noções fortes de alteridade, empatia, solidariedade e cooperação, o que propiciou o agregamento de diferentes organizações e perspectivas políticas.

Diferentemente das organizações políticas tradicionais (partidos, sindicatos, etc.) que têm demonstrado incapacidade para a construção de coalizões em função de estarem orientadas por princípios ético-normativos ligados à racionalidade neoliberal<sup>10</sup>. Em geral, o que predomina, embora o discurso seja contrário, é a crença que cada organização tem de que é a portadora da verdade mais luminosa. O que desencadeia uma lógica de relações de competição e disputa acerca de ideias, recursos e militantes para suas bases. Ocorre uma espécie de colonização do imaginário dessas organizações por significações tipicamente neoliberais. Nesse caso, o que se verifica é que estão orientadas por uma racionalidade atrelada a uma ética masculina, assentada em separação, disputa e individualização.

Na medida em que as novidades no campo das lutas sociais vêm sendo, cada vez mais, protagonizadas por mulheres, cria-se um tensionamento na esfera pública com a eticidade instituída, colocando a ética do cuidado como um conjunto de princípios democraticamente possíveis. E, mais do que isso, como já visto, existem afinidades eletivas entre ética do cuidado, liberdade social e autonomia, portanto, a presença das mulheres na esfera pública demonstra forte potencialidade para reanimar e fortalecer a utopia<sup>11</sup> da emancipação social.

---

<sup>10</sup> Ver mais em Brown, 2015.

<sup>11</sup> O sentido de utopia aqui invocado é o teorizado por Bloch (2005, p. 195): “Enquanto a realidade não for completamente determinada, enquanto ela contiver possibilidades inconclusas em novas germinações e novos espaços de conformação, enquanto for assim, não poderá proceder da realidade meramente fática qualquer objeção absoluta contra a utopia. Poderá haver objeções contra utopias malfeitas, isto é, contra aquelas que divagam abstratamente, incorretamente mediadas. Contudo, exatamente a utopia concreta tem na realidade do processo um correspondente: o do *novum* mediado. Somente essa realidade do processo e não uma facticidade absolutizada e reificada, arrancada de dentro da realidade, pode formular um juízo a respeito dos sonhos utópicos ou rebaixá-los a mera ilusão.”

## Referências

- ALLEN, Amy. **The power of feminist theory:** domination, resistance, solidarity. Colorado: Westview Press, 1999.
- BENHABIB, Seyla. O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a teoria feminista. In BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (coords.). **Feminismo como crítica da modernidade.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987.
- BIBLIOO. **Ato Mulheres contra Bolsonaro na Cinelândia - #Elenão,** 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cBdLrGgYfik>>. Acesso em: 02/06/2020.
- BLOCH, Ernst. **O princípio esperança.** Rio de Janeiro, EdUERJ, Contraponto, v. 1, 2005.
- BOENAVIDES, Débora Luciene Porto. Ressignificar e resistir: a Marcha das Vadias e a apropriação da denominação opressora. In: **Revista Estudos Feministas**, 27(2): 1-9, 2019.
- BROWN, Wendy. **Undoing the demos:** neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone Books, 2015.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARTA CAPITAL. **Bolsonaro em 25 frases polêmicas,** 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>. Acesso em: 31/05/2020.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- DIA, O. **Grupo 'Mulheres Unidas contra Bolsonaro' é hackeado e administradoras têm comunicação cortada,** 2018. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/eleicoes/2018/09/5575479-grupo-mulheres-unidas-contra-bolsonaro-e-hackeado-e-administradoras-tem-comunicacao-cortada.html#foto=1>>. Acesso em: 13/12/2018.
- DIÁRIO DO NORDESTE. **Damares Alves:** veja frases polêmicas da futura ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/online/damares-alves-veja-frases-polemicas-da-futura-ministra-da-mulher-familia-e-direitos-humanos-1.2037042>>. Acesso em: 13/12/2018.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice.** USA: Harvard University Press, 2003.

HONNETH, Axel. Redistribución como reconocimiento: Respuesta a Nancy Fraser. In FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?** Um debate político-filosófico. Madrid: Ediciones Morata, 2006.

HONNETH, Axel. Atualização histórica: o direito da liberdade. In HONNETH, Axel. **O direito da liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2015.

KUHNEN, Tânia Aparecida. A ética do cuidado como teoria feminista. In **Anais do Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, 2014. Disponível em: [http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT1o\\_T%C3%A2nia%20Aparecida%20Kuhnen.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT1o_T%C3%A2nia%20Aparecida%20Kuhnen.pdf). Acesso em: 06/01/2019.

**MST. Mulheres, LGBTs e juventude do MST se juntam à mobilização “EleNão”, 2018.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/09/28/mulheres-lgbts-e-juventude-do-mst-se-juntam-a-mobilizacao-ele nao/>>. Acesso em: 02/06/2020.

**MULHERES unidas contra Bolsonaro. Manifesto das Mulheres Unidas contra Bolsonaro.** Facebook, 2018.

PORTO, Douglas Michel Ribeiro. **O Princípio Esperança e o movimento de multidão de 2013.** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2017.

SALVADORI, Mateus. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. In **Conjectura**, 16(1): 189-192, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil em 2013: encontros e desencontros na política. In **Caderno CRH**, 27(71): 417-429, 2014.

SOBOTTKA, Emil Albert. **Reconhecimento:** novas abordagens em teoria crítica. São Paulo: Annablume, 2015.

SUL21. ‘**Não se faz mais política sem mulher no Brasil de agora em diante’**, 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/10/nao-se-faz-mais-politica-sem-mulher-no-brasil-de-agora-em-diante/>. Acesso em: 07/12/2018.

TAMANINI, Marlene. Para uma epistemologia do cuidado: teorias e políticas. In TAMANINI, Marlene *et. al.* (org.). **O cuidado em cena:** desafios políticos, teóricos e práticos. Florianópolis: UDESC, 2018.

ZANINI, Débora; MUSSI, Daniela. #Eles não! O confronto eleitoral feminino contra Trump e Bolsonaro. In **Anais 43º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, 2019.

Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st24-6>>. Acesso em: 31/05/2020.

# A democracia como valor de debate: a discussão entre Carlos Nelson Coutinho e Adelmo Genro Filho

Dédallo Neves<sup>1</sup>

Recebido em março de 2020  
Aceito em junho de 2020

## RESUMO

Em 1978, já no contexto da redemocratização e “abertura lenta, gradual e segura” anunciada pelo General Ernesto Geisel, muitos debates em torno da temática “democracia” ocorreram. A revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (ECB) era um dos espaços disponíveis para pensar o que seria a democracia no Brasil após duas décadas de regime militar. A ECB circulou entre 1978 e 1982 e foi editada por Ênio Silveira e Moacyr Félix. Entre os quatro anos foram publicados 29 volumes. O trabalho em questão pretende elencar dois textos produzidos na ECB em torno da temática “democracia”. O primeiro de Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, onde o autor reflete sobre o vínculo existente entre democracia e socialismo e em que lugar há continuidades e rupturas entre a democracia de caráter burguês e a de caráter socialista. E o segundo de Adelmo Genro Filho, “A democracia como valor operário e popular”, cujo objetivo é responder Coutinho. Genro Filho acusa o primeiro autor de certo reformismo na maneira de compreender a passagem de uma democracia a outra. Assim sendo, tendo como pano de fundo o debate entre os dois autores, suas posições e conceitos trazidos para teorizarem sobre o que seria democracia no socialismo, o artigo pretende resgatar os debates realizados na ECB no contexto da redemocratização brasileira.

**Palavras-chave:** Carlos Nelson Coutinho; Adelmo Genro Filho; Democracia; Encontros com a Civilização Brasileira.

**Democracy as debate value: the discussion between Carlos Nelson Coutinho and Adelmo Genro Filho**

## ABSTRACT

In 1978, in the context of Brazilian redemocratization and “slow, gradual and secure opening” announced by General Ernesto Geisel, many debates around the “democracy” theme took place. The periodical *Encontros com a Civilização Brasileira* (ECB) was one of the spaces available to think about what would be democracy in Brazil after two decades of military regime. ECB circulated between 1978 and 1982, it was edited by Ênio Silveira and Moacyr Félix. In those four years, 29 volumes were published. This article intends to list two texts produced at ECB around the “democracy” theme. The first one, by Carlos Nelson Coutinho, “A Democracia como valor universal” (loosely translated as “Democracy as a universal value”), where the author ponders on the link between democracy and socialism and in which places does exist continuities and ruptures between democracy of a bourgeois character and the one with socialist character. The second one by Adelmo Genro Filho, “A Democracia como valor operário e popular” (loosely translated as “Democracy as work and folk value”), whose aim is to answer Coutinho. Genro Filho accuses the first author of a certain reformism in his comprehension of the transition from one democracy to

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: depaula.neves@hotmail.com.

another. Therefore, taking as a background the debate between the two authors, their positions and concepts brought to theorize about what would be democracy in socialism, the article intends to rescue the debates held at ECB in the context of the Brazilian redemocratization.

**Keywords:** Carlos Nelson Coutinho; Adelmo Genro Filho; Democracy; Encontros com a Civilização Brasileira.

## Introdução

A revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (ECB) foi o último periódico, denominado “político-cultural”, editado por Énio Silveira antes da venda de sua editora para o grupo DIFEL (Difusão Europeia do Livro), em 1982, mesmo ano em que a ECB deixou de circular.

Foram publicados 29 volumes entre 1978 e 1982, reunindo um grupo de intelectuais e uma variedade de assuntos com o propósito de “intensificar” e “colaborar” com o debate acerca das “liberdades democráticas” (SILVEIRA, 1978, pp. 7-8), de acordo com o editorial do número 1 da revista.

Buscava-se reconstruir, após anos de ditadura, o ambiente de debates e discussões ocorridos na RCB. “Em linhas gerais, como se pode ver, a coleção *Encontros com a Civilização Brasileira* mantém — e amplia — a linha de conduta intelectual que, de 1964 a 1968, cercou de tanto apreço a *Revista Civilização Brasileira*<sup>2</sup>” (SILVEIRA, 1978, p. 8). De maneira geral, o que Vieira (1998) chamou de “Grupo Civilização” manteve-se na nova revista.

A ECB, segundo Énio Silveira, recebeu editorialmente um caráter mais “profissional”, mas atribui a sua recepção menos calorosa do que teve a sua antecessora

<sup>2</sup> “A RCB surge com seu primeiro número em março de 1965, exato um ano após o golpe militar, e durante toda sua existência jamais sofreu qualquer espécie de intervenção editorial ou mesmo repreensão por parte dos órgãos censores do governo militar. [...] A RCB teve grande importância na rearticulação de diversas correntes intelectuais atuantes do pré-64, dispostas também a fazer frente ao regime golpista” (CZAJKA, 2005, p. 9-10). Czajka também destaca que a edição da RCB entre 1965 e 1968 dá-se no mesmo período no qual se registra a produção mais intensa da própria editora. Os chamados “tempos de ouro” da Civilização Brasileira refletem justamente essa dupla condição; revela a tensão que situa a RCB tanto como um espaço crítico e reflexivo das esquerdas desagregadas pelo regime militar instaurado em 1964, quanto um sucesso editorial no vigor da ditadura militar” (CZAJKA, 2005, p. 12).

a uma identidade ideológica menos nítida (VIEIRA, 1998). Entretanto, Couto (2012) em seu estudo sobre a revista concluiu:

Ambas foram heteróclitas em termos de princípios e concepções de mundo. Não de ter sido diversas, claro, mas não a ponto de suas variações ideológicas se terem feito notar de modo tão contundente e comprometedor por seus leitores. Absolutamente, não se mostra satisfatória a atribuição da menor repercussão de Encontros à sua suspeita indefinição ideológica (COUTO, 2012, p. 356).

Um dos caminhos a identificar essa mesma linha condutora pode ser seguido na comparação, como propõe Couto (2012), entre os dois primeiros editoriais: “Princípios e propósitos” (1965) e “Por quê e para quê” (1978), onde Silveira reafirma o não-sectarismo das revistas.

Quaisquer que tenham sido as diferenças ou semelhanças entre as duas coleções, o argumento baseado apenas na identidade ideológica, como acontece usualmente, parece insuficiente para prover uma interpretação mais sólida, particularmente no que tem a ver com o problema da recepção. Isolado, resiste muito pouco à análise crítica (COUTO, 2012, p. 358).

Apesar de ambas as revistas circularem sob o mesmo regime, mesmos atores, mesmo país, as circunstâncias eram diferentes. Enquanto a RCB apresentou-se no começo da ditadura, a ECB surge num cenário de esgotamento, quase superação, da mesma. Isso abre novas brechas para novas discussões. A questão democrática é ressignificada e ganha fundamental importância. A “luta” na ECB não era mais, ou somente, a importância do regime democrático, mas qual regime democrático e em que circunstâncias. Isso foi observado por Benetti (2014) num levantamento preliminar em que buscou nos títulos a palavra “democracia” e a correspondência se deu em 18 artigos. O que não significa que apenas nesses o tema foi abordado, ele aparece em outros, tangenciando a discussão ou como tema central.

Nesse sentido, a questão democrática — que nesse momento começa a se tornar uma linguagem dominante em quase todas as variantes das esquerdas brasileiras — divide espaço com a retomada da reflexão sobre a questão nacional. A “democracia” aparece no título de 18 artigos publicados em ECB, 12 dos quais escritos por brasileiros, além de ser o tema principal de alguns outros. Na maioria deles, é da democracia política e representativa de que se está falando, embora a

maior parte dos autores sustente a necessidade de se conjugá-la com formas diretas de representação das classes trabalhadoras (BENETTI, 2014, p. 17).

Debates importantes sobre a questão democrática foram pautados na revista, contribuindo para a *intelligentsia* brasileira aprofundar o tema e discutir alternativas sobre o que seria a democracia depois de um regime autoritário. Este espaço de atuação dos intelectuais ecoaria indiretamente na sociedade, seja através da ocupação de alguns deles em instâncias de poder, podendo citar o caso de Fernando Henrique Cardoso, que passa a fazer oposição no MDB e foi membro do Conselho Consultivo da ECB, seja na discussão do papel que o intelectual deveria desempenhar num regime democrático, como fez Florestan Fernandes no volume 14 (“Tarefa dos intelectuais na revolução democrática”). Ou ainda questionando a própria democracia, como realizado por João Almino (volume 19), em “A ideologia autoritária no discurso democrático”. Portanto, há aqui um florescimento crescente na discussão sobre democracia, dialogando inclusive com o momento de redemocratização — Miguel Arraes no último volume da ECB publicou “Crise da democracia e abertura no Brasil”. Como corolário, a importância da ECB ultrapassa o seu diálogo na e com a intelectualidade brasileira e alcança um diálogo amplo com a democracia.

Tendo isto em vista, o artigo pretende resgatar uma das discussões realizadas na revista, cuja contribuição para pensar a democracia num contexto socialista e brasileiro foi fundamental e um tanto polêmica. Carlos Nelson Coutinho escrevera para o volume 9 (março de 1979) o artigo “A democracia como valor universal”, cujo desenvolvimento faremos no tópico posterior. No volume 17 (novembro de 1979), Adelmo Genro Filho responde com o texto “A democracia como valor operário e popular”, trazendo na gravata “(Resposta a Carlos Nelson Coutinho)”, ou seja, o objetivo deste autor era justamente polemizar com o primeiro.

Este resgate serve a uma percepção parcial da dissertação em desenvolvimento sobre como o pensamento social brasileiro de matriz comunista, reduzido a ambos os autores, compreendia e manejava o conceito de democracia no período de redemocratização, temos neste artigo a democracia como valor de debate.

## 1. A tese de Coutinho

Antes de adentrarmos a polêmica, faremos uma explanação das ideias de Coutinho para, adiante, podermos traçar as críticas de Genro Filho já devidamente contextualizadas e não haver, desta maneira, necessidade de repetições. Portanto, as críticas de Genro Filho serão apresentadas já com o debate mais teórico no que tange “democracia e socialismo”.

Carlos Nelson Coutinho começa seu texto a dizer que o “vínculo entre socialismo e democracia marcou desde o início o processo de formação do pensamento marxista” (1979, p. 33). Relembra que o debate do valor universal da democracia está presente entre revisionistas e ortodoxos e em nomes como Rosa Luxemburgo, Lênin e Trótski. O autor classifica a associação de democracia política como uma forma de dominação burguesa equivocada, isto porque há um caráter mecânico entre os dois conceitos — “democracia política” e “dominação burguesa” — a partir de uma falsa interpretação da teoria marxista de Estado. No contexto brasileiro, de acordo com o autor, implicaria outro problema: não é possível pensar “uma luta imediata pelo socialismo” (*Ibidem*, p. 35) sem a “criação dos *pressupostos* políticos, econômicos e ideológicos que tornarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso país” (*Idem*). Logo, apesar de negar o caráter mecânico entre democracia e dominação burguesa, o autor acredita que alguns “*pressupostos*” são necessários para o estabelecimento do socialismo, ou seja, é preciso haver um antes do outro.

Coutinho começa a parte um do artigo (“Algumas questões de princípio sobre o vínculo entre socialismo e democracia política”), a que discute fundamentalmente o que é a democracia como valor universal numa concepção marxista, a lembrar que para Lênin o substantivo democracia sempre aparece adjetivado, logo, uma democracia não pode ser “pura”; ela é burguesa ou proletária. Trocando em miúdos, não há “regime estatal sem conteúdo de classe determinado, sem que uma classe fundamental no modo de produção determinante exerça através desse regime (não importa por meio de quantas mediações) sua dominação sobre o conjunto da sociedade” (*Idem*).

A segunda defesa da universalidade da democracia, após dizer que não é possível estabelecer mecanicamente democracia com dominação burguesa, dá-se a partir de uma

referência a Marx sobre Homero e sua universalidade à revelia do desaparecimento da sociedade grega<sup>3</sup>. O autor cogita que tal pensamento dispõe de um “alcance metodológico geral” (*Ibidem*, p. 36), o que permite tirar determinadas conclusões a respeito da democracia:

Nem objetivamente, com o desaparecimento da sociedade burguesa que lhes serviu de gênese, nem subjetivamente, para as forças empenhadas nesse desaparecimento, perdem seu valor universal inúmeras objetivações ou formas de relacionamento social que compõem o arcabouço institucional da democracia política (*Idem*).

A democracia política na perspectiva de Coutinho é um valor estratégico permanente, pois permite consolidar uma nova sociedade a partir do aprofundamento de características da “velha”, ou seja, a sociedade de caráter socialista. Porém, ressalta, isto nada tem a ver com uma continuação da democracia liberal do século XVIII aos moldes de Locke e Montesquieu; e sim com uma criação e mudança de função de novos institutos políticos que não existem ou se apresentam apenas embrionariamente na democracia liberal clássica (*Ibidem*). Não é dito textualmente, mas entende-se que o autor sugere alguma dialética, no sentido de aprofundar, criar e superar, desta forma escaparia das críticas de que o socialismo estaria sujeito à ação do tempo e de uma teleologia aristotélica. Daí, o valor da democracia ser estratégico e permanente, ou seja, universal. Por isso, o autor diz que a democracia não é um “simples princípio tático” (*Ibidem*, p. 37). O diálogo realizado por Coutinho nesta parte é com o Marx de “A guerra civil na França”, que naquela ocasião afirmara que o proletariado não poderia simplesmente se apropriar da “velha máquina estatal”, era preciso destruí-la. “A classe operária não pode simplesmente se apossar da maquinaria estatal tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios objetivos. O instrumento político de sua escravização não pode servir como o instrumento político de sua emancipação” (MARX,

<sup>3</sup> Embora não haja a referência de Coutinho sobre a passagem citada, em 1992 ele publica “Democracia e Socialismo” onde revisita suas argumentações do artigo aqui analisado e cita a passagem de Homero em Marx com a referência da seguinte obra: Marx, K. “Introdução para a crítica da economia política. São Paulo, Abril Cultural (Col. “Os Pensadores”), v. XXXV, 1974, p. 131. (COUTINHO, C. N. *Democracia e Socialismo: questões de princípios e contexto brasileiro. Polêmicas do Nosso Tempo* v.51. São Paulo: Cortez. 1992, p. 18).

2011a, p. 169). O autor brasileiro argumenta que a metáfora de destruir o Estado foi entendida muitas vezes de modo bastante literal, o que levaria à associação mecânica entre democracia política e dominação burguesa. É preciso, de acordo com Coutinho, criar novas formas no seio do capitalismo, num processo onde o novo nasce no seio do velho até que este seja extinguido, assim como a burguesia nasceu no seio do feudalismo, a sociedade socialista nasceria no seio da burguesa. Engels, na Introdução de 1891 à obra de Marx, salienta:

Desde o primeiro momento, a Comuna [de Paris] teve de reconhecer que a classe trabalhadora, uma vez no poder, não podia continuar a operar com a velha máquina estatal; que essa classe trabalhadora, para não tornar a perder o poder que acabara de conquistar, tinha de, por um lado, eliminar a velha maquinaria opressora até então usada contra ela, enquanto, por outro lado, tinha de proteger-se de seus próprios delegados e funcionários, declarando-os sem qualquer exceção, como substituíveis a qualquer momento (ENGELS, 2011, pp. 195-196).

Outro tópico que o autor considera importante tange a alienação política e a necessidade de superá-la como *conditio sine qua non* para que o Estado não fique isolado da sociedade.

A superação da alienação econômica é condição necessária mas não suficiente para a realização do humanismo socialista: essa realização implica também a superação da alienação política [...] A superação da alienação política pressupõe o fim do “isolamento” do Estado, sua progressiva reabsorção pela sociedade que o produziu e da qual ele se alienou; ora, isso só se tornará possível através de uma crescente articulação entre os organismos populares de democracia direta e os mecanismos “tradicionais” de representação indireta (partidos, parlamentos etc.)” (COUTINHO, 1979, p. 38).

Para Coutinho, essa articulação gerará uma “síntese política” dos vários sujeitos coletivos, impedindo que a sociedade civil seja atomizada pela dominação burguesa.

Konder (2009) aborda a questão a partir do “apoliticismo”, o qual seria uma consequência da alienação política. Esta possibilitou o surgimento da ideia de que o “indivíduo privado” poderia abandonar-se como “cidadão”, ou seja, das suas práticas políticas públicas. O apoliticismo, além de “impedir que as classes e camadas da população excluídas do exercício do poder tomem consciência das suas potencialidades políticas”, faz com que o “fazer política” torne-se mais uma especialização entre tantas

na sociedade em que o trabalho é dividido (KONDER, 2009, p. 186). Coutinho acompanha, de certa maneira, as considerações de Konder ao dizer que o socialismo “não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo”, mas também “a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade como um todo” (COUTINHO, 1979, p. 38); por isso, para o autor, o socialismo não pode se fazer por intermédio de uma nova burocracia, cujo governo dar-se-ia de cima para baixo, e lembra dos ensinamentos de Marx em que a libertação do proletariado deve ser obra do próprio proletariado.

Nessa democracia de massas, a dialética do pluralismo — a autonomia dos sujeitos políticos coletivos — não anula, antes impõe, a busca constante da unidade política, a ser construída de baixo para cima, através da obtenção do consenso majoritário; e essa unidade democraticamente conquistada será o veículo de expressão da hegemonia dos trabalhadores (Ibidem, p. 40).

Ao se encaminhar já para o final da primeira parte do artigo, Coutinho faz uma síntese, num sentido dialético, do que seria o que ele chama “democracia de massas”, contrapondo com a abstração liberal, que mistifica e oculta a hegemonia, e o totalitarismo, que reprime a pluralidade e “absolutiza a dominação”, “*a democracia de massas funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos*” (Idem [itálico no original]). E termina com uma citação que “denuncia”, em certa forma, a sua perspectiva de preservação de determinadas características da democracia burguesa, mostrando-se fiel ao seu texto e apresentando-se como um teórico que não pensa a obra de Marx mecanicamente, como dito acima sobre a destruição do Estado: “Podemos concluir esse rápido esboço afirmando que a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação dialética (*Aufhebung*): a primeira *elimina, conserva e eleva a nível superior* as conquistas da segunda” (Idem [itálico original]).

## **2. A antítese de Genro Filho**

A resposta de Genro Filho não acompanha *ipsis litteris* a sistematização de Coutinho. Há uma mescla entre a primeira e a segunda parte do artigo. A segunda parte, cuja explanação não realizamos na parte anterior, aborda “O caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à ‘via prussiana’”. Consideramos, para efeito de construção de texto, fazer o diálogo entre os autores junto das referidas críticas de Genro Filho. A questão “teórica” da democracia como valor universal foi posta. Genro Filho fará suas considerações para mostrar o “valor operário e popular” tomando muitas vezes o caso brasileiro como exemplo.

Posto isto, a nossa abordagem nesta parte do artigo mesclará as considerações de Genro Filho sobre o artigo de Coutinho com um aporte teórico sobre democracia e socialismo. Autores como Lênin, Kautsky, Rosa Luxemburgo e o próprio Marx e outros aparecerão para dialogar nesta polêmica.

Adelmo Genro Filho inicia sua resposta a Coutinho propondo um novo título, pois a expressão valor universal para o autor é tipicamente liberal, ou seja, para Genro Filho na Coutinho estabelece mecanicamente a relação entre universalidade da democracia e dominação burguesa.

Os trabalhadores e as demais classes populares igualmente não estão interessados na *permanência* das “regras do jogo” da democracia formal. Estas, são apenas aspectos das reivindicações potencializadas objetivamente pela estrutura econômica existente [...] Noutras palavras, nenhuma força social atualmente no Brasil tem interesse numa estabilidade democrático-liberal como dimensão estratégica [...] Portanto, as palavras-de-ordem democrático-liberais não representam um “momento” da luta política em nosso País, nem uma etapa a ser cumprida. Mas não podem ser classificadas de “táticas” ou “instrumentais” por motivos diferentes daqueles indicados por Coutinho, que assume uma postura ético-metafísica ao opor “democracia” (para ele um valor universal) e “tática política” (um mero instrumento para alcançar um fim que lhe é absolutamente exterior) (GENRO FILHO, 1979, pp. 197-198).

Não há possibilidade de a democracia formal ser uma tática ou valor permanente (universal) porque o marxismo propõe um novo conteúdo democrático. Logo, no lugar da adjetivação proposta por Coutinho, cuja referência vem de Lênin, Genro Filho diz que são dois substantivos diferentes, a essência que se adjetiva, coloca-la como valor universal impede a ruptura como transformação revolucionária. A diferença da democracia como valor universal para aquela com valor operário está na

qualidade. Há um salto qualitativo no teor democrático, e também quantitativo no sentido de quem comporá esta democracia. “Há um valor — que não é liberal nem burguês — que pode ser indicado *a priori* como fundamento da democracia socialista, como antídoto do burocratismo: a mobilização constante da classe operária e demais camadas populares no exercício direto do poder” (Ibidem, p. 202). Rosa Luxemburgo ao discursar na fundação do Partido Comunista da Alemanha, em janeiro de 1919, afirmara que a “massa” aprende a exercer o poder, exercendo-o<sup>4</sup>. Esta crítica de Genro Filho também serviria para responder um ponto convenientemente destacado por Coutinho, em que este diz que o “golpismo de esquerda” — cuja marca está presente no pensamento e ação política no Brasil, segundo o autor — é um equívoco, pois se confunde com a maneira conservadora de se fazer e pensar política, a saber: “pelo alto”, o que marcara os processos da “via prussiana” brasileira, por isso Coutinho afirma ser preciso a “socialização da política”.

Embora, Coutinho encerre seu pensamento com uma proposta dialética (“elimina, conserva e eleva a nível superior”), Genro Filho não se convence e afirma que tal abordagem é de um caráter simplista e “torna-se, na prática, reformista” (Ibidem, p. 198). O que identificamos aqui é uma discussão que Lênin já realizara em polêmica com Kautsky e Vandervelde, onde afirma que ambos confundem dialética com ecletismo e explica:

A dialética nega as verdades absolutas, explicando a sucessão dos contrários e o significado das crises na história. O eclético não quer afirmações “demasiado absolutas”, para introduzir o seu desejo pequeno-burguês e filisteu de substituir a revolução pelos ‘graus transitórios’ [...] A dialética é concreta e revolucionária, distingue a ‘transição’ da ditadura duma classe para a ditadura de outra classe, da ‘transição’ do Estado proletário democrático para o não-Estado (‘extinção do Estado’). O ecletismo e a sofística dos Kautsky e dos Vandervelde, para agradar a burguesia escamoteiam tudo que há de concreto e preciso na luta de classes (LÊNIN, 1980b, p. 74).

Segundo Salvadori (1982, p. 336), Kautsky abandona o caráter revolucionário da passagem da democracia burguesa para a proletária porque nenhuma ditadura —

<sup>4</sup> Disponível em <<https://www.marxists.org/italiano/luxembur/1919/1/discorso.htm>>. Acesso: 25 de março de 2019.

referência à ditadura do proletariado — pode ser parâmetro para superação da democracia formal burguesa, para Kautsky não há socialismo sem democracia. O equívoco — e Lênin à época esclareceu e Genro Filho acompanha Lênin — é que o caráter da ditadura do proletariado não é *stricto sensu*, “A ditadura não significa necessariamente a supressão da democracia para a classe que exerce essa ditadura sobre as outras classes, mas significa necessariamente a supressão [...] da democracia para a classe sobre a qual ou contra a qual se exerce a ditadura” (LÊNIN, 1980b, pp. 9-10).

O que poderia parecer secundário, torna-se central para a discussão entre os autores brasileiros, pois assim como Kautsky abandona a categoria de revolução para se dar a passagem de uma sociedade para a outra e se apega a formas de um Estado democrático moderno, ou seja, burguês (parlamento, com o princípio representativo, sufrágio universal, pluralidade de partidos), Coutinho também se aproxima desta ideia ao estabelecer passos ou etapas; ao final do seu artigo explana da seguinte forma:

Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente, trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e permanência das “regras do jogo” a serem implantadas por uma Assembleia Constituinte dotada de legitimidade. E, em segundo lugar, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular (COUTINHO, 1979, p. 45).

Genro Filho diz haver em Coutinho uma “tendência” a substituir o conceito leninista de revolução pelo “conceito de luta pela hegemonia enquanto processo contínuo”, isto levar-lhe-ia a não romper com a democracia burguesa e sim dar continuidade, daí torna-se justificada a acusação de Genro Filho, citada acima, do reformismo de Coutinho. “Ao invés de privilegiar a ruptura da democracia burguesa em relação ao socialismo — em função da mudança radical de seu conteúdo — Coutinho privilegia a continuidade” (GENRO FILHO, 1979, p. 200). Na verdade, o conceito que Coutinho usa, de fato, para que haja um processo de renovação democrática “de baixo para cima” e uma ampliação e consolidação de conquistas e novos sujeitos políticos, é o

de “guerra de posição”<sup>5</sup>, de origem gramsciana. Não obstante, a crítica de Genro Filho ainda sustenta-se, pois podemos observar em Coutinho “a permanência das ‘regras do jogo’ a serem implantadas por uma Assembleia Constituinte”. Embora Lênin tenha afirmado que não é condição imprescindível a supressão de voto da burguesia e que fora uma característica particular da Revolução Russa, também concluiu que caso a Assembleia Constituinte seja “convocada segundo listas dos partidos existentes antes da revolução proletária e camponesa, numa situação de domínio da burguesia, [ela] entra inevitavelmente em conflito com a vontade e os interesses das classes trabalhadoras e exploradas” (LÊNIN, 1980a, p. 433). Como Coutinho pretende uma alternativa à “via prussiana”, a Assembleia Constituinte com partidos burgueses parece reforçar, como reforçou, vide a história recente da redemocratização, características que o autor pretendia superar, como exemplo podemos citar um distanciamento e uma especialização da política. Por isso, Genro Filho é incisivo na crítica:

A revolução burguesa já ocorreu no Brasil de forma completa, paralela mesmo ao processo de internacionalização da economia. Não podemos, portanto, limitar as tarefas da luta operária pelos critérios do liberalismo emedebista: Estado de Direito, eleições livres, liberdades sindicais e Assembleia Constituinte (GENRO FILHO, 1979, p. 200).

Lênin também destacara na Tese 3 — do texto “Teses sobre a Assembleia Constituinte” — que a composição de uma assembleia não necessariamente dará forma democrática a qualquer governo; inclusive destaca que a república dos Soviets — com deputados operários, soldados e camponeses — era uma forma mais elevada de democracia do que a de caráter burguês (com Assembleia Constituinte), e dizia ser “a única forma capaz de assegurar a passagem menos dolorosa para o socialismo” (LÊNIN, 1980a, p. 431).

Logo, ao privilegiar a continuidade e não o rompimento a partir da revolução, Coutinho utiliza-se da tese socialdemocrata, de acordo com Genro Filho, diferenciando

<sup>5</sup> “A riqueza polissêmica do conceito de guerra de posição é significativa do método gramsciano: ela tem um valor descritivo e gnosiológico e registra a transformação da arte militar aplicando-a à ciência política” (CICCARELLI, 2017, p. 358). A guerra de posição permite a “realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico” (GRAMSCI, 1999, p. 320).

estruturas econômicas de políticas: “Sem pôr nem tirar, é a conhecida tese socialdemocrata: capitalismo e socialismo são estruturas econômicas, enquanto que democracia e ditadura são sistemas políticos” (GENRO FILHO, 1979, p. 201). Tal tese endossa interpretações que radicalizadas apontarão para afirmações como o comunismo soviético e o nazismo alemão serem sistemas essencialmente idênticos, como fez Hannah Arendt em *Origens do totalitarismo* ou que o comunismo seria a “revolução vermelha” enquanto o fascismo a “revolução marrom”, como fez Schoenbaum citado por Konder (1979, p. 76).

É importante salientar a contribuição da própria tradição marxista para esta separação entre o econômico e o político, e como não é possível encontrar esta ambivalência na obra marxiana, cujo pressuposto é exatamente o contrário, isto é, a vinculação entre economia e política como a face de uma mesma moeda. Porém, muito se debateu sobre base e superestrutura e não foram poucos os que definiram a base (economia) como determinante da superestrutura (política, relações jurídicas etc.), Ellen Wood esclarece:

A economia política burguesa, de acordo com Marx, universaliza as relações de produção quando analisa a produção abstraindo suas determinações sociais específicas — relações sociais, modos de propriedade e dominação, formas políticas ou jurídicas específicas. Isso não quer dizer que a “base” econômica se reflita em certas instituições “superestruturais” e por elas seja mantida, mas que a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas — em particular, formas de propriedade e dominação (WOOD, 2006, p. 29).

Por se tratar de um tema tão polêmico, consideramos relevante insistir na explicação: “o modo de produção não existe em oposição aos ‘fatores sociais’, e que a inovação radical de Marx em relação à economia política burguesa foi precisamente a definição do modo de produção e das próprias leis econômicas em termos de ‘fatores sociais’” (*Ibidem*, p. 31).

Por fim, Genro Filho encerra seu artigo a dizer que “socialismo” com “democracia política” (isto é, burguesa):

é uma postura teórico-metodológica por demais conhecida na história das lutas operárias, que não faz avançar um centímetro sequer as questões reais do exercício de poder no socialismo. Ao contrário, elide o problema da verdadeira e

original democracia operária e popular por construir. Portanto, a perspectiva da análise marxista coloca exatamente o problema da ‘democracia como valor operário e popular’ e não como ‘Valor Universal’ (GENRO FILHO, 1979, p. 202).

## Considerações finais

À época da produção do texto de Coutinho, o Brasil sinalizava para a democracia. O regime militar depois de quase vinte anos saturava-se. O milagre econômico de Médici já tinha passado e a inflação dava as caras descontentando a classe média. Em 1979 surgiu o partido que viria a substituir o que outrora fora o PCB; o PT, fundado no sindicalismo, abriu espaço para que intelectuais compusessem o quadro partidário, entre eles esteve Carlos Nelson Coutinho, cujas divergências levaram-no ao PSOL anos mais tarde. Coutinho compôs uma ala do marxismo brasileiro cujas influências beberam na fonte do que ficou conhecido como eurocomunismo. Foi um dos responsáveis por introduzir Gramsci no debate brasileiro, ao lado de nomes como Leandro Konder, Michel Löwy e Otto Maria Carpeaux. O que aparentemente é uma biografia, revela traços que se expressaram na crítica de Genro Filho. Coutinho mobiliza categorias gramscianas para pensar democracia e “abandona” o conceito leninista de revolução, o que mostraria por um lado suas influências e abordagens e, por outro, carências brasileiras da época. Por isso, o autor pensava na garantia de liberdades fundamentais para aprofundar a democracia de massas, socialista. O momento de redemocratização exigia. Logo, o PT caiu como uma luva, uma vez que, desde o princípio, não era um partido revolucionário e socialista, mais identificado com a causa trabalhista. No entanto, o contexto histórico não fora suficiente para escapar das críticas de Genro Filho. Ironicamente, Genro Filho — cuja crítica à democracia burguesa foi voraz, denunciara o reformismo de Coutinho e exigira uma democracia proletária, com uma superação radical da democracia burguesa, criticando, inclusive, o “emedebismo” — compunha a Câmara de Vereadores de Santa Maria, no Rio Grande Sul, pelo próprio MDB. Usar de tais aspectos biográficos de ambos para legitimar uma crítica ou outra soaria desleal, a principal questão a ser destacada neste debate mora na tensão existente entre a mobilização de categorias gramscianas e o eurocomunismo de Coutinho e a

“exigência” de Genro Filho do uso da revolução como motor para uma democracia de valor operário.

Não temos a pretensão aqui de optar entre um e outro. Nossa objetivo era uma primeira tentativa de observar os debates existentes na Encontros com a Civilização Brasileira e como eles se relacionam de certa maneira com o contexto da época.

Para além dos dois artigos, há mais dezesseis cuja temática central indicada pelo título abordam questões democráticas, esta, no entanto, talvez tenha sido a mais polêmica delas, o que nos obriga, entre a tese de Coutinho e a antítese de Genro Filho, a uma síntese. Julgamos que o melhor caminho seja retornar aos escritos marxianos.

Há no próprio Marx uma diferenciação num curto espaço de tempo de como ele comprehende democracia. Em 1843, na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, o autor afirma a “verdadeira democracia”, no sentido rousseauiano (ENDERLE, 2013, p. 8). Marx, no entanto, no final do mesmo ano preparou uma introdução à Crítica, publicada em 1844 nos Anais Franco-Alemães, neste espaço ele já trazia o conceito de “democracia acabada” (vollendete Demokratie), acontece em seu pensamento “uma transição do liberalismo burguês ao tema da ‘emancipação humana’ (isto é, do comunismo), enquanto a democracia passa a ser identificada com a ‘emancipação política’ (ENDERLE, 2013, p. 8). Na “Introdução”, Marx convoca a necessidade de uma “revolução radical” para haver a autorrealização das pessoas na sociedade, o que ele discutiria em *Sobre a questão judaica* abordando os temas da emancipação humana e emancipação política.

Queremos colocar com essa breve explanação as possibilidades de entendimento no que tange a democracia seja como ferramenta para o socialismo, como quis Coutinho ou como “revolução radical” que se aproxima do pensamento de Genro Filho. Não cabe a nós nesta “síntese” apontar o destino da democracia no socialismo.

O debate entre ambos os autores elencado neste artigo é uma das formas de perceber discussões no âmbito do pensamento social brasileiro em seu contexto de redemocratização, e como ambos os intelectuais manejavam a categoria de democracia para pensar e propor uma sociedade que se “renovava” com a redemocratização. Como dito acima, para além destes dois artigos, há outros que naquele momento e naquele espaço (Encontros com a Civilização Brasileira) debatiam sobre o assunto.

## Referências

- BENETTI, Pedro. “Encontros com a democracia: intelectuais e a transição no período 1978- 1982”. **IX Encontro da ABCP: Pensamento político brasileiro**. Brasília, 2014.
- CICCARELLI, Roberto. “Guerra de posição”. In: LIGUORI, G.; PASQUALE, V. (Org.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 358-360.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “A democracia como valor universal”. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, n.9, mar/1979, p. 33-47.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e Socialismo**: questões de princípios e contexto brasileiro. Polêmicas do Nossa Tempo v.51. São Paulo: Cortez. 1992
- COUTO, Cristiano P. P. “Encontros com a Civilização Brasileira (1978-1982): resistência cultural e prenúncio de uma nostalgia”. **Dimensões**, vol. 29, 2012, p. 351-373.
- CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de resistência**: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira. Campinas, 2005, 126p. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Cultura) – Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.
- ENDERLE, R. “Apresentação”. In: MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 17-32.
- ENGELS, Friedrich. “Introdução à Guerra Civil na França, de Karl Marx (1891)”. In: MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 187-197.
- GENRO FILHO, Adelmo. “A democracia como valor operário e popular”. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, n.17, nov/1979, p. 195-202.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LÊNIN, V.I. **Obras escolhidas**. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1980a.
- \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. Vol. 3. São Paulo: Alfa-Omega, 1980b.
- MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

SALVADORI, Massimo L. “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo”. In: Hobsbawm, Eric. **História do Marxismo**: o marxismo na época da Segunda Internacional. Vol. 2 (Primeira parte). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 299-339.

SILVEIRA, Énio. Por quê e Para quê. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, n.1, jul/1978.

VIEIRA, Luiz R. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.

# **Universalização do princípio da simetria? Debates em torno da democratização epistêmica e da emergência de uma “era da pós-verdade”**

**Carolina Faraoni Bertanha<sup>1</sup>**

*Recebido em março de 2020*

*Aceito em junho de 2020*

## **RESUMO**

O objetivo deste artigo é examinar os debates recentes na área dos *Science and Technology Studies* acerca da emergência de uma era da pós-verdade e as potenciais responsabilidades do campo na influência que emoções e crenças pessoais têm na formação da opinião pública, em detrimento de fatos ditos objetivos. Trata-se de um exercício ensaístico, em que focamos na relação entre essa suposta era da pós-verdade e um princípio basilar para a área: o princípio da simetria, que prevê o tratamento equivalente de crenças verdadeiras ou falsas por parte do sociólogo interessado na análise do conhecimento científico. Procuramos, assim, refletir sobre a temática da democratização epistêmica, discutindo sua possível ligação com a emergência de uma era da pós-verdade.

**Palavras-chave:** Pós-verdade; Princípio da Simetria; Science and Technology Studies; Democratização Epistêmica.

**Universalization of the symmetry principle? Debates around epistemic democratization and the emergence of a “post-truth era”**

## **ABSTRACT**

This paper aims to examine the recent debates in the field of *Science and Technology Studies* about the emergence of a post-truth era and the potential responsibilities of the field in influencing personal emotions and beliefs in the formation of public opinion, to the detriment of so-called objective facts. It's an essay that focuses on the relationship between this supposed post-truth era and a basic principle for this particular field: the principle of symmetry, which predicts an equivalent treatment to true or false beliefs by the sociologist interested in the analysis of scientific knowledge. Thus, we seek to reflect on the theme of epistemic democratization, discussing its possible link with the emergence of a post-truth era.

**Keywords:** Post-truth; Symmetry Principle; Science and Technology Studies; Epistemic Democratization.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. É membro do grupo de pesquisa Ciências, Tecnologias e Públicos (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1937994639028677>) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contato: carolfbertanha@gmail.com.

## Introdução

A área interdisciplinar que se convencionou chamar de *Science and Technology Studies* (STS), cujo foco central está na análise voltada às influências do contexto social e na relativa determinação do conteúdo do conhecimento científico, esteve envolvida em discussões e dissensos desde seus trabalhos fundantes (PREMEBIDA et al, 2011). Em retrospecto, é notável o dessabor que a pioneira proposta do Programa Forte da sociologia do conhecimento elaborada por David Bloor e colaboradores, cuja preocupação central era “trazer a ciência para o âmbito do escrutínio cabalmente sociológico” por meio do tratamento simétrico das crenças verdadeiras e falsas, ao científico e ao social (BLOOR, 2009, p.16), causou a Thomas Kuhn. O autor da basilar obra *As estruturas das revoluções científicas*, reconhecida fonte inspiradora, comentou, posteriormente, que “não se falará de nada que mereça ser chamado de ciência caso se exclua o papel da natureza” (KUHN, 2003, p.380), procurando desvincilar-se das acusações de relativismo remetidas a ele e à sua obra.

Por sua vez, a subsequente generalização do princípio da simetria do Programa Forte proposta por Bruno Latour e Steve Woolgar (1997), Bruno Latour (2004; 2011; 2012), Michel Callon (1984), John Law (1992; 2004), entre outros, colocou em pauta a necessidade de estender a equivalência e a simetria analítica também entre humanos e não humanos nos processos sociotécnicos (PREMEBIDA et al, 2011). Esse movimento angariou novas e intensas disputas no campo, gerando manifestos autodenominados anti-latourianos (BLOOR, 1999) e respostas igualmente ácidas aos “ataques sistemáticos” à dita generalização “obscura e mal interpretada” do princípio da simetria por parte de Latour (1999) e seus companheiros franceses. Este, ainda, foi um dos protagonistas do debate epistemológico que marcou a “guerra das ciências” nos anos de 1990, acusado de propagar, junto a outros filósofos e sociólogos, “uma coleção de abusos extremos”, ou “imposturas intelectuais” em relação à prática científica e ao conceito de verdade (SOKAL; BRICMONT, 2001).

Dessa forma, acusações recorrentes de anticientificismo, pós-modernismo, antirracionalismo e, principalmente, relativismo epistêmico pairaram constantemente

no céu dos *Science Studies*, grande parte derivada de questões epistemológicas, ontológicas e metodológicas relacionadas ao princípio da simetria (MATTEDI, 2004). O final da década de 2010 não eximiu os STS de novas disputas, polêmicas, réplicas e tréplicas. Um recente embate tomou forma nas páginas de dois dos principais periódicos da área, o *Social Studies of Science* e o *Engaging Science, Technology, and Society*, mas não exclusivo a eles. Diversos pesquisadores influentes na área se posicionaram em editoriais, artigos, respostas e postagens, como Sismondo (2017a, 2017b), Collins et al (2017), Lynch (2017), Jasanoff e Simmet (2017), entre outros, inflamados por polêmicas asserções levantadas pelo filósofo Steve Fuller (2016a; 2016b; 2018), relacionadas à generalização do princípio da simetria e à potencial responsabilidade do campo na emergência de uma suposta “era da pós-verdade”. Steve Fuller (2018, p.58) afirma explicitamente que “a pós-verdade é a filha que os STS têm sempre tentado deserdar”, propondo ainda que “nós, [pesquisadores de STS], devemos finalmente abraçar nossa responsabilidade pelo mundo da pós-verdade”<sup>2</sup>. O autor argumenta que esse mundo pós-factual é o resultado inevitável de um processo de “democratização epistêmica”, promovido, segundo o mesmo, pela “universalização da simetria” proposta por Bruno Latour, que por sua vez não teria previsto que “qualquer pessoa poderia aplicar esse princípio por si mesmo, e não apenas aqueles interessados em estudar a tecnociência” (FULLER, 2016b, p.03). Fuller utiliza-se, para tanto, da definição do dicionário Oxford, que declarou “pós-verdade” a palavra do ano de 2016, dedicando-a à eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos e ao referendo britânico de saída da União Europeia, o Brexit. O importante dicionário define a palavra como um adjetivo que “relaciona-se com ou denota circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais” (POST-TRUTH, 2016, s/p).

Como apontamos, as incisivas proposições de Fuller não passaram batido nos STS a partir, principalmente, do ano de 2017. Apesar das diferentes agendas de pesquisa e filiações a que os autores citados acima se remetem, além, claro, de seus posicionamentos em relação à responsabilidade ou não da área, um exame preliminar

<sup>2</sup> Esta e todas as demais traduções de citações para o português foram feitas de forma livre pela autora.

da discussão suscita um conjunto de questões compartilhadas: a que se remete Steve Fuller ao falar em uma era da pós-verdade? Qual a relação que pode ser feita com o princípio da simetria, seja em sua conceptualização no Programa Forte, seja na generalização promovida pela Teoria Ator-Rede (TAR), com a ideia de uma democratização epistêmica? E, ainda mais importante, o que os STS teriam a ver com a emergência, formação e circulação de pós-verdades? A crítica de Fuller indicaria que o perigo cresceu no nosso quintal?

Tendo em vista essas questões e o recente embate em questão, o objetivo deste ensaio é mapear e examinar as discussões atuais no campo em torno da emergência de uma “era da pós-verdade” e sua relação com os STS, apontando para as críticas mobilizadas por alguns expoentes da área. Para tanto, primeiramente analisamos a noção de pós-verdade. Em seguida damos atenção ao desenvolvimento do princípio da simetria pelo Programa Forte, sua generalização ambicionada por autores filiados à TAR e movimentos posteriores<sup>3</sup>, e a universalização do princípio proposto por Fuller. Seguindo os argumentos deste autor, focamos no papel que a dessacralização do conhecimento científico enquanto fonte epistêmica confiável de informação promovida pelo Programa Forte e outras correntes ligadas aos STS, assumem em direção à uma dita democratização epistêmica<sup>4</sup>. Neste ponto, tecemos críticas à sua interpretação da relação entre o princípio da simetria e a democratização epistêmica, apontando que se trata de uma análise assimétrica que desconsidera as dificuldades que os públicos não-experts enfrentam quando da tentativa de participação em espaços de tomada de decisão (LYNCH, 2017; SISMONDO, 2017a; 2017b).

<sup>3</sup> Atualmente fala-se em um movimento “pós-TAR”. Para mais considerações, ver Law e Hassard (1999), Law (2004) e Mol (2002).

<sup>4</sup> É importante salientar que a Sociologia do Conhecimento Científico proposta pelo Programa Forte, entre outras correntes ligadas aos STS, não foram as únicas a tratarem do estatuto epistêmico do conhecimento, da verdade e dos fatos científicos ao longo do século XX. Entretanto, no que diz respeito à Sociologia do Conhecimento, à Sociologia da Ciência, e aos STS em particular, o Programa Forte foi um ponto de ruptura decisiva em relação à forma como os estudos sociológicos abarcavam a ciência anteriormente, especialmente inspirados por Robert Merton em sua análise dos aspectos institucionais das comunidades científicas. Como aponta Duarte (2015), o Programa Forte rompeu tanto com a tradição mertoniana quanto durkheimiana, apesar de influenciado por este último, exatamente por propor explicar por meio de fatores de ordem sociológica a própria natureza e o conteúdo do conhecimento científico. Assim, “a grande ruptura em jogo consistiu no abandono da ideia de que a ciência possuiria uma racionalidade de cunho extra-social que definiria a sua natureza e justificaria a verdade – ou, ao menos, a possibilidade de progresso rumo à verdade - de seus enunciados” (DUARTE, 2015, p.74).

Por fim, discutimos a relação de coprodução entre democracia e pós-verdade, buscando argumentar que não há uma ligação causal observável historicamente entre uma democratização epistêmica e uma nova era em que as bases factuais são ignoradas a favor das volições políticas de um grupo ou outro (JASANOFF; SIMMET, 2017).

### O que é, afinal, a pós-verdade?

A palavra pós-verdade pode assumir diversas acepções, ligadas ou não à ascensão de governantes promovedores de fatos alternativos, como Trump e o próprio presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, de grupos de direita interessados na “manutenção da família tradicional” ou de escândalos envolvendo a manipulação de eleitores em redes sociais. Sismondo (2017b, p.588) comenta que há seis temas prevalecentes na ideia de pós-verdade e na emergência de uma era marcada por esse sentido: 1) A definição glosada pelo dicionário Oxford, que salienta que as emoções têm importado mais no julgamento do que é verdade, seja na política ou na cultura pública, do que as bases factuais nas quais ela se assenta; 2) Opiniões, especialmente se elas vão de encontro ao que as pessoas já querem acreditar, têm importado mais do que os fatos; 3) Figuras públicas podem fazer afirmações desconectadas dos fatos, sem temer consequências; 4) Aceitação da desonestidade como parte da vida política; 5) A perda de confiança na mídia tradicional, levando à proliferação de notícias falsas e à promoção de investigações desvinculadas dos sistemas tradicionais de construção de conhecimento, seja científico ou não; 6) *E, por fim, a perda de respeito ou de confiança na expertise científica.*

Assim, apesar do uso da palavra remontar ao início dos anos de 1990, a recente ressurreição do termo associa-se a acusações de mentiras recorrentes e falsas premissas políticas, tendo se tornado uma queixa constante sobre a “difundida, flagrante, sem remorso e frequentemente bem-sucedida da enganação promovida por agentes poderosos” (LYNCH, 2017, p.594). Os seis temas elencados por Sismondo e a definição exibida acima possuem similitudes. Entretanto, como bem observa o próprio Sismondo (2017b), qual seria a ligação entre essas definições, e as reflexões, pesquisas e questões teóricas e metodológicas arroladas pelos STS? No que concerne à controversa sugestão

trazida por Steve Fuller, a resposta encontra ressonância no sexto tema elencado por Sismondo, *a perda de respeito ou de confiança na expertise científica*.

Para Fuller (2016a), a ligação entre a ideia de pós-verdade e o campo científico em questão encontra sua origem ainda no influente pensamento de Thomas Kuhn, em sua visão, um “relato pós-verdadeiro da ciência”. Seria pós-verdadeiro pois, segundo a interpretação deveras radical dos postulados de Kuhn quanto às revoluções científicas, a verdade

[...] não é mais o árbitro do poder legítimo, mas sim a máscara de legitimidade usada por todos em busca do poder. A verdade é apenas mais um — talvez o mais importante — recurso em um jogo de poder sem fim. Nesse sentido, a ciência difere da política apenas em que as máscaras de seus jogadores raramente caem (FULLER, 2016a, s/p).

Ao postular que a verdade é apenas um recurso em um jogo de poder, aproximando-se da política e distanciando-se da objetividade dos fatos, marca da prática científica moderna, Fuller (2016a) implicitamente nega qualquer distinção entre o conhecimento científico e o não científico, característica compartilhada entre os trabalhos desenvolvidos em STS, no geral. Seu posicionamento, entretanto, é crítico: ao equivaler ciência e política, afirma posteriormente que os STS têm o crédito de ter tornado essa equivalência uma rotina em sua prática de pesquisa, ao mesmo tempo em que proporcionou ao público em geral quatro tropos comuns à pós-verdade:<sup>5</sup>

1. Ciência é o que resulta uma vez que um artigo científico é publicado, não o que possibilitou a publicação do artigo, já que a condução de fato da pesquisa está sempre aberta a múltiplas e opostas interpretações;
2. O que passa pela "verdade" na ciência é uma contingência institucionalizada, a qual uma vez que se os cientistas estejam fazendo seu trabalho, será eventualmente derrubada e substituída, até porque essa pode ser a única maneira de avançar em seus campos.
3. O consenso não é um estado natural na ciência, mas um que requer fabricação e manutenção, trabalho que é facilmente subestimado porque a maioria deste trabalho ocorre fora do palco no processo de revisão por pares.
4. As principais categorias normativas da ciência, como 'competência' e 'expertise', são como as datas móveis do calendário de festas cristãs, cujas condições são determinadas pela dinâmica de poder que obtém entre alinhamentos específicos de partes interessadas (FULLER, 2018, p.59).

---

<sup>5</sup> Segundo o dicionário Michaelis, tropos, para a filosofia, são argumentos com que os célicos gregos pretendiam mostrar ser possível provar a impossibilidade de se chegar à verdade (TREVISAN; WEISZFLOG, 2012).

Levando os quatro pontos levantados acima em consideração, Fuller (2016b) conecta os pontos de seu argumento central afirmando que foi a partir da universalização do princípio da simetria, que estende o tratamento de todos os fatores humanos, independentemente de nossos julgamentos sobre seu mérito de verdade ou falsidade, também aos fatores não humanos, que tornou essas asserções compartilhadas por outros grupos para além dos STS. A conexão causal entre tal princípio e a emergência de uma era da pós-verdade é dada pelo autor a partir da ideia de que esses outros grupos, composto por, mas não necessariamente apenas por não-experts, tais como criacionistas, negacionistas climáticos, entre outros candidatos “a uma ‘cesta de deploráveis’ epistêmica” (FULLER, 2016b, p.03), passaram a aplicar o princípio da simetria por e para si mesmos. Assim, esse processo trouxe efeitos inesperados, uma vez que

ao transformar a simetria em vantagens para eles mesmos, os deploráveis obtiveram resultados, pelo menos na medida em que o equilíbrio de poder gradualmente se inclinou mais a seu favor — novamente, para melhor ou para pior (Idem).

Essa dinâmica, entretanto, vai além da perda de respeito ou de confiança na expertise científica, recaindo no que Fuller (2018), de modo negativo, interpreta como uma maior democracia epistêmica. Dito de outro modo, seu argumento é de que uma vez que os instrumentos para a produção de conhecimento são disponibilizados de forma generalizada, removendo o ar esotérico e hierárquico com que o conhecimento científico tem sido produzido, poderão ser utilizados por qualquer um com acesso a eles.

O que significa, entretanto, “aplicar o princípio da simetria para si próprios”? Quais suas consequências? Qual papel teria o princípio da simetria na conformação de uma era da pós-verdade em que qualquer um poderia, em tese, produzir conhecimento? Ou seja, uma era em que a noção de verdade perde sua legitimidade em detrimento de “notícias falsas, má ciência, e outras instâncias de ‘baboseira sistemática’”, conforme contra-argumenta Lynch (2017, p.598)?

## **O princípio da simetria e sua generalização**

Para discutirmos o papel que o suspeito princípio da simetria tem na eventualidade de uma nova era marcada pelo apelo às emoções e às crenças pessoais, é de suma importância qualificarmos do que se trata, de fato, este princípio. As raízes do princípio da simetria podem ser traçadas no pioneiro artigo de David Bloor (1973), *Wittgenstein and Mannheim on the sociology of knowledge*, em que o autor discute um problema central na recém-criada área, deixada sem resposta por seu idealizador, Karl Mannheim: o status da lógica, da matemática, e das ciências naturais, no geral, na noção de que o conhecimento é socialmente situado. Procurando mostrar que a sociologia poderia (e deveria) penetrar na discussão eminentemente epistemológica, e considerando que o objetivo de uma sociologia do conhecimento é “explicar como as crenças das pessoas são provocadas pelas influências que atuam sobre elas”, Bloor (1973, p.173) recorre a alguns requisitos basilares<sup>6</sup>. Entre eles está a ideia de que as explicações sobre as crenças devem ser imparciais no que diz respeito à verdade e à falsidade, e ligado a essa ideia, está uma segunda: não só as crenças verdadeiras ou falsas devem ser explicadas, mas os mesmos tipos de causas devem explicar ambos os tipos de crenças.

O que Bloor (1973) propõe, e que depois foi sedimentado enquanto uma orientação metodológica no estudo sociológico empírico do conhecimento científico, no bojo de um Programa Forte de pesquisa, é, em poucas palavras, a análise simétrica daquilo que é cientificamente verdadeiro e falso (BLOOR, 2009)<sup>7</sup>. A ideia central é que “não há nada tão especial na ciência que faça com que ela seja imune à análise sociológica [...]. O que conta como descoberta na ciência é influenciado pelo ambiente social e esta influência pode ser pesquisada” (COLLINS, 2015, p.16). Isso porque até a década de 1970,

<sup>6</sup> Bloor (2009) define conhecimento como crenças endossadas coletivamente, assumidas como certas e institucionalizadas, ou seja, distinto das crenças idiossincráticas e individuais.

<sup>7</sup> Os quatro princípios de uma sociologia do conhecimento forte, elencados na obra *Conhecimento e imaginário social* (2009, p.21), em sua íntegra, são os seguintes: 1) Ela deverá ser causal, ou seja, interessada nas condições que ocasionam as crenças ou os estados de conhecimento. Naturalmente, haverá outros tipos de causas além das sociais que contribuirão na produção da crença. 2) Ela deverá ser imparcial com respeito à verdade e à falsidade, racionalidade e irracionalidade, sucesso ou fracasso. Ambos os lados dessas dicotomias irão requerer explicação. 3) Ela deverá ser simétrica em seu estilo de explicação. Os mesmos tipos de causas deverão explicar, digamos, crenças verdadeiras e falsas. 4) Ela deverá ser reflexiva. Seus padrões de explicação terão que ser aplicáveis, a princípio, à própria sociologia. Assim, como a condição de simetria, essa é uma resposta à necessidade da busca por explicações gerais. É uma óbvia condição de princípio, pois, de outro modo, a Sociologia teria uma constante refutação de suas próprias teorias.

a sociologia era relegada à compreensão apenas dos processos sociais exteriores à produção do conhecimento científico, que deturpavam a boa condução da ciência, ou seja, que levavam ao erro no caminho da verdade (NEVES; PINTO, 2013).

Uma das consequências epistemológicas do tratamento simétrico de crenças verdadeiras ou falsas, e da relação existente entre conhecimento científico e ordem social, é a dessacralização da imagem da ciência enquanto empreendimento autônomo em relação à sociedade (MATTEDI, 2004), ou ainda, descolado da prática humana. Como nota Neves e Pinto (2013, p.347), para que o conhecimento científico possua autonomia, é preciso separar o que é certo e errado (natureza-sociedade), o que significaria que o “conhecimento verdadeiro é obtido por meio da racionalidade e da lógica, sem interferência de outros componentes psicológicos ou sociais”, ignorando que “os conceitos de verdadeiro e falso, racional e irracional, dependem, antes de tudo, do contexto social” (Idem) em que adquirem sentido. Dessa forma, o Programa Forte inova ao propor que a prática científica se relaciona a processos sociais, tais como a formação e a dinâmica dos interesses e da negociação.

Não tardou para que Bloor fosse acusado de ser assimétrico em sua própria definição de simetria, por ser realista para a sociedade e construtivista para a natureza (LATOUR; WOOLGAR, 1997; LATOUR, 2004), debate que gerou as réplicas e tréplicas citadas na introdução deste trabalho. A crítica latouriana vai no sentido de que

a noção de simetria implica, para nós, algo mais do que para Bloor: cumpre não somente tratar nos mesmos termos os vencedores e vencidos da história das ciências, mas também *tratar igualmente e nos mesmos termos a natureza e a sociedade*. Não podemos achar que a primeira é dura como ferro, de modo a explicar a segunda; não podemos acreditar bravamente nas classes sociais para melhor duvidar da física (LATOUR; WOOLGAR, 1997, p.24).

Isso significa, em outras palavras, que esta abordagem pretende generalizar o tratamento simétrico do verdadeiro e do falso também para a natureza e a sociedade. Dessa forma, as análises tecidas por Bruno Latour, Michel Callon, entre outros colaboradores da TAR, baseiam-se na equivalência e simetria analítica entre humanos e não humanos nos processos sociotécnicos (PREMEBIDA et al, 2011). O agenciamento recíproco entre coisas e humanos indica que os não humanos expressam, se não volitivamente, ao menos na prática, as suas ações, em simetria com os humanos (MAIA,

2015). Essa equivalência se apoia em três pontos: a) na relação de igualdade entre humanos, organismos biológicos e objetos materiais; b) na relação de implicação recíproca no agenciamento de humanos e não humanos; c) e na complementariedade entre ciência e técnica e a constante tecnificação do cotidiano das sociedades e interações humanas (PREMEBIDA et al, 2011, p.28).

Assim, na TAR, o conhecimento é visto como um produto ou efeito de uma rede de materiais heterogêneos, em que máquinas, reagentes, substâncias, artigos, organizações, cientistas e instituições sociais se ordenam e reordenam provisoriamente, sempre assumindo formas materiais, como

“um processo de “engenharia heterogênea” no qual elementos do social, do técnico, do conceitual, e do textual são justapostos e então convertidos (ou “traduzidos”) para um conjunto de produtos científicos, igualmente heterogêneos. Isto é o que podemos dizer sobre a ciência. Mas eu já sugeri que a ciência não é muito especial. Assim o que é verdadeiro para a ciência é também verdadeiro para outras instituições. A família, as organizações, sistemas de computador, a economia, tecnologias – toda a vida social – podem ser similarmente descritas” (LAW, 1992, p.381).

Dessa forma, a generalização proposta por essa vertente de STS conserva a tentativa do Programa Forte de superar uma descrição da ciência enquanto atividade autônoma das demais práticas humanas. Acrescenta, entretanto, que a estabilização (e não mais *construção*) dos enunciados científicos só faz sentido dentro de seu contexto de produção, considerado a partir das “práticas, dos comportamentos e ações concretas dos cientistas em cada situação, em cada laboratório, em cada instrumento, abandonando completamente a distinção entre contexto e conteúdo” (MATTEDI, 2004, p.63). Ao equivaler diferentes atores e entidades heterogêneas inseridas na atividade científica, a vertente da TAR procura, então, analisar a estabilização do conhecimento científico através das redes de relações em que esses atores e entidades estão em movimento, levando em consideração as condições que devem ser reunidas antes mesmo que a investigação científica ocorra (Idem).

## **A universalização da simetria, a democratização epistêmica e sua relação com a pós-verdade**

Tendo ponderado sobre a conceptualização do princípio da simetria no Programa Forte e sua subsequente generalização pela TAR, estamos aptos a prosseguir em nossa análise acerca da suposta ligação entre este princípio e o assentamento de uma era da pós-verdade. De acordo com Fuller (2016b), a era da pós-verdade seria o inevitável resultado do alargamento daqueles que podem ser considerados sujeitos epistêmicos legítimos, ou nas palavras do autor, numa maior democracia epistêmica. Essa seria a universalização do princípio da simetria a que o autor se refere, a politização promovida pelos STS deste postulado e a dissolução do privilégio epistêmico da ciência (LYNCH, 2017). De acordo com Fuller (2016a; 2016b; 2018), contrários à concepção assimétrica da atividade científica e da verdade enquanto fato objetivo, os STS, e em particular os seguidores da TAR, põem em dúvida a validade dos enunciados científicos exatamente por demonstrar, ainda na esteira de Kuhn, que a estabilização dos fatos científicos e dos paradigmas em voga perpassam valores e acordos sociais quando do surgimento de anomalias nos paradigmas já assentados. Tal politização teria chegado ao ponto de as expertises científicas serem consideradas enquanto “repositórios de julgamentos corruptos projetados para suprimir alternativas promissoras a posições já falidas” (FULLER, 2016a, s/p). Argumentamos, entretanto, na esteira de Lynch (2017), que é questionável o salto causal que Fuller empreende entre o princípio da simetria enquanto uma orientação analítica e metodológica para uma polêmica ferramenta dedicada à democratização das ciências, no sentido utilizado pelo autor, uma vez que

a simetria de Bloor estabelece estudos de controvérsias históricas, mas não resolve (e nem tenta resolver) as questões sobre verdade e falsidade que são levantadas, resolvidas ou não resolvidas pelos agentes históricos envolvidos. É um equívoco supor que os estudos em STS encorajam uma ‘sociologia do erro’ invertida que rebaixa a verdade, racionalidade ou sucesso da ciência estabelecida enquanto eleva o status epistêmico de uma ou outra ‘alternativa promissora’ (LYNCH, 2017, p.597).

Conquanto seja discutível a tentativa ou não de avaliar e resolver as questões sobre verdade e falsidade das asserções científicas em trabalhos posteriores ao Programa Forte (BARNES; BLOOR, 1982; HADDOCK, 2004), entendemos que seria uma postura igualmente assimétrica, em termos metodológicos, dotar qualquer outra “alternativa

promissora” como eminentemente verdadeira, sem uma análise sociológica apropriada acerca dos processos que intervém na construção e manutenção do conhecimento, sua organização e transmissão (BLOOR, 2009). Ainda, é importante ressaltar que a abordagem do Programa Forte tem um caráter vigorosamente naturalista, já que o “sociólogo está interessado pelo conhecimento, inclusive pelo conhecimento científico, puramente como um fenômeno natural”, buscando “teorias que expliquem as crenças que são de fato encontradas” (BLOOR, 2009, p.17).

Apesar disso, Fuller (2016a) continua a construção de seu argumento afirmando que o pensamento simétrico, em sua universalização, tem seu tendão de Aquiles:

se o campo da ciência estiver *aberto a todos*, então o jogo em si pode se tornar irreconhecível. Poucos cientistas hoje em dia negam a atratividade de se estender o senso do público de uma ‘cidadania científica’, mas igualmente poucos o teriam transformado em uma “ciência proletária”, segundo a qual a agenda de pesquisa é ditada pelo povo (FULLER, 2016a, s/p, grifos da autora).

A dita abertura da ciência a “todos” e a atratividade de se estender o privilégio epistêmico ao público, no geral, não passou despercebida a uma gama de trabalhos nos próprios STS. Esse campo mostra que, geralmente, o estabelecimento do que é “verdade”, em detrimento de outras asserções, requer muito trabalho. Requer, mais especificamente, como apontam Collins et al (2017), um trabalho político, uma vez que a resolução de controvérsias científicas não recai apenas nos ombros do trabalho científico autônomo, socialmente esterilizado, como mostrou o Programa Forte a partir dos anos de 1970. Dessa forma, dificilmente a construção de conhecimento válido “poderia ter sido de outra forma”, uma vez que tal construção conta com estruturas bem assentadas de consenso, envolvendo uma série de esforços articulados no sentido de estabilizar os fatos científicos, aliados, laboratórios, inscrições e outros agentes heterogêneos, que por sua vez confere autoridade ao conhecimento científico (LATOUR e WOOLGAR, 1997; LATOUR, 2011). Sismondo (2017a) afirma, nesse sentido, que esse processo não se parece em nada com “pós-verdade”.

Não é por acaso que trabalhos relacionados ao entendimento público de ciência e tecnologia (EPCT) mostram as dificuldades, barreiras e oposições à participação da opinião pública, ou daqueles considerados “não experts” na governança de novas

tecnologias, controvérsias científicas e riscos associados a empreendimentos tecnocientíficos, cujos impactos negativos são incertos (JASANOFF, 2005; IRWIN, 1995; WYNNE, 1992). Epstein (1995), por exemplo, analisando a construção da expertise leiga no caso dos testes de medicamentos para portadores do vírus HIV, considera que os ativistas e movimentos sociais se utilizaram de estratégias direcionadas no sentido de negociar sua credibilidade enquanto agentes que podem contribuir ativamente na pesquisa da biomedicina. Para tanto, esse público leigo teve de aprender a “falar na linguagem da ciência”, adentrar a autoridade do conhecimento científico para serem levados em conta, e não o contrário, a fabricação de “fatos alternativos”. De modo semelhante, tratando da deliberação tecnopolítica acerca da biotecnologia agrícola no Brasil no seio da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), particularmente relacionados à regulação dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM), Fonseca (2017, p.03) argumenta que apesar de a legislação brasileira reconhecer formalmente a “necessidade de se considerar aspectos sociais e econômicos no processo de avaliação de novas biotecnologias”, estes têm sido, na prática, sistematicamente invisibilizados e desconsiderados nas decisões políticas. Isto porque

“a legitimidade de decisões regulatórias de natureza sociotécnica, dentro da construção típica que tem conformado a legislação brasileira, provém de instituições que cujo mandato é isolar o conhecimento técnico e objetivo, supostamente neutro e representativo da realidade “como ela é”, dos processos políticos e sociais em que ela está inserida, sujeitos a interesses e pressões particulares. Se por um lado esta fundamentação sobre os critérios de análise de biossegurança se mostra desvinculada da realidade dos processos de avaliação de risco, por outro ela revela como este dispositivo de deliberação tecnopolítica é, ele mesmo, um risco para a democracia brasileira” (FONSECA, 2017, p.16).

Em outras palavras, o desafio à autoridade epistêmica dos cientistas, autoridade esta que mobilizou um corpo considerável de pesquisadores em STS em busca de explicações sobre a formação, distribuição e reprodução do privilégio epistêmico da ciência e consequente democratização da ciência, não significa, dessa forma, um barateamento a *grosso modo* do conhecimento tecnocientífico nesse processo (SISMONDO, 2017a). Tampouco significa a abertura sistemática e plenamente democrática do privilégio epistêmico do empreendimento científico, particularmente

em países do Sul Global, como o Brasil, como apontado por Fonseca (2017). Assim, o uso do termo pós-verdade, no contexto contemporâneo que o termo assume na política, não tem relação direta com a forma com que os STS tendem a tratar o conhecimento científico, e, porque não, o conhecimento leigo (LYNCH, 2017).

Nesse ponto, é pertinente relembrar o sexto tema associado à ideia de pós-verdade que Sismondo (2017b) elenca, e que dispomos no primeiro tópico deste trabalho: a perda de respeito ou de confiança na expertise científica. Os STS têm sido acusados de contribuir no declínio dessa confiança na verdade e na ciência, por “pintar uma imagem na qual todos os fatos se tornam reivindicações e todas reivindicação são vistas como meramente políticas” (JASANOFF; SIMMET, 2017, p.752). Entretanto, além dos pontos apresentados acima, os STS reconhecem que os debates sobre fatos públicos, ou seja, aqueles fatos que projetados para persuadir os públicos, são coproduzidos em conjunto com as formas de política que as pessoas, Estados e nações desejam e praticam (JASANOFF, 2004). Ou seja, sempre foram debates sobre significados sociais, enraizados em realidades que são subjetivamente e contingencialmente experimentadas. Exemplo disso é a convergência entre conservadores da ordem econômica e política industrial, tal como o presidente Jair Bolsonaro, que desafiam não a verdade em si, mas verdades que particularmente se chocam com seus interesses, e fatos alternativos que negam consensos científicos, como as mudanças climáticas.

Assim, Jasanoff e Simmet (2017) entendem que os fatos públicos se interligam a valores políticos em pelo menos quatro maneiras: 1) A escolha de quais realidades se toma como consequência do comportamento político, assim, os fatos que consideramos importantes ou controladores são normativos; 2) As maneiras pelas quais os fatos são produzidos para servir aos interesses do governo incorporam juízos de valor anteriores sobre as formas corretas de implantar a expertise na sociedade. Isso fica claro quando se olha através de grupos sociais, nações, ou períodos históricos e se percebe que os aparelhos para fazer e contestar a verdade variam, de acordo com as histórias e promessas emancipatórias que estão associadas a afirmações específicas da verdade, a exemplo do projeto eugenista do norte-americano Charles nos anos de 1910; 3) As reivindicações de verdade na esfera pública são normativas porque reduzem o espaço para o engajamento democrático, apelando para padrões exógenos de correção, mesmo

que estes provem, ao serem examinados, estarem profundamente carregados de valores. Este movimento trata a verdade de forma *assimétrica*, como se estivesse fora da dinâmica confusa da sociedade, enquanto localizando apenas desafios à verdade no mundo social; 4) Por último, "sugerindo que havia um passado preliminar no qual a verdade legitimamente precedia e guiava a política, o termo pós-verdade nega as conexões historicamente íntimas entre a construção de fatos e a ascensão da democracia moderna" (JASANOFF; SIMMET, 2017, p.752-753, grifos da autora),

Democracia essa, que, segundo Hoffman (2018), tem tudo a ver com o advento da pós-verdade num momento de enérgica "demagogia". A "bagunça" atual aliada às notícias falsas, aos fatos alternativos e à dedicação da opinião pública em se distanciar de fatos objetivos em suas crenças e ações é a "culminância de mais de trinta décadas de uma campanha conservadora longa, muito bem financiada e altamente organizada", cujo objetivo é "promover um universo de fatos alternativos construídos por gabinetes estratégicos conservadores, lobistas, mídia e profissionais da ciência célicos, cujo objetivo tem sido o de criar desconfiança generalizada nas principais instituições" (HOFFMAN, 2018, p.448). Concorda, assim, com os argumentos de Jasenoff e Simmet (2017), cuja crítica à ideia de pós-verdade pressupõe que a palavra "pós" indica um passado no qual as coisas foram radicalmente diferentes, e cuja perda deveria ser mundialmente lamentada, uma inocuidade a-histórica que ignora a coprodução entre conhecimento e normas em contextos políticos e científicos. A era da pós-verdade, se é que estamos nela, não é uma ruptura radical com um passado em que a política era governada pela "verdade pura", pois como vimos, a prática política democrática sempre conectou fatos públicos com valores públicos. Dessa forma,

"As verdades públicas não podem ser ditadas – nem pela autoridade de uma ciência que sabe tudo e suas suposições de progresso social intermináveis, nem unilateralmente do trono do poder e sua vontade de dobrar a verdade aos seus propósitos. A ciência e a democracia, no seu melhor, são empresas modestas porque ambas são continuamente desconfiadas de sua própria autoridade e preferem manter suas reivindicações abertas à transparência e à crítica. Isso não significa que a busca por estabilidade na ciência ou na política deve ser descartada como quixotesca ou puramente um produto de chance cega" (JASANOFF; SIMMET (2017, p.764).

O termo pós-verdade construiria, então, um falso olhar acerca da opinião pública sobre a ciência e a tecnologia, historicamente e contextualmente situada, posicionamento ao qual nos alinhamos. Dessa forma, no que diz respeito ao recente embate travado entre expoentes pesquisadores e pensadores do campo dos STS, entendemos que a discussão das consequências epistemológicas, ontológicas e políticas de seus princípios básicos são de suma importância para o desenvolvimento teórico e empírico dos próprios STS. No entanto, tais discussões seriam mais proveitosas se também tratadas enquanto exercícios intelectuais que não compusessem uma nova “guerra das ciências”. Assim, evitariam que, de um lado ilações incuradas sobre importantes discussões movidas pelos STS (a desmistificação do empreendimento científico enquanto autônomo das atividades humana, relegando aos demais grupos sociais o “erro”; a necessidade de estudos empíricos sobre a ciência, a tecnologia e suas relações com a política e com a produção de fatos, valores e fatos alternativos; e a coprodução entre democracias e a ciência e a tecnologia) os responsabilizassem pela emergência de uma nova era, e de outro lado, que as ciências sociais voltem ao estudo somente de fatores externos à prática científica.

## **Considerações finais**

Este trabalho procurou examinar o mais recente debate promovido no campo dos STS, iniciado pelas considerações de Steve Fuller quanto à responsabilidade que o referido campo teria na conformação de uma era da pós-verdade. Esta era se caracterizaria pela influência que emoções e crenças particulares teriam na formação da opinião pública, em detrimento de dados ditos objetivos.

Procuramos, inicialmente, conceitualizar o princípio da simetria proposto por David Bloor e colaboradores no bojo de um Programa Forte em sociologia do conhecimento científico, que tinha como ponto central a desestabilização deste tipo de conhecimento enquanto o portador de um privilégio epistêmico na explicação dos fenômenos naturais. Para esta abordagem, era um pressuposto metodológico que as teorias científicas fossem analisadas de forma equivalente entre crenças verdadeiras ou falsas. Abordamos, então, a generalização deste princípio por parte dos pesquisadores

da Teoria Ator-Rede, que, por sua vez, entendem que a análise deveria estender-se também aos elementos não humanos. Fuller argumentou, na esteira dos trabalhos da Teoria Ator-Rede, que esse princípio teria sido universalizado: agora, qualquer pessoa interessada poderia aplicar, por si mesmo, o princípio da simetria, uma vez que destituído o privilégio epistêmico da ciência, teria havido uma democratização daqueles que podem participar do jogo da construção do conhecimento confiável.

Argumentamos, entretanto, utilizando as próprias asserções e princípios norteadores dos STS, que não há uma ligação causal observável historicamente entre esse preceito teórico e uma era marcada pela mobilização de fatos alternativos, notícias falsas e mentiras deslavadas. Por fim, indicamos que é necessária a realização de pesquisas empíricas que procurem analisar as cadeias causais que levam das asserções dos STS para as táticas utilizadas por céticos das mudanças climáticas, terraplanagem e movimento ‘antivax’. Por hora, concordamos com os dizeres de Jasenoff e Simmet (2017) quanto à debilidade do uso do prefixo “pós” para indicar uma ruptura a-histórica.

## Referências

- BARNES, Berry; BLOOR, David. Relativism, rationalism and the sociology of knowledge. In.: HOLLIS, Martin; LUKES, Steven. (Eds.). **Rationality and relativism**. Oxford: Blackwell, 1982.
- BLOOR, David. Wittgenstein and Mannheim on the Sociology of Knowledge. **Studies in History and Philosophy of Science**, v. 4, n. 2, p. 173-191, 1973.
- BLOOR, David. Anti-Latour. **Studies in History and Philosophy of Science**, v. 30, n. 1, p. 81-112, 1999.
- BLOOR, David. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.
- CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. **The sociological review**, v. 32, n. 1, p. 196-233, 1984.
- COLLINS, Harry. Introdução: estudos sociais da ciência, a jornada. Em: PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício; DUARTE, Tiago. (orgs.). **Investigações contemporâneas em estudos sociais da ciência e tecnologia**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

COLLINS, Harry; EVANS, Robert; WEINEL, Martin. STS as Science or politics? **Social Studies of Sciences**, v. 47, n. 4, p.580-586, 2017.

EPSTEIN, Steven. The construction of lay expertise: AIDS activism and the forging of credibility in the reform of clinical trials. **Science, Technology, & Human Values**, v. 20, n. 4, p. 408-437, 1995.

DUARTE, T. R. A sociologia do conhecimento de E. Durkheim e do Programa Forte. In: PREMEBIDA, A.; NEVES, F. M.; DUARTE, T. R. (Ed.). **Investigações contemporâneas em estudos sociais da ciência e tecnologia**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

FONSECA, Paulo. A deliberação tecnopolítica da CTNBio: uma avaliação de riscos para a democracia brasileira. *Anais VII Esocite.br/tecsoc*, n.4, GT-15, p.1-23, 2017.

FULLER, Steve. Science has always been a bit ‘post-truth’. **The Guardian**, Londres, 15 dez. Disponível em: <https://www.theguardian.com/science/political-science/2016/dec/15/science-has-always-been-a-bit-post-truth>. Acesso em: 31 maio de 2020. 2016a.

FULLER, Steve. Embrace the inner fox: post-truth as the STS symmetry principle universalized. **Social Epistemology Review and Reply Collective**. Disponível em: <http://wp.me/p1Bfg0-3nx>. Acesso em: 31 maio de 2020. 2016b.

FULLER, Steve. **Post-truth**: knowledge as a power game. London and New York: Anthem Press, 2018.

HADDOCK, Adrian. Rethinking the “strong programme” in the sociology of knowledge. **Studies in History and Philosophy of Science**, v. 35, p. 19–40, 2004.

HOFFMAN, Steve. The responsibilities and obligations of STS in a moment of post-truth demagoguery. **Engaging Science, Technology, and Society**, v. 4, p.444-452, 2018.

IRWIN, Alan. **Ciência cidadã**: um estudo das pessoas: especialização e desenvolvimento sustentável. Lisboa: Edições Piaget, 1995.

JASANOFF, Sheila (ed.). **States of Knowledge**: The Co-Production of Science and Social Order. London: Routledge, 2004.

JASANOFF, Sheila. **Designs on nature**: Science and democracy in Europe and the United States. Princeton: Princeton University Press, 2005.

JASANOFF, Sheila; SIMMET, Hilton. No funeral bells: public reason in a ‘post-truth’ age. **Social Studies of Science**, v. 47, n. 5, p.751-770, 2017.

KUHN, Thomas. **O caminho desde a estrutura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório:** a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. For David Bloor... and Beyond: A Reply to David Bloor's' Anti-Latour'. **Studies in History and Philosophy of Science**, v. 30, p. 113-130, 1999.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos.** São Paulo: Editora 34, 2004.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social:** uma introdução à Teoria Ator-Rede. Salvador-Bauru: Edufba-Edusc, 2012.

LAW, John; HASSARD, John. (Eds.). **Actor-network theory and after.** Oxford: Blackwell Publishing/The Sociological Review, 1999.

LAW, John. Notes on the Theory of the Actor-Network: ordering, strategy and heterogeneity. **System Practice**, v. 5, n. 4, 1992.

LAW, John. **After method:** mess in social science research. Londres: Routledge, 2004.

LYNCH, Michael. STS, symmetry and post-truth. **Social Studies of Science**, v. 47, n. 4, p. 593-599, 2017.

MAIA, Carlos. Os impasses conceituais em Latour: o humano, o social e a simetria. Em: PREMEBIDA, A.; NEVES, F. M.; DUARTE, T. R. (orgs.). **Investigações contemporâneas em estudos sociais da ciência e tecnologia.** Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

MATTEDI, Marco. Dilemas da simetria entre contexto social e conhecimento: a redefinição das modalidades de abordagem sociológica do problema do conhecimento. **Política & Sociedade**, n. 04, 2004.

MOL, Annemarie. **The body multiple:** ontology in medical practice. Durham and London: Duke University Press, 2002.

NEVES, Fabrício; PINTO, Vinícius. A carta de intenções de David Bloor. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, v. 20, n. 1, 2013.

POST-TRUTH. Lexico, powered by Oxford Dictionaries. Disponível em: <https://www.lexico.com/en/definition/post-truth>. Acesso em: 31/05/2020. 2016.

PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício; ALMEIDA, Jalcione. Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens. **Sociologias**, v. 13, n. 26, p. 22-42, 2011.

- SISMONDO, Sergio. Post-truth? **Social Studies of Science**, v. 47, n. 1, p. 3-6, 2017a.
- SISMONDO, Sergio. Casting a wider net: a reply to Collins, Evans and Weinel. **Social Studies of Science**, v. 47, n. 4, p. 587-592, 2017b.
- SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuais:** o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- TREVISAN, Rosana. (coord.); WEISZFLOG, Walter. (ed.). **Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, 2012
- WYNNE, Bryan. Misunderstood misunderstanding: social identities and public uptake of science. **Public Understanding of Science**, v. 1, n. 3, p. 281-304, 1992.

# Tráfico de drogas e encarceramento feminino: intersecções de gênero e raça

Liciane Barbosa de Mello<sup>1</sup>  
Osmar Belusso<sup>2</sup>

Recebido em março de 2020  
Aceito em junho de 2020

## RESUMO

O presente artigo busca fazer uma reflexão acerca dos processos de criminalização dos conflitos de gênero relacionados a sistema de justiça e prisões. Inicialmente, expomos os números acerca do sistema prisional feminino presentes no relatório do Departamento Nacional de Informações Penitenciárias (Depen), chamando atenção para o crescimento exponencial de mulheres presas, especialmente por crimes relacionados à Lei de Drogas nos últimos anos. A partir disso, realizamos uma breve discussão acerca da legislação penal sobre drogas no Brasil e então buscamos traçar um diálogo entre o trabalho de Angela Davis sobre a obsolescência das prisões e de Dina Alves a respeito da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição. Por fim, propomos algumas questões que poderão servir como auxílio de futuras análises e construção de instrumentos de enfrentamento do fenômeno do encarceramento feminino.

**Palavras-chave:** Encarceramento feminino; Seletividade Penal; Tráfico de drogas.

**Drug trafficking and women's incarceration: intersections of gender and race**

## ABSTRACT

The present article aims to make a reflection upon the criminalization process of the gender conflicts related to the justice system and prisons. Initially, we show the numbers of the feminine prison system present in the National Department of Penitentiary Information (Depen) report, calling attention for the exponential growth of women imprisoned, especially for crimes related to the Drug Law over the last few years. Based on that, we carry out a brief discussion about the penal legislation on drugs in Brazil and then seek for tracing a dialogue between Angela Davis work about the obsolescence of prisons and Dina Alves work about the intersectionality of gender, race and social class in the production of punishment. At last, we bring forward some questions that can assist future analyses and the construction of instruments to face the feminine incarceration phenomenon.

**Keywords:** Women's incarceration; Criminal selectivity; Drug traffic.

A partir da década de 1990, há uma importante intensificação no fenômeno do aprisionamento em todo o território nacional. Esse momento histórico é marcado por

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES. bm.liciane@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, Brasil. osmarbelusso@gmail.com.

diversos processos em curso, como o agravamento gradativo da violência urbana, aqui representado principalmente através do crescimento significativo nas taxas de homicídios e no encarceramento nos grandes e médios centros urbanos da América do Sul (AZEVEDO; CIFALI, 2015, p. 105). Não por acaso, a tendência das reformas legislativas brasileiras nas últimas duas décadas foi no sentido de expansão das normas penais voltadas à regulamentação e sanção de segmentos da vida social que anteriormente não eram criminalizadas. Assim, por meio da criminalização de novas condutas, do endurecimento de penas e da redução de garantias processuais até então consolidadas no ordenamento jurídico brasileiro, o direito penal passa a ser o recurso por excelência acionado para solucionar todos os tipos de conflitos e problemas sociais (AZEVEDO, 2004).

Por consequência, as pretensões de remodelação do sistema de justiça e a expectativa de avanço nos processos de democratização do Estado e da sociedade, especialmente frente à promulgação da Constituição Federal de 1988, acabaram dando lugar a agendas políticas cujas pautas reforçaram práticas já bastante estabelecidas: “mais polícia, mais prisão, mais pena, mais armamento” (LIMA; SINHORETTO, 2011, p. 134). A não efetivação de direitos básicos no país revela-se como um grave problema social, na mesma medida em que o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária vira um grande desafio. A falta de uma transição democrática efetiva expõe uma lacuna considerável no campo da segurança pública. Amplia-se, enquanto isso, o *slogan* de “direitos humanos para humanos direitos” e consolida-se a modalidade de subcidadania - onde o acesso aos serviços públicos básicos ou é inexiste ou é precário. É nesse cenário que o encarceramento em massa se insere, alcançando uma importância inafastável tanto do debate político-militante quanto acadêmico.

Muito embora o encarceramento em massa no Brasil seja um fenômeno social multifacetado e multicausal, o advento da Lei nº 11.343/06, popularmente conhecida por Lei de Drogas, representa um elemento essencial na progressão do número de pessoas presas. Com dispositivos ainda mais severos, a nova Lei de Drogas confere ao crime de tráfico de drogas ilícitas (art. 33 da referida Lei) um grande número de condutas passíveis de incriminação (dezoito ações diferentes), uma amplitude punitiva

maior (de 5 a 15 anos de reclusão) e novas possibilidades de procedimentos para apuração.

Nesse cenário, o delito de tráfico de drogas alcança altos índices de aprisionamento. Em que pese as prisões decorrentes desta infração penal incidam de forma acentuada na população carcerária masculina, como fica claro pela relação de números absolutos, a análise proporcional da população feminina indica que esse grupo é atingido de modo muito particular. É nesse debate que o presente artigo busca se inserir. Através de um levantamento de dados estatísticos e da bibliografia especializada no tema, busca-se propor uma reflexão que relate o crime de tráfico de drogas com o encarceramento de mulheres, sob uma análise centrada em teorias que discutam a obsolência punitiva e a interseccionalidade de gênero, raça e classe.

### **Uma primeira contextualização: o encarceramento em números**

Em busca de uma contextualização primeira do fenômeno do encarceramento em massa, recorrentemente faz-se uso de uma série de levantamentos já amplamente disseminados no campo da segurança pública. Entre tais documentos, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, com dados oriundos do INFOPEN (SANTOS, 2017), é um importante recurso na exposição do panorama prisional no país. Os dados sistematizados pelo levantamento apontam a existência de cerca de 726.354 pessoas presas no Brasil. No entanto, a capacidade de atendimento do sistema penitenciário nacional corresponde, em tese, ao número de 423.242, revelando um expressivo déficit carcerário de 303.112 vagas. A taxa de prisão no Brasil por 100 mil habitantes é de 349,78. Muito embora os estados possuam realidades bastante heterogêneas quando comparados entre si, ao considerar que em todos eles o número de vagas prisionais foi excedido, é possível concluir que o fenômeno da superpopulação carcerária seja um problema de amplitude nacional.

Entre os tipos penais com maior incidência nas motivações das prisões, o delito de roubo figura entre a maior causa de prisão (31,88%), seguido de crimes

relacionados ao tráfico de drogas<sup>3</sup> (29,26%) e furto (14,15%). Além da criminalização ostensiva dos delitos de natureza patrimonial e envolvendo substâncias entorpecentes, o uso irrestrito da prisão provisória para réus aguardando julgamento também pode ser compreendido como um importante fator que contribui para as altas taxas de aprisionamento, especialmente em virtude da maleabilidade da sua fundamentação “pelo risco à ordem pública” (ANDRADE, 2012, p. 301).

Segundo o relatório INFOPEN Mulheres (SILVA, 2019), voltado exclusivamente à exposição dos dados acerca da população prisional feminina, do total de pessoas privadas de liberdade apresentado anteriormente, aproximadamente 37.828 são mulheres. O documento aponta para o mesmo problema de déficit de vagas da população carcerária geral, considerando que existem 31.837 vagas no sistema prisional feminino, o que resulta em um déficit de 5.991 vagas. É possível, no entanto, que o número real de mulheres em privação de liberdade seja ainda maior, tendo em vista que os últimos números divulgados pelo governo federal, através do relatório mencionado, são de dezembro de 2016 e nem todos os estados haviam repassados os respectivos dados ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). No que diz respeito à taxa de aprisionamento feminino do Brasil, houve um aumento exponencial de 455% entre os anos de 2000 e 2016. No início deste período, a taxa de mulheres privadas de liberdade era de 6,5 para um grupo de 100 mil habitantes, sendo que atualmente essa taxa chega a 35,52 por 100 mil mulheres (SILVA, 2019).

O maior número de mulheres privadas de liberdade no país encontra-se no estado de São Paulo, com 12.520 presas, representando sozinho 31,6% do total da população prisional feminina nacional. Em seguida estão os estados de Minas Gerais, com 3.365 presas, e Paraná, com 2.758 presas. No outro extremo encontra-se o estado do Amapá, com o menor índice de encarceramento feminino, com 108 mulheres em situação de prisão. Em que pese o contingente prisional mais expressivo, em números absolutos, esteja no estado de São Paulo, em termos da maior taxa de aprisionamento

---

<sup>3</sup> Optamos por manter a terminologia “crime relacionado ao tráfico de drogas” em detrimento de somente “crime de tráfico de drogas” ou assemelhados, como forma de atentar para as diversas condutas criminalizadas na Lei nº 11.363/06, como a associação para o tráfico de drogas e o tráfico internacional de drogas.

por grupo de 100 mil mulheres no país, encontram-se os estados do Acre (96,8 por 100 mil), seguido de Rondônia (93,4 por 100 mil) e Mato Grosso do Sul (92,2 por 100 mil).

Ainda de acordo com o relatório temático INFOPEN Mulheres (SILVA, 2019), o perfil majoritário encontrado na população prisional feminina, a começar pelo recorte etário, é composto por jovens de 18 a 29 anos, (47,33%). Além disso, os dados apontam que aproximadamente 44,42% das mulheres presas não concluíram o ensino fundamental e 63,55% são negras. No que tange ao tipo penal que motivou a prisão dessas mulheres, a maioria foi sentenciada ou aguarda julgamento em razão de algum crime relacionado ao tráfico de drogas ilícitas (cerca de 59,9%). As demais tipificações possuem, comparativamente, pouca expressão, sendo elas, respectivamente, referentes ao roubo (12,90%), furto (7,8%) e homicídio (6,96%). Nesse quesito, o estado do Rio de Janeiro chama a atenção em razão da sua taxa acentuada, onde cerca de 82,4% da população carcerária feminina é composta por mulheres presas por crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes.

As conclusões que se pode chegar, através desse breve levantamento quantitativo acerca do cenário populacional prisional brasileiro, é que (i) o crescimento da população carcerária é uma tendência que atravessa as últimas décadas; (ii) embora o número absoluto de mulheres presas seja menor comparado com o número de homens presos, a taxa de crescimento indica uma curva de progressão mais acentuada que no caso da população masculina; (iii) há uma importante relação entre os crimes relacionados ao tráfico de drogas e o fenômeno do encarceramento em massa.

Considerando a proporção atingida pelos crimes relacionados ao tráfico de drogas no sistema carcerário nacional, cabe aqui uma breve discussão bibliográfica do contexto em que se insere a legislação penal sobre drogas no Brasil, em especial a atual Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06), bem como os seus efeitos no fenômeno do encarceramento em massa.

### **Contextualização da legislação de drogas no Brasil**

Muito embora o tratamento legal destinado ao tema envolvendo entorpecentes no mundo não tenha se desenvolvido de forma homogênea, é possível identificar no século XX um importante marco histórico para o fortalecimento de posturas proibicionistas: a “Guerra às Drogas”. O regime empregado pelos EUA no final da década de 1960 fundamentou-se na forte repressão ao uso e à comercialização de substâncias psicoativas. Essa postura rapidamente obteve amplo apoio no circuito político internacional, incentivando reformas legislativas em diversos Estados, como o Brasil. Desse modo, as últimas décadas estruturaram o novo foco da segurança pública no país com a regulamentação da matéria atinente às drogas ilícitas por meio da legislação penal, ou seja, através da criminalização de condutas, o endurecimento de penas e o recrudescimento de garantias processuais para as pessoas acusadas de crimes relacionados ao tráfico de drogas.

Diversos acordos internacionais reafirmaram o compromisso mundial de proibição às drogas no século XX, ainda que inicialmente se tenha adotado justificativas mais amenas, com a mobilização de uma gramática da regulação. Contudo, após a pactuação de três tratados internacionais, os países signatários enfim consolidaram a repressão como o principal recurso de “combate às drogas”, estabelecendo categorias criminais capazes de abarcar desde a sua produção, sua comercialização e mesmo o seu uso, inspirados pelo que se pode denominar por “utopia proibicionista” (RODRIGUES, 2010, p. 8).

No caso do Brasil, o modelo de gestão repressiva da droga é consolidado a partir da década de 1960, quando o país ingressa de forma definitiva no cenário internacional de controle de drogas, configurando uma ideologia de diferenciação social, cujo pressuposto é distinguir as representações do consumidor e do traficante, do doente e do delinquente (TORCATO, 2016). O mercado ilegal do tráfico de drogas se propagou no país no fim da década de 70 e, desde então, pode ser considerado um novo poder que vem modificando cada vez mais o panorama da segurança pública (ZALUAR, 2004). A promulgação da Lei nº 11.343/06 teve uma importante contribuição nesse novo panorama, uma vez que os tipos penais envolvendo o tráfico de drogas e seus correlatos compõem uma das principais causas para o aprisionamento das pessoas, sobretudo mulheres.

A forma como o Estado encara essa questão não obtém êxito na diminuição desse comércio específico, na maioria das vezes controlado por pessoas com grande influência política e social, como grandes fazendeiros, empresários, negociantes e banqueiros que possuem vínculos transnacionais que operam como facilitadores para a produção, comercialização e também lavagem de dinheiro (ZALUAR, 2004).

A atual legislação penal sobre drogas vigente no Brasil é responsável pela maior parte do encarceramento de mulheres. Os presídios em sua maioria são locais que remetem aos primórdios do objetivo de sua criação: um grande depósito de pessoas. As prisões foram originalmente destinadas ao confinamento de mendigos, pobres, vadios e pequenos criminosos (aqueles que a sociedade não desejava ver ou conviver), onde realizavam atividades laborais e recebiam correção moral (SALLA; LOURENÇO, 2014). Os crimes utilizados para motivar a grande parcela de prisões no Brasil não são considerados crimes violentos (tráfico e furto), no entanto, o país produz 175 mortes violentas intencionais por dia em um único ano (LIMA *et al*, 2018). Isso nos leva a problematizar a questão do sistema penal ter como objetivo diminuir a violência através do aprisionamento, uma vez que taxa de mortes violentas atualmente no Brasil é 30,8 por 100 mil habitantes (LIMA *et al*, 2018).

A Lei nº 11.343/06 foi criada, como proposta legislativa da CPI do Narcotráfico, com o propósito de modificar aquela em vigor há 30 anos, a Lei nº 6368/76, também conhecida como a lei de tóxicos. O ponto alto da nova legislação era a diferenciação no tratamento de usuário e traficante, no qual o primeiro seria vinculado ao sistema de Saúde, e o segundo seguiria sendo processado junto ao sistema de justiça criminal, mas com uma considerável elevação na pena estabelecida pela lei de 1976. Campos (2015), denomina essa mudança como o “dispositivo médico-criminal de drogas”, referindo-se ao dispositivo adotado como uma nova maneira de administração estatal da droga. De um lado, o objetivo era endurecer a pena para a figura do traficante, e de outro, deixar de prender aquele identificado como usuário.

No Brasil, mesmo quando uma política estatal na área de segurança pública e justiça criminal sofre alguma alteração e deslocamento em direção ao aumento dos direitos e garantias fundamentais (fim de pena de prisão ao usuário), privilegia-se dentro do sistema de justiça criminal a pena de prisão como resposta estatal (CAMPOS, 2015, p. 17).

Os dispositivos do ordenamento jurídico brasileiro que tratam da matéria não diminuíram o número de pessoas encarceradas. Pelo contrário, como já demonstrado, houve o aumento do número de mulheres encarceradas, ante a criação de um sistema normativo, subjetivo, que não diferencia quantidades de drogas e pune de forma discricionária, seletiva e desproporcional. Punir com mais severidade o traficante atende a um anseio popular por mais punição, como instrumento de intimidação do Estado ao indivíduo que comete um crime, pois assim poderia desencorajar o cometimento de novos delitos. No entanto, o aumento exponencial dos índices de aprisionamento sugerem que sequer esse objetivo foi alcançado pela lei penal.

O crime do tráfico de drogas está tipificado no artigo 33 da Lei nº 11.343/06, enquanto o uso de drogas ilícitos se encontra no tipo penal do artigo 28 da mesma Lei. Tal diferenciação, entretanto, sofre com a ausência de precisão legislativa, uma vez que não define com clareza e objetividade os critérios a serem utilizados na acusação desses crimes, considerando que embora o usuário não seja punido com prisão, permanece como uma conduta criminalizada.

Nesse sentido, a primeira ação classificatória dependerá do policial que fizer a abordagem e a apreensão. O policial opera, desse modo, como a ponta do sistema penal (BARBOSA, 2017). O exercício da sua função implicará em tomar decisões rápidas que terão consequências para terceiros. Assim como o Poder Judiciário e o Ministério Público, também terá poder discricionário, mas sem o mesmo aparato e preparo dos atores jurídicos. Inclusive, o agente policial aparece majoritariamente como testemunha nos casos de tráfico de drogas, muitas vezes como a única. Assim, “é esse agente que vai narrar os fatos como crime e oferecer à justiça criminal os ‘indícios’ de ‘materialidade’ e ‘autoria’, elementos fundamentais para o início de uma ação penal” (JESUS, 2016, p. 20).

A Lei nº 13.840/19, que no momento aguarda ser sancionada pelo Presidente da República não deve representar uma solução suficiente para a questão da subjetividade da aplicação legal e do encarceramento massivo, uma vez que aumenta a pena mínima de prisão para o traficante de cinco para oito anos e estabelece a possibilidade de uma pena menor a depender da quantidade e do tipo de droga apreendida, ficando a cargo

do juiz avaliar cada caso<sup>4</sup>. O novo texto também prevê mais punição ao usuário, dispondo de dois tipos de internação: voluntária e involuntária (prazo máximo de noventa dias) e fortalece o papel das comunidades terapêuticas, ignorando a função dos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), além de enfraquecer as pautas antimanicomiais.

O ordenamento jurídico brasileiro é marcado historicamente por um viés patrimonialista que persiste até os dias de hoje (ODON, 2013). Isso é reforçado pelos dados apresentados acerca do sistema penitenciário nacional, onde os crimes contra o patrimônio figuram como o tipo penal com maior incidência nas prisões. A interpretação histórico-social indica que a ordem no Brasil foi construída através de um sistema jurídico que elegia um inimigo da ordem pública. Segundo Odon, “na ordem instituída, o ator violento é sempre aquele ‘estranho’ que não foi corretamente normalizado/socializado, ou que talvez nem tenha salvação, e o direito penal brasileiro se acostumou a tratá-lo como inimigo” (ODON, 2013, p. 390). Para o autor, o direito penal serviu como “lei geral do Império” para mediar conflitos, conduzir a mão-de-obra escrava e condicionar o pobre livre ao trabalho. Da mesma forma, a classe dominante, tomada por medo de uma guerra civil, criou um “aparato burocrático racional-legal” que via na repressão e punição a única forma de diálogo entre sociedade e Estado.

### **O encarceramento em questão**

Como efetivamente compreender um fenômeno complexo como o encarceramento em massa, desenhado aqui através de levantamentos estatísticos que apresentam uma curva crescente bastante expressiva? Como se apreende com profundidade as razões que transformam a mulher negra no alvo preferencial do sistema de justiça criminal?

Dina Alves (2017) nos oferece uma pista muito interessante ao trabalhar com o conceito de *feminização da pobreza e da punição*, que concebe que tanto o processo de

---

<sup>4</sup> BRASIL, 2019. “Senado aprova projeto que altera política nacional sobre drogas”. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/15/senado-aprova-projeto-que-altera-politica-nacional-sobre-drogas>>.

marginalização da mulher negra ao acesso às esferas de produção, consumo e cidadania quanto a sua participação na economia ilegal, em especial o tráfico de drogas ilícitas, principalmente na condição de “coadjuvante”, fazem parte do mesmo fenômeno. Isto é, a feminização da pobreza e da punição diz respeito à dominação da mulher negra através da precarização ou extinção de direitos e garantias sociais e consequente vulnerabilidade social, bem como o movimento de sua criminalização e seu aprisionamento. São dois lados do mesmo processo.

Tal perspectiva se vincula com leituras históricas sobre o encarceramento em massa nos Estados Unidos, a partir do desmantelamento do que se entendia por Estado Social (que em alguma medida, ainda que deficitário, conseguia suprir algumas demandas da população mais vulnerável) e o fortalecimento de um Estado (cada vez mais) Penal, no qual os serviços de assistência social existentes são bastante precarizados, senão descontinuados, passando a operar mecanismos de vigilância, controle e estocagem de pessoas excedentes do mercado de trabalho (WACQUANT, 2007).

Nesse contexto se insere a filósofa estadunidense Angela Davis, argumentando pela existência de um *continuum* penal entre o período escravagista e a democracia contemporânea, não sendo possível afirmar que houve, de fato, uma transição na pós-abolição que extinguisse as práticas, pensamentos e estruturas que mantinham e reproduziam a sujeição, subordinação e desumanização de mulheres negras. Assim, as raízes históricas oriundas do período escravagista determinam, ainda hoje, o "lugar" e o "não-lugar" da mulher negra. De escravas domésticas para empregadas domésticas, do Brasil colonial para o Brasil democrático e contemporâneo, a cozinha e a prisão ocuparam e ainda ocupam historicamente os "lugares" das representações do corpo negro, em especial o da mulher negra. Ser mulher, negra e pobre no Brasil determina uma posição de extrema vulnerabilidade social (ALVES, 2017).

Para Angela Davis (2019) a prisão está introjetada de tal maneira na sociedade como algo tão natural que se torna muito difícil, ou talvez impossível, imaginar um mundo sem a sua existência. Ou mesmo o fato de imaginar crime separado de castigo, nos levando a crer que a prisão é algo incontestável e estabelecido como única forma de lidar com as situações e com as pessoas que cometem condutas consideradas

criminosas. Isso quer dizer que, mesmo considerando a sua consolidação social, não há uma dimensão ontológica no aprisionamento. A pena de prisão alcança o status de recurso por excelência para a resolução de conflitos no ocidente, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, consolidando o que Pires (2004; 2017) denomina como a teoria da racionalidade penal moderna, que diz respeito à estrutura de pensamento que obstaculiza a formulação do direito criminal e intensifica os processos que levam ao encarceramento em massa.

De acordo com Angela Davis (2019), um sistema de encarceramento em grande escala foi promovido e alimentado pelo que denomina como *complexo industrial-prisional*, que se desenvolveu a partir da década de 1980, na chamada Era Reagan. O complexo industrial-prisional se tornou uma importante fonte de lucro para muitos empresários, pois foi criado para substituir o complexo industrial-militar no período após o fim da Segunda Guerra Mundial. Com isso, uma economia da punição passou a operar nos Estados Unidos: as cidades que experimentavam graves crises financeiras passaram a sediar casas prisionais. Ao contrário do que o senso comum pode indicar, a partir da perspectiva da especulação imobiliária, a construção de presídios pode representar um fator positivo para o aquecimento da economia, uma vez que esses lugares são mantidos através de uma vasta gama de serviços como construção, transporte, alimentação, recursos humanos, itens de higiene, etc. Embora a privatização da gestão de presídios componha um exemplo nítido e direto desse fenômeno, não é a única forma com que penitenciárias podem movimentar a economia e, inclusive, operar em uma lógica de lucro.

Angela Davis (2019) argumenta que o presídio, por mais contraintuitivo que possa parecer, foi criado como forma de se destinar aos transgressores da lei um tratamento “mais humanizado”, uma vez que substituiria os castigos físicos e sobretudo a pena capital, “oportunizando”, em tese, a reflexão sobre o crime cometido. Além disso, a punição não deixava de apresentar fortes dimensões de gênero, pois as mulheres não eram consideradas sujeitos detentores de direitos e, sem possuírem direitos, os mesmos não poderiam ser restringidos através da pena privativa de liberdade. Nesse caso, no entanto, o castigo seria administrado de maneira informal, especialmente por intermédio das relações conjugais. As mulheres que infringissem as

normas poderiam ser submetidas a punições estabelecidas pelos maridos. Segundo Davis, “a persistência da violência doméstica é uma evidência dolorosa desses modos históricos de punição por gênero” (DAVIS, 2019, p. 49).

O debate público sobre a expansão do sistema prisional dos Estados Unidos deixou as mulheres de fora, colocando-as em ambientes completamente hostis e masculinizados, em geral marcados por tratamentos violentos e com forte presença de agressões sexuais (como, por exemplo, através das revistas íntimas). Ainda, a filósofa chama atenção para a centralidade do gênero na compreensão do sistema de punição estatal:

Embora os homens constituam a ampla maioria dos prisioneiros no mundo, aspectos importantes da operação da punição estatal são ignorados quando se presume que as mulheres são marginais e, portanto, não merecem atenção. A justificativa mais frequente para a falta de atenção dada às prisioneiras e às questões específicas em torno do encarceramento feminino é a proporção relativamente pequena de mulheres entre as populações carcerárias ao redor do mundo. Na maioria dos países, a porcentagem de mulheres entre as populações carcerárias gira em torno de 5% (DAVIS, 2019, p. 70).

Diante disso, mostra-se necessário a inclusão de mulheres nas discussões sobre reforma no sistema prisional, tendo em vista o crescente índice de aprisionamento feminino, como apresentado anteriormente. Além disso, existem particularidades que o sistema carcerário precisa levar em consideração, como a recorrente situação de abandono da mulher presa por parte da família ou amigos. Ao contrário do que acontece com a maioria dos homens encarcerados, grande parcela das mulheres ainda precisam enfrentar o período de aprisionamento sem receber visitas da sua rede de apoio. Outra questão importante diz respeito às condições estruturais dos presídios. Considerando que originalmente foram construídos enquanto uma instituição exclusivamente masculina, muitos estabelecimentos não permitem o exercício adequado do direito de reprodução, gestação e maternidade da mulher presa. Nesse sentido, não há a previsão suficiente de celas adaptadas para gestantes, berçários, creches e centros de referência materno infantil. Os dados do relatório INFOOPEN - Mulheres apontam que apenas 16% das penitenciárias no território nacional possuem celas ou dormitórios adequados para gestantes.

As dimensões de raça e classe perpassam as relações de gênero, uma vez que mulheres negras compõem o maior número do sistema prisional feminino, seguindo os mesmos marcadores sociais da população carcerária masculina. Nesse sentido:

Deve-se levar em conta os trâmites dos processos judiciais que frequentemente operam para a reprodução da injustiça social, com base no entrelaçamento da discriminação de gênero, raça-etnia e classe, desde a abordagem policial até o sentenciamento e a reclusão de mulheres (GERMANO, MONTEIRO, LIBERATO, 2018, p. 29).

Angela Davis (2019) aponta que os estabelecimentos prisionais para mulheres supostamente seriam espaços para instigar a domesticidade feminina, para que essas, quando estivessem em liberdade novamente, fossem aptas a desempenhar o papel de boas esposas e boas donas de casa. Contudo, argumenta a autora, essa “nova vida” era reservada principalmente a mulheres brancas, já que as mulheres negras acabavam indo para o serviço doméstico nas casas de famílias brancas. Além disso, mulheres negras e nativas americanas muitas vezes eram separadas das mulheres brancas e condenadas a cumprir penas em prisões masculinas (DAVIS, 2019).

### **Considerações finais**

A seletividade da aplicação da Lei nº 11.343/06, desde os profissionais da linha de frente até os diversos atores jurídicos participantes do sistema de justiça criminal, contribuem para o fenômeno do encarceramento em massa no Brasil, sobretudo de negros, tanto homens quanto mulheres, ambos detentores dos marcadores sociais selecionados pelo poder punitivo que opera na sociedade. Em virtude disso, o olhar a este fenômeno deve ser direcionado com bastante atenção, pois a adoção de posturas centradas na punição como forma de resolução de problemas sociais, pode produzir ainda mais violências, conforme aponta a tendência dos dados expostos sobre prisão e criminalidade. O encarceramento não produziu efeitos concretos contra as violências presentes nas grandes cidades, tampouco foi capaz de torná-las ambientes mais seguros e livres de crimes violentos.

O Brasil teve em vigor durante as últimas décadas do século XX uma legislação oriunda do período da ditadura militar, a qual previa, por exemplo, que o usuário de drogas poderia ser detido por até dois anos. A atualização legislativa proposta pelo advento da Lei nº 11.343/06 buscava a modernização do tratamento jurídico conferido ao uso e ao comércio de drogas ilícitas, de modo a diferenciar tais situações e manter a prisão enquanto punição apenas para a figura do traficante. No entanto, o tráfico de drogas tornou-se o foco nas agendas políticas de controle e repressão. Assim, o que originalmente pretendia reduzir o número de prisões e restringir o poder punitivo estatal, acabou por alavancar o crescimento das taxas de encarceramento, não obtendo êxito em estabelecer critérios objetivos para a sua aplicação.

O crescimento exponencial do aprisionamento de mulheres é um cenário relativamente recente no Brasil e segue a tendência da criminalização seletiva operada em função da Lei de Drogas. Nesse sentido, chama atenção o número de mulheres negras presas por questões relacionadas a tráfico de entorpecentes, indicando que, assim como acontece com o homem negro no aprisionamento masculino, a mulher negra é o alvo preferencial da política repressiva. Tal seletividade reforça a existência de estruturas e agências operando através de critérios raciais, isto é, atuando e potencializa os processos de racialização dos corpos de mulheres.

## Referências

- ALVES, Dina. Rés negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. **Revista CS**. Cali: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 2017. n. 21. p. 97-120.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Tendências do controle penal na época contemporânea: reformas penais no Brasil e na Argentina. **São Paulo em Perspectiva**. vol. 18. n. 1. São Paulo, 2004. p. 39-48.
- \_\_\_\_\_; CIFALI, Ana Cláudia. Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: Elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 1, abr. 2015. p. 105-127.

BARBOSA, Liciane. “**Assalariados**”: A narrativa jurídica punitivista sobre o tráfico de drogas. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. **Pela metade**: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

GERMANO, Idilva Maria Pires; MONTEIRO, Rebeca Áurea Ferreira Gomes; LIBERATO, Mariana Tavares Cavalcanti. Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 2, p. 27-43, 2018.

GISI, B.; TONCHE, J.; ALVAREZ, M.; OLIVEIRA, T. A teoria da “Racionalidade Penal Moderna” e os desafios da justiça juvenil. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 124-160, 30 ago. 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf)> Acesso em 29 ago. 2019.

JESUS, Maria Gorete Marques de. “**O que está no mundo não está nos autos**”: a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

LIMA, et al. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-2018.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2019.

LIMA, R. S. de; SINHORETTO, J. Qualidade da democracia e polícias no Brasil. In: LIMA, R. S. de. **Entre palavras e números**: violência, democracia e segurança pública no Brasil. São Paulo: Alameda, 2011. p. 129-152.

ODON, Tiago Ivo. **A linguagem penal do contrato social brasileiro**: o inimigo, a guerra e a construção da ordem contra a sociedade no Brasil (1822-1890). 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, DF, 2013.

PIRES, Álvaro. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos". In **Novos Estudos CEBRAP**, n º 68, março de 2004, p. 39-60.

RODRIGUES, Thiago. Apresentação. In: LABROUSSE, Alain. **Geopolítica das drogas**. São Paulo: Desatino, 2010.

SALLA, Fernando. LOURENÇO, Luiz Claudio. Aprisionamento e Prisões. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 376-381.

SANTOS, Thandara. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf)> Acesso em 13 ago. 2019.

SILVA, Marcos Vinícius Moura. **Relatório Temático Sobre as Mulheres Privadas de Liberdade - Junho de 2017**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy\\_of\\_Infopenmulheresjunho2017.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf)> Acesso em 10 fev. 2020.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. “**A história das drogas e sua proibição no Brasil**”: da Colônia à República. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa**: Pobreza e Tráfico de Drogas. São Paulo: FGV, 2004.

# Consumo vegetariano na contemporaneidade: uma reflexão a partir do conceito de política-vida de Giddens

Virginia Therezinha Kestering<sup>1</sup>

*Recebido em março de 2020  
Aceito em junho de 2020*

## RESUMO

O objetivo deste texto é abordar a atitude reflexiva em relação à alimentação a partir da esfera do consumo utilizando a adoção da dieta vegetariana como estudo de caso e tendo como abordagem a teoria da reflexividade, em especial a abordada por Giddens. O termo reflexividade tem sido abordado em diferentes escolas sociológicas. No que tange a sociologia da alimentação, muitas vezes ele é utilizado para referenciar os consumidores que assumem uma postura alternativa em relação ao consumo de alimentos como os vegetarianos, por exemplo. O ato de comer é central na nossa relação com as outras espécies animais. Nesse sentido, na primeira parte deste texto, proponho uma discussão a esse respeito, em especial no que tange a percepção e a relação entre humanos e animais em um sistema de produção de carne industrial. Na segunda parte me atendo a discussão específica a respeito da dieta vegetariana como uma identidade alimentar que procura contestar a cultura e as forma de produção vigente. Em função dessa característica questiono em que medida ela se enquadra a uma estratégia de estilo de vida que Giddens denominou de política-vida, uma forma de subjetivização baseados em um modo de fazer política distinta dos modos tradicionais de luta pela emancipação. A partir do diálogo com o trabalho de Micheletti e Stolle (2010), argumento que tanto os vegetarianos motivados por questões éticas quanto por questões pessoais podem ser compreendidos a partir dos conceitos da política-vida.

**Palavras-chave:** Vegetarianismo; Política-vida; Alimentação.

**Vegetable consumption in contemporary society: considerations based on the Life Politics concept by Giddens.**

## ABSTRACT

This text aims to address the reflexive attitude towards food from the sphere of consumption using the adoption of the vegetarian diet as a case study and taking the theory of reflexivity as an approach, especially that approached by Giddens. The term reflexivity has been approached in different sociological schools. Regarding the sociology of food, it is often used to refer to consumers who take an alternative stance about food consumption, such as vegetarians, for example. Eating is central to our relationship with other animal species. In this sense, in the first part of this text, I propose a discussion in this regard, especially regarding the perception and the relationship between humans and animals in an industrial meat production system. In the second part, I focus on the specific discussion regarding the vegetarian diet as a food identity that seeks to challenge the culture and forms of production in force. As a result of this characteristic, I question to what extent it fits into a lifestyle strategy that Giddens called life-politics, a form of subjectivation based on a way of doing politics distinct from the

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Bolsista CAPES. E-mail: vikestering@gmail.com

traditional ways of fighting for emancipation. From the dialogue with the work of Micheletti and Stolle (2010), I argue that both vegetarians motivated by ethical and personal issues can be understood from the concepts of life-politics.

**Keywords:** Vegetarianism; Life-politics; Food.

A seleção alimentar humana não é arbitrária ou irrefletida. Nossa status de onívoros nos permite que escolhamos e tais escolhas marcam não só os vegetais e animais que são rejeitados como comida, como também os hierarquizamos e os significamos (MONTANARI, 1988). Nossas escolhas alimentares são reflexo de uma complexa interação entre fatores culturais, sociológicos, biológicos, nutricionais e psicológicos (BLADES, 2001; POULAIN, 2003). Essas organizações alimentares, contudo, não são estruturas fixas. Embora a permanência de determinados hábitos por longos períodos de tempos possa reforçar uma ideia de que eles sempre estiveram ali - ou sempre foram assim -, eles são resultado de longos e emaranhados encontros e contaminações que se auto influenciam e não tem uma origem definida. No entanto, essa natureza móvel da alimentação é, por vezes, pouco percebida dentro das estruturas tradicionais. A vivência coletiva e a hereditariedade dos hábitos podem facilmente gerar uma sensação de perenidade.

A experiência da perenidade dos costumes alimentares, no entanto, tem diminuído com a emergência da globalização. Mesmo que por vários aspectos se mantenha uma relação estreita com a cultura local, a identidade, o gosto ou os sistemas simbólicos, a comida tem sido produzida como uma mercadoria em um sistema agroalimentar cada vez mais global. Como produto mercadológico, os alimentos muitas vezes são fetichizados e sujeitos ao calor da moda (JOHNSTON & SZABO, 2010). Nesse sistema, os comensais, agora consumidores, passam a ter a chance de ter ao seu dispor um conjunto cada vez maior de alimentos distintos e, dependo das condições, em maior quantidade. Dessa forma, o consumo alimentar se torna um campo particularmente frutífero para as mudanças (BEARDSWORTH & KEIL, 1997, p. 68).

Assim como ocorre em várias outras instâncias das sociedades modernas, uma das consequências desse sistema é a crescente sensação de individualização em torno

das escolhas alimentares (BEARDSWORTH & KEIL, 1997; FISCHLER & MASSON, 2010; JOHNSTON & SZABO, 2010). A possibilidade de escolher comer um pão de fermentação natural no café da manhã, comida caseira no almoço e mexicana no jantar transmite ao consumidor uma experiência de poder e não sujeição aos costumes e tradições. Contudo, essa experiência é, com frequência, alienante, pois foca nos desejos individuais construídos pela indústria e esconde as consequências coletivas de sua produção, como desigualdade sociais, crises ambientais, desemprego, etc. (GUTHMAN, 2007). No entanto, é na esfera do consumo individual que muitas pessoas procuram combater as contradições da alimentação da modernidade. A tendência a reflexividade na modernidade tardia (GIDDENS, 2002) permite que os sujeitos exerçam a sua cidadania a partir da escolha do que adicionar a sua lista de supermercado conferindo aos consumidores o status de atores no sistema político, embora até mesmo essas práticas possam, com frequência, ser usada pelo neoliberalismo como estratégia de lucro e aumento de vendas (JOHNSTON & SZABO, 2010).

É dentro desse conjunto de consumidores que buscam salvar o mundo através das compras no supermercado que situou os vegetarianos. O objetivo deste texto é abordar essa atitude reflexiva em relação à alimentação a partir da esfera do consumo utilizando a adoção da dieta vegetariana como estudo de caso e tendo como abordagem a teoria da reflexividade, em especial a abordada por Giddens (2002). Nos últimos anos, o número de pessoas que se consideram vegetarianas têm aumentado em várias partes do mundo. De acordo com a pesquisa IBOPE realizada em 2018, 14% da população brasileira se considera vegetariana, um aumento de seis pontos percentuais em relação à última pesquisa feita em 2012. Nas regiões metropolitanas de São Paulo, Recife, Curitiba e Rio de Janeiro essa proporção é ainda maior, representando cerca 16% dos habitantes dessas cidades (IBOPE, 2018).

A teoria da reflexividade apresenta uma grande oportunidade para compreender as motivações individuais que são perpassadas por consequência políticas e globais, como transformações sociais, econômicas e ambientais. O termo reflexividade tem sido abordado em diferentes escolas sociológicas. No que tange a sociologia da alimentação, muitas vezes ele é utilizado para referenciar os consumidores que assumem uma postura alternativa em relação ao consumo de

alimentos (GUTHMAN, 2003; JOHNSTON & SZABO, 2010), como os vegetarianos, por exemplo. No entanto, como condição específica da modernidade, a meu ver ela tangencia vários aspectos das escolhas e, consequente, construção da identidade alimentar.

O ato de comer é central na nossa relação com as outras espécies animais. Nesse sentido, na primeira parte deste texto, proponho uma discussão a esse respeito, em especial no que tange a percepção e a relação entre humanos e animais em um sistema de produção de carne industrial. Procuro demonstrar como os animais e a consequente produção e consumo de carne mudaram radicalmente na modernidade tardia em relação às sociedades tradicionais criando riscos que, em geral, se tornam responsabilidade dos indivíduos em gerenciar. É contra esse contexto que muitos vegetarianos se posicionam ao negar o consumo de proteína animal.

Na segunda parte me atendo a discussão específica a respeito da dieta vegetariana como uma subjetividade alimentar que procura contestar a cultura e as forma de produção vigente. Em função dessa característica questiono em que medida ela se enquadra a uma estratégia de estilo de vida que Giddens (2002) denominou de política-vida, uma forma de subjetivação baseados em um modo de fazer política distinta dos modos tradicionais de luta pela emancipação. A política-vida se configura como uma condição *sui generis* da modernidade atrelada às influências globalizantes que perpassam o local e o privado (GIDDENS, 2002). Embora eu reconheça a existência de atores que aderem à militância política coletiva do vegetarianismo e da defesa dos animais, o objetivo deste texto é abordar o vegetarianismo como uma expressão de um projeto reflexivo de pessoas que procuram dar sentido e controlar as ansiedades inerentes da modernidade tardia a partir de uma concepção moral a respeito dos animais e do meio-ambiente. Nesse sentido, me questiono em que medida a escolha alimentar baseada na rejeição da carne ou de outros produtos de origem animal se constitui como uma política de vida. Para Micheletti e Stolle (2010), somente quando essa decisão é motivada por razões não pessoais, como a melhora da saúde, ela poderia ser entendida como uma política-vida. No entanto, a partir do diálogo com esses autores, argumento que tanto os vegetarianos motivados por questões éticas quanto por questões pessoais podem ser compreendidos a partir desse conceito.

## **Os animais na modernidade tardia: a produção de riscos de um sistema industrial de carnes.**

Os animais sempre ocuparam um espaço privilegiado na dieta humana (FIDDES, 2004; FRANKLIN, 1999). Embora nossa relação com essas criaturas não se resuma a comida e comedor, sendo definida pelos mais diversos tipos de associações, essa é uma de grande importância. De acordo com o estudo de Fiddes (2004) realizado na Grã-Bretanha, o apreço dado ao consumo da carne se estende para além da sua importância nutricional. Ele se configura como uma escolha “natural” para muitas sociedades e representa uma forma de expressar seu controle sobre a natureza - um valor altamente importante da modernidade.

Essa predileção especial pela carne fez deste um alimento especial, em contraste com todos os demais (FRANKLIN, 1999). Como consequência desses fatores, a carne é amplamente associada à poder, status e, portanto, à construção social da masculinidade. (ADAMS, 2012; 1991; BOURDIEU, 2007; FIDDES, 2004; FRANKLIN, 1999; LESSA, 2005; LESSA & TOSSO, 2017). Em muitas sociedades, as atividades que envolvem a aquisição de alimentos de origem animal, como caça, proteção de rebanho, açougue e morte, excluem mais ou menos a participação das mulheres (FRANKLIN, 1999). Para pesquisadoras como Adams (2012; 1991) e Lessa (2005), a carne é, ainda hoje, percebida como um atributo essencial na legitimação da masculinidade e uma metáfora da dominação masculina, sendo observado não só no controle da produção, mas também na desigualdade de consumo.

As redes de significado em torno da carne é uma construção que afeta também a forma como olhamos para diferentes animais. De acordo com Joy (2014), estamos inseridos em um sistema de crenças o qual ela denominou de carnismo. Nessa ideologia, existe um acordo tácito que permite que os animais fornecedores de carnes sejam consumidos e tratados de forma distintas daqueles compreendidos como pets, por exemplo. Dessa forma, o que pode ser interpretado como crueldade animal para uns, para outros não. Esse paradoxo da carne, como a autora denomina, é anulado

pelos “quatro N”, ou seja, de que se alimentar de carne é “natural, necessário, normal e bom”<sup>2</sup>.

Os animais que fornecem carne, juntamente com outras espécies, estão, portanto, inseridos em redes complexas de relações com os humanos que não só garantem a alimentação destes últimos, como também significam muitas das relações humanas. Em função dessa trajetória conjunta é possível, até mesmo, que nossa história seja narrada pelos animais que colocamos no prato, uma vez que sempre que a história age, ou seja, quando as sociedades humanas assumem outros aspectos, ela afeta a forma como nos relacionamos com os animais e os significados que atribuímos a eles.

Em sociedades de caçadores-coletores e/ou de agricultura doméstica e local as biografias de humanos e animais constantemente se confundem e as relações apresentadas acima são ainda mais estreitas (FRANKLIN, 1999). Contudo, essa trajetória comum que os animais dividem com os humanos que os cercam está ganhando outros contornos e isso está intimamente relacionado com os fatores da modernidade (FRANKLIN, 1999; LEROY & PRAET, 2017; POLLAN, 2006). Mesmo não existindo um continuum temporal entre uma época em que caçávamos animais, passando por sua domesticação até chegar às formas industriais de produção de carne (LEROY & PRAET, 2017), esta última assume cada vez mais o modo predominante de obtenção dos produtos cárneos nas sociedades modernas, sobretudo as ocidentais (FRANKLIN, 1999; LEROY & PRAET, 2017; POLLAN, 2006; STIFTUNG, 2015). Como consequência desse fenômeno, as formas atuais de produção predominante fazem com que humanos e animais fornecedores de carne se tornem quase que estranhos um para o outro e torna duas ações que por muito tempo foram muito próximas em algo totalmente distante: produzir e consumir (FRANKLIN, 1999).

De acordo com o “Atlas da Carne” de 2014 (STIFTUNG, 2015), a produção dos principais animais do regime alimentar humano atual é extremamente concentrada. Os países da região Norte do mundo, por exemplo, estão contando cada vez com menos agricultores. No entanto, isso não significa que a produção está caindo, mas que grandes corporações multinacionais dominam todo o sistema produtivo. As

---

<sup>2</sup> Nice no original em inglês.

consequências disso são enormes, como mostrarei mais adiante, mas de imediato isso significa que os bifes das bandejas de supermercados viajaram muitos quilômetros para chegar até ali. Esse fenômeno que foi iniciado nos Estados Unidos e na Europa a mais de três décadas tem se intensificado em outros países tradicionais de produção de carne, como o Brasil por exemplo.

Essa distância física entre o animal que um dia existiu e a carne da bandeja encontrada no supermercado, muitas vezes, se transforma em uma distância de significado. Este “referente ausente” como denomina Adams (2012) destituí o animal do seu sentido original, transformando-o apenas em pedaços comestíveis. E isso tem um forte impacto não só em suas vidas como animais, mas também como os percebemos dentro desta nova estrutura agroalimentar.

Em sociedades tradicionais os animais domésticos, em geral, tinham sua importância medida muito mais pela sua força de trabalho do que pela sua capacidade de fornecer carne (FRANKLIN, 1999). Durante o século XIX e XX, por outro lado, essa relação se inverte. Enquanto a força de trabalho animal tem sido gradativamente eliminada, a produção e o consumo de carne aumentaram a partir da lógica de controle e exploração industrial (*Ibid.*).

Como consequência desse sistema de produção de carne a mercadoria se torna mais barata e, portanto, mais acessível (POLLAN, 2006). Mesmo que o seu consumo ainda seja desigual e pedaços distintos ou espécies diferentes ainda sejam marcadores de classe, como é possível observar na última pesquisa de orçamentos familiares realizada no Brasil (IBGE, 2009), ela tem estado cada vez mais presente nos pratos da população mundial. Nos últimos 50 anos praticamente quadruplicou (RITCHIE, 2019). Outro fator que ajuda a explicar esse aumento é a melhoria das condições de vida da população em geral, principalmente relacionada à classe média crescente (STIFTUNG, 2015; RITCHIE, 2019), além da urbanização (LEROY & PRAET, 2017; STIFTUNG, 2015). Em função disso, a OECD (*Organisation for Economic Co-operation and Development*) considera o consumo de carne como um indicador de riqueza e desenvolvimento de um país ou região.

No entanto, para que se mantenham essas condições de produção e consumo é necessário que produtores e consumidores tenham que gerir e negociar com os riscos

que esse sistema industrial gera. De imediato, a produção em larga escala e a consolidação de uma indústria da carne praticamente impede que os pequenos produtores tenham chance de competir com os preços que as grandes empresas praticam. Adicionalmente, a eficiência produtiva é mantida ainda às custas da saúde dos animais. Para que eles atinjam o ponto de abate o mais rápido possível é necessário que sejam mantidos confinados e as raças e espécies sejam diminuídas a fim de se ter maior controle da produção (STIFTUNG, 2015; POLLAN, 2006). Sendo meras cópias genéticas de si mesmos, esses animais apresentam grandes chances de desenvolver e transmitir doenças. Para controlar esse risco, os produtores aplicam-nos altas doses de antibióticos. A principal consequência disso, infelizmente, não é a erradicação das doenças, mas a possibilidade de desenvolvimento de superbactérias, um risco que tanto humanos quanto animais estão sujeitos (FRANKLIN, 1999; POLLAN, 2006; STIFTUNG, 2015).

Além disso, são associados à produção de proteína animal consequências negativas ao meia ambiente como a diminuição de ecossistemas e florestas. Outros problemas ambientais decorrentes da produção de carne, para citar alguns, são a diminuição da biodiversidade em função do desmatamento e da falta de variabilidade genética dos animais fornecedores de carne; morte da biodiversidade aquática e infertilidade do solo em função da alta concentração de nitrato decorrente do esterco excessivo que se espalham facilmente quando atingem os lençóis freáticos; o uso desmedido de fertilizantes em capins e na produção de grãos que são usados na alimentação dos animais; além da quantidade excessiva de água consumida durante todo o processo produtivo (DUARTE, 2008; POLLAN, 2006; STIFTUNG, 2015). Nesse sentido, o preço baixo das asinhas de frango ou do bife da bandeja de supermercado é mantido às custas da pobreza, da saúde dos animais e do meio-ambiente.

As consequências da produção industrial de carne estão intimamente relacionadas às tendências da modernidade apontadas por Beck (2011). A lógica de produção de riquezas foi substituída pela da produção de riscos que, diferente da primeira, não é limitado geograficamente. Eles ultrapassam as fronteiras nacionais e “faz surgir ameaças globais supranacionais e independente de classe” (BECK, 2011, p. 16 grifo do autor). Como parte desse processo, o conhecimento especializado e as

instituições produtoras de conhecimento perdem a confiabilidade, especialmente porque elas são vistas como inadequadas e incapazes de gerenciar os riscos que a modernidade cria (BECK, 2011; GIDDENS, 2002). O resultado disso é que o gerenciamento dos riscos se torna uma responsabilidade individual. Na sociedade moderna e individualizada, os “especialistas acabam descarregando suas contradições e controvérsias sobre o indivíduo e confiam-lhe, no mais com a melhor das intenções, a tarefa de avaliar tudo isso criticamente com bases nas próprias ideias” (BECK, 2011, p. 201). Dessa forma, a decisão de colocar aquela bandeja de carne dentro do carrinho de supermercado implica em aceitar os riscos que ela pode ter para a nossa saúde ou cooptar com as consequências sociais, econômicas e ambientais que ela gera. Uma decisão individual acaba levando a culpa por toda uma lógica produtiva. O indivíduo, nesse caso, “é elevado a um trono fictício de reformador do mundo” (BECK, 2011, p. 202). Nesse sentido, muitas das formas de cidadania praticadas pelos indivíduos acabam passando pelas decisões de compras (JOHNSTON & SZABO, 2010). Embora muitos consumidores que conhecem os impactos da produção de carne na modernidade decidem ignorá-los em favor do seu prazer pessoal (OLE SCHUCK et al, 2019), o crescente número de vegetarianos assumem uma posição crítica em relação à eles assumindo uma identidade que, de acordo com Giddens (2002), pode ser compreendida como uma política-vida. É sobre isso que será discutido na próxima sessão.

### A construção da identidade vegetariana: interações com uma política-vida?

Desde a ascensão da modernidade, a estrutura social tem se definido a partir de sua característica dinâmica e globalizada, alterando significativamente os hábitos e costumes tradicionais e, consequentemente, a percepção individual de estar no mundo. Pelas lentes de Giddens (2002) e Beck (2011), a modernidade se caracteriza como uma sociedade pós-tradicional em que a identidade não é mais limitada pelos princípios da tradição, do parentesco e da localidade, mas pelo cultivo das potencialidades individuais. Ao ser definida como pós-tradicional, as instituições modernas constroem novos mecanismos de autoidentificação que também são

construídos por elas e, portanto, são sempre móveis e mutáveis. É, dessa forma, que na modernidade o “eu” se configura como um projeto reflexivo, uma vez que sem o referencial da tradição, são oferecidos um universo diverso de possibilidade e escolhas construídos pelos sistemas abstratos de conhecimento. A identidade e o planejamento estratégico da vida assumem uma responsabilidade individual, embora suas consequências possam ser globais. (BECK, 2010; GIDDENS, 2002).

A partir dessa prerrogativa, os hábitos alimentares também podem assumir características reflexivas em que não mais a tradição, mas os sistemas abstratos de conhecimento passam a nortear as escolhas do que comer. Estes, ao construírem saberes sobre os aspectos que envolvem o ato de se alimentar, práticas e costumes são permanentemente revistos e alterados, produzindo um novo modo de organizar a alimentação, bem como a forma que os sujeitos se identificam com ela (KUWAE et al, 2016).

Um estudo comparativo entre várias países denominado OCHA<sup>3</sup> (FISCHLER & MASSON, 2010) é um indicativo dessa tendência. Os resultados demonstraram uma concepção mais individualizada da alimentação, sobretudo em países cuja culinária não tem um forte apelo tradicional e reconhecimento internacional. Os americanos, por exemplo, tendem a orientar suas práticas a partir de escolhas individuais vinculadas ao exame de informações divulgadas sobre a alimentação. A produção e disponibilidade dos saberes médico-científicos capacitam e informam os indivíduos, que passam a orientar suas práticas por esse conhecimento (*Ibid.*). A diversidade de informações produzidas em torno da alimentação sob a forma de saberes científicos ou pela divulgação midiática, bem como a maior oportunidade de acesso a produtos alimentares distintos em função, sobretudo, da industrialização e da globalização, resultam na produção de um novo léxico alimentar. Palavras como *diet*, *veg*, *gourmet*, *saudável*, *orgânico* entre outras passam a fazer parte do vocabulário que norteiam a comida alargando os critérios da organização alimentar (LIRA, 2013).

Essa “cacofonia alimentar” é apontada por Fischler (1995) como resultado de uma multiplicação de agentes e discursos em torno da alimentação acarretando, com isso, em práticas desorganizadas e contraditórias que, muitas vezes, confundem os

---

<sup>3</sup> Observatório Cniel de Hábitos Alimentares

indivíduos. Essa percepção do autor lança luz ao fato de que ao desnaturalizar a alimentação e trazer para o indivíduo a responsabilidade da escolha dos alimentos, alimentar-se passa a ser um exercício reflexivo cotidiano que, por não ser ancorado em nenhuma certeza tradicional, alimenta incertezas e sentimentos de ansiedade. As palavras de Lira (2013), traduzem de forma satisfatória essa situação:

O fenômeno denominado por Fischler, em 1979, de gastro-anomia define o modo como lidamos com a comida contemporaneamente nas sociedades ocidentais modernas, incluindo uma preocupação constante com os componentes alimentares, tendo em vista o poder de transferência desses alimentos para o corpo e as consequências de sua ingestão para saúde, imagem e/ou performance física. As regras alimentares que têm como base o potencial nutritivo dos alimentos e sua capacidade de converter-se em substâncias e volumes corporais, como gordura, músculos, enzimas, proteínas, calorias, etc., passaram a ocupar o lugar de importância concedida a critérios mais automatizados pela tradição e cultura, como os referentes à comensalidade e a busca pelo prazer, tanto da partilha e do ritual quanto da experiência sensorial dos sabores e gostos familiares e inusitados. A individualização do ato de comer, que constitui esse processo, torna difícil a escolha diante da quantidade e diversidade de informações, muitas vezes, conflitantes, sobre as propriedades de cada alimento e dieta a ser seguida. O comedor moderno, de acordo com essa ideia, passa a experimentar uma insegurança e desconfiança constante ao se deparar com o cardápio (LIRA, 2013, p. 73 grifo da autora).

Essa ansiedade experienciada pelos indivíduos é, segundo Giddens (2002), a consequência de um mundo em que a consciência do risco está sempre presente. Tais ansiedades não são geradas por algum risco iminente ou real na vida diária, mas sim pela própria necessidade de calcular os riscos, que muitas vezes estão tanto geograficamente quanto temporalmente distantes, mas, como dito anteriormente, o seu gerenciamento se torna uma responsabilidade individual. Apesar dos sistemas abstratos fornecerem uma pequena confiança em relação às decisões a serem tomadas, eles também contribuem na alimentação da insegurança cotidiana. Em tempos de cultura da informação e multimídia, os saberes produzidos, sejam técnico-científico ou leigos, circulam de forma rápida e percorrem longas distâncias alterando radicalmente a experiência de estar no mundo (LIRA, 2013). Os processos transformadores da modernidade não podem ser separados das influências globalizantes, dessa forma, por mais que estejamos limitados a um tempo e em espaço, nossas experiências são atravessadas por influências que estão distantes de nós.

Diante dessa incerteza institucionalizada há uma diversificação das formas que os indivíduos se orientam a fim de constituir seu estilo de vida. Em momentos decisivos, afirma Giddens (2002), as pessoas podem tanto escolher se refugiar em modelos tradicionais de autoridades, como crenças religiosas e crenças familiares, ou, por outro lado, se reapropriar dos saberes por meio da qualificação e do empoderamento.

Momentos decisivos são o ponto de transição que tem implicações não só para a conduta futura, mas para a auto-identidade. Pois a decisões de consequência, uma vez tomadas, refazem o projeto reflexivo da identidade pelas consequências que ocasionam para o estilo de vida" (GIDDENS, 2002, p. 134).

A identidade alimentar na modernidade tardia pode ser entendida sob os mesmos parâmetros. Alimentar-se faz parte de um projeto reflexivo cujas escolhas contribuem para a elaboração de um estilo de vida. Dentro desse processo de escolhas, os indivíduos podem seguir uma dieta baseada em preceitos religiosos, em tradições familiares, pela culinária regional, pelos ditames dos saberes abstratos ou a partir de suas próprias capacitações. No entanto, todas derivam de uma resposta ao modo moderno de produzir e significar os alimentos.

Essas escolhas que, aparentemente, dizem respeito a apenas um nível privado e localizado da vida podem, ainda, serem tangenciadas por critérios que convencionalmente dizem respeito à esfera pública. Em outras palavras, a adoção de uma dieta específica pode não ser resultado exclusivamente de preocupações egoístas. Muitas pessoas acabam restringindo suas escolhas alimentares em função de questões morais ou éticas se engajando no que Giddens (2002) denominou de política-vida. A política de vida, conforme Giddens (2002), diz respeito a uma atuação política atrelada ao processo de subjetivação e de construção da autoidentidade que se distingue dos modos tradicionais de luta política emancipatória, caracteristicamente atrelados às identidades coletivas, como partidos, classes ou sindicatos, por exemplo.

A política-vida refere-se a questões políticas que fluem a partir de processos de auto-realização em contextos pós-tradicionais, onde influências globalizantes penetram profundamente no projeto reflexivo do eu e,

inversamente, onde os processos de auto-realização influenciam as estratégias globais (GIDDENS, 2002, p. 196).

Em um sentido amplo, trata-se de uma forma de agir e estar no mundo que amplia os propósitos a respeito das questões morais, estéticas ou filosóficas, se configurando como um tipo de política que diz respeito à vida cotidiana, da intimidade. Nesse sentido, é uma política do estilo de vida em que a esfera pessoal passa a ser significada como política. “É uma política de autorrealização num ambiente reflexivamente organizado, onde a reflexividade liga o eu e o corpo a sistemas de alcance global” (*Ibid.*). Com base nisso, é possível afirmar que o estilo de vida vegetariano pode ser compreendido com uma política-vida?

As dietas restritivas sempre fizeram parte da matriz cultural de diversos grupos (ABONIZIO, 2016). No entanto, seu significado, na maior parte das vezes, esteve atrelado a questões religiosas, culturais ou morais de tais grupos. Na modernidade tardia elas foram ressignificadas, onde a moralidade, a saúde ou a cultura são expressas no nível individual. Ser vegetariano nas sociedades modernas é, nesse sentido, um reflexo que diz respeito sobretudo às experiências reflexivas em um mundo globalizado e menos uma conduta baseada em uma tradição (*ibid.*). A sedimentação das experiências atreladas ao conjunto de informações obtida, bem como a interpretação individual desses dois elementos, orienta a ação e o projeto de vida de cada sujeito, fazendo com que, muitas vezes, a ordem social e cultural seja contestada (LIRA, 2013). De fato, na maior parte dos contextos, a adoção de uma dieta baseada em plantas se configura como uma posição crítica da cultura alimentar partilhada e dos modos de produção dos alimentos vigentes. Dessa forma, essas pessoas estariam envoltas em produções de novos estilos de vidas e práticas de consumo que se adequam a uma nova moralidade (TRIGUEIRO, 2013) em relação aos animais, à relação com a natureza e a cultura, bem como com o sistema agroalimentar e, portanto, elas se adequam ao que Giddens (2002) denomina de um estilo de vida político.

No entanto, de acordo com Micheletti & Stolle (2010), para responder a essa pergunta é necessário compreender o motivo que levou o indivíduo a adotar essa dieta. O vegetarianismo não é uma categoria fechada. Há tantas formas de exercer a identidade vegetariana quanto os motivos que levam alguém a exercer esse modo de

vida. As razões frequentes em geral, se enquadram entre evitar o abate e a preocupação com a própria saúde (ABONIZIO, 2016). Internos a essas categorias generalizantes, são apontadas como razão do vegetarianismo preocupações com o tratamento dos animais nas fazendas, o impacto da criação de animais nas mudanças climáticas globais, o consumo de carne como atributo de intensificação da pobreza, a visão ética de que os animais têm direito à própria vida, além de questões religiosas e o bem estar humano decorrente da abolição da proteína animal da dieta (MICHELETTI & STOLLE, 2010; FERRIGNO, 2012). Essas diferentes motivações são resultado das distintas experiências que os comensais vegetarianos tiveram diante do que se comia, bem como das informações que tiveram acesso a respeito do que se alimentar, levando, com isso, a atribuições e sentidos distintos em relação à carne (ABONIZIO, 2016).

Para Micheletti e Stolle (2010) a adoção de uma dieta baseada em plantas só pode ser compreendida como um estilo de vida político quando a razão para a adotar não resida em questões pessoais, como a melhora da saúde, por exemplo. Para os autores, somente quando a adoção da dieta for motivada por questões políticas, éticas e morais que ela pode ser considerada como constituinte de um estilo de vida político. Com base nisso, a prática vegana seria a forma que melhor representa a adoção de uma política-vida entre os vegetarianos por desenvolver uma consciência que atrela o consumo à valores e atitudes políticos, sociais e ambientais.

A separação entre os vegetarianos-saúde (*health vegetarian*) e vegetarianos-éticos (*ethical vegetarian*) (FESSLER et al, 2003; ABONIZIO, 2016) são categorias analíticas muito difundidas entre os estudiosos desse movimento, contudo, tendo a considerar que tanto um quanto o outro poderiam se encaixar em um estilo de vida política. Revisando o conceito de política-vida de Giddens (2002) o autor tenta deixar claro que ele diz respeito a uma política de decisões da vida que derivam do projeto reflexivo do eu. Portanto, a política-vida é uma consequência da construção da autoidentidade, deixando menos claras as barreiras que separam o que é político e o que é pessoal. Como Lira definiu, ser vegetariano é uma experiência encarnada no mundo da vida, cujas sensações físicas, emocionais e corporais interagem diretamente com a cultura e, eu adicionaria, as estruturas sociais.

Ao limitar os vegetarianos-saúde a uma esfera pessoal e privada, Micheletti & Stolle (2010) negam o fato de que o corpo e a forma de o cuidar é interseccionado pela esfera pública. O corpo é um constituinte da autoidentidade e, portanto, está inserido na reflexividade da modernidade. Como Giddens (2002) destaca, na modernidade o corpo era tomado como um dado, um elemento natural que deveria ser governado. Contudo, ao ser invadido pelos sistemas abstratos, ele se torna “o lugar da interação, apropriação e reapropriação, ligando processos reflexivamente organizados ao conhecimento especializado sistematicamente ordenado” (GIDDENS, 2002, p. 200). Uma vez que o corpo passa a interagir com as influências globalizantes da modernidade tardia, ele se configura como um elemento da política-vida.

Ser vegetariano com a justificativa de melhorar a saúde, portanto, pode sim ser considerado uma forma de política-vida, pois, assim como o vegetarianismo-ético, é resultado de uma relação reflexiva com as crenças vigentes e os conceitos norteadores da prática alimentar. Mesmo que a razão para adoção dessa dieta não resida no bem estar animal, nas preocupações ambientais ou na desigualdade planetária, a prática é orientada por uma ação reflexiva em relação ao próprio corpo e aos sistemas abstratos que tentam apropriá-lo. afirmar que uma dieta baseada em plantas é mais saudável, é negar toda uma cultura médica que dá protagonismo à proteína animal como recurso crucial para manter a boa saúde. É, ainda, uma forma de se reapropriar do próprio corpo e agir reflexivamente sobre ele, orientando as ações com base nessa decisão. Além disso, como procurei mostrar na seção anterior, os riscos provenientes de um sistema industrial de produção de carne dizem respeito também sobre a saúde humana. Desse ponto de vista, a escolha de abdicar do consumo de proteína animal em função da saúde é propor uma percepção distinta em torno dela e do sistema produtivo que a envolve.

### **Considerações finais**

Alimentar-se na modernidade tardia pode ser compreendida como uma prática reflexiva que se enquadra no processo de construção de uma autoidentidade dos sujeitos modernos. Diferentemente das sociedades tradicionais, decidir o que

comer no jantar pode se configurar como uma ação que reflete posicionamentos políticos, preocupações com a saúde ou com questões ambientais, por exemplo. A produção industrial de carne, por exemplo, apesar de proporcionar uma maior democratização do consumo de proteína animal, produz uma quantidade infinita de riscos para os humanos, os animais e o meio ambiente. Contudo, em sociedades individualizadas recai sobre os indivíduos de gerenciar e se posicionar em relação a esses riscos que a modernidade tardia cria.

Em meio a isso, o meu objetivo foi propor abordar a adoção da identidade alimentar vegetariana a partir do conceito de política-vida de Giddens (2002). Essa análise procurou alargar o entendimento sociológico da adoção de uma dieta em plantas como um fenômeno que traduz a natureza específica da ação nas sociedades contemporâneas, sobretudo as ocidentais. Essa forma de fazer política centrada no indivíduo se configura a partir da produção de novas biografias e de novos engajamentos intersubjetivos, acarretando identidades culturais fluidas e abertas. Nesse contexto, questões referentes ao corpo e ao estilo de vida ganham importância por refletirem posições reflexivas a respeito das informações e das influências globalizantes.

É em função disso que considerei que as duas grandes categorias que segregam os vegetarianos, a saber o vegetarianismo-ético e o vegetarianos-saúde, podem ser compreendidas como uma manifestação da política-vida na modernidade tardia. Isso porque, ambos constroem sua identidade a partir de uma apropriação reflexiva dos saberes e das influências que norteiam as práticas alimentares que, apesar de localizada, são globais em suas consequências. A escolha por abolir a carne animal do montante dos alimentos possíveis destinados à alimentação é perpassado por questões que vão desde os interesses mais particulares até os mais públicos. No entanto, todos são baseados em escolhas que, de alguma forma, representa uma forma reflexiva de estar no mundo, exigindo que suas identidades tenham representatividade e sejam respeitadas tanto no espaço privado, como no público. Isso demonstra que, na modernidade tardia, o pessoal é sim político e vice e versa. Essas barreiras compreendidas anteriormente como essencialmente separadas estão cada vez mais difusas. O estudo do comportamento alimentar na contemporaneidade pode, a meu

ver, contribuir para o entendimento de como elas se auto influenciam e operam, além de alargar o entendimento de como os indivíduos significam aquilo que colocam no prato, como os animais, por exemplo.

## Referências

- ABIEC, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne. **Perfil da Pecuária no Brasil - Relatório Anual**. Edição on-line, 2018. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/Sumario.aspx>. Acesso em 11 nov. 2018.
- ABONIZIO, Juliana. Conflitos à mesa: vegetarianos, consumo e identidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, vol 31, n. 90, p. 115-136, Feb. 2016.
- ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne:** A relação entre o carnivorismo e a dominância masculina. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.
- ADANS, Carol J. Ecofeminism and the Eating of Animals. **Hypatia**, vol 6, n. 1, p. 125-145, Mar - Jun. 1991.
- BEARDSWORTH, A; KEIL, T. **Sociology on the Menu:** An Invitation to the Study of Food and Society. Londres: Routledge, 1997.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BLADES, Mabel. Factors Affecting What We Eat. **Nutrition & Food Science**, vol 31, n. 2, p. 71-74. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.
- CAMPHORA, Ana Lucia. **Animais e Sociedade:** no Brasil dos séculos XVI ao XIX. Rio de Janeiro, 2017.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- DUARTE, Ilka de Sousa. **Impactos ambientais da produção de carne para consumo humano:** a indústria da carne na contramão da tutela constitucional do meio ambiente. 2008. 117 p. Monografia (Graduação em Direito)–Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- FERRIGNO, Mayra Vergotti. **Veganismo e libertação animal: um estudo etnográfico.** 2012. 280 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em:

<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279340>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FESSLER, D. et al. Disgust sensitivity and meat consumption: a test of an emotivist account of moral vegetarianism. **Appetite**. Los Angeles, vol 41, n. 1, p. 31-41. 2013.

FIDDES, Nick. **MEAT: A Natural Symbol**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2004.

FISCHLER, C. **El (h)omnívoro**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1995.

FISCHLER, C.; MASSON, E. **Comer: a alimentação entre os franceses, outros europeus e americanos**. São Paulo: Senac, 2010.

FRANKLIN, Adrian. **Animal and modern cultures: a sociology of human-animal relations in modernity**. Londres: SAGE Publications, 1999. (ebook).

GAARD, Greta. Vegetarian Ecofeminism: A Review Essay. **Frontiers: A Journal of Women Studies**, vol 23, n. 3, p. 117-146, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade & Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GUTHMAN, Julie. Commentary on teaching food: Why I am fed up with Michael Pollan et al. **Agriculture and human values**, v. 24, n. 2, p. 261-264, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)**, 2009

IBOPE. **Dia Mundial do Vegetarianismo: 8% da população brasileira afirma ser adepta do estilo**. Ibope, São Paulo, 1 out. 2012. Disponível em:<https://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Dia-Mundial-do-Vegetarianismo-8-da-populacao-brasileira-afirma-ser-adepta-ao-estilo.aspx> Acesso em: 02 dez. 2018.

IBOPE. **14% da população se declara vegetariana**. Ibope, São Paulo, 21 mai. 2018. Disponível em:  
[http://www.svb.org.br/images/Documentos/JOB\\_0416\\_VEGETARIANISMO.pdf](http://www.svb.org.br/images/Documentos/JOB_0416_VEGETARIANISMO.pdf). Acesso em: 20 jan. 2019.

JOHNSTON, J.; SZABO, M. Reflexivity and the Whole Foods Market consumer: the lived experience of shopping for change. **Agriculture and Human Values**, v. 28, n. 3, p. 303-319, 2011. Disponível em:  
<https://joseejohnston.files.wordpress.com/2014/10/johnston-szabo-ag-human-values.pdf>. Acessado em: 2 set, 2019.

JOY, Melanie. **Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas.** São Paulo: Cultrix, 2014;

KUWAE, CA., et al. A reflexividade no saber leigo sobre as práticas alimentares. In: PRADO, SD., et al. orgs. **Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede.** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. Sabor metrópole series, vol. 5, pp. 33-57.

LEROY, Frédéric; PRAET, Istvan. Animal killing and postdomestic meat production. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, v. 30, n. 1, p. 67-86, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10806-017-9654-y>. Acessado em: 5 set, 2019.

LIMA, Claudia. **Tachos e Panelas:** historiografia da alimentação brasileira. 2<sup>a</sup> ed. Recife: Ed. da Aurora, 1999.

LIRA, Luciana Campelo de. **Limites e paradoxos da moralidade vegana:** um estudo sobre as bases simbólicas e morais do vegetarianismo. 2013. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, PE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27495>. Acesso em: 02 mar. 2019

**Mercado vegano cresce 40% ao ano, saiba como investir,** MarkEsalk. Disponível em: <https://markesalq.com.br/2018/04/06/mercado-vegano/>. Acesso em: 11 mar. 2019.

MICHELETTI, M; STOLLE, D. Vegetarianism—A Lifestyle Politics? In: MICHELETTI, M; MCFARLAND, A. **Creative Participation: Responsibility-Taking in the Political World.** Colorado: Paradigm Publishers, 2010.

MONTANARI, Massimo. **Comida como Cultura.** São Paulo: Editora Senac, 2008.

MONTEIRO; Lorena L. C.; GARCIA, Loreley G. Veganismo, feminismo e movimentos sociais no Brasil. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373336039\\_ARQ\\_UIVO\\_MONTEIRO,LorenaL.C.VEGANISMO,FEMINISMOEMOVIMENTOSSOCIAISN\\_OBRASIL.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373336039_ARQ_UIVO_MONTEIRO,LorenaL.C.VEGANISMO,FEMINISMOEMOVIMENTOSSOCIAISN_OBRASIL.pdf). Acesso em: 01 nov. 2018.

OCDE, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Meat Consumption.** OCDE Data, 2017. Disponível em: <https://data.oecd.org/agroutput/meat-consumption.htm>. Acessado em: 16/11/2018.

OLE SCHUK, Merin; JOHNSTON, Josée; BAUMANN, Shyon. Maintaining Meat: Cultural Repertoires and the Meat Paradox in a Diverse Sociocultural Context. In:

**Sociological Forum.** 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/socf.12500>. Acessado em: 03 set. 2019.

POLLAN, Michael. **O dilema do onívoro**. Editora Intrínseca, 2007.

POULAIN, Jean-Pierre. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, nº 3, p. 245-256 jul./set., 2003.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar. Fetichismos da carne: consumismo midiático no capitalismo contemporâneo. **Estação Científica (UNIFAP)**, v. 6, n. 2, p. 53-65, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/1855>. Acessado em: 19 set. 2019.

STIFTUNG, Heinrich Böll. **Atlas da carne: fatos e números sobre os animais que comemos**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015.

TRIGUEIRO, Aline. Consumo, ética e natureza: o veganismo e as interfaces de uma política de vida. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 10, n. 1, p. 237-260, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/25643>. Acessado em: 13 dez 2018.

USDA, United States Department of Agriculture Economic Research Service. **Agricultural Baseline Projections**. Edição on-line, 2018. Disponível em: <http://www.ers.usda.gov/topics/farameconomy/agriculturalbaselineprojections.aspx>. Acesso em: 11 out. 2018.

**Vegetarianism in America**, Vegetarian Times. 2017. Disponível em: <https://www.vegetariantimes.com/uncategorized/vegetarianism-in-america>. Acesso em: 15 abr. 2019.

**Vegetarianismo**, Sociedade Vegetariana Brasileira. Disponível em: <https://www.svb.org.br/vegetarianismo/o-que-e>. Acesso em: 23 mar. 2019.

WESP-GUTERRES, Caroline; TEIXEIRA, José Domingos Lemos; ARALDI, Daniele. F. Produção de Carne Bovina e Consumo Interno Brasileiro. **XVIII Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, XVI Mostra de Iniciação Científica e XI Mostra de Extensão**, 2013. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2013/XVIII%20SEMIN%C3%A9RIO%20INTERINSTITUCIONAL%202013%20-%20ANAIS/CCAET/AGRONOMIA/C.%20Oral/PRODU%C3%A7%C3%A3O%20DE%20CARNE%20BOVINA%20E%20CONSUMO%20INTERNO%20BRASILEIRO.pdf>. Acessado em: 05 mai. 2019.

# **ESPAÇO GRADUAÇÃO**

# A fenomenologia de Martin Heidegger e a especificidade metodológica das Ciências Humanas

Rafael Ribeiro Almeida<sup>1</sup>  
Rafaela Magalhães de Paula<sup>2</sup>

Recebido em março de 2020  
Aceito em junho de 2020

## RESUMO

As Ciências Humanas movimentam-se num impasse investigativo desde seu processo de constituição, no século XIX. E isso porque o mesmo modelo metodológico utilizado para investigar objetos especificamente regidos por leis naturais, transpassou-se como referencial para as Humanidades. Em vista disso, a racionalidade ligada às Ciências do espírito se percebe na premência de ir em busca de uma base metodológica própria. Neste sentido, nosso objetivo reside em explicitar a Fenomenologia de Martin Heidegger e sua possível contribuição para o universo temático das Ciências Humanas, em termos de método específico. Para tanto, investiga-se o pensamento de Heidegger em sua primeira fase filosófica representado, em especial, por “Ser e tempo” e “Os problemas fundamentais da fenomenologia”, ambos de 1927. A primeira evidência da contribuição heideggeriana no tocante a uma metodologia específica das Humanidades reside no fato de o autor ter introduzido um universo existencial no método por ele elaborado. O segundo indicativo da contribuição heideggeriana basicamente resume-se ao modo como o autor entende o conceito de “compreensão”. Assim sendo, indica-se viável propor uma postura metodológica alternativa, que, tal qual as Ciências Naturais, também pretende produzir uma racionalidade: a racionalidade das Ciências Humanas.

**Palavras-chave:** Ciências Humanas; Heidegger; Método fenomenológico; Compreensão.

## Martin Heidegger's phenomenology and the methodological specificity of the Humanities

## ABSTRACT

The Human Sciences have been experiencing difficulties since the initial founding process in the 19th century. And this is because the same methodological model used to investigate natural facts, has also become a standard method for the Humanities. Therefore, the rationality related to the Humanities is perceived in the need to seek its own methodological basis. Therefore, the main objective of our article is to explain Martin Heidegger's Phenomenology and its possible contribution to the context of Human Sciences, from the point of view of the method. Thus, Heidegger's thought in its first philosophical phase is investigated, in particular: *Ser e tempo* (*Being and Time*) and *Os problemas fundamentais da fenomenologia* (*The fundamental problems of phenomenology*), books published in 1927. The first demonstration of Heidegger's contribution in relation to a specific methodology of the Humanities lies in the fact that the author introduced an existential context in the method he worked on. The second demonstration of Heidegger's contribution basically comes down to how the author understands the

<sup>1</sup> Graduando em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - BA, Ilhéus. Áreas de Interesse: Ontologia Fundamental, Filosofia Alemã Contemporânea, História da Metafísica, Fenomenologia Hermenêutica e Filosofia da Existência. E-mail: estudosrafael@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA.

concept of "understanding". Therefore, it is possible to propose an alternative methodology, which, like the Natural Sciences, also intends to produce a rationality specifically for the Humanities.

**Keywords:** Humanities; Heidegger; Phenomenology; Understanding.

## Considerações iniciais

Copérnico. Kepler. Galileu. Três de alguns célebres nomes que, em meados do século XVII, nortearam a constituição das ciências tal como as entendemos hoje: objetivas, metódicas, empíricas na comprovação e de linguagem matemática. Como se pode presumir, em vista disso, as primeiras ciências a se constituírem com tais não foram as humanas, as chamadas ciências do espírito, mas, sim: as da natureza. Tais ciências, desde o princípio, lançaram-se no afã de alcançar o conhecimento (dito) verdadeiramente científico de modo a afastar, necessariamente, impressões subjetivas, haja vista que essas ciências, por escopo metodológico, tratam apenas de fatos a mercê de serem estruturados por leis universais – fenômenos astronômicos, físicos, químicos, fisiológicos, por exemplo.

Porém, pergunta-se: e a participação dos sujeitos cognoscentes implicados nesse processo científico? Na verdade, as ciências que se deram ao trabalho de contemplar – mais do que isso, problematizar – a atuação dos sujeitos pensantes na constituição do conhecimento e todo corolário intrínseco a tais sujeitos – a saber: aspectos subjetivos, valorativos, existenciais, conotações ideológicas, a questão da parcialidade etc –, surgiram ulteriormente no século XIX<sup>3</sup>. De saída, os primeiros esboços de uma teoria geral das Ciências Humanas já apontam, direta ou indiretamente, uma concernência com a referência metodológica sedimentada pelas Ciências da Natureza. Quer dizer, o mesmo modelo metodológico utilizado para investigar objetos especificamente regidos por leis naturais (isto é: leis invariáveis, universais e independentes do comportamento humano), também foi transposta como

---

<sup>3</sup> “Assim como as Ciências Naturais se constituíram em um rápido desenvolvimento na primeira metade do século XVII, um período relativamente pouco extenso que abrange Wolf, Humboldt, Niebuhr, Eichhorn, Savigny, Hegel e Scheleiermacher também foi fundamental para as ciências humanas. [...] Sua grande realização metodológica residiu na fundação das ciências humanas sobre factualidades histórico-sociais” (DILTHEY, 2010, p. 38).

padrão para as Humanidades, vide o caso de Augusto Comte: sob a égide das Ciências da Natureza ele se coloca o objetivo de fundar uma nova ciência, a Sociologia – por ele chamada, nesse momento, de *física social*<sup>4</sup>. Frente a isso, improvável não pensar em certos questionamentos os quais, de modo geral, contemplam o tema do presente trabalho: uma vez que as Ciências Humanas se edificam no interior do mesmo modelo das Ciências Naturais, não estariam as primeiras na iminência de se caracterizarem como desumanizadas, isto é, Ciências Humanas *sem* o homem? Em sendo assim, o saber produzido pela racionalidade específica da alçada das ciências do espírito, não deve ter a premência de ir em busca de uma base metodológica própria, de modo que fundamente a autonomia das Humanidades? Afinal, o sociólogo não pode se deslocar da sociedade a fim de investigá-la “corretamente”, o antropólogo não pode tematizar um “objeto” cultural de maneira a negligenciar os sujeitos existentes, e o mesmo se dá com o historiador em relação à história.

Em sendo assim, urge a necessidade de uma alternativa. Uma alternativa que confira autonomia metodológica às Humanidades em relação aos saberes empírico-matemáticos, sem deixar, com isso, de produzir conhecimento de validade científica. Em vista disso, o objetivo deste trabalho consiste em evidenciar a importância e o alcance decisivo da fenomenologia de Martin Heidegger para o universo temático das chamadas Ciências Humanas [*Geisteswissenschaften*<sup>5</sup>], de modo a destacar, como

<sup>4</sup> “a fundação da física social completa o sistema das Ciências Naturais” (COMTE, 1983, p. 30).

<sup>5</sup> A rigor, a tradução literal para o termo alemão *Geisteswissenschaften* não é “ciências humanas” e sim “ciências do espírito” (por vezes, também se traduz o termo por “ciências da cultura”); dessa maneira utilizaremos tais termos sempre como sinônimos de um mesmo sentido: *Geisteswissenschaften*. Ademais, cumpre-nos aqui explicitar o que entendemos pelo termo “Ciências Humanas” [*Geisteswissenschaften*]: de acordo com Wilhelm Dilthey, no texto *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*, a área de Humanidades é aquela cujas ciências compartilham um mesmo objeto de pesquisa, a saber: “a espécie humana” (DILTHEY, 2010, p. 20); não é sem motivo, por exemplo, que tais ciência se valem de conceitos e termos bem como “indivíduos, famílias, associações mais complexas, nações, épocas, movimentos históricos ou séries de desenvolvimento, organizações sociais, sistemas da cultura e outros” (DILTHEY, 2010, p. 21). As ciências humanas, de modo geral, valem-se de tais termos para narrar, descrever, tematizar suas investigações de modo a se referir a um mesmo fato: “à humanidade ou à realidade humano-histórico-social” (DILTHEY, 2010, p. 21). Eis, então, a delimitação do escopo investigativo das ciências humanas mediante as Ciências da Natureza: as primeiras se especificam através de sua relação temática para com a Humanidade. Neste sentido, as Ciências da Natureza não “possuem o seu objeto nas impressões, no modo como essas impressões emergem nas vivências, mas nos objetos que o conhecimento cria, a fim de tornar essas impressões construíveis para si” (DILTHEY, 2010, p. 27). Quer dizer, nas Humanidades o “objeto” sobre o qual elas se debruçam cientificamente é formado a partir de algo como a própria vivência dos homens: “Podemos delimitar agora, por meio de traços característicos bem claros, as ciências humanas em relação às Ciências

desdobramento, a especificidade metodológica dessas Ciências perante às Ciências Naturais [*Naturwissenschaft*]. Pretendemos indicar, a partir de Heidegger, basicamente na primeira fase de seu pensamento, a possibilidade do conhecimento científico próprio das Humanidades – isto é, as ciências que se debruçam sobre fenômenos históricos, criações literárias, fatos sociais, objetos da cultura e outros – traçar caminhos investigativos diferentes das Ciências da Natureza, e, com isso, não perder sua “positividade” sistemática. Afinal: é possível justificar de direito que existe uma metodologia autônoma das Ciências Humanas? Responder assertivamente esta pergunta configura-se, de alguma forma, como o primeiro passo para se reconhecer a especificidade das Humanidades, e, com isso, atribuir a justa importância da elaboração de um método próprio para o conhecimento sistemático dessas ciências.

## Parte I

Primeiramente, é notável a influência de Martin Heidegger, de modo geral, sobre o pensamento ocidental (e também oriental<sup>6</sup>) contemporâneo: “Heidegger foi o autor cuja obra teve o maior número de análises e interpretações publicadas no mundo, neste século [XX]” (SAFRANSKI, 2000, p. 507); e mais: “É com *Ser e tempo* que Heidegger deixa de ser uma referência local e ganha o status de um fenômeno único na filosofia do século XX” (CASANOVA, 2009, p. 75). O Filósofo alemão procurou inspirar, deliberadamente e de perto, uma série de autores notadamente do contexto temático das Ciências Humanas, tais como Gadamer, Horkheimer, Oskar Becker, Fritz

Naturais. Esses traços residem no citado comportamento do espírito, um comportamento por meio do qual, diferentemente do conhecimento das Ciências Naturais, o objeto das ciências humanas é formado. [...] Na condição de objeto das ciências humanas, ela [humanidade, objeto de tematização das ciências humanas] não surge senão na medida em que estados humanos são vivenciados, em que esses estados ganham expressão em manifestações vitais e essas expressões são compreendidas” (DILTHEY, 2010, p. 28. Grifo nosso).

<sup>6</sup>“Nos seus pensamentos, Heidegger procurou paisagens ainda mais distantes. O Oriente, o Japão e, em particular, a China foram os lugares que vistiu dessa forma. Para o Japão o chamavam os seus alunos japoneses, as pinturas de Van Gogh e a poesia de Bashô” (LOPARIC, 2004, p. 33). Ademais: “Tanabe Hajime foi o primeiro filósofo a assinalar, numa resenha destinada aos leitores japoneses e publicada em 1924, o surgimento do fenômeno Heidegger. Conde Kuki, pensador da estética, Keiji Nishitani, um dos pioneiros da filosofia japonesa da religião, Tsujimura Köichi, tradutor e intérprete de Heidegger, e Ueda Yasuharu, leitor heideggeriano e zenbudista do Meister Eckhart, merecem ser destacados” (LOPARIC, 2004, p. 64).

Kaufmann, Herbet Marcuse, Hans Jonas<sup>7</sup>, H. Arendt<sup>8</sup>, Karl Löwith e vários nomes da Escola de Frankfurt<sup>9</sup>. Além disso, o autor do sentido do Ser teve sua obra posteriormente repercutida – como legado, ou como crítica – no panorama mundial das Humanidades, bem como na França (Albert Camus, Levinas, Sartre, Merlau-Ponty, Foucault, Derrida, Pierre Aubenque, Michel Haar, Jean-Luc Marion, Jean Greisch)<sup>10</sup>, nos EUA<sup>11</sup>, na Croácia<sup>12</sup>, e também na América Latina<sup>13</sup> de modo geral, por exemplo: Benedito Nunes, Emmanuel Carneiro Leão, Ernildo Stein, Loparic, Jorge Eduardo Rivera, José Gaos, Wagner de Reyna (que precocemente publicou *La ontología fundamental de Heidegger* em 1939<sup>14</sup>); diga-se de passagem “os intérpretes mais numerosos de Heidegger são de língua espanhola” (RESWEBER, 1979, p. 190). Isto posto, evidenciada de uma forma ou de outra a aproximação teórica de Heidegger com relação ao contexto geral das Humanidades, prossegue-se, diante disto, à primeira etapa de nossa pesquisa a qual visa destacar a introdução que o Filósofo alemão realiza de um âmbito existencial no tocante ao seu método fenomenológico e que, “a partir desse momento há uma revolução na história da filosofia e na história das Ciências Humanas” (STEIN, 1988, p. 76. Grifo nosso).

<sup>7</sup> “A conferência *Ontologia*, do verão de 1923, deve ter causado uma impressão parecida. Não poucos daqueles que mais tarde teriam fama e posição na filosofia sentaram-se aquela vez aos pés do livre-docente Heidegger, que para muitos já era um secreto rei da filosofia, um rei em trajes suevos. Eram Gadamer, Horkheimer, Oskar Becker, Fritz Kaufmann, Herbet Marcuse, Hans Jonas” (SAFRANSKI, 2000, p. 158)

<sup>8</sup> “A filosofia política de Hannah Arendt, a hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer e o projeto desconstrucionista de Jacques Derrida são apenas alguns exemplos de uma tal influência” (CASANOVA, 2009, p. 9).

<sup>9</sup> “Toda a elite intelectual jovem da Alemanha, da França, do Japão e de vários outros países procurou estudar com Heidegger. Os judeus também, entre eles – além de Arendt – Hans Jonas, Karl Löwith, Herbet Marcuse e vários outros membros da futura Escola de Frankfurt” (LOPARIC, 2004, p. 9).

<sup>10</sup> “A presença de Heidegger na França é um assunto à parte [...]. Além de trabalhos de Levinas, Sartre, Merlau-Ponty, Foucault e Derrida, os de Pierre Aubenque, Michel Haar, Jean-Luc Marion e Jean Greisch revelam profundas marcas do mestre alemão” (LOPARIC, 2004, p. 63).

<sup>11</sup> “Os EUA produziram uma literatura considerável sobre Heidegger, tanto interpretativa quanto crítica, cabendo mencionar obras de Frederick A. Olafson, John Haugeland, Hubert L. Dreyfuss, Richard Rorty e Theodor Kisiel” (LOPARIC, 2004, p. 64).

<sup>12</sup> “Na Croácia, o Grupo Práxis de Zagreb tentou pensar Marx a partir de Heidegger, com a conivência de alguns frankfurtianos (Habermas)” (LOPARIC, 2004, p. 64).

<sup>13</sup> Numerosos são os pensadores, tanto na América Latina como na Europa, que superam o plano do simples estudo objetivo e propõem uma reflexão original, criticando ou prolongando o pensamento de Heidegger (RESWEBER, 1979, p. 190).

<sup>14</sup> “Alberto Wagner De Reyna (1915): nascido em Lima (Peru), estudou em Berlim com Nicolai Hartmann e Eduard Spranger, e em Friburgo (com Heidegger). [...] Depois de ter sido um dos primeiros a dar a conhecer a filosofia de Heidegger na América hispânica, Wagner de Reyna trabalhou em diversos temas de caráter ‘existencial’ (a morte, o ‘cuidado’ etc.)” (MORA, 2000, p. 3054).

A primeira evidência da contribuição heideggeriana no tocante a uma metodologia específica das Ciências Humanas reside no seguinte: Martin Heidegger introduz um universo *existencial* no método por ele elaborado. É no § 5 de *Ser e tempo* que o autor explicita (terminológica e filosoficamente) o uso que ele faz do termo “Analítica” [*Analytik*] cujo propósito consiste em analisar o ser-aí em sua existência de ser-no-mundo. De acordo com *Ser e Tempo*, dois são os aspectos que internamente se articulam na empreitada da analítica existencial. Por um lado (HEIDEGGER, 1988, p. 39), o existenciário [*Existenziell*], isto é, a compreensão [*Verstehen*] que o ser-aí tem da própria existência (dispensando, para isso, qualquer esclarecimento teórico); quer dizer, a acepção heideggeriana de existenciário [*Existenziell*] diz respeito ao modo como o ente que nós mesmos somos decide existir (decide por suas possibilidades, suas escolhas, etc). Por outro lado (HEIDEGGER, 1988, p. 39), a existencialidade [*Existenzialität*] refere-se à explicitação filosófica-conceitual no que tange à compreensão que o ser-aí tem de si mesmo, ou seja, a existencialidade é relativa à explicitação temática da estrutura existenciária do *Dasein*. É em função desse raciocínio que *Ser e Tempo* não parte de um determinado conceito de (estrutura do) *Dasein*, antes, porém: “sem uma compreensão existenciária, toda análise da existencialidade permanece sem solidez” (HEIDEGGER, 2005, p. 105). Em suma: o ente preliminarmente dado em seu próprio ser equivale à compreensão existenciária [*Existenziell*], e o esforço metodológico de alcançar um conceito formal de sua estrutura equivale à análise (interpretação) da existencialidade [*Existenzialität*]. Isso nos permite assinalar, por conseguinte: todas as explicações que decorrem da analítica existencial do ser-aí provêm de sua existencialidade, daí o porquê de todos os caracteres ontológicos do *Dasein* são chamados por Heidegger de modalidades existenciais, “porque eles se determinam a partir da existencialidade” (HEIDEGGER, 1988, p. 80). Nesse sentido, Ernildo Stein, eminent intérprete brasileiro de Heidegger, ressalta: “a fenomenologia vem ligada a analítica existencial, ao menos em *Ser e tempo*” (STEIN, 2011, p. 54). Vejamos, então, o liame estabelecido por Heidegger entre seu método fenomenológico e um contexto existencial.

O método utilizado por Heidegger em sua obra capital é o da fenomenologia que, embora possua raízes na acepção de seu mestre Edmund Husserl, é reinterpretado

em *Ser e Tempo* em íntima articulação com um âmbito ontológico-existencial. Pela fenomenologia, Heidegger permite ver o *Dasein* enquanto ente que se mostra por si mesmo, uma vez liberado de seus encobrimentos. Através da descritividade fenomenológica, *Ser e Tempo* traz à luz o fenômeno ontológico-existencial do ser-aí, quer dizer, interpreta-o não de fora para dentro, mas, isto sim, de “dentro” – quer dizer: a partir de sua própria existência – para “fora”, visto que Heidegger metodologicamente parte do *Dasein*, em si mesmo e por si mesmo, e é por ele conduzido em toda sua analítica existencial: “a interpretação ontológica projeta o ente preliminarmente dado em seu próprio ser, de modo a chegar ao conceito de sua estrutura” (HEIDEGGER, 2005, p. 104). À medida que *Ser e Tempo*, do ponto de vista de seu método fenomenológico, baseia-se no *Dasein* e nele se assegura enquanto ponto de partida conveniente, o que se visa é compreendê-lo em sua existência, entendendo-a como sua própria possibilidade de ser ou de não ser si mesmo em termos ontológico-existenciais. É em vista dessa relação entre fenomenologia e analítica existencial que chamamos a atenção para a inserção realizada por Heidegger de um âmbito existencial no tocante ao contexto metodológico, e como isso contribui positivamente para um fazer metodológico específico das Humanidades. O esforço metodológico de Heidegger consiste em partir do plano existencial no qual o ser-aí comprehende-se a si mesmo, com o propósito de descrever fenomenalmente sua constituição fundamental de ser-no-mundo em que repousa o sentido de seu ser, a fim de, em última instância, desanuviar o horizonte para interpretar o sentido do Ser em geral<sup>15</sup>.

Seguindo o raciocínio, na medida que Heidegger, através de sua analítica existencial, analisa o *Dasein* previamente dado em seu próprio ser, com o intuito de alcançar um conceito filosófico de sua estrutura (o que ele chama de ideia formal de existência), o autor se depara com a “seguinte tese: a substância do homem é a existência [Existenz]” (HEIDEGGER, 2005, p. 107). Primeiramente, cumpre destacar que Heidegger não se vale do termo *Existenz* numa acepção muito ampla, tendo em vista que se trata de um sentido fundamentalmente ontológico e existenciário. Quer

---

<sup>15</sup> “Segundo Heidegger, a analítica da Existência constitui o primeiro estágio e a primeira incitação ao desenvolvimento da pergunta acerca do ser, pergunta que determina a direção de semelhante analítica” (MORA, 2000, p. 121).

dizer, por “existência” o autor não tem em vista seu sentido tradicional<sup>16</sup> (“esse computador existe”), ou seja, o significado tradicional que indica *Vorhandensein*, cuja tradução indica ser efetivamente presente ou ser simplesmente dado (algo que já é, ou que já é dado):

Na medida em que, para a visão ontológica, o modo de ser do *Dasein* não deve se desvirtuar num modo, mesmo que totalmente indiferente, de ser simplesmente dado, fez-se necessária a *disciplina ininterrupta* do questionamento existencial (HEIDEGGER, 2005, p. 117).

Martin Heidegger escolhe o termo *Existenz* “para designar o ser deste ente [*Dasein*]” (HEIDEGGER, 1988, p. 77), e neste sentido o termo diz: poder-ser. Sob a perspectiva terminológica, “existência” resulta da preposição *ek* e do verbo *sistere*, que significa “estar para fora”, movimento que parte de dentro para fora, *ek-sistir* diz respeito ao estar/projetar-se para exterioridade. Em vista disso, o Filósofo alemão traz à tona o conceito de existência num sentido veementemente transitivo: o ser-aí não é um simplesmente existente [*Vorhanden*], antes, porém, ele precisa *se existir*: “Portanto, existir não é um estar-presente mas uma realização, um movimento” (SAFRANSKI, 2000, p. 161); Stegmüller corrobora o mesmo sentido: “Existência não é, pois, um estado definitivo, [...] mas uma *possibilidade* que ele [ser-aí] só é capaz de realizar num engajamento muito ativo e concentrado de si mesmo” (STEGMÜLLER, 1977, p. 120). Na preleção de 1929/30, denominada *Conceitos Fundamentais da Metafísica*, Heidegger ressalta: “O ente que chamamos *ser-aí* é o ente de um gênero originariamente próprio, um ente que irrompe para o ser. Desse ente, dizemos que ele *existe*, isto é, *ex-siste*; que ele é na essência de seu ser um movimento para fora de si mesmo, sem, porém, abandonar a si” (HEIDEGGER, 2011, p. 469). Quer dizer, o ser-aí precisa conduzir [*Führen*] sua existência a qual coincide com o seu próprio modo-de-ser, isso de tal modo que elucidar a essência do *Dasein* equivale à elucidação simultânea de sua própria existência: “A ‘essência’ do *Dasein* está em sua existência” (HEIDEGGER, 1988, p. 77. Grifos do autor). Sob esse aspecto o ser-aí não apenas “é”, mas tem a

---

<sup>16</sup> “Vê-se desde o iníco que não se pode tratar da existência no sentido clássico, a saber, o fato de ser, de pertencer ao domínio da realidade por oposição ao das possibilidades puras, como o supomos quando dizemos de um objeto: ‘existe’” (DARTIGUES, 1992, p. 99).

compreensão (não temática, não teórica) de que é “aí” [*da ist*]. O modo de ser da natureza material, uma pedra, por exemplo, “é” mas não existe: “a pedra (o material) é *sem-mundo*”<sup>17</sup> (HEIDEGGER, 2011, p. 230). Ou, dito o mesmo por outras palavras, do ponto de vista ontológico somente *Dasein* existe, o ente que nós mesmos somos é o único ente existente: “o homem é o único *Eksistente*, o único questionador entre os outros entes dos quais podemos dizer que *são*, mas não que *existem*. É a razão pela qual só o homem vivo e concreto poderá ser chamado *Dasein*” (DARTIGUES, 1992, p. 130).

Com efeito, as observações precedentes procuraram destacar a concernência entre fenomenologia e analítica existencial segundo o entendimento de Heidegger. Procuramos ressaltar a inserção realizada por Heidegger de um âmbito existencial no tocante ao contexto metodológico, haja vista o esforço do autor de partir do plano existencial no qual o ser-aí *ek-siste* num sentido transitivo. Dessa maneira, Heidegger situa seu método fenomenológico dentro do universo por excelência humano. Contudo, cabe aqui uma ressalva fundamental. Uma vez articuladas as observações precedentes, significa então – poder-se-ia questionar – que Heidegger confere um caráter existencialista a seu método fenomenológico? Será a fenomenologia heideggeriana o fundo recôndito de uma Filosofia Existencialista? Não obstante, as respostas a essas perguntas devem ser enfaticamente *negativas*: a relação que Heidegger estabelece entre a fenomenologia e a analítica existenciária reduz-se tão-somente a um mero estágio preparatório para a formulação de uma questão mais fundamental (a questão do sentido do Ser), e não ao contrário (a questão ontológica do Ser subordinada à análise existencial):

O que Heidegger censura a Sartre ou ao menos a razão pela qual ele se mantém à distância disso que se chamou *existencialismo*, é que tal pensamento volta da questão do ser à do homem como centro de sua preocupação. [...] Não convém, pois, deixar-se iludir pelos temas existenciais

---

<sup>17</sup> Para que se clarifique conceitualmente essa ausência (carência) de mundo, é necessário trazer à liça o que o próprio autor, nessa preleção de 1929/30, entende inicialmente pelo termo “mundo” – o mundo como acessibilidade do ente: “o termo *mundo com o significado de acessibilidade do ente*” (HEIDEGGER, 2011, p. 256). Nesse sentido, a afirmação “a pedra é sem-mundo” também pode ser expressa, de alguma forma, por “a pedra é sem-acesso”, ou seja, à constituição ontológica da pedra pertence uma *ausência de acesso*, e somente, e tão somente neste sentido, então, que a pedra não tem mundo.

que Heidegger desenvolve notadamente em sua primeira grande obra, *O Ser e o tempo*, mesmo se esses temas puderam inspirar Sartre na elaboração de sua ontologia. Desde o início, a questão de Heidegger não é outra senão a ‘questão do Ser’, e, se o ser do homem é nele descrito e analisado, é somente porque no homem se situa o lugar, o ‘aí’ (*Da*) onde o Ser se desvela (DARTIGUES, 1992, p. 126).

Ou seja, quando se pretende, no presente trabalho, evidenciar a importância da fenomenologia heideggeriana para o universo temático das Ciências Humanas, de maneira a destacar, na primeira parte do texto, o universo existencial que o autor articula, com isso não se pretende corroborar que Heidegger apresenta uma Filosofia da Existência [*Existenzphilosophie*] – e, se apresenta, é somente no sentido de uma preparação para a Ontologia Fundamental –, antes, porém, nosso intuito reside em jogar luz sobre a analítica existencial do ser-aí a qual se desentranha, no caso de Heidegger, apenas enquanto *via metodológica* (no caso dele, para alcançar a pergunta sobre o Ser). Quer dizer, o âmbito existencial é decisivo para as investigações de Heidegger em termos metodológicos, e é em função dessa perspectiva que se pretende evidenciar a positividade dessa contribuição para uma diferenciação metodológica das Humanidades com relação às Ciências da Natureza. A fenomenologia, tal como Heidegger a desenvolve, passa a *compreender* o sentido da existência do ser-aí: “A ‘fenomenologia hermenêutica’ deverá, pois, decifrar o sentido do texto da existência, esse sentido que precisamente se dissimula na manifestação do dado” (DARTIGUES, 1992, p. 132). Os existenciários, enquanto fios condutores da analítica da existência, demonstram que Heidegger se vale de um método comprehensivo e isso é fundamental para as Humanidades, pois: “‘compreensão’ trabalha com o que *transborda* das categorias, porque não se trata aí de *ontologia da coisa*, e sim de um universo existencial humano, ligado à liberdade, às decisões e às ações humanas” (STEIN, 1988, p. 43-44). E mais: “No momento que introduzo o *universo existencial* ou universo dos existenciais, a partir dos quais ampliam-se as categorias, trazendo-as para dentro do universo humano, desliga-se esta *ontologia da coisa*” (STEIN, 1988, p. 48). Quer dizer, o autor em questão não traz à liça um método fenomenológico que se propõe alcançar leis universais, necessárias, generalizadas e objetivamente verdadeiras, mas, isto sim: trata-se de um método que se propõe a operar “com o vivo, com o fato que nasce do universo ‘vivido’” (STEIN, 1988, p. 45), diferente, portanto, das Ciências Naturais nas

quais “não há necessidade de levar em conta a *capacidade de valoração* do indivíduo; os enunciados são neutros, o conhecimento é neutro, no universo das ciências empírico-matemáticas” (STEIN, 1988, p. 46).

Com efeito, as observações precedentes procuraram destacar a tematização existencial articulada por Martin Heidegger; posto isso, passaremos à próxima etapa da nossa investigação a qual versará propriamente sobre o conceito de “compreensão”, trazendo à tona, no limite, uma alternativa metodológica própria e específica das assim chamadas Ciências do espírito.

## **Parte II**

A analítica existencial (sobre a qual tratamos anteriormente) visa extrair as estruturas existenciárias de um determinado ente, qual seja: aquele que nós mesmos somos. Mas, pergunta-se: por que esse e não outro ente? O que move Heidegger a se debruçar, em específico, sobre o modo de ser do ser-aí e não sobre o modo de ser, por exemplo, do ser-vivo<sup>18</sup> (isto é, o animal com vistas à sua animalidade)? Para se responder a tal questionamento faz-se necessário, primeiramente, explicitar qual o propósito filosófico de Heidegger com essa sua análise ontológico-existencial. Martin Heidegger visa, em última instância, revolver a questão considerada por ele como a mais fundamental da História da Filosofia, que, embora um dia já feita, desde há muito encontra-se petrificada no esquecimento, a saber: que é Ser? O sentido do Ser em geral é a mola propulsora a partir da qual o autor desentranha seu pensamento filosófico. “Todos os esforços da analítica existencial visam a uma única meta, qual seja, encontrar uma possibilidade de se responder à questão do sentido do Ser em geral” (HEIDEGGER, 2005, p. 176). Em vista disso, pode-se com maior precisão responder a indagação acima: o motivo pelo qual Heidegger concentra seu esforço analítico no tocante ao ser-aí está relacionado com o privilégio ontológico desse ente. Diferente de todos os outros, o ente que nós mesmos somos é capaz de colocar a pergunta sobre o

---

<sup>18</sup> “vida significa: ser sob o modo de ser do animal” (HEIDEGGER, 2011, p. 269).

Ser, e, ao mesmo tempo, ter uma *compreensão* (ou pré-compreensão<sup>19</sup>) preliminar acerca do Ser em geral. Por outras palavras: o modo de ser do ser-aí mostra-se enquanto via metodológica de acesso à questão mais fundamental da Filosofia. E é justamente isso que revela o privilégio desse ente com relação aos demais: não obstante, o ser-aí pode compreender e interrogar tanto o seu próprio ser, como, também, compreender e interrogar o ser dos entes que ele mesmo não é, justamente porque, diferente dos demais entes, o ser-aí possui uma *compreensão* (não teórica, não conceitual) do que é Ser: “Toda questão, ontologicamente explícita, sobre o ser do *Dasein* já se acha preparada [de modo não temático] pelo próprio modo de ser do *Dasein*” (HEIDEGGER, 2005, p. 105). Em vista disso, Heidegger concentra seus esforços nesse ente ontologicamente privilegiado: “*O animal não pode filosofar; Deus não precisa filosofar. Um Deus que filosofasse não seria um Deus porque a essência da filosofia é ser uma possibilidade finita de um ente finito*” (HEIDEGGER, 2009, p.4. Grifo nosso). Porque à estrutura ontológica do *Dasein* há a possibilidade de compreender é que ele é capaz de – *e nisso reside nosso privilégio ontológico* – desvelar tanto o ente em seu ser (o que Heidegger chama de verdade ôntica), como é capaz de desvelar o ser do ente (verdade ontológica<sup>20</sup>):

*Só conseguimos apreender o ente enquanto tal [verdade ôntica], o ente enquanto ente, se compreendemos algo assim como o ser [verdade ontológica]. Por mais que de início a compreensão se dê de maneira tosca e não conceitual, se não compreendêssemos o que realidade efetiva significa, então o ente efetivamente real permaneceria velado. [...] Se não compreendêssemos o que é existência e existencialidade, então nós mesmos não conseguiríamos existir enquanto seres-aí (HEIDEGGER, 2012, p. 20. Grifos nosso).*

Posto o debate nesses termos, cabe-nos destacar notadamente um termo em especial a fim de avançarmos com direção ao objetivo de nosso texto: *compreensão [Verstehen]*. “O homem já sempre *compreende* o ser. A existência é *compreensão* de ser. [...] Desse modo abre-se o lugar em que se revela o ser, que já sempre se manifesta na *pré-compreensão*” (STEIN, 2011, p. 45). A acepção heideggeriana de compreensão é

<sup>19</sup> “A compreensão do ser, ainda não reduzida ao conceito, designamos, por isso, compreensão pré-ontológica ou também ontológica, em sentido mais amplo” (HEIDEGGER, 1999, p. 299).

<sup>20</sup> “verdade ôntica e ontológica sempre se referem, de maneira diferente, ao *ente em seu ser* e ao *ser do ente*” (HEIDEGGER, 1999, p. 300. Grifo nosso).

central no que diz respeito à contribuição desse autor para uma metodologia específica das Ciências Humanas:

Dado que o saber humano até esse momento [a passagem se refere ao século XVIII], a ciência necessariamente estava ligado à questão das categorias [as dez categorias de Aristóteles], dos predicamentos, ou dos conceitos *a priori* de Kant [as doze categorias em Kant], e dado que, com o universo da analítica existencial, da Escola Histórica e de toda a tradição hermenêutica, se faz, se cria um universo aberto, o saber que passa a surgir nas ciências da cultura, nas ciências históricas, tem um caráter diferente; *mas ele deve ser fundamentado sob o ponto de vista epistemológico, lógico e metodológico, e é para isso que são introduzidos então os termos ‘compreender’, ‘compreensão’*. Esses termos não são introduzidos de uma maneira simplesmente aleatória para indicar ‘conhecer’, ‘saber que’, ou coisa parecida. São introduzidos justamente porque, assim como o ‘explicar’ está ligado ao universo categorial e à ontologia da coisa, ‘compreender’ e ‘compreensão’ estão ligados ao universo histórico, da cultura, dos existenciais, a partir de Heidegger, através dos ‘modos de ser’ do ‘ser-aí’ ou através da ideia das ‘formas da vida’ que não se deixam esgotar através das ‘categorias’. É então que a palavra ‘compreender’ adquire seu estatuto fundamental (STEIN, 1988, p. 40. Grifos nosso).

Nesse sentido, o segundo indicativo da contribuição heideggeriana no que tange a uma metodologia especificamente própria às Humanidades, por assim dizer, basicamente resume-se ao modo como o autor entende o conceito de compreensão. A compreensão é um dos existenciários explicitados pela analítica existencial de Heidegger, ou seja, é uma estrutura ontológica-originária do ser-aí e não um recurso cognoscitivo a partir do qual o homem “entende” algo. Portanto, tratando-se da acepção heideggeriana de compreensão, exclui-se todo sentido de “compreender” enquanto um órgão do conhecimento, daí o equívoco terminológico de se traduzir o vocábulo alemão *Verstehen* para a palavra em português “entendimento”, conforme incorreu no erro a recente edição bilíngue traduzida por Fausto Castilho<sup>21</sup>, embora frequentemente elogiada pelo “discurso consideravelmente mais fluido, com fraseologia direta e isenta das afetações estilísticas” (MERTENS-KAHLMAYER, 2013, p. 103). Exclui-se também o sentido ordinário que a palavra recebe no senso-comum

---

<sup>21</sup> Castilho optou por traduzir a palavra alemã *Verstehen* por “entendimento” a fim de aproximar tal vocábulo alemão do latino *intelligere*. No entanto, o termo *Verstehen* designado pelo prefixo *Ver* (pré, antes) e pelo verbo *Stehen* significa etimologicamente “permanecer antes”, e é justamente essa concepção que Heidegger tem em vista com o uso do termo. Traduzir esse termo para o português “entendimento” de alguma forma ofusca esse sentido originário.

(“Você me compreendeu?” “Ah, sim, eu te comprehendi!”<sup>22</sup>). Antes, porém, Martin Heidegger aborda a compreensão como um existencial, que, enquanto tal, diz respeito ao próprio modo de ser do ser-aí: “Pertence a esse ente [homem] o compreender ser que possibilita pela primeiríssima vez toda postura comportamental em referência ao ente. A compreensão de ser possui ela mesma o modo de ser do ser-aí humano” (HEIDEGGER, 2012, p. 29). Ou seja, o *Dasein* é um ente cujo modo de ser consiste em encontrar-se *compreendendo*, haja vista que essa (pré)compreensão de Ser o ente humano tem de modo essencial. Quanto a isso, Ernildo Stein diz: “Heidegger coloca a compreensão como um existencial: antes de nos darmos conta nós já comprehendemos. O mundo já está compreendido, não há como chegar antes dele e comprehendê-lo” (STEIN, 1988, p. 31). Nota-se em vista disso que o substantivo, compreensão, e o verbo, compreender, no caso de Heidegger indicam uma familiaridade originária do homem para com o mundo; quer dizer, a compreensão, “por nós caracterizada como existencial básico do *Dasein*” (HEIDEGGER, 1988, p. 207), indica uma condição pré-reflexiva e pré-teórica desse ente que nós somos, de modo a dispensar, como secundária, qualquer postura de ordem cognitiva-teórica – sendo esta última não “inferior” ou “falsa”, mas, sim, *derivada* da compreensão, fundada a partir da compreensão, portanto, não fundamental da constituição humana. “O compreender em geral não é primariamente um conhecer, [...] mas ele é uma determinação fundamental da própria existência. É assim que precisamos de fato conceber o conceito de compreender” (HEIDEGGER, 2012, p. 401). Por exemplo: antes de o homem descobrir cientificamente a galáxia como um complexo sistema aglomerado de forma gravitacional, cujo espaço intergaláctico é constituído por estrelas, por remanescentes de estrelas, por gás e por poeira, é preciso que antes, bem antes, o homem já tenha des-encoberto (nisso reside sua compreensão) todo um contexto de mundo a partir do qual o supracitado fato científico aparece para ele. Na medida em que o homem entende de forma interpretativa o livro *As formas elementares da vida religiosa*, de E. Durkheim, pressupõe-se que bem antes, antes mesmo de o ler, ele já tenha compreendido todo um contexto a partir do qual esse livro se localiza, “Quer dizer, há uma espécie de lugar em que sabemos situá-los. Ora,

---

<sup>22</sup> “Desde os gregos até hoje a palavra, no sentido comum usual, vulgar, ordinário, permaneceu com o mesmo referencial semântico; algo que está além de um processo indutivo e além de um processo dedutivo e fica referido à subjetividade de quem conhece” (STEIN, 1988, p. 58)

isto é um processo pré-compreensivo” (STEIN, 1988, p. 59). Reitera-se, nesse sentido, que essa região privilegiada no *Dasein* – qual seja: a compreensão – equivale à primeira base a partir da qual se dá qualquer conhecimento de ordem científica, ou qualquer relação epistemológica de sujeito-objeto, e isso por um motivo incialmente simples: o ser-aí, antes de “sujeito”, é ser-no-mundo. O ser-aí possui compreensão pré-ontológica na medida em que ele pode-ser-no-mundo (o discurso que trata do *ser-no-mundo* não é uma verificação espacial, ôntica – o homem está *dentro* do mundo –, mas sim um discurso ontológico e por isso o uso dos hífens). Isso significa que à base de toda postura teórica ou científica jaz a compreensão do *Dasein* enquanto familiaridade originária para com o mundo: “O compreender, em sua função de desvelamento, não está ligado a um ponto eu isolado, *mas ao poder-ser-no-mundo faticamente existente*” (HEIDEGGER, 2012, p. 404. Grifos nosso). Numa palavra: o ente que nós mesmos somos é essencialmente e fundamentalmente – ainda que não apenas – compreender.

Mesmo no comportamento prático-técnico em relação ao ente, na medida em que lidamos em geral com o ente enquanto ente, reside compreensão de ser. Em todo comportamento em relação ao ente, quer se trate especificamente de conhecimento, o que na maioria das vezes se designa como teórico, quer se trate de um comportamento técnico-prático, já se encontra uma compreensão de ser. Pois só sob a luz da compreensão de ser um ente pode vir ao nosso encontro *como* ente (HEIDEGGER, 2012, p. 400).

Nesse sentido, o conceito de compreensão, a partir de Heidegger, adquire um status fundamental no sentido de descerrar uma nova direção investigativa no que tange às Ciências Humanas: “a teoria da ‘compreensão’ pretende elaborar bases epistemológicas, lógicas e metodológicas para servir de ‘muleta’ à média do universo de estudiosos, nos diversos campos das Ciências Humanas” (STEIN, 1988, p. 41). Com esse termo aqui em questão e todo o universo temático-existencial implicado com ele, torna-se viável um caminho metodológico específico das Humanidades, tendo em vista que “não é indispensável às ciências do homem seguirem os caminhos traçados pelas Ciências da Natureza. Elas podem perfeitamente utilizar métodos próprios, diferentes do da física, matemática, sem perder, por isso, sua ‘positividade’” (VANCOURT, 1964, p.43). E isso porque o universo temático relacionado com a “compreensão” não se propõe um conhecimento de caráter universal, mas, isto sim, circunscreve-se tão-

somente ao escopo científico das Humanidades, de modo a não se dispor a analisar os “objetos” da natureza, mas, sim, os fatos sociais, culturais e históricos, e “isso significa que se passa a analisar aquilo que é produzido pelo ser humano” (STEIN, 1988, p. 40). Ademais, o cientista que se lança no afã de uma investigação teórica de maneira a operar com o termo “compreensão”, muito possivelmente não colidirá com o problema da valoração, já que, por excelência, não há compreensão sem valoração:

não há formas de vida que não se expressem em valor, ou ‘modos de ser’ do ‘ser-aí’, que não estejam sempre ligados a um certo sentido, o que significa, a um certo valor. *Não há captação pela compreensão em que não haja o sentido acompanhando o valor* (STEIN, 1988, p. 46. Grifo nosso).

Nas Ciências da Natureza, busca-se entender e *explicar [Erklären]* aquilo que se entende<sup>23</sup> – “Nas Ciências Naturais buscam-se razões explicativas hipotéticas para a individuação” (DILTHEY, 2010, p. 73) –, já no caso das Ciências do espírito o objeto “espiritual” surge no compreender – “Uma ciência só pertence às Ciências Humanas se o seu objeto nos é acessível por meio do comportamento que está fundado na conexão entre vida, expressão e compreensão” (DILTHEY, 2010, p. 29). Quanto a isso, Wilhelm Dilthey – de quem Heidegger inicialmente recupera a discussão acerca do termo “compreender”<sup>24</sup>, ainda que o Filósofo de Meßkirch atribua outro sentido a tal conceito<sup>25</sup> – ressalta que:

Essa compreensão designa não apenas um comportamento metodológico peculiar; o que assumimos em relação a tais objetos entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais não se trata apenas de uma diferença na posição do sujeito em relação ao objeto, de um modo de comportamento, de um método. *O procedimento da compreensão está fundamentado objetivamente no fato de o exterior, que constitui o seu objeto, se diferenciar inteiramente do objeto das Ciências Naturais* (DILTHEY, 2010, p. 71. Grifo nosso).

<sup>23</sup> Assim pensa Gustav Droysen, Friedrich Schleiermacher e Wilhelm Dilthey.

<sup>24</sup> “Dele [de Dilthey] Heidegger aceitou não só a ideia de que o homem é um ser histórico, mas também o método da *hermenêutica* [sic], isto é, da interpretação imanente do sentido do mundo, sem fazer qualquer apelo à transcendência. O grande empenho de Dilthey foi compreender o homem através dele mesmo” (STEGMÜLLER, 1977, p. 130-1). E mais: “os dois pensadores de que, a nosso ver, Heidegger mais se aproxima são Dilthey e Kierkegaard” (STEGMÜLLER, 1977, p. 161).

<sup>25</sup> À (pré)compreensão de que trata Heidegger é anterior à compreensão da filosofia da vida de Dilthey; Dilthey se refere à vida, Heidegger, à existência; Dilthey tematiza o homem, Heidegger, o modo de ser do homem.

Mediante à exposição no tocante ao entendimento de M. Heidegger sobre compreensão, entreabre-se como possível defender, enquanto alternativa metodológica, uma forma própria e específica das assim chamadas Ciências do espírito. Não se trata de tornar estas ciências “mais” científicas, mas de renunciar a referência metodológica das Ciências Naturais a fim de construir uma via própria de construção de conhecimento. Assim sendo, indica-se viável propor uma passagem de uma postura metodológica cuja racionalidade é específica das Ciências Naturais, para uma postura metodológica de caráter existencial, que, tal qual as Ciências da natureza, também pretende produzir uma racionalidade: a racionalidade das Ciências Humanas.

### **Algumas considerações finais**

Em meados do século XIX, iniciou-se o processo de sedimentação das Ciências Humanas com o objetivo de, grosso modo, problematizar a participação dos sujeitos pensantes no processo de conhecimento científico. Logo em sua inicial fundação, tais ciências tiveram sua abordagem metodológica demarcada pelo padrão das investigações metodológicas das Ciências Naturais. O mesmo modelo metodológico utilizado para investigar objetos especificamente regidos por leis naturais, transpassou-se como referencial para as Humanidades. Frente a tal impasse, os cientistas das Humanidades – isto é, os cientistas que se debruçam sobre fenômenos históricos, criações literárias, fatos sociais, objetos da cultura e outros – perceberam-se na necessidade de ir em busca de uma base metodológica própria, sem deixar, com isso, de produzir conhecimento de validade científica. Neste sentido, procurou-se ao longo deste texto trazer à tona a Fenomenologia de Martin Heidegger e sua possível contribuição para o universo temático das chamadas Ciências Humanas.

Martin Heidegger, de modo geral, imprimiu notável influência sobre o pensamento ocidental contemporâneo, e, em particular, sobre o contexto temático das Ciências Humanas (tais como Gadamer, Horkheimer, Becker, Kaufmann, Marcuse, H. Jonas, Arendt, K. Löwith e vários nomes da Escola de Frankfurt). A primeira evidência da contribuição heideggeriana no tocante a uma metodologia específica das Ciências Humanas reside no fato de o autor ter introduzido um universo *existencial* no método

por ele elaborado: “a partir desse momento há uma revolução na história da filosofia e na história das Ciências Humanas” (STEIN, 1988, p. 76. Grifo nosso). O esforço metodológico de Heidegger consiste em partir do plano existencial no qual o ser-aí comprehende-se a si mesmo, com o propósito de descrever fenomenalmente sua constituição fundamental de ser-no-mundo em que repousa o sentido de seu ser. Quer dizer, o autor em questão traz à liça um método fenomenológico que *não* se propõe alcançar leis universais (necessárias e generalizadas), e sim: trata-se de um método que se propõe a operar “com o vivo, com o fato que nasce do universo ‘vivido’” (STEIN, 1988, p. 45), diferente, portanto, das Ciências Naturais.

O segundo indicativo da contribuição heideggeriana basicamente resume-se ao modo como o autor entende o conceito de compreensão: “É então que a palavra ‘compreender’ adquire seu estatuto fundamental (STEIN, 1988, p. 40. Grifos nosso). A compreensão é um dos existenciários explicitados pela analítica existencial de Heidegger, ou seja: compreensão entendida como um existencial, que, enquanto tal, diz respeito ao próprio modo de ser do ente que nós mesmos somos. Isso significa que à base de toda postura teórica ou científica jaz a compreensão do *Dasein* enquanto familiaridade originária para com o mundo. Numa palavra: o ente que nós mesmos somos é essencialmente e fundamentalmente – ainda que não apenas – compreender. Neste sentido, o conceito de compreensão, a partir de Heidegger, adquire um status fundamental no sentido de descerrar uma nova direção investigativa no que tange às Ciências Humanas: “a teoria da ‘compreensão’ pretende elaborar bases epistemológicas, lógicas e metodológicas para servir de ‘muleta’ à média do universo de estudiosos, nos diversos campos das Ciências Humanas” (STEIN, 1988, p. 41). O cientista das Ciências do espírito que se lança numa investigação de maneira a operar teoricamente com o termo compreensão, circunscreve-se tão-somente ao escopo científico das Humanidades, haja vista que o termo relaciona-se, por excelência, com “objetos” sociais, culturais e históricos, e “isso significa que se passa a analisar aquilo que é produzido pelo ser humano” (STEIN, 1988, p. 40). Sendo assim, não se trata de tornar as Humanidades “mais” científicas que as Ciências Naturais, mas, isto sim, de construir uma via própria (no caso de Heidegger, uma metodologia de caráter existencial) para a construção de conhecimento.

## Agradecimentos

Dedicamos esse texto aos pesquisadores e às pesquisadoras de Ciências Humanas que perseveram na produção séria de pesquisa acadêmica, não obstante os tempos sombrios que assolam a ciência de nosso País.

## Referências

- CASANOVA, Marco Antônio. **Compreender Heidegger**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- COMTE, Augusto. **Curso de Filosofia Positiva** (Os Pensadores). 2. ed. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- CERBONE, David. **Fenomenologia**. Trad. Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2012.
- DARTIGUES, André. **O que é a Fenomenologia?** 3. Ed. Trad. Maria José J. G. de Alemida. São Paulo: Editora Moraes, 1992.
- DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas Ciências Humanas**. Trad. Marco Casanova. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- HEIDEGGER, Martin. **Sobre a Essência do Fundamento** (coleção Os Pensadores). Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à filosofia**. Tradução de Marco Antonio Casanova. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da Metafísica – mundo, finitude, solidão**. 2. Ed. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Os problemas fundamentais da fenomenologia**. Trad. Marco Antônio Casanova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Ser e Tempo** - parte I. trad. Márcia de Sá Cavalcanti. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Ser e Tempo** – parte II. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LOPARIC, Zeljko. **Heidegger**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MERTENS-KAHLMEYER, Roberto. Resenha: Heidegger, Martin. Ser e tempo. Trad. de Fausto Castilho. Editora da Unicamp; Vozes, 2012. 1200p. **Revista Húmus**, Maranhão, n. 8, p. 103-104, agosto, 2013.

MORA, Ferrater. **Dicionário de Filosofia** – tomo I a IV. Trad. Maria Gonçalves, Adail Sobral, Marcos Bagno, Nicolás Campanário. São Paulo: Loyola, 2000.

NUNES, Benedito. **Heidegger & Ser e Tempo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RESWEBER, Jean-Paul. **O Pensamento de Martin Heidegger**. Trad. João Agostinho A. Santos. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

SAFRANSKI, Rüdiger. **Heidegger** – um mestre da Alemanha entre o bem e o mal. Trad. Lya Luft. São Paulo: Geração Editorial, 2000.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à Fenomenologia**. Trad. Alfredo de Oliveira Moraes. São Paulo: Loyola, 2004.

STEGMÜLLER, Wolfgang. **A filosofia contemporânea**: introdução crítica. São Paulo: EPU, 1977.

STEIN, Ernildo. **Introdução ao pensamento de Martin Heidegger**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mundo Vivido** – das vicissitudes e dos usos de um conceito de fenomenologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade e Existência** – uma introdução à filosofia. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 1988.

\_\_\_\_\_. **Seis estudos sobre ‘Ser e tempo’**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

VANCOURT, R. **A estrutura da filosofia**: as origens do homem. São Paulo: Duas Cidades, 1964.

# Análise do conceito de ciência em Bruno Latour nas obras *A Esperança de Pandora e Jamais Fomos Modernos*

Pedro Miguel Feres Aua<sup>1</sup>

Recebido em março de 2020  
Aceito em junho de 2020

## RESUMO

Na segunda metade do século XX, o campo intelectual que se dedicava a pensar a ciência girava em torno de um questionamento: se a atividade científica e seus produtos seriam capazes ou não de encurtar um *gap* existente entre os polos humano e não humano, entre sujeitos e objetos. É nesse cenário que Bruno Latour, filósofo francês, propõe um entendimento inovador a respeito da separação moderna entre humanos e não humanos e, consequentemente, a respeito da prática científica. Em nosso trabalho, pretendemos discutir esse entendimento, que consiste na ideia de que, em realidade, nós jamais teríamos separado esses polos como parecíamos fazer. Realizaremos uma reflexão sobre ciência à luz de Bruno Latour nas obras *Jamais Fomos Modernos* e *A Esperança De Pandora* a fim de discutir seus principais pontos no que tange à prática científica. Concluiremos, analisando essas ideias para o entendimento do autor a respeito da modernidade, ilustrando como a ciência não é capaz de encurtar o suposto *gap*, pois este jamais existiu, pois, a própria atividade cerne do Ocidente, a atividade científica, opera em uma mistura de natureza e cultura, humanos e não humanos.

**Palavras-chave:** Ciência moderna; Latour; Não humanos; Natureza; Cultura.

**Analysys of Bruno Latour's concept of science in the books *Pandora's Hope* and *We have Never Been Modern***

## ABSTRACT

In the final decades of the twentieth century, the intellectual fields studying science revolved around a question: if the scientific activities and its products were capable of shortening a *gap* between humans and non-humans, between subjects and objects. In this context, Bruno Latour, french philosopher, proposes an innovative understanding about the modern separation between humans and non-humans and, therefore, about the scientific activities. In this article we shall discuss this understanding, which shows the fact that we have never separated these two poles as we would seem to do. We shall carry out a discussion on science in accordance with Bruno Latour's works *We Have Never Been Modern* and *Pandora's Hope* in order to discuss his main arguments on the scientific activities. We shall conclude by analysing the autor's ideas applied to the concept of modernity, illustrating how science is not capable of shortening the supposed *gab*, since it has never existed, because the West's central activity, the scientific activity, operates in a mix of nature and culture, of humans and non-humans.

**Keywords:** Modern science. Latour. Non-humans. Nature. Culture.

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), bolsista PIBIC na pesquisa “Antropologia da ciência e tecnologia no campus da PUC-Rio” coordenada pelo doutor Felipe Süsskind Viveiros de Castro. Rio de Janeiro. Brasil. Contato: pedromferes@gmail.com.

## Introdução

Em nosso trabalho, pretendemos analisar o conceito de ciência em duas obras do sociólogo, antropólogo e filósofo francês Bruno Latour: *A Esperança de Pandora* e *Jamais Fomos Modernos*. Nosso objetivo será o de, a partir de uma breve contextualização das chamadas “guerras da ciência”, inserir as ideias sobre ciência de Latour como uma alternativa às posições defendidas nesse conflito, as quais serão explicitadas adiante.

Em *Jamais Fomos Modernos*, Latour (1994) nos apresenta uma narrativa segundo a qual a modernidade<sup>2</sup> seria fundada e definida por uma divisão entre o que ele denomina *objetos* e *sujeitos*, em outras palavras, uma clássica divisão entre natureza e cultura, os objetos em si e os sujeitos entre si<sup>3</sup> (LATOUR, 1994). Tal divisão inaugura também uma divisão do trabalho intelectual entre ciências humanas e ciências da natureza<sup>4</sup>.

Identificamos nesse grande divisor o início de uma separação que se consagra no século XX e marca dois distintos posicionamentos acerca da atividade científica:

Em 1959, C. P. Snow chamava a atenção para aquilo a que chamou as “duas culturas”: a cultura científica por um lado, e a cultura literária e humanística por outro, separavam-se por um fosso de incomunicabilidade. Na sequência de várias tomadas de consciência deste problema, que tinha como consequência uma cada vez maior incompreensão e desconfiança das populações em relação às verdadeiras motivações do trabalho científico, apareceram autores que, seguindo as concepções de Kuhn<sup>5</sup>, empreenderam uma tentativa de estudo do

<sup>2</sup> Para Latour, o que define a modernidade é um processo de separação do que se entende por natureza do que se entende por sociedade. A modernidade não possui um marco temporal definitivo, mas podemos remontá-la a emblemática disputa entre Thomas Hobbes e Robert Boyle acerca da natureza do vácuo.

<sup>3</sup> Entende-se por objetos em si os entes não dotados de agência, a princípio, mesmo que Latour reconfigure essa ideia em suas obras como veremos nas próximas seções. Já os sujeitos entre si denotam os entes dotados de agência e intencionalidade, capazes de estabelecer relações sociais intencionadas.

<sup>4</sup> Por ciências humanas, entendemos o trabalho intelectual acadêmico voltado para o estudo do ser humano e da sociedade. Por ciências da natureza, entendemos o estudo da natureza, nesse contexto entendida como uma realidade existente independente da cultura. Esta, classicamente, um pano de fundo para as ações humanas.

<sup>5</sup> Thomas Kuhn, consagrado filósofo da ciência, inovou esse campo de estudos com a publicação de seu livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), no qual aponta para o fato de que a ciência trabalha sob a noção de *paradigma*, um conjunto de métodos, regras e formas de ler os problemas científicos que

trabalho científico, valorizando os seus aspectos irracionais, a sua estreita relação com fenómenos históricos, sociais e culturais, culminando numa concepção diametralmente oposta à tradicional do conhecimento científico: a natureza não é a causa dos enunciados científicos, mas sim a sua consequência (GIL, 2014, p. 298).

São essas “duas culturas” que iniciam um embate mais severo na década de 1990 dando origem ao fenômeno que ficou conhecido como *guerras da ciência*.<sup>6</sup> Ficamos, novamente, com Cíntia Garcia Gil:

Na segunda metade do século vinte surgiu uma querela entre por um lado os cientistas e investigadores das ciências naturais, sobretudo da área da física, por outro lado investigadores, teóricos e críticos culturais que trabalham e defendem a perspectiva dos chamados science studies. Esta guerra das ciências<sup>7</sup> tem vários matizes, e tem a ver com diferenças de cariz epistemológico, metodológico, e até axiológico (GIL, 2014, p. 297).

O debate girava em torno do questionamento acerca de se a ciência era capaz de encurtar um suposto *gap*<sup>8</sup> existente entre humanos e não humanos. Designaremos por realistas os que afirmam que sim, ao passo que os que respondem negativamente designaremos como relativistas<sup>9</sup> (PATERNOSTER, 2016). Os primeiros nos remetem à

orienta uma comunidade de cientistas. Dentro dessa noção, Kuhn defende que a ciência não é puramente racional e trabalha, também, com certo dogmatismo, uma vez que o paradigma constitui uma diretriz geral raramente questionada.

6 Um caso emblemático desse fenômeno foi o que ficou conhecido como caso Alan Sokal. Este físico norte-americano submeteu um artigo, em 1996, à revista *Social Text*, propondo que a gravidade quântica, um fenômeno físico da mecânica quântica, seria uma construção linguística e cultural. O artigo foi publicado e, mais tarde, o autor revelou que se tratava de uma farsa: o texto fora escrito sem rigor e sem coerência lógica. Muitos interpretaram o evento como a prova de que, utilizando as palavras corretas, os estudos da chamada pós-modernidade, publicariam qualquer coisa.

7 As guerras das ciências seriam, portanto, uma disputa entre alguns cientistas das áreas de humanidades e das ciências da natureza. Ambos reivindicando uma definição do que seria a atividade científica. Para maior aprofundamento, recomendamos o artigo de Bruno Latour para a Folha de São Paulo intitulado *A guerra das ciências*.

8 Por muitos séculos, os filósofos entenderam que a natureza seria definida em oposição aos seres humanos. Estes, dotados de subjetividade e cultura, tinham como palco de suas ações um cenário cuja leis seriam imutáveis e universais. O *gap* a que nos referimos diz respeito à distância, em termos de conhecimento, entre a sociedade e a natureza, ou seja, a princípio não conhecemos as leis que a governam, não temos acesso direto a ela. A questão maior sobre a ciência é se ela possui a capacidade de nos fazer conhecer melhor a natureza tal como ela seria.

9 A negação de uma ciência estritamente conectada com a ideia de verdade, ou seja, uma relativização da noção de ciência, já podia ser encontrada em autores como Karl Popper e seu entendimento de que nenhuma teoria pode ser confirmada. O máximo que poderíamos dizer é que não foi falseada (POPPER, 1963). Uma relativização mais radical pode ser encontrada nas obras de Paul Feyerabend. Esse, filósofo da ciência, defende que não deve haver um método científico rígido. Pelo contrário, a ciência se

ideia de que a natureza possui um conhecimento imutável e universal à espera de ser descoberto, enquanto os segundos nos trazem à mente a ideia de que a ciência é apenas um discurso e uma prática social como quaisquer outros<sup>10</sup>.

A seguir, veremos como a filosofia proposta por Bruno Latour pode ser uma alternativa que foge a essa dicotomia. Para isso, primeiro analisamos um caso específico desenvolvido pelo autor em *A Esperança de Pandora* (2017), o de Louis Pasteur e o levedo e, em seguida, saltamos para um outro caso específico: o da bomba de ar e o conflito entre Thomas Hobbes e Robert Boyle, expresso em *Jamais Fomos Modernos*. Para concluir, ilustramos como essas ideias ficam em quadro geral e como elas influenciam, segundo o próprio autor, nossa visão acerca da modernidade.

### O caso emblemático de Louis Pasteur e o levedo

Em *A Esperança de Pandora*, Latour (2017) nos apresenta um caso emblemático para ilustrar seu entendimento de ciência: o caso de Louis Pasteur<sup>11</sup> e a fermentação.

Nossa história, contada pelo filósofo francês a partir de um dos textos de Pasteur, remonta a meados do século XIX, quando o processo de fermentação era explicado por mecanismos puramente químicos. Era evidente para a maioria dos cientistas que não havia nada de biológico naquele processo, nenhum organismo vivo (LATOUR, 2017): “se algum fermento está envolvido, ele nada mais é que um subproduto quase invisível de um mecanismo puramente químico de fermentação ou, pior ainda, uma impureza indesejável capaz de prejudicar e deter a fermentação.” (LATOUR, 2017, p. 139).

Isso acontece, contudo, no início do artigo de Pasteur, sinaliza Latour (2017). No fim, acompanhamos uma total transformação do fermento. De mero subproduto e massa desforme, o novo elemento entra em cena com um papel diferente: ele se consagra

beneficiaria de uma certa anarquia metodológica, isto é, uma maior frouxidão metodológica (FEYERABEND, 1993).

<sup>10</sup> Não negamos que existem outros posicionamentos anteriores a Latour. O que pretendemos dizer é que, no debate das *guerras das ciências*, as posições defendidas podem ser resumidas ao que denominamos realismo e relativismo.

<sup>11</sup> Importante químico do século XIX. Responsável por criar o processo que veio a ser chamado de pasteurização, um procedimento para impedir que leite e vinho causem doenças.

como um *ator*<sup>12</sup>. Em vez de ser mera consequência de uma matéria orgânica, o fermento passa a nutrir-se dela (LATOUR, 2017).

É interessante notar que ocorre uma mudança na ontologia daquele ente, o fermento, ou seja, ele não é mais uma massa cinzenta sem nome à qual a comunidade científica pouco dava atenção, ele se eleva a uma nova categoria capaz de produzir modificações na sociedade e nos próprios cientistas. Antes subproduto, agora a fermentação passaria a ser um novo procedimento: “A prática lenta e incerta com uma explicação obscura transforma-se num conjunto ágil e compreensível de novos métodos dominados por Pasteur” (LATOUR, 2017, p.145).

O que nos interessa dessa história narrada pelo químico e comentada pelo filósofo é, em primeiro lugar, a agência dos não humanos. Latour (2017) sinaliza para como o fermento modifica Pasteur para sempre e vice-versa. O cientista passaria a ser um personagem consagrado na história das ciências, e o fermento passaria a fazer parte de uma operação química como protagonista. Isso propõe um entendimento novo do suposto *gap* existente entre humanos e não humanos. Nessa interpretação, a ciência não mais precisaria encurtá-lo, uma vez que ela trabalha bem no meio desse abismo.

Além disso, o filósofo, inicialmente, fala em dois testes: um primeiro, no qual o químico descreve seu procedimento, incluindo suas interferências, a fim de fazer com que o fermento entre em ação; e um segundo, no qual se refere a uma situação que envolve materiais como tubos de ensaios e assistentes de laboratório (LATOUR, 2017). Mas não é só isso que é importante nessa cena. Há mais um elemento primordial. Há um terceiro teste. Pasteur terá, argumenta Latour (2017), que defender sua nova tese frente a seus colegas. Isso consagrará o fermento como independente do cientista, ou entrará para a história das ciências como mais uma tentativa desviada de acessar-se a natureza, porém desviada pelos preconceitos humanos. Os três juntos consagram um *experimento*<sup>13</sup>, na visão de Latour.

<sup>12</sup> A palavra mais utilizada atualmente pelo autor é *actante*. Podemos entendê-lo como um ente dotado de agência, ou seja, capaz de produzir e modificar conteúdos. Acreditamos que, conforme o andamento do texto, fique mais claro, com o exemplo do fermento e Pasteur, o que define um ator.

<sup>13</sup> O experimento, em geral, era entendido na filosofia da ciência como um teste capaz de atestar os resultados teóricos esperados, ou até mesmo antecipar novos resultados teóricos. Com Latour, o experimento caracteriza-se também por envolver um processo de intervenções da mão humana na

Se o experimento é bem-sucedido, ou seja, se os três testes são superados, então temos, de fato, um novo Pasteur e um novo fermento. Ambos não possuem valores metafísicos diferentes na filosofia latouriana, ambos são capazes de agência, são *atores*.

Assim, os não humanos ou “os intermediários não são mais os véus diante de nossos olhos que nos impedem de apreender a realidade tal como ela é; são as traves que estendemos sob os nossos pés para chegar ao real!” (CAVALCANTI, 2002).

Passando isso para uma visão mais geral, podemos entender que a ciência é, na visão do autor, uma construção, uma fabricação. Porém, não no sentido vulgar da palavra, mas sim no sentido de que atores humanos e não humanos, de mesmo valor metafísico, recombina-se, agem mutuamente uns sobre os outros transformando-se para sempre. Além disso, quanto mais se multiplicam esses atores, mais confiável é a rede na qual estão inseridos. É nesse sentido que a ciência se torna uma atividade poderosa: ela inclui uma *rede* bastante vasta de atores, sejam eles cientistas, artigos, átomos, tubos de ensaio e empresas financiadoras.

Um outro fato interessante a ser mencionado é a *historicidade* dos micróbios de Pasteur. Na concepção de Latour (2017), os micróbios não existiam antes de Pasteur descobri-los, não da mesma maneira. Em verdade, a descoberta é o que o autor sinaliza como *acontecimento ou evento*. Ficamos com Roger Sansi:

Os experimentos de Pasteur mostraram que a fermentação é iniciada por um organismo vivo previamente desconhecido: a bactéria. O experimento não era apenas o resultado da vontade do cientista, Pasteur, que “procurou” descobrir as bactérias: ele foi resultado de um complexo processo que demandou ação de todos os lados: de Pasteur, mas também da bactéria que realmente iniciou a fermentação, a Academia de Ciências, a qual aceitou os resultados do experimento, e um rol de outros actantes<sup>14</sup> humanos e não humanos (ESTEVAM, SANSI, 1993, p. 241).

E mais adiante:

Dizer que “os actantes são eventos” não significa que entidades tais como Pasteur, as bactérias ou a Academia não existam antes do evento, mas que elas

---

natureza, assistentes de laboratório não humanos e, por fim, um esforço para convencer os colegas de que os acontecimentos atestados no experimento são parte da realidade e independem da ação humana.  
<sup>14</sup> O termo actantes é um sinônimo para atores, conceito de Latour que utilizamos nesse artigo.

não existem do mesmo modo, como actantes; o evento as transforma umas em relação às outras, há um antes e um depois (ESTEVAM, SANSI, 1993, p. 241).

Nesse sentido, os eventos não são a descoberta de uma verdade, mas fazem-na acontecer, no sentido em que produzem uma nova rede de associações como novos cientistas, novas indústrias, empresas e até mesmo novas políticas (ESTEVAM, SANSI, 1993).

Vale lembrar que os eventos definem não só uma história adiante de si, mas uma história anterior: uma vez descobertos os micróbios, eles sempre estiveram lá. Experimentos que os ignoraram continham em si algum erro de cálculo ou de experimentação.

### **Boyle e Hobbes: um caso particular**

Mais conhecido por suas teorias sobre o Estado, Thomas Hobbes também possuía uma física própria descrita, em *The Leviathan and the Air-pump*, de Steven Shapin e Simon Schaffer. Analogamente, o físico Robert Boyle também possuía uma física, obviamente, e uma teoria social. Utilizaremos este livro<sup>15</sup> para fazer uma análise da física de Boyle, em especial sua demonstração da existência do vácuo, à luz da análise feita por Latour sobre o caso Pasteur.

Hobbes era um plenista, ou seja, era partidário da ideia de que não deveria haver vácuo pois a natureza teria horror a ele, como postulou Aristóteles em seu livro *Física*. Nesse sentido, qualquer espaço vazio seria imediatamente preenchido pela matéria.

Contudo, Hobbes possuía o antagonista Boyle. O irlandês produziu um dispositivo experimental que marcou a história das ciências: a bomba de ar. Esta seria um dispositivo cuja finalidade inicial era a de expulsar o ar de um determinado recipiente.

Comecemos com o que Shapin e Schaffer nos apresentam como *questão de fato* (*matter of fact*) (SHAPIN; SCHAFFER, 2011). Essa noção diz respeito a um elemento

<sup>15</sup> SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. *Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle, and the Experimental Life*. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2011.

disponível na natureza que é possível ser acessado mediante experimentos. A solidez de uma *questão de fato* consistiria em sua suposta independência da ação humana. Claro que podemos, por vezes, negar que algo é uma *questão de fato*, mas quando o estamos fazendo, não estamos negando-a como essência, mas sim negando que o elemento em questão não se classifica como uma *questão de fato* (SHAPIN; SCHAFFER, 1985).

O que Robert Boyle teria feito segundo essa visão é acessar uma *questão de fato* por meio de um experimento, ou seja, a exclusão de si de uma narrativa, na qual a natureza sai como principal protagonista.

Essa não é, entretanto, a visão que os autores nos apresentam no final de seu livro. Nos trechos finais, Shapin e Schaffer (2011) buscam dar uma resposta à natureza do conhecimento. Seria ele parte de um plano universal e imutável à espera de ser conhecido por nós? Ou estaria ele apenas na mente humana? Os autores, afirma Latour (1994), acabam por atribuir a vitória a Hobbes: o conhecimento estaria na verdade dentro de nossas mentes, assim com as leis da natureza.

Contudo, esta não seria a perspectiva de Latour. O autor sob análise não concordaria nem com a visão das *questões de fato* nem com uma vitória absoluta de Hobbes sobre Boyle. Na verdade, em *Jamais Fomos Modernos*, o autor nos dá uma breve análise a partir de sua teoria a respeito da bomba de ar.

Para o francês, não há um conhecimento “lá fora” à espera de ser decodificado pelos experimentos humanos, o processo não ocorre dessa forma. O que houve no laboratório de Boyle foi uma interação, muito similar à que vimos no caso de Pasteur, uma *rede*, no sentido de que vários atores entraram em cena e se rearranjaram, influenciando-se mutuamente. Tanto a bomba de ar quanto a pena de galinha utilizada para refutar Hobbes,<sup>16</sup> tanto o assistente de Boyle que acionava a bomba quanto as testemunhas do experimento são atores.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> Para refutar a teoria hobbesiana de que haveria uma substância, o éter, que preenchia os espaços entre os corpos, Boyle insere uma pena de galinha no interior da bomba de ar a fim de detectar seu movimento causado pelo suposto éter. Para a tristeza de Hobbes, a pena permanece parada (LATOUR, 1994).

<sup>17</sup> Vale ressaltar que este é o princípio da Teoria-Ator-Rede, desenvolvida por Latour em parceria com outros intelectuais, como o sociólogo Michel Callon. Nessa teoria, humanos e não humanos são tratados em pé de igualdade como agentes. Agrupados, estabelecem uma rede de conexões e mútua influência. Uma crítica a esse modelo é a de que não se estabelece uma hierarquia entre os atores, como vemos, no caso, a equivalência em termos de ação entre um fermento e um ser humano (INGOLD, 2011).

O *experimento* no sentido em que Latour emprega é o movimento que Boyle faz, juntamente à bomba de ar e a todos esses autores. Desde sua parte material (o acionamento da bomba) até o convencimento de toda uma comunidade de que a experiência ocorreu independentemente de sua vontade, mesmo que ele puxasse as cordas das marionetes.

Na visão do filósofo, não podemos assumir que a sociedade possui maior valor explicativo do que a natureza. Temos que ser simétricos em relação a ambos. Explicamos isso no próximo item, sintetizando o papel da ciência para Latour.

### A Grande Divisão cai por terra

Tendo analisado esse caso emblemático e sintetizado as principais conclusões do autor, regressamos a uma de suas obras anteriores: *Jamais Fomos Modernos*<sup>18</sup>.

A metodologia de Latour acerca da ciência concentra-se em analisá-la enquanto está sendo praticada, e não apenas seu produto. O caso acima ilustra bem isso. Escolhemos-lo para ilustrar uma tese maior.

Em *Jamais Fomos Modernos*, Latour (1994) defende a tese de que instauramos, enquanto modernos, duas Grandes Divisões. A segunda se dá entre “nós”, ocidentais<sup>19</sup>, e “eles”, não-ocidentais.<sup>20</sup> Contudo, essa divisão derivaria de uma outra, a que mencionei anteriormente: entre natureza e cultura, objetos e sujeitos.

No decorrer do livro, Latour (1994) argumenta que, em verdade, nós nunca separamos natureza e cultura como parecíamos fazer. Na verdade, nossas práticas sempre as misturaram num processo que podemos chamar de *mediação* enquanto

<sup>18</sup> LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Ed 34, 1994.

<sup>19</sup> Entendemos por ocidental uma cultura específica que se expandiu com os processos de colonização.

Essa cultura caracteriza-se por ser herdeira de uma tradição filosófica grega, um direito romano e uma moral judaico-cristã. Evidente que podemos aqui estar fazendo parecer com que o que chamamos de ocidente é um bloco demasiado homogêneo, mas para os fins de nossa argumentação, essa consideração é suficiente.

<sup>20</sup> Aqui vale lembrar da antropologia simétrica, proposta por Latour, na qual analisam-se práticas modernas, como a indústria, o laboratório ou sistemas de metrô com o mesmo olhar que se analisaria uma aldeia indígena. Assim, se o antropólogo que estuda os Ashuar descreve suas técnicas de caça e plantio conectando humanos e não humanos, da mesma forma deve proceder o sociólogo da ciência que estuda um laboratório nos Estados Unidos, cujo caso emblemático é descrito etnograficamente por Latour (LATOUR, 1997).

apresentavam seus produtos purificados, mediante o processo de *purificação* (LATOUR, 1994). Pensemos nos casos analisados acima. Eles são nada mais do que, em uma visão latouriana, a recombinação de humanos e não humanos exercendo suas ações uns sobre os outros para, no fim, apresentarem-se como purificados.<sup>21</sup>

Para além dessas terminologias, interessa-nos notar algo expresso pelo autor em seu livro: a noção de que a ciência moderna<sup>22</sup> é o que nos faz pensar, enquanto ocidentais, como especiais:

Se os ocidentais houvessem apenas feito comércio ou conquistado, pilhado e escravizado, não seriam muito diferentes de outros comerciantes e conquistadores. Mas não, inventaram ciência, esta atividade em tudo distinta da conquista e do comércio, da política e da moral (LATOUR, 1994, p. 97).

Porém, como vimos nos exemplos de Pasteur e de Boyle e Hobbes, a ciência consiste, essencialmente, em uma mistura de humanos e não humanos, que só mais tarde se apresentam como puros e independentes.

Portanto, se a atividade própria que funda o abismo entre humanos e não humanos é, na verdade, uma mistura de ambos, então essa divisão jamais deve ter existido como acreditávamos (LATOUR, 1994).

É nesse sentido que entendemos que Latour oferece um caminho valioso para o embate entre realistas e relativistas, pois foge à polarização que o orienta ao sugerir uma explicação intermediária. Segundo sua visão, a ciência não é capaz de encurtar um *gap* entre humanos e não humanos, pois este jamais deve ter existido.

## Conclusão

Com os casos mostrados acima e com a sintetização das ideias do autor sobre ciência, esperamos ter deixado claro o quanto seu posicionamento acerca da prática

<sup>21</sup> Utilizamos, aqui, a terminologia de Latour. O termo diz respeito a um ente que, apesar de, em sua construção, ter elementos que independem da ação humana e elementos sociais (de interferência humana), no fim das contas, apresenta-se como pertencente apenas à natureza ou à sociedade.

<sup>22</sup> Segundo Isabelle Stengers, filósofa belga, a ciência moderna nasce e opera na exclusão da não ciência, isto é, na desqualificação de todo conhecimento a respeito do mundo que não seja considerado científico (STENGERS, 2002).

científica constitui uma alternativa aos ideais defendidos nas *guerras da ciência*, principalmente ao propor essa atividade como uma mistura de humanos e não humanos que se modificam mutuamente e nos entregam novos entes.

Vale ressaltar que não é o objetivo do autor rejeitar a modernidade ou a constituição (separação entre sujeitos e objetos) que a define. Mas sim abrir a caixa-preta que ela oculta, ou seja, revelar o caminho do meio, onde se encontram os híbridos de sujeito e objeto, que ela esconde (LATOUR, 1994). Os estudos de ciência são um bom exemplo disso, já que a atividade cerne do ocidente é a própria atividade científica.

Revelados os híbridos, a ideia de uma ciência descolada da política e da sociedade é enfraquecida. Um dos problemas iniciais do autor é resolvido. Contudo, é perfeitamente possível questionar o que seria então uma boa ciência ou um bom cientista. Além disso, dentro da teoria apresentada, a voz dos cientistas parece ter sido enfraquecida, sendo plausível, então, questionar até que ponto esse enfraquecimento fortaleceu discursos que combatem noções amplamente aceitas no meio científico. Por conta de perguntas como essas e dos desafios que o tempo presente fornece, o autor constantemente reestrutura seu pensamento, mas guardando sempre a contribuição de propor um entendimento inovador dentro do debate polarizado das *guerras da ciência*.

## Referências

- CAVALCANTI, Vanessa. **Guerra das Ciências**: Análise das contribuições de Bruno Latour. 2002. Revista de História Regional 7(2):197-205.
- ESTEVAM, Alessandra; SANSI, Roger. **O evento Latour**. In: Cadernos de Campo (São Paulo, 1991), v. 27, n. 1, p. 233-254, 2018.
- FEYERABEND, Paul. **Against method**. Verso. 1993.
- GIL, Cíntia Garcia. A guerra das ciências. **Filosofia**, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [S.l.], v. 22, 2014. ISSN 2183-6892. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/filosofia/article/view/515/508>>. Acessado em: 23 de agosto. 2019.
- INGOLD, Tim. **Being Alive**: Essays on Movement, Knowledge and Description. London. New York: Routledge, 2011.

LATOUR, Bruno. **A guerra das ciências**. Folha de São Paulo, c. MAIS. 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs15119803.htm>>. Acessado em: 28 de janeiro. 2020.

\_\_\_\_\_. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Esperança de Pandora**. São Paulo: editora UNESP, 2017.

\_\_\_\_\_; WOOLGAR, S. **A Vida de Laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

PATERNOSTER, Bruce. In: theorizing at Rowan. Glassboro, Nova Jersey, EUA. **Bruno Latour and the Social Construction of Scientific Knowledge**. Resumo. 2016.

POPPER, Karl. **Conjectures and Refutations**: The Growth of Scientific Knowledge. Routledge, 2014.

SHAPIN, Steven; SCHAFER, Simon. **Leviathan and the Air-Pump**: Hobbes, Boyle, and the Experimental Life. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2011.

STENGERS, Isabelle. **A Invenção das Ciências Modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

# Circulação ou oligarquização? Uma radiografia das composições partidárias em Goiás<sup>1</sup>

José Carlos de Oliveira Junior<sup>2</sup>

*Recebido em março de 2020  
Aceito em junho de 2020*

## RESUMO

Esse artigo tem como foco o estudo sobre a circulação das elites partidárias na Composição da Executiva Estadual de quatro partidos políticos do Estado de Goiás. Para tanto, se faz uma discussão teórica sobre a Teoria das Elites e a Sociologia das Organizações tentando comprovar ou não a hipótese de se os partidos, em suas instâncias organizativas e decisórias principais, apresentam ou não graus de oligarquização. Com o objetivo de demonstrar o que se propõe com a análise, são apresentados empiricamente em quadros os números totais de integrantes de cada executiva estadual pelo nome, função exercida e quantas vezes exerceu cada função. Por fim, a Comissão Executiva é analisada por quatro variáveis que descreverão os níveis de dispersão e/ou concentração das lideranças.

**Palavras Chave:** Partidos; Oligarquização; Circulação de lideranças; Elites; Comissão Executiva Estadual.

## ABSTRACT

This paper focuses on study the circulation of the party elites on the State Executive Composition of four political parties of Goias State. Therefore, there is a theoretical discussion about the Elite Theory and the Sociology of Organizations trying to prove or not the hypothesis that the party, in their main organizational and main decision-making, present or not degrees of oligarchization. With the aim of demonstrating what the analysis proposes, are empirically presented, in tables, the total numbers of members of each state executive by their names, the function exercised and how many times they performed each function. Lastly, the Executive Commission is analyzed by four variables that will describe the dispersion levels and/or leadership concentration.

**Keywords:** Parties; Oligarchization; Circulation of Leaders; Elites; State Executive Commission.

---

<sup>1</sup> Esse trabalho faz parte da pesquisa intitulada Política Partidária e Competição Eleitoral em Goiás, coordenada pela Profª. Drª. Denise Paiva Ferreira, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS-UFG), que conta com o apoio institucional da UFG e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Aluno graduado em Ciências Sociais com habilitação em Políticas Públicas, pela Faculdade Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS-UFG); bolsista de Iniciação Científica (IC-PIVIC). Promotor Social na Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI-BRASIL) e professor de Sociologia no Cursinho Federal de Goiás (EVZ/UFG). E-mail:carlosufg14@gmail.com.

## Introdução

Esta pesquisa apresenta uma discussão sobre a atuação das elites partidárias no Estado de Goiás, analisando especificamente o processo de renovação ou não renovação das lideranças partidárias, por meio da análise empírica sobre a composição de cada Comissão Executiva Estadual de quatro partidos que possuem significativa participação eleitoral, tanto no âmbito federal (Câmara e Senado), quanto na Assembléia Legislativa estadual e Câmaras municipais: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)/ Movimento Democrático Brasileiro(MDB); Partido da Frente Liberal/Democratas (PFL/DEM); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT).

Por elites o estudo se baseia no conceito da teoria das elites, ou elitismo, em que uma minoria é detentora do poder (BOBBIO, MATEUCCI & PASQUINO, 2007). Essa minoria é compreendida pelos componentes que fizeram parte das executivas estaduais de quatro partidos políticos de Goiás, desde a fundação até o ano de 2017. Por ser a comissão executiva um local específico de tomada de decisões e representar uma característica organizacional que é necessária aos partidos políticos contemporâneos, a pesquisa empírica propõe uma análise sobre elites a partir dos integrantes que fizeram parte de alguns postos chaves das comissões executivas.

Por conta das dificuldades teórico-conceituais que o conceito “oligarquia” tem para a ciência política contemporânea e a necessidade de utilização mais rigorosa do mesmo (COUTO, 2010), escolhemos por uma dentre três formas mais comuns de se utilizar o termo com mais precisão nas ciências sociais contemporâneas (*idem*), e a que mais se aproxima do propósito da pesquisa, ou seja, uma abordagem micheliana de oligarquia que passa a enfatizar a característica do número em detrimento de riqueza , tratando “oligarquia como um grupo minoritário dotado de grande poder dentro das organizações...”(*Ibidem*, pg. 5).

Dado as limitações teóricas de Michels (1982) sobre a relação de poder por uma minoria dentro das organizações, o conceito de poder utilizado nesse artigo está bem distante da concepção do autor alemão, dado as limitações que esse conceito enseja para

a atualidade, não somente dos partidos, mas das organizações contemporâneas. Michels enxerga o poder como uma relação conflituosa já que os interesses dos líderes e seguidores seriam completamente opostos (Medding, 1970). Vivendo numa época de existência dos partidos de massa (Duverger, 1970) a partir da ampliação do sufrágio universal e do surgimento de estruturas políticas de características classistas que mantinham capilaridade com o proletariado, como os sindicatos, Michels não pôde compreender a importância que a burocracia teria para as organizações, como os partidos. A impossibilidade de haver democracia em organizações e sociedades complexas (BRAGA, 2012) levou Michels a conceituar as relações de poder apenas em uma de suas formas, ou seja, o poder coercitivo, negligenciando a relação consensual em que poder também se insere (MEDDING, 1970).

O propósito analítico dessa pesquisa, que se debruçou sobre o fluxo das lideranças partidárias nas comissões executivas, por meio do acesso aos livros de registros e atas se pôde observar eleições periódicas em todos os partidos analisados, se supõe que houve relativa competitividade eletiva para a formação organizativa das comissões. Porém, dado que o retorno do pluripartidarismo em Goiás ocorreu de forma tardia em relação a outros estados da federação (KRAUSE, 2008; PAIVA, 2008 & BOHN, 2009), pelo qual “a transição política organizou-se primeiramente sob a quase hegemonia do PMDB por um período de quase duas décadas após herdar grande parte da estrutura e bases locais do MDB (PAIVA, 2013, p. 3)”, a análise empírica visa compreender o grau de oxigenação na rotatividade de suas lideranças na organização partidária, dado as características dos partidos contemporâneos em que estão inseridos, de tipo *catch-all* (KIRCHHEIMER, 1966); profissional-eleitoral (PANEBIANCO, 2005); partido-cartel (MAIR, 2003), além dos fatores históricos elencados e do próprio processo de realinhamento eleitoral e partidário em Goiás, que se seu não por renovação das lideranças, mas por reorganização das elites políticas (PAIVA, 2013).

Desse modo, como a pesquisa privilegia a dimensão organizacional, mesmo que micro e limitada sociologicamente no escopo das comissões executivas, se propõe analisar se existe algum princípio de democratização no processo interno das organizações a partir da possibilidade da circulação de membros aos postos decisórios, ou oligarquização, ou seja, impossibilidade de circulação dos mesmos. A premissa é que

quanto maior for a possibilidade dos membros alçarem a postos diretivos e decisórios nos partidos, maior a diversificação e possibilidade de renovação das lideranças.

Portanto, o estudo visa elencar os valores irrevogáveis da democracia, principalmente para as organizações. Num país como o Brasil, em que os partidos em geral possuem pouca ou nenhuma capilaridade social, entender ao menos como se configura o espaço decisório a partir das organizações pode trazer elementos substanciais para análises posteriores sobre a sociologia das organizações.

Para o levantamento dos dados empíricos a pesquisa contou com uma análise documental por meio do acesso aos livros de registro e atas, disponibilizados pelos diretórios estaduais de cada partido entre os meses de fevereiro e maio de 2017, nos quais foi possível extrair informações das comissões executivas mais antigas, desde a fundação dos referidos partidos no estado, até o ano de 2017. Os dados a partir do ano de 2006 até 2017 que, por alguma razão, não puderam ser extraídos nos diretórios, foram coletados por meio de consultas *online* ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO)<sup>3</sup>.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira, é feita uma breve discussão sobre a *Teoria das Elites*, tendo a contribuição de alguns pensadores e correntes teóricas que ajudaram no desenvolvimento dos estudos das elites, como a “*Sociologia das Organizações*” de Robert Michels, bem como a contribuição de estudiosos contemporâneos que apresentam elementos outrora não desenvolvidos pela antiga literatura sobre o tema organizacional dos partidos políticos, como Panebianco. Na segunda parte são apresentados os dados coletados dos partidos por meio de quadros onde constam os componentes de cada Comissão Executiva Estadual, a partir de sete funções de uma comissão executiva. Nos primeiros quatro quadros são apresentados informações de todos os integrantes que fizeram parte de cada comissão executiva dos diretórios estaduais, bem como funções e número de vezes que ocuparam cada função, desde a fundação dos partidos até o ano de 2017. Por fim são utilizadas quatro variáveis de autoria própria que irão demonstrar os níveis de circulação dos integrantes de cada

---

<sup>3</sup> Infelizmente, para essa pesquisa, não foi possível a colaboração da Comissão Executiva Estadual do Partido Progressista (PP), devido à impossibilidade do Diretório Estadual em disponibilizar os documentos necessários. Foram efetuadas duas visitas ao diretório regional do partido nos meses de fevereiro e março de 2017, além de contatos por *e-mail* e telefone. No entanto, a postergação em colaborar impediu a inclusão desse partido na pesquisa.

executiva estadual, por partido. Dessas quatro variáveis, três estão classificadas da seguinte maneira: a) Estabilidade Baixa, b) Estabilidade Média, c) Estabilidade Alta e d) Oligárquica<sup>4</sup>. O emprego metodológico da variável “Estabilidade” visa compreender, dentre três níveis, a freqüência em que ocorreu a circulação das lideranças.

Por meio dos resultados obtidos, será demonstrado em quadros algumas especificações da faixa mais “oligarquizada” de cada partido, contendo os nomes, funções exercidas e frequência em cada instância. Em seguida, será elencado qual o partido mais “oligarquizado” mediante a comparação entre as quatro variáveis.

### **Teoria das elites ou elitismo**

A discussão sobre as elites políticas é algo bem contemporâneo e deve ser creditado aos pais da teoria das elites, ou elitismo, como Mosca, Pareto e Michels. Uma breve análise do século XIX e as implicações que convulsões sociais, econômicas e políticas pelo qual passara a Europa apresentaram elementos que reforçaram a preocupação das elites com a ascenção das massas. Para Miguel (2002, p. 485) “Mosca, Pareto e Michels, não escondiam a sua oposição aos movimentos democráticos e socialistas presentes na virada do século XIX para o século XX”. Embora no caso de Michels a elite não tivesse relação diretamente com as classes como em Mosca e Pareto mas sim com a organização, seja de um partido ou um sindicato, o fato é que esse alemão, ex-membro do Partido Social Democrata, exprimia a incompatibilidade entre democracia e as organizações a partir da natureza oligárquica premente nessa última.

A intensificação da luta entre Capital e Trabalho na Europa do século XIX e as tensões políticas e sociais advindas da luta aberta de classes antagônicas entre a burguesia e proletariado fizera eclodir uma onda de questionamentos ao sistema capitalista de produção e a miséria que se emergia das relações desiguais de trocas entre pares tão díspares. Trabalhadores, homens letRADOS, burgueses com alguma sensibilidade social, reformistas, ideólogos e espectros distintos de ideologias – cada qual com suas armas e estratégias – ditavam a escalada das massas trabalhadoras ora na

---

<sup>4</sup> O emprego da variável “estabilidade” e “oligarquila” foi desenvolvida como aporte metodológico afim de comprovar empiricamente se há relação dos dados coletados com a pergunta da pesquisa.

tomada e destruição do aparelho estatal e fundação de uma nova sociedade, como o anarquismo e o socialismo científico de Marx; por estratégias reformistas de todas as matizes, como o movimento cartista, que impunha o martelo afim de destruir a materialidade de sua exploração (as máquinas); ou pelos socialistas utópicos como Owen, Saint Simon e Fourrier, adeptos das cooperativas harmônicas e na demasiada crença na solidariedade humana, como em Owen.

No entanto, uma “crença” no colapso do capitalismo pela ascensão da classe trabalhadora ao aparelho repressivo que é o Estado e na re-fundação de uma nova sociedade sem exploração e baseada na comunidade igualitária entre todos, como no comunismo de Marx, não ocorreu. Liberais como John Stuart Mill tiveram de reconhecer a necessidade de governos representativos que objetivassem a participação dos trabalhadores pelo sufrágio universal, o que fortaleceu a legitimidade das instituições burguesas como parlamento ao mesmo tempo em que proporcionou o arrefecimento das táticas frontais e revolucionárias ainda no espectro de um comunismo que rondava a Europa, como dizia Marx, com o iminente perigo de um levante massivo do proletariado, que colocasse abaixo o capitalismo e o próprio estado burguês.

Com a criação dos primeiros partidos políticos de massa e dos sindicatos na Europa e o recrutamento cada vez maior de trabalhadores nesses órgãos políticos suscitou preocupação nas elites quanto ao espaço que esses atores poderiam ter nos processos decisórios que pudesse alterar o *status quo*. Não obstante, os trabalhadores organizados passaram a ser vistos de forma pormenorizada e malquistas pelas elites, servindo-se de escopos à diversas matizes teóricas e interpretativas dos autores da teoria das elites, ou elitismo (BOBBIO, MATEUCCI & PASQUINO, 2007).

A discussão sobre quem e quantos devem governar é um dos questionamentos mais clássicos sobre a função da política, a partir da análise sobre as formas de governo e dos tipos constituições de cada estado. Foge do propósito desse artigo em esmiuçar sobre esses elementos, nos competindo apenas em reforçar que a questão numérica de quem manda e quantos mandam sempre esteve presente na historiografia política, o que ressoou também na discussão conceitual dos teóricos do elitismo. A expansão do sufrágio universal no final do século XIX levantou uma série de questionamentos e preocupações com os setores dominantes da sociedade e isso ressoou no surgimento de

teorias que enfatizaram a questão numérica afim de justificar uma elite governante, que por questões organizacionais e civilizacionais, deveria ser sempre uma minoria.

Gaetano Mosca, influenciado pelo rigor científico das ciências naturais e do legado de Darwin às estruturas de organização e evolução das espécies animais que tendiam a uma lei de sobrevivência do mais apto em detrimento de outros que pereceriam frente ao mais forte, entendia que a observação dos fenômenos sociais deveria se embasar pelo rigor por uma científicidade que se pautaria na evolução das sociedades humanas e da civilização sempre como condução pelos mais aptos. Adotando o método histórico e comparativo como o mais adequado à observação dos fenômenos Mosca propôs considerações que seriam elencadas “a partir da observação dos variados grupos e organismos políticos, em diferentes períodos históricos e em diversos tipos de civilização” (PERISSINOTTO, 2009, p. 24; GIMENES, 2014, p. 126). Para Mosca, em toda sociedade sempre existiu duas classes: a dos governantes, ou a classe política e a classe dirigente e os governados, que na contemporaneidade passaram a ser chamados de massa. Mas o que devemos chamar a atenção da conceituação de Mosca sobre a teoria elitista diz respeito o ao predomínio de uma minoria, pela qual, pertencendo a um nicho pequeno de pessoas com interesses homogêneos facilitaria a organização e a governabilidade, em detrimento de grupos mais vastos e com interesses heterogêneos, como as massas, que na busca pelos interesses individuais culminaria na desorganização e na desgovernabilidade (GIMENES, 2014). Com base nesse caráter numérico para uma teoria das organizações de Mosca podemos dizer que “a teoria da classe política é habitualmente também chamada teoria da minoria organizada” (BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 2007, pg. 386).

Já Vilfredo Pareto, reconhecendo a heterogeneidade humana pela qual os indivíduos possuem diferenças intelectual, moral e física, o que caracteriza a distinção da sociedade em estratos superior e inferior, estabeleceu que os indivíduos pertencentes a classe superior seriam aqueles possuidores da excelência no desempenho de suas atividades. Ao contrário de Mosca, a elite não estaria relacionada apenas com quem governa e participa direta ou indiretamente do governo, mas também por aqueles que mesmo não participando das decisões políticas poderiam vir a influenciar por meios de recursos das quais dispunham o processo decisório e de poder.

Como primeiros teóricos que analisaram, mesmo que incipiente, aspectos organizacionais dos partidos políticos europeus, ainda em meados do século XX, tanto Ostrogorski (1970) e principalmente Michels (1982), foram pioneiros na análise da estrutura interna dos partidos. O teor oligárquico das organizações está presente em ambos, onde a terminologia oligarquia fora utilizada para demonstrar “um grupo minoritário dotado de grande poder dentro de organizações (COUTO, 2010, p. 5).

Cabe salientar que Michels foi um dos responsáveis pelo deslocamento terminológico do conceito de oligarquia que, desde a formulação grega clássica que o tratava como forma de governo, ou governo dos ricos, passou-se à esfera minoritária de um grupo que limitaria os ensejos da maioria (Idem).

A sociologia das organizações de Michels, ao analisar a estrutura dos grandes partidos de massa da Europa no começo do século XX e, principalmente, o partido social democrata alemão (SPD), identificou um princípio oligárquico que não adviria diretamente dos grupos sociais – como as duas classes existentes em toda sociedade entre governantes e governados em Mosca, ou a elite governante e não governante e as massas em Pareto – mas da própria organização. Uma vez que não haveria possibilidade de democracia sem organização e sendo a organização tendenciosamente oligárquica pela qual a especialização e a profissionalização das funções no seio dos partidos tenderia a formar uma casta de burocratas, abriria um fosso entre os dirigentes partidários e as massas já que os interesses minoritários da organização se sobressairia aos interesses da coletividade, fadando o socialismo e a própria democracia ao cidadafalso das oligarquias ou elites.

A própria definição da *Teoria das Elites*, ou “elitismo”, segundo o Dicionário de Política (BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 2007. p. 385) está explícito o caráter quantitativo do conceito, onde:

Por teoria das elites ou elitista – de onde também o nome de elitismo- se entende a teoria segundo a qual em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma minoria que dele está privada.

Desse modo, a questão numérica de quem detém o poder tende a ser sempre de uma minoria. Isso é importante porque o estudo sobre as elites se inicia já em um

contexto histórico contemporâneo, ou seja, do final do século XIX para o início do século XX, em pleno período de desenvolvimento da democracia representativa liberal e suas instituições, como o Parlamento, e os próprios partidos políticos.

Embora as contribuições de todos os autores clássicos que trataram sobre as elites políticas carecessem de comprovação empírica, foram importantes para estudos posteriores sobre a teoria das organizações. No entanto, dado a limitação teórica conceitual dos primeiros estudos sobre as organizações de Michels (1982) e da diferença dos partidos contemporâneos para os antigos partidos, principalmente os partidos de massa (DUVERGER, 1987) da primeira metade do século XX, se faz necessário o aporte de outros autores contemporâneos afim de um aprofundamento teórico-conceitual sobre os partidos e organizações. O escopo teórico sobre oligarquias parte das contribuições de Robert Michels por duas razões simples: 1) a abordagem sobre as elites mediante as organizações e 2) a hipótese do descompasso entre organização e democracia. Michels é utilizado como aporte inicial apenas. Muitas de suas análises não se aplicam aos dias atuais, onde se faz necessário a contribuição de outros autores contemporâneos que analisaram aspectos externos sobre a organização, como a competição eleitoral e a influência dos meios de comunicação que transformaram a relação membros/lideranças.

### **A Sociologia das Organizações: de Michels a Panbianco**

Iniciamos essa secção fazendo algumas observações importantes quanto ao emprego da *Teoria das Elites* de Michels à atualidade. Do ponto de vista histórico e conceitual, são necessárias algumas ressalvas e assertivas. Das ressalvas é preciso distinguir a incompatibilidade temporal, tipo de partido e tipo de organização partidária que o autor está tratando, em sua obra máxima “A Sociologia dos Partidos Políticos” (MICHELS, 1982). A incompatibilidade temporal e do tipo de partido se dá pelo período em que Michels escreveu a obra, entre as primeiras duas décadas do século XX, época de ouro dos partidos de massa na Europa e que, no Brasil, segundo Melo (2007), tivemos apenas uma ligeira experiência quando da criação do PT, ainda nos anos 80. Já a ressalva na abordagem das organizações diz respeito que esse autor trata por organização a

especialização de funções que levam a profissionalização de poucos. Desse modo, se formaria uma casta de especialistas que não podendo ser descartados pelas massas, tornaria a organização não mais como um meio para alcance dos interesses dos grupos, mas um fim em si mesmo

Para compreendermos esse “fim em si mesmo” de Michels precisamos voltar no tempo a partir dos aspectos do partidos de massa do começo do século XX, para daí fazermos uma analogia com a literatura contemporânea sobre organização partidária. A época de Michels coincide com os partidos de massa onde os partidos, principalmente os socialistas, o vínculo classista entre eleitores e partidos era muito forte (DUVERGER, 1987). Desse modo, “a distinção e a caracterização elaboradas por Duverger fizeram com que o autor defuisse o partido de massa como modelo de partido mais adaptado às condições impostas pela democracia direta” (AMARAL, 2013).

No período pós II Guerra Mundial outros fatores contribuíram para mudar a estrutura organizacional dos partidos e sua relação com os eleitores. A partir das análises de Kirchheimer (1966) a configuração classista que existia nos antigos partidos de massa foi moldada. A característica de classe dos membros já não era mais relevante e a obtenção do maior número de votos para a vitória dos partidos nas eleições passou a ser o principal motivo, ficando caracterizados como partidos *catch all parties* (*idem*). A influência das disputas eleitorais moldou decisivamente a estrutura partidária preconizado por Michels, onde a organização não era mais um fim em si mesmo, mas uma necessidade na disputa eleitoral e pela sobrevivência frente aos meios de comunicação.

Já Panebianco (2005) foi responsável por criar uma teoria sobre partidos políticos de maneira profícua das estruturas organizacionais e sua adaptabilidade em distintos ambientes. Para Panebianco as estruturas originárias dos partidos são moldadas para atender as necessidades externas, como as eleições. Ele caracteriza os partidos como profissional-eleitoral, onde a profissionalização transforma a burocracia já que o especialista, o técnico, passa a ser o garantidor da vitória eleitoral, e não mais a militância ou membros.

Portanto, diferente da época de Michels em que o avanço tecnológico e os meios de comunicação ainda eram incipientes aos padrões modernos, o contexto onde ocorre

o multipartidarismo e a volta da democracia no Brasil já traz em seu bojo uma dinâmica diferente. A TV exerce o lugar do palanque, ditando o caráter personalista das lideranças partidárias e diminuindo a importância programática e ideológica dos partidos (GUNTHER; DIAMOND, 2015).

Além disso, os partidos políticos nos últimos quarenta anos sofreram uma tendência de diminuição de suas funções representativas, passando da esfera da sociedade civil para a esfera do Estado, de uma função mais representativa para uma função mais governativa (MAIR, 2003). O acesso aos recursos estatais, como verbas e tempo de TV na propaganda eleitoral, tornou a importância da identidade ideológica e programática, secundária (Idem.)

Destarte, o próprio período em que as disputas partidárias ressurgem no Brasil, a partir do retorno ao multipartidarismo em 1979, coincide com o período de proliferação dos Partidos Eleitoralistas, ou do *tipo Catch All* (MAINWARING, 2001)<sup>5</sup>.

Em Goiás o realinhamento partidário após a transição do período autoritário-burocrático para a democracia se deu primeiramente sob a hegemonia de quase duas décadas do PMDB, que herdou a estrutura do antigo MDB. Desse modo o pluripartidarismo ocorreu de forma mais tardia em Goiás em detrimento de outros estados da federação (KRAUSE, 2008; PAIVA 2008; PAIVA & BOHN, 2009). Isso demonstra que o realinhamento do sistema partidário em Goiás não se deu por um processo de renovação, mas sim de uma reorganização das elites políticas (PAIVA, 2013).

Outro fator que pode corroborar na hipótese dos partidos como um fim em si mesmo micheliano e propensos a perpetuarem elites, tornando-se “oligárquicos”, diz respeito ao enfraquecimento dos vínculos entre os partidos políticos no Brasil e a sociedade estar relacionado com inúmeras experiências de mudanças dos regimes políticos que coincidiram com as mudanças também dos sistemas partidários (MELO, 2007). O próprio sistema atual partidário emergiu ainda no final da década de 1970 do século XX, depois de apenas 15 anos de bipartidarismo e, antes desse, de 19 anos de multipartidarismo, só para citar as três últimas experiências de sistemas partidários no

<sup>5</sup> Conceito empregado por Otto Kirchheimer para caracterizar o partido que em detrimento da necessidade de conquistar o maior número de votos possíveis disputa um eleitorado que possui todas as matizes político-ideológicas, enfraquecendo, desse modo, os objetivos programáticos iniciais do partido e a coesão ideológica partidária.

Brasil. Desse modo, mudando-se os regimes, mudam-se os partidos, o que pode acarretar ou não na natureza oligárquica das organizações partidárias.

Para finalizar, depois de elencar todas essas características que podem ajudar a confirmar ou não a hipótese de que nos partidos de Goiás (PMDB, PFL/DEM, PT e PSDB) há mais propensão à circulação das lideranças partidárias, tornando-os menos oligárquicos, ou o contrário, após apresentarmos a metodologia, nos esmiuçaremos na análise empírica da composição executiva estadual de cada partido.

## **Metodologia**

A coleta de dados em livros de atas e registros de três dos quatro partidos<sup>6</sup> foi efetuada utilizando-se um aparelho celular com dispositivo de foto. Por se tratar de documentos antigos e disponíveis somente para consulta no próprio diretório, foram fotografadas as páginas que continham informações pertinentes aos membros que fizeram parte das comissões. Na impossibilidade de identificar em algum período a lista completa de toda a composição em atas e livros de registro, se fez necessário extrair as páginas que continham nomes de alguns integrantes e seus respectivos cargos.

O emprego metodológico da variável “Estabilidade” visa compreender, dentre três níveis, a freqüência em que ocorreu a circulação das lideranças. Por Estabilidade Baixa se comprehende os integrantes que exerceram apenas uma função, uma única vez, não resultando em estabilidade duradoura. Essa é a faixa de maior oxigenação da Executiva porque quanto maior o número de indivíduos que exerceram apenas uma função, maior a rotatividade interna. Por Estabilidade Média comprehende-se a faixa dos integrantes que exerceram apenas duas funções, em uma ou duas instâncias. Já a Estabilidade Alta diz respeito aos integrantes com apenas três funções exercidas, em uma, duas ou três instâncias. Essa faixa recebe o adjetivo de *alta* porque possui estabilidade maior devido ao número de cargos exercidos ser superior à Estabilidade Baixa e Estabilidade Média e muito próximo da faixa de maior concentração de funções,

---

<sup>6</sup> O Partido dos Trabalhadores encaminhou ao e-mail desse pesquisador uma lista contendo a Comissão Executiva do Partido, desde 1980 até 2017. Desse modo, não foi preciso a consulta aos documentos no diretório estadual.

a qual designaremos como Oligárquica. Por variável “Oligárquica”, comprehende-se os integrantes que exerceram mais de três funções, em uma ou mais instâncias. Essa é a faixa de menor circulação das lideranças dado a concentração maior de funções por um menor número de pessoas. Isso pode indicar se a natureza oligárquica dessa faixa é mais vertical, ou seja, maior que três funções exercidas em uma única instância, ou horizontal, maior que três funções exercidas em instâncias diferentes.

A análise sobre a composição executiva se deu a partir da escolha de alguns cargos que o entendemos como chave para a composição de lideranças. São elas: 1) Presidente; 2) 1º Vice-Presidente; 3) 2º Vice-Presidente; 4) 3º Vice-Presidente; 5) Secretário Geral; 6) 1º Secretário e 7) Tesoureiro.

### **Comissão Executiva Estadual do PSDB em Goiás – 1990-2017**

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi fundado em Junho de 1988. É um partido que se localiza no espectro ideológico de centro (WIKIPÉDIA). Em Goiás, a primeira Comissão Executiva Estadual foi formada em 1990. Dos dados levantados durante a consulta aos livros de atas e documentos do partido, além de consulta ao TRE, foi possível identificar 47 integrantes que atuaram nas instâncias da composição executiva estadual, entre 1990 e 2017. Além disso, é demonstrado o número de vezes em que cada integrante ocupou a mesma função e/ou funções diferentes, conforme quadro abaixo:

**Quadro 1.1. Composição da Comissão Executiva do Diretório Estadual do PSDB  
1990-2017**

Titular do cargo	Presid.	1º Vice Presid.	2º Vice Presid.	3º Vice Presid.	Sec. Geral	Sec.	Tes.
Mauro C. Neto	1						
Nelson de Salles		1					
Gerson Martins		1	1				
Genaro S. Filho					1		
Lennine Bueno						1	
Paulo S. Jesus	2				1	3	3

Kleber Adorno	1						
Elias Rassi			1				
Jovair Arantes					2		
Itamar de Souza						1	
Antonio Faleiros	3	1					1
Iron Alvez		1					
Fernando Safatle			1				
Juvenal Raimundo					1		
Jonathas Silva	2					1	
Carlos Eurico	1						1
Henrique Santillo	1						
Marconi Perillo		1					
Olier Alves			2				
Regina Lopes					2		
Carlos Alberto S.		1	1				
Honor Cruvinal					1		
Daniel Goulart		1					1
Joaquim Alves			1				
José C. Debrey					1		
Edmundo Dias		1					6
Wladimir Garcêz		1					
Julio S. de Melo			1				
Lucia Vânia		1					
Sérgio Cardoso			1		3		
Samuel Almeida					1		
Leonardo Vilela	1						
Daniel Goulart		1					
Fabio de Souza						1	
Jurandir Augusto		2					
Sônia Chaves			2				
Carlos Lereia				1			
Eliane Pinheiro						1	
Cristina Lopes				1			
Thiago Albernaz						1	1
Afrêni G. Leite	1						
Gustavo Sebba			2				
Lêda Borges				2			
João Meireles					2		
Daniela Vaz						2	
Giusepe Vecci	1						
José A.Vitti		1					

Fonte: Diretório Estadual do PSDB e TRE.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> A Referência para todas as tabelas do PMDB, PSDB, PFL/DEM está disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgil3>. Acesso em 15 de Abril de 2017.

O quadro 1.1 apresenta a distribuição dos integrantes da Comissão Executiva Estadual do PSDB, de 1990 a 2017, da seguinte forma: Presidente (10); 1º Vice-Presidente (13); 2º Vice-Presidente (10); 3º Vice-Presidente (3); Secretário Geral (9); 1º Secretário (9) e Tesoureiro (6). Alocação de 47 integrantes, dentre as quatro variáveis: Estabilidade Baixa (28); Estabilidade Média (14); Estabilidade Alta (1); Oligarquização (4).

### **Comissão Executiva Estadual do PFL/DEM<sup>8</sup> em Goiás -1985-2017**

O Partido da Frente Liberal (PFL) foi um partido de centro-direita (WIKIPÉDIA) fundado em 1985 por uma dissidência do extinto Partido Democrático Social (PDS), em pleno processo de redemocratização. Assentado numa ideologia conservadora e liberal, o partido mudou de nome e a partir de 2007 passou a se chamar DEMOCRATAS. O Democratas é um partido do espectro centro-direita assentado numa filosofia política conservadora-liberal (Idem).

Em Goiás, a primeira Comissão Executiva do PFL foi formada também em 1985. Por meio de consultas aos livros de ata e documentos extraídos do Diretório Estadual do DEM em Goiânia, além de pesquisas ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO), foram identificados 32 integrantes que fizeram parte das composições da executiva estadual tanto no período de vigência do PFL (1985/2007), quanto no período vigente do DEM, de 2007 até a atual composição, conforme quadro abaixo.

---

<sup>8</sup> A pesquisa aos primeiros livros de atas do Partido da Frente Liberal (PFL) em Goiás revelou que houve uma longa interrupção do processo de escolha da Composição da Comissão Executiva do partido entre os anos de 1998 a 2006. Nesse período não foi encontrado registros de qualquer composição formada, com nomes e funções, mas sim apenas atas com assuntos mais gerais do partido contendo menção ao presidente Ronaldo Caiado às reuniões. Essas identificações que só indicaram quem era o presidente do partido foram extraídas de uma ata de 1998, 2000, 2003 e 2006. Já a ata de 2006 foi a última do Partido da Frente Liberal e continha o nome do presidente, secretário-geral e tesoureiro. A falta de informações das composições da executiva estadual do PFL entre os anos de 1998 a 2006 confirma apenas que Ronaldo Caiado exerceu o cargo de presidente em todos esses anos, não possibilitando o conhecimento dos outros componentes que fizeram parte da executiva. Portanto, não podemos negligenciar o fato de que o número de 32 integrantes identificados na análise documental de todas as comissões da executiva estadual do PFL (1985-2006) se baseia naquilo que foi encontrado nos registros e não o número de integrantes que realmente compuseram as instâncias executivas do partido, entre 1998 e 2006. Nas visitas ao diretório do DEM curiosamente as atas e documentos com informações desse partido não estavam no Diretório. Foram extraídas todas as informações pertinentes ao período do PFL. Já as informações do próprio DEM só foi possível através do banco de dados do TRE-GO.

**Quadro 1.2. Composições da Comissão Executiva do Diretório Estadual do  
PFL/DEM 1985 – 2017**

Titular do cargo	Presid.	1º Vice Presid.	2º Vice Presid.	3º Vice Presid.	Sec. Geral	1º Sec.	Tes.
Vilmar Rocha	3						
Felisberto Jacomo		1				2	
Oton Nascimento					1		1
João Veloso						1	
Alcides Inácio							3
Jarmund Nasser		2					
Juracy Teixeira			2				
Pedro Canedo					2		
Délio Braz	1						
Délio Senna		1					
Cleuzita de Assis			1				
Edmundo Neto					1		
Ézio Gomes						1	
Jalles Siqueira							1
Ronaldo Caiado	6						
Odair Resende		1					
Valcenor Braz			1				
Hélio de Souza				1	1		
Diogenes M.							1
Demóstenes T.		1	1				1
José E. Fleury			1				
Luis C. Rates					4		
Joel Braga Filho							3
José Eliton		1					
Dione Araujo		1		1			
David Souza						1	
Wilder Moraes		1					
Rafael Raffif			1				
Anderson Holanda				1			
Silvio Antonio				1			
Roseli Oliveira						1	
Marcos Roberto							1

Fonte: Diretório Estadual do DEM e TRE.

O quadro 1.2 apresenta os 32 integrantes que fizeram parte da Composição da Executiva Estadual do PFL/DEM (1985-2017), nas seguintes instâncias: Presidente (3); 1º Vice-Presidente (8); 2º Vice-Presidente (7); 3º Vice-Presidente (3); Secretário Geral (6); 1º Secretário (6) e Tesoureiro (6). Alocação dos 32 integrantes, dentre as quatro variáveis: Estabilidade Baixa (19); Estabilidade Média (6); Estabilidade Alta (5); Oligarquização (2).

### **Comissão Executiva Estadual do PMDB/MDB<sup>9</sup> em Goiás – 1985-2017**

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) é um partido político que possui um espectro ideológico de Centro (WIKIPÉDIA). Fundado em 1980, após o retorno ao multipartidarismo, foi o sucessor do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), criado em 1966 para ser oposição ao regime autoritário, instaurado em 1964. Em Goiás, a primeira Comissão da Executiva Estadual do partido foi formada em 1985, conforme a pesquisa aos livros de atas no diretório estadual do Partido, em Goiânia. Além disso, o partido disponibilizou também os primeiros livros de atas do MDB, datados a partir do ano de 1966, mas que não fazem parte dos objetivos dessa pesquisa, conforme quadro abaixo.

**Quadro 1.3. Composições da Comissão Executiva do Diretório Estadual do PMDB/MDB - 1985 2017**

Titular do cargo	Presid.	1º Vice Presid.	2º Vice Presid.	3º Vice Presid.	Sec. Geral	1º Sec.	Tes.
Tobias Neves	1						
Juarez Magalhães	1				2		
Francisco Brandão	1						
Joaquim Roriz		1					
João Natal			1				
Francisco Castro					3	1	
Jacques de Souza							1
Pedro Celestino	1						

<sup>9</sup> Em 2018 houve uma mudança na nomenclatura do partido, passando de PMDB a ser denominado novamente como MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Onofre Guinan		1					
Osmar Xerxes				1			
Carlos Brandão					1		
Hélio Santana						1	
Luiz A. Soyer	1			1			
Jossivani de Oliveira						1	
Iris Rezende	4						
Lazaro Ferreira		1					
Lydia Guinan			1				
Harley Magon				1			
Mário Ghannan						1	
Geraldo Bibiano							2
Mauro Miranda		1					
Helenês Candido	1		1				
Mara Naves						1	
José Avelino						1	
Nailton Silva <sup>10</sup>	2	1	1				
Maguito Vilela	1						
Adib Elias Junior	2	1					1
Wagner Silva		1	1				
Ney Moura Teles				1			
Pedro Chaves			3		1		
Thiago Peixoto						1	
Eli de Faria							1
Leandro Vilela		2		1			
Kid Neto					2		
Flavio Rios						1	
Sebastião Pereira							1
Samuel Belchior	2						
Bruno Peixoto				2			
Paulo C. Martins					3		
Daniel Vilela	1					1	
Wolney Siqueira							1
Luiz C. Carmo							1
José Nelto		1					

<sup>10</sup> De acordo com as atas do Diretório Regional, no dia 09 de Agosto de 2004 o então Senador e presidente do PMDB, Iris Resende Machado, solicitou a licença do cargo e designou o então 1º Vice-Presidente, Nailton Silva, que ocupasse a função até 31 de outubro daquele ano, o que foi prontamente aprovado. No dia 1º de novembro de 2004 foi solicitado e aprovado a prorrogação da licença de Iris Resende até o dia 31 de Dezembro de 2004, permanecendo o 1º Vice-Presidente na condição de presidente, interinamente. Já no dia 06 de Janeiro de 2005 Iris Resende solicitou mais uma prorrogação da licença do cargo de presidente, por tempo indeterminado, bem como a continuidade do presidente interino, também por tempo indeterminado. Nailton Silva exerceu o cargo de presidente do PMDB até meados de 2006, quando foi eleita uma nova Comissão Executiva. Fonte: Diretório Estadual do PMDB.

Ernesto G.					1			
Gilmar Alvez							1	

Fonte: Diretório Estadual do PMDB e TRE.

O quadro 1.3 apresenta a distribuição dos integrantes nas composições da Executiva Estadual do PMDB (1985-2017)<sup>11</sup>, extraídos das atas, da seguinte forma: Presidente (12); 1º Vice-Presidente (9); 2º Vice-Presidente (6); 3º Vice-Presidente (6); Secretário Geral (6); 1º Secretário (10) e Tesoureiro (8). Alocação dos 45 integrantes, dentre as quatro variáveis: Estabilidade Baixa (29); Estabilidade Média (8); Estabilidade Alta (3); Oligarquização (5).

### Comissão Executiva Estadual do PT em Goiás – 1980-2017

O partido dos trabalhadores (PT) foi fundado em 1980. É um partido que se encontra no espectro político de esquerda (WIKIPÉDIA). Em Goiás, a primeira Comissão Executiva foi formada também em 1980. O Diretório estadual do Partido dos Trabalhadores em Goiânia disponibilizou uma lista<sup>12</sup> das composições da Executiva Estadual do partido, que foi encaminhada por *e-mail*.

#### Quadro 4.1. Composições da Comissão Executiva do Diretório Estadual do PT - 1980 - 2017<sup>13</sup>

Titular do cargo	Presid.	1º Vice Presid.	2º Vice Presid.	3º Vice Presid.	Sec. Geral	1º Sec.	Tes.
Línio de Paiva	1						
Cesar Bastos		1					
Athos Magno	3				1		

<sup>11</sup> Houve uma dificuldade em se precisar o número efetivo de membros de cada instância da executiva estadual do PMDB porque nas primeiras atas não foi identificado informações mais gerais, como tesoureiro, 1º Secretário, 1º, 2º e 3º Vice-Presidente. Desse modo, os dados inferidos das primeiras executivas diz respeito aos cargos que foi possível identificar nas atas, sem negligenciar o fato de que outros integrantes devem ter feito parte da comissão executiva.

<sup>12</sup> Agradecimentos a Sra. Neyde Aparecida da Silva, que trabalha na secretaria do partido, por ter disponibilizado os dados.

<sup>13</sup> Cabe ressaltar que de 1980 até 2001 a Comissão Executiva do PT foi formada sem eleições diretas. Somente em Novembro de 2001 é que houve a primeira executiva eleita por eleições diretas. Fonte: Diretório regional do Partido dos Trabalhadores em Goiás.

Augusto Cesar					1	1	
Alberto Gomes							1
Antônio Alonso		1					
Exupério Alves			1				
Pedro Wilson		1			1		
Maria José						1	
Athos Pereira	1	2				1	1
Paulo Augusto F.		1					
Robinho Martins			2				
Rubens Otoni	3				1		
Antônio Salles		1				1	1
Fausto Jaime	1	1					
Valdi Camarcio	3	3					
Delubio Soares			1				
Hamilton Pereira						1	
Luís Alberto							1
Erotides Borges			1		1	1	
Arquivaldo Bites			1				
Osmar de Lima	2	1					
Luís C. Ferreira			1		1		
Sebastião Leite		1					
Antonio Fonseca			1				
Ceser Donisete	1		2			1	
Vanilda A							3
Oséas Porto S.			1				
Wilson Marcos					1		
Luís C. Bueno	1	1					
Bianor Ferreira				1			
Neyde Aparecida					2		
Amarildo D.						1	
Laisy Moriére							1
Dumar Prado				1			
Itamar Paes						2	
Antônio Macário		1		1			
Sergio Alberto					1		
Senivaldo Silva							2
Maria dos Santos			1				
Paulo César				1			
Carmem Síria					1		
Madson Rodrigues						1	

Fonte: Diretório Estadual do PT.

O quadro 1.4 apresenta a distribuição dos integrantes nas composições da Executiva Estadual do PT (1980-2017), por meio das seguintes instâncias: Presidente (8); 1º Vice-Presidente (12); 2º Vice-Presidente (10); 3º Vice-Presidente (4); Secretário Geral (10); 1º Secretário (10) e Tesoureiro (7). Alocação dos 43 integrantes, dentre as quatro variáveis: Estabilidade Baixa (24); Estabilidade Média (10); Estabilidade Alta (4); Oligarquização (5).

### **O processo de renovação ou oligarquização das lideranças partidárias: o caso de Goiás**

Os quatro quadros apresentados anteriormente possibilitaram um panorama mais geral de cada composição executiva dos quatro partidos, contendo os nomes de todos os integrantes, número de vezes que cada indivíduo exerceu uma ou mais funções, além da quantidade de integrantes em cada instância.

Nessa secção analisaremos cada Composição Executiva pelo fluxo das lideranças dentre as variáveis: a) Estabilidade Baixa, b) Estabilidade Média, c) Estabilidade Alta e d) Oligárquica, conforme quadro abaixo:

**Quadro 2.1 – Composições da Executiva Estadual por circulação das lideranças**

Partidos/Frequência	A) Baixa	B) Media	C) Alta	D) Oligárquica	TOTAL
PSDB	28	14	1	4	47
PFL/DEM	19	6	5	2	32
PMDB	29	8	3	5	45
PT	24	10	4	5	43

*Fonte: Diretórios estaduais de Goiás.*

Segundo os dados do quadro 2.1, é possível notar que, de maneira geral, todos os quatro partidos possuem relativa circulação dos seus integrantes nas respectivas executivas, dado a predominância das variáveis a), b) e c). Dos 47 integrantes do PSDB, 43 estiveram na faixa de circulação e apenas 4 na faixa de oligarquização; no PFL/DEM,

dos 32 integrantes, 30 estiveram na faixa de circulação e 2 na faixa oligárquica; já no PMDB, das 45 lideranças, 40 estiveram na faixa de circulação e 5 na faixa oligárquica e no PT, dos 43 ocupantes, 37 estiveram na zona de circulação. Preliminarmente, constata-se nos quatro partidos a predominância da circulação em detrimento da oligarquização. Porém, isso não nos diz o número de instâncias e funções que a parte oligárquica ocupou em cada partido.

Nos próximos quatro quadros serão demonstradas as especificidades da faixa mais oligárquica de cada composição, com o nome dos ocupantes, função e número de vezes que exerceu cada função. O intuito é demonstrar a especificidade oligárquica de cada partido, se é mais horizontal, vertical, ou os dois. Além disso, elencar quais as funções mais oligarquizadas e, por último, fazer uma comparação entre o número exercido de atividades de todos os integrantes da faixa oligárquica, comparando-os com todos os integrantes na faixa de circulação

#### **Quadro 2.2 – Integrantes com maior participação na Executiva Estadual – PSDB**

Funções/Integrantes	Paulo Silva	Edmundo D.	Antonio F.	Sergio C.
Presidente	2		3	
1º Vice-Presidente		1	1	
2º Vice Presidente				1
3º Vice-Presidente				
Secretário-Geral	1			3
1º Secretário	3			
Tesoureiro	3	6	1	
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>4</b>

*Fonte: Diretório Estadual do PSDB de Goiás.*

No PSDB podemos notar que cada um dos 4 integrantes com mais funções na Executiva, exerceu no mínimo 4 e no máximo 9 cargos. A concentração em cada instância ficou da seguinte forma: Tesoureiro (10), Presidente (5), Secretário Geral (4), 1º Secretário (3), 1º Vice-Presidente (2), 2º Vice-Presidente (1) e 3º Vice-Presidente (0). A

oligarquização no PSDB possui uma característica horizontal, ou seja, a concentração das elites se dá por meio de acúmulo de atividades em instâncias diferentes.

**Quadro 2.3 – Integrantes com maior participação na Executiva Estadual – PFL/DEM**

Funções/Integrantes	Ronaldo Caiado	Luiz C. Rates
Presidente	6	
1º Vice-Presidente		
2º Vice Presidente		
3º Vice-Presidente		
Secretário-Geral		4
1º Secretário		
Tesoureiro		
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>4</b>

*Fonte: Diretório Estadual do DEM de Goiás.*

Na Comissão Executiva Estadual do PFL/DEM é possível notar que cada um dos 2 componentes com maior acúmulo de atividades nas instâncias exerceu no mínimo 4 e no máximo 6 funções. Os cargos mais ocupados pela soma dos 2 integrantes foram: Presidente (6) e Tesoureiro (4). Diferente do PSDB, no PFL/DEM a oligarquização ocorre de forma vertical, ou seja, por acúmulo de funções em uma mesma instância.

**Quadro 2.4 – Integrantes com maior participação na Executiva Estadual – PMDB**

Funções/Integrantes	Iris Resende	Adib Elias	Pedro Chaves	Nailton Silva	Francisco Castro
Presidente	4	2		2	
1º Vice-Presidente		1		1	
2º Vice Presidente			3	1	
3º Vice-Presidente					
Secretário-Geral			1		3

1º Secretário					1
Tesoureiro		1			
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

Fonte: *Diretório Estadual do PMDB de Goiás.*

No PMDB a oligarquização ocorre predominantemente de forma horizontal, com apenas um acúmulo vertical por Iris Resende. Há estabilidade entre o número de funções na elite do partido, com quatro funções para cada um dos cinco integrantes. Os cargos mais ocupados foram: Presidente (8), Secretário Geral (4), 1º Vice-Presidente (2), 2º Vice-Presidente (4), 1º Secretário (1) e Tesoureiro (1).

**Quadro 2.5 – Integrantes com maior participação na Executiva Estadual – PT**

Funções/Integrantes	Valdi Camarcio	Athos Pereira	Athos Magno	Rubens Otoni	Ceser Donisete
Presidente	3	1	3	3	1
1º Vice-Presidente	3	2			
2º Vice Presidente					2
3º Vice-Presidente					
Secretário-Geral			1	1	
1º Secretário		1			1
Tesoureiro		1			
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

Fonte: *Diretório Estadual do PT de Goiás.*

Já no Partido dos Trabalhadores, a oligarquização ocorre de forma predominantemente horizontal. A participação dos integrantes dentre as 7 instâncias têm maior peso. A soma das instâncias mais oligarquizadas é: Presidente (11), 1º Vice-Presidente (5), Tesoureiro (1), 1º Secretário (2), Secretário Geral (2), 2º Vice-Presidente (2).

Por fim, o quadro 2.6 irá demonstrar, dentre as faixas oligárquicas de cada partido, o grau de concentração em cada uma delas. O intuito é comparar o número de

funções em que as elites dos partidos ou a variável (d) Oligárquica exerceu em detrimento dos outros integrantes que fazem parte das variáveis (a), (b) e (c).

**Quadro 2.6 – Funções exercidas por variável**

Funções/Variável	Comissão Executiva	A) Baixa	B) Média	C) Alta	D) Oligárquica
PSDB	47	28	28	3	25
PFL/DEM	32	19	12	15	10
PMDB	45	29	16	9	20
PT	43	24	20	12	23

*Fonte: Diretórios Estaduais.*

Os dados do quadro 2.6 indicam que os partidos com maior concentração de funções das elites por faixa oligárquica foram: 1) PSDB (25), 2) PT (23), 3) PMDB (20) e 4) PFL/DEM (10).

Contudo, utilizando-se da comparação entre o número de funções exercidas pela faixa oligárquica em comparação com cada uma das três faixas de estabilidade ou circulação, veremos outro resultado. Para isso, utilizamos do seguinte raciocínio: quanto mais o número de funções na variável d) se aproximar do total de funções de cada uma das variáveis a), b) e c), maior será o nível de oligarquização. Desse modo, chegamos ao seguinte resultado: 1) PT, 2) PMDB, 3) PSDB e 4) PFL/DEM. No PT, a variável d) ultrapassa c), b) e quase iguala a a); quando passamos ao PMDB, a variável d) ultrapassa c) e b) e fica mais distante de a); no PSDB é onde se encontra o maior equilíbrio entre circulação e oligarquização. Nesse partido, a variável d) ultrapassa, e muito, a variável c), mas se aproxima de b) e a); já no PFL/DEM há o inverso. A variável d) não ultrapassa c) e b), nem se aproxima de a).

### **Considerações finais**

O resultado da pesquisa confirmou que em todos os quatro partidos pesquisados (PMDB, PFL/DEM, PT e PSDB), na Comissão Executiva, há mais circulação das

lideranças que oligarquização. No entanto, em todos há um grau de oligarquização que pode ser mais horizontal, quando ocorre a concentração em mais de uma função, ou vertical, quando essa ocorre no acúmulo de funções na mesma instância, ou mista. No espectro ideológico, Esquerda, Centro e Direita, o partido com maior concentração oligárquica se encontra no espectro Esquerda (PT) e Centro (PMDB). Cabe ressaltar que as eleições diretas para a composição da Executiva Estadual do PT só começaram a ocorrer a partir de 2001. No PFL, entre 1998 e 2006 não foi encontrado nas atas e documentos eleições nesse período, mas somente menções ao presidente Ronaldo Caiado. Essas duas observações podem ter tido influência decisiva nos resultados aqui encontrados.

Com exceção do PT que, por vinte anos elegeu a sua Executiva Estadual de forma indireta, todos os demais partidos possuíram eleições de forma periódica, com ressalva ao PFL, que preferimos ficar na hipótese de que entre os anos de 1998 e 2006 não houve eleições para composição da Comissão Executiva Estadual.

Os estudos sobre a organização interna dos partidos políticos impõem ainda muitos desafios aos cientistas sociais. Para a consulta aos dados mais antigos da composição de cada executiva, o pesquisador fica a mercê daquilo que consegue extrair dos livros de atas e registro, exigindo um trabalho de lupa, já que, na maioria das vezes, as composições são encontradas junto a outras informações mais gerais do partido. Dos quatro partidos, apenas o PT disponibilizou as composições de sua Comissão Executiva por meio de um documento eletrônico. Os partidos em geral não possuem arquivos digitalizados e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) disponibiliza um banco de dados com informações a partir do ano de 2000. Essa base de dados do TRE foi decisiva para a montagem da Comissão Executiva do DEMOCRATAS, já que no diretório desse partido só foi possível coletar informações em atas do período do extinto PFL. A ata com a composição do Democratas não estava disponível no diretório e não foi possível precisar com a secretaria do partido onde ela poderia estar.

## Referências

AMARAL, Oswaldo E. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 11-32, maio-ago. 2013.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** 13. ed. Brasília: UNB, 2007.

BOHN, S. R; PAIVA FERREIRA. A volatilidade eleitoral nos estados, sistema partidário e democracia no Brasil. **Revista Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 17, p. 187-208, 2009.

BRAGA, Maria do Socorro. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 44, p. 84-05, nov. 2012.

COUTO, C. G. 2010. Oligarquia e processos de oligarquização: um problema institucional das organizações. Artigo apresentado no **VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, realizado em Recife (Pernambuco), de 4 a 7 de agosto

DEMOCRATAS (BRASIL). In: WIKIPÉDIA, a encyclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Democratas\\_\(Brasil\)&oldid=58242349](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Democratas_(Brasil)&oldid=58242349)>. Acesso em: 03 jun. 2020.

DUVERGER, M. 1987. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Guanabara.

GIMENES, Éder R. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos e de Whight Mills aos estudos de cultura política e democracia. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, v. 2, n. 2, 2014.

GUNTHER, Richard; DIAMOND, Larry. Espécies de partidos políticos: uma nova tipologia. In: Paraná Eleitoral: **Revista Brasileira de direito eleitoral e Ciência Política**. Curitiba: TRE-PR, v. 4, n. 1, p. 7-51, 2015.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (ed.) **Political Parties and Political Development**. Princeton: PUP, 1966. P. 177-200.

KRAUSE, S. Governadores na “era PMDB” em Goiás (1982 – 1998): um caso de hiperpresidencialismo? In: PAIVA FERREIRA, D e Bezerra, H. D. (org) (2008). **Panorama da política em Goiás**. Goiânia, Ed. PUC Goiás.

MAINWARING, Scott. **Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAIR, Peter. Partidos Políticos e a democracia. In: **Análise social**. v. 167, p. 277-293, 2003.

MEDDING, P. Y. 1970. A Framework for the Analysis of Power in Political Parties. **Political Studies**, Malden, v. 18, n. 1, p. 1-17, mar.

MELO, Carlos Ranulfo; ALCANTARA SAEZ, Manuel. **A Democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século XXI.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

MICHELS, Robert. **A Sociologia dos Partidos Políticos.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **DADOS Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 3, 2002, p. 483 a 511.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (1980). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Movimento\\_Democr%C3%A1tico\\_Brasileiro\\_\(1980\)&oldid=58385930](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Movimento_Democr%C3%A1tico_Brasileiro_(1980)&oldid=58385930)>. Acesso em: 3 jun. 2020.

OSTROGORSKI, M. J. 1970. **Democracy and the Organization of Political Parties.** New York: Haskell.

PAIVA FERREIRA, D. e Bezerra, H. D. (org.) (2008). **Panorama da Política em Goiás.** Goiânia, Ed. PUC Goiás.

PAIVA FERREIRA, D.; PIETRAFESA, Pedro Araújo. **Política Partidária e Competição Eleitoral em Goiás:** Goiânia, 2013.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido:** organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Partido\\_dos\\_Trabalhadores&oldid=58351525](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Partido_dos_Trabalhadores&oldid=58351525)>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PERISSINOTO, Renato. **As Elites Políticas:** questões de teoria e método. Curitiba: IBPEX, 2009.

## **Lista de Pareceristas**

**Alexandre Plautz**  
**Alfio Brandenburg**  
**Amanda Stinghen**  
**Anna Carletti**  
**Antônio Fernandes Nascimento Junior**  
**Beatriz Klimeck Gouvêa Gama**  
**Beatriz Rangel Thurler Amorim**  
**Bruna Angotti**  
**Eduardo da Silva**  
**Eduardo Oliveira de Almeida**  
**Guilherme Abilhoa**  
**Jairo Antonio Bosa**  
**Judit Gomes da Silva**  
**Juliana Abonizio**  
**Kamille Brescansin Mattar**  
**Katiano Miguel Cruz**  
**Lívia Boechenstein**  
**Lucas Buosi**  
**Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa**  
**Mabile Caetano Cazela**  
**Marcela Cockell**  
**Maria Izabel Machado**  
**Marlene Tamanini**  
**Miriam Adelman**  
**Nashyelli Salazar Flores**  
**Patricia Guerino**  
**Rafael da Rocha Massuia**  
**Rebeca Gontijo**  
**Rodrigo Graça**  
**Sara Guerreiro Parada**  
**Thais Madeira**  
**Thays Monticelli**